

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

TATIANA BOREL

**A CONFIGURAÇÃO DA DOCÊNCIA
NO GINÁSIO DO ESPÍRITO SANTO (1906-1951)**

**VITÓRIA
2017**

TATIANA BOREL

**A CONFIGURAÇÃO DA DOCÊNCIA
NO GINÁSIO DO ESPÍRITO SANTO (1906-1951)**

Projeto de tese apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação, na linha de pesquisa Cultura, Currículo e Formação de Educadores.

Orientadora: Prof^a Dr^a Regina Helena Silva Simões

VITÓRIA
2017

AGRADECIMENTO

À professora Regina Helena Silva Simões por quem nutro grande carinho e admiração e por ter confiado no meu trabalho desde o início do mestrado até a conclusão do doutorado. Estar ao seu lado é aprender sempre.

Aos membros da banca, Dr^a Janete Magalhães Carvalho, Dr^a Maria Alayde Alcântara Salim, Dr^o Antônio Henrique Pinto e Dr^o Edmar Reis Thiengo, pelas relevantes e significativas contribuições.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo pelo incentivo, atenção e saberes compartilhados.

Aos colegas do Núcleo Capixaba de Pesquisa em História da Educação (NUCAPHE) pelos diálogos e conhecimentos socializados.

Ao senhor Reinaldo Santos Neves, Luiz Guilherme Santos Neves, Léa Manhães e Manoel Ceciliano Salles de Almeida, pela disponibilidade e simpatia e pelas lembranças compartilhadas.

À Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo – FAPES, pelo apoio financeiro concedido.

Aos meus pais, Luiz Fernando Borel e Maria José Spinassé Borel, pelo apoio e confiança de sempre!

À minha avó, Emília Selvatici Spinassé, a quem tenho muito carinho e gratidão.

Ao amigo, Tercio Girelli Kill, pelo incentivo, pelos conhecimentos compartilhados e o apoio de sempre.

RESUMO

Analisa a configuração da docência no Ginásio do Espírito Santo/Colégio Estadual nas primeiras décadas do século XX (1906-1951). O recorte temporal é marcado pela criação do Ginásio do Espírito Santo, em 1906, e a fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Espírito Santo (FAFI) em 1951. Objetiva investigar percursos formativos e profissionais de professores que lecionavam na principal instituição capixaba de ensino secundário, priorizando olhares para ritualizações que envolviam o ingresso, concepções de ensino, bem como vestígios das práticas docentes que resistiram ao tempo. Descreve um panorama histórico a respeito do ginásio como instituição de ensino secundário público capixaba, evidenciando aspectos de criação e funcionamento. Dentre eles, a alternância de administração entre Estado e Igreja; os diversos endereços que abrigaram o ginásio; os salários percebidos pelos professores; os concursos para catedráticos; as práticas docentes empreendidas; a notoriedade em meio à sociedade capixaba; e a produção intelectual dentro e fora do espaço escolar. Para tanto, utiliza como fontes: relatórios de inspetores e de presidentes do Estado, recortes de jornais (diversos); documentos oficiais sobre a criação e funcionamento do GES; atas da Congregação e atas e pareceres de concursos; legislações; revistas diversas, entre as quais, *Vida Capixaba* e *Revista Comandos*; ofícios; documentos de equiparação ao Colégio Pedro II; documentos pessoais, como cartas e fotografias; além de depoimentos coletados em entrevista. A análise dialoga com as contribuições teóricas dos historiadores Marc Bloch (2001) e Carlo Ginzburg (2002), na perspectiva de valorizar a importância dos testemunhos históricos, a compreensão da diversidade e o entrecruzamento das fontes e redução de escala de análise a fim de possibilitar que minúcias viessem à tona. As fontes disponíveis foram interrogadas, com o intuito de fazê-las falar. As discussões finais indicam que, apesar de ter passado por algumas dificuldades estruturais, o Ginásio do Espírito Santo nunca deixou de desenvolver suas atividades, alcançando o processo de equiparação ao Colégio Pedro II, por duas ocasiões. No que se refere aos professores catedráticos, eram, em sua maioria, pessoas que possuíam certa popularidade e que não tinham formação na área da educação, sendo, portanto, envolvidas em outros âmbitos da sociedade. Com relação ao ingresso dos docentes no GES, interferências políticas nos processos de admissão e/ou permanência dos professores catedráticos no educandário eram frequentes. Constatou-se, também, que, embora seguisse um

regimento específico, as práticas docentes eram desenvolvidas a partir de particularidades dos professores, que engendraram interesses e afinidades pessoais no modo de praticar a docência no Ginásio do Espírito Santo/Colégio Estadual.

Palavras-chave: História das instituições escolares. Ginásio do Espírito Santo. Práticas docentes.

ABSTRACT

It analyzes the configuration of teaching in the Espírito Santo Gymnasium / State School in the first decades of the XX century (1906-1951). The temporal cut is marked by the creation of the Espírito Santo Gymnasium in 1906, and the foundation of the Philosophy, Sciences and Letras College of Espírito Santo (FAFI) in 1951. It aims to investigate the formative and professional paths of teachers who taught in the main Capixaba institution of secondary education, prioritizing glances for rituals that involved the starting point, the teaching conceptions, as well as traces of the practices that endured within the passing of time. It describes a historical overview regarding the gymnasium as a public secondary education institution in Espírito Santo, evidencing aspects of its creation and functioning. Amongst them, the alternation of administration between State and Church; the various addresses that housed the gymnasium; the salaries earned by teachers; open exams for professors; the teaching practices undertaken; the notoriety among the capixaba society; and intellectual production inside and outside the school space. In order to do so, it uses as sources: reports of inspectors and presidents of the State; newspaper clippings (various); official documents about the creation and operation of the GES (Espírito Santo Gymnasium); minutes of the Congregation and minutes and reports of open exams; legislation; various magazines, including *Vida Capixaba* and *Revista Comandos*; crafts; documents of assimilation with Colégio Pedro II; personal documents such as letters and photographs; as well as testimonies collected in an interview. The analysis dialogues with the theoretical contributions of the historians Marc Bloch (2001) and Carlo Ginzburg (2002). It values the importance of historical testimonies, the understanding of diversity and the tangling of sources. It was sought to narrow the scale of analysis to enable details to surface. The available sources were interrogated with the intention of making them speak. The final discussions indicate that, despite having suffered structural difficulties, the Gymnasium of Espírito Santo has never ceased to develop its activities, reaching the process of equating to Pedro II College, on two occasions. As far as professors were concerned, they were, for the most part, people who had a certain popularity and who had no education in the area of education, and who were, therefore, involved in other spheres of society. As for the entering of the teachers in the GES, political interference in the admission and / or permanence processes of the professors were frequent. It was also verified that, although it followed a specific regiment, the teaching practices were

developed from particularities of the teachers, who engendered personal interests and affinities in the way of teaching in the Gymnasium of Espírito Santo / State School.

Keywords: History of school institutions. Gymnasium of Espírito Santo. Teaching practices.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Professores e alunos do GES (1909).....	49
Figura 2 – Uma das salas do GES (1943).....	64
Figura 3 – Sede do Grupo Escolar Gomes Cardim (1911).....	65
Figura 4 – Sede do Ginásio do Espírito Santo, (1920).....	65
Figura 5 – Sede do Grupo Escolar Gomes Cardim (1928).....	65
Figura 6 – Convento dos Franciscanos.....	65
Figura 7 – Regimento Disciplinar do Ginásio do Espírito Santo.....	69
Figura 8 – Bacharelados do Ginásio do Espírito Santo (1942).....	76
Figura 9 – Alguns livros utilizados no Colégio Estadual do Espírito Santo.....	82
Figura 10 – Livro de Inglês 4º ano Ginasial.....	83
Figura 11 – Alguns livros utilizados no Colégio Estadual do Espírito Santo.....	84
Figura 12 – Termo de abertura dos concursos no Ginásio do Espírito Santo.....	88
Figura 13 – Teses produzidas para os concursos no Ginásio do Espírito Santo...	92
Figura 14 – Professores em uma Banca Examinadora (agosto de 1950).....	96
Figura 15 – Corpo docente do GES (década de 1940).....	102
Figura 16 – Professores do Colégio Estadual (década de 50).....	104
Figura 17 – Mais professores do Colégio Estadual (década de 50).....	105
Figura 18 – Padre Elias Tommasi (1946).....	111
Figura 19 – Tese do Padre Elias Tommasi (1918).....	114
Figura 20 –Exame da Disciplina de Latim do GES (1913).....	116
Figura 21 – Cortejo fúnebre do padre Elias Tommasi (1955).....	117
Figura 22 – Ceciliano Abel de Almeida.....	119
Figura 23 – Construção da Estrada de Ferro Vitória a Minas (1907).....	120
Figura 24 – O ponto, a linha e as superfícies. Taxonomia geométrica. Medida da reta, da circunferência e do círculo.....	121
Figura 25 – Maria Stella de Novaes.....	127
Figura 26 – Anúncio de aulas particulares Maria Stella de Novaes.....	128
Figura 27 – Anúncio do Pensionato Nossa Senhora Auxiliadora (1932).....	134
Figura 28 – Nelson Abel de Almeida.....	139
Figura 29 – Capas das teses apresentadas por Nelson Abel de Almeida no concurso (1931).....	144

Figura 30 – Cédula de votação do concurso do homem mais feio de Vitória.....	149
Figura 31 – Nelson Abel de Almeida com sua irmã Marília e sua meia-irmã Diná.	150
Figura 32 – Francisco Generoso da Fonseca, década de 1940.....	152
Figura 33 – Tese produzida pelo professor Francisco Generoso da Fonseca.....	154
Figura 34 – Guilherme Santos Neves.....	156
Figura 35 – Defesa de tese do professor Guilherme Santos Neves (1950).....	162
Figura 36 – Primeira publicação da Revista “Comandos” (1943).....	164
Figura 37 – Guilherme Santos Neves durante transmissão do programa “Penedo vai, Penedo vem”, no estúdio da Rádio Espírito Santo.....	167
Figura 38 – Professor Guilherme Santos Neves entre suas alunas do Colégio do Carmo durante trabalho de pesquisa folclórica, (anos 1950).....	167
Figura 39 – Guilherme Santos Neves com um dos figurantes do Alardo de Conceição da Barra (1949).....	168
Figura 40 – Luiz Câmara Cascudo e Guilherme Santos Neves no alto da Rua Nestor Gomes, em Vitória (década de 1950).....	170
Figura 41 – Pesquisa de folclore infantil teuto-capixaba (1963).....	172

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Professores da primeira ata da congregação do GES (1908).....	48
Quadro 2 – Disciplinas do curso de bacharelado do GES (1909).....	62
Quadro 3 – Livros adotados pelo Colégio Estadual no 2º ciclo (1943)	81
Quadro 4 – Livros adotados pelo Colégio Estadual no curso ginásial (1943).....	82
Quadro 5 – Livros adotados pelo Colégio Estadual do Espírito Santo (1945).....	83
Quadro 6 – Livros adotados pelo Colégio Estadual (1948).....	85
Quadro 7 – Professores do Ginásio do Espírito Santo (1931).....	99
Quadro 8 – Professores do Ginásio do Espírito Santo (1932).....	100
Quadro 9 – Professores do Ginásio do Espírito Santo (1940).....	101
Quadro 10 – Corpo docente em exercício no Ginásio do Espírito Santo (1945)...	101
Quadro 11 – Corpo docente em exercício no Ginásio do Espírito Santo (1947)...	102
Quadro 12 – Corpo docente em exercício no Ginásio do Espírito Santo (1948)	102
Quadro 13 – Corpo docente em exercício do Colégio Estadual (1950).....	103

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Vencimentos dos funcionários do GES (1931).....	56
Tabela 2 – Vencimentos dos funcionários do GES (1939).....	57
Tabela 3 – Especificações das salas de aula do Colégio Estadual (1943).....	64
Tabela 4 – Alunos matriculados no CEES no turno diurno (1943).....	75
Tabela 5 – Remuneração dos professores do curso científico noturno Colégio Estadual do Espírito Santo (1945).....	77

SUMÁRIO

1 A CONSTITUIÇÃO DO TEMA: DIÁLOGOS E TESSITURAS.....	15
1.1 PROCESSOS METODOLÓGICOS: CAMINHOS DA PESQUISA.....	34
1.2 ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS.....	41
 2 ASPECTOS DE CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO GINÁSIO DO ESPÍRITO SANTO: ENTRE O LAICO E O RELIGIOSO.....	 42
2.1 OS LIVROS DIDÁTICOS NO GINÁSIO DO ESPÍRITO SANTO.....	78
 3 PROCESSOS DE ADMISSÃO DE PROFESSORES NO GINÁSIO DO ESPÍRITO SANTO: OS CONCURSOS PARA CATEDRÁTICOS.....	 89
 4 O EXERCÍCIO DA CÁTEDRA NO GINÁSIO DO ESPÍRITO SANTO/COLÉGIO ESTADUAL.....	 108
4.1 O ENSINO DA LÍNGUA DOS DOUTOS E DA IGREJA.....	109
4.2 UM ENGENHEIRO-POLÍTICO A SERVIÇO DA MATEMÁTICA NO GINÁSIO DO ESPÍRITO SANTO.....	118
4.3 ENTRE ORQUÍDEAS, CARAMUJOS E INSETOS, A PRIMEIRA CATEDRÁTICA DO BRASIL.....	126
4.4 DE ALUNO A PROFESSOR: UMA VIDA LIGADA AO EDUCANDÁRIO.....	139
4.5 GENEROSO, PORÉM RIGOROSO.....	151
4.6 ENTRE AS SALAS DE AULA E O FOLCLORE CAPIXABA.....	156
4.6.1 – AS PRODUÇÕES E OS ESTUDOS SOBRE CULTURA POPULAR CAPIXABA.....	168
 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 174
REFERÊNCIAS.....	184
ANEXOS.....	197
ANEXO A – Ata da 1ª reunião da Congregação do Ginásio do Espírito Santo.	198
ANEXO B – Publicação de matéria intitulada: <i>A competência dos interinos</i>	202
ANEXO C – Cartas de Cecília Meirelles e Luis Câmara Cascudo.....	203

1 A CONSTITUIÇÃO DO TEMA: DIÁLOGOS E TESSITURAS

Estudos que abordam a identidade profissional dos professores do ensino secundário têm sido pouco explorados no contexto das pesquisas no âmbito da História da Educação. De acordo com Soares (2014), a escassez desses estudos aparece principalmente no período imperial e na Primeira República, quando muitas instituições eram recentes ou se encontravam em processo de criação e o curso secundário ainda se consolidava como modalidade de ensino, o que, consequentemente, influenciou o processo de construção da identidade profissional dos professores que nele atuavam. A partir de um levantamento bibliográfico, constatou-se o grande número de estudos que tratam da profissionalização do professor primário, das mulheres e o magistério, da formação dos professores em Escolas Normais e no ensino superior. Em comparação, o número de trabalhos que abordam professores no ensino secundário revela-se pequeno.

No caso do Espírito Santo, a partir da minha trajetória em pesquisas historiográficas sobre processos de formação de professores, detectei essa mesma carência de estudos que tratam da identidade profissional de professores secundários. Em uma das incursões à procura de fontes para subsidiar os meus estudos de mestrado,¹ deparei-me com o Arquivo do Colégio Estadual do Espírito Santo (CEES), antigo Ginásio do Espírito Santo (GES), ocasião em que o contato com alguns documentos indiciava a representação emblemática daquela instituição e do seu corpo docente, formado por intelectuais de grande visibilidade local, na História da Educação capixaba. Desse modo, acendeu-se o interesse pelo estudo da configuração da docência exercida no Ginásio do Espírito Santo, depois denominado Colégio Estadual.

Entende-se por configuração da docência as dinâmicas que definiam a formação e o credenciamento de sujeitos dotados de outras funções e ocupações e que, ao mesmo tempo, se dedicavam ao ensino. Partindo desse pressuposto, instaurou-se como problema da pesquisa a questão: de que maneira se constituiu a configuração da docência no Ginásio do Espírito Santo no período entre 1906 e 1951.

¹ O trabalho identifica os processos de formação e práticas docentes na constituição histórica da Educação Física Escolar no Espírito Santo, nas décadas de 1930 e 1940. Ver mais em Borel (2012).

Tendo em vista o objetivo geral de investigar percursos formativos e profissionais de professores que lecionavam na principal instituição capixaba de ensino secundário, foram priorizados olhares para ritualizações que envolviam o ingresso de professores na instituição, concepções de ensino, bem como vestígios das práticas docentes que resistiram ao tempo.

Assim, partiu-se da hipótese de que a ausência de uma formação específica, consistente e sistemática do professorado para atuar no ensino secundário tenha resultado em práticas docentes pautadas em crenças e concepções associadas à formação geral e à atuação social do professor da época. Posto isso, faz-se necessário atentar para o *status* social do GES em diferentes momentos da sua história, bem como para as relações estabelecidas a partir dos contextos diversificados da sociedade capixaba. Para tanto, a investigação compreendeu o período entre o contexto de criação do educandário, em 1906, e a fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Espírito Santo (FFCLES), em 1951, primeira instituição capixaba destinada à formação de professores habilitados a lecionar no ensino secundário.

A intenção de investigar a configuração da docência no GES justifica-se, entre outros motivos, por tratar-se do único educandário público de ensino secundário capixaba em funcionamento durante o período investigado. Além disso, o ginásio passou pelo processo de equiparação ao Colégio Pedro II, por duas vezes, tornando-se referência de ensino para a sociedade espírito-santense no século XX. Neste estudo, estabeleceu-se como objetivo geral investigar percursos formativos e profissionais de professores que lecionaram na principal instituição capixaba de ensino secundário. Os objetivos específicos consistem em: a) conhecer alguns dos professores que atuaram no GES entre 1906 e 1951; b) analisar, no contexto das reformas educacionais ocorridas no período investigado, processos de admissão dos professores catedráticos ao GES; c) analisar produções escritas desses professores acerca da educação e do ensino.

Desse modo foram investigadas a formação e as experiências de professores que atuaram no GES, tomando como foco: escritos científicos, acadêmicos e literários por eles produzidos e que circulavam dentro e fora do ambiente escolar; ritualizações dos concursos de admissão à docência; documentos que legislavam

sobre o ensino secundário no GES; e materiais utilizados com fins didático-pedagógicos.

O recorte temporal selecionado para a pesquisa compõe um período de muitas tentativas de transformação no que se refere ao ensino secundário no Brasil, no contexto das seguintes reformas: Eptácio Pessoa (1901), Rivadávia Corrêa (1911), Carlos Maximiliano (1915), Rocha Vaz (1925), Francisco Campos (1931) e Reforma Capanema (1942). As mudanças decorrentes das reformas citadas reestruturaram a educação secundária, influenciando desde os conteúdos a serem ensinados até os processos de admissão, tanto de professores como de alunos.

Assim, com o intuito de dialogar com a temática, alguns conceitos específicos foram selecionados, entre os quais identidade profissional e profissão docente. Para tanto, optou-se pelas contribuições de António Nóvoa em suas obras *Os professores e suas histórias de vida* (1995), *Profissão professor* (2003) e *Vida de professores* (1995). Para o autor, a profissão docente constituiu-se a partir da intervenção do Estado, o que possibilitou o enquadramento dessa classe, substituindo a igreja na tutela do ensino. Afirma também que a profissão se produz a partir do confronto entre distintos projetos. “Mais do que um lugar de aquisição de técnicas e de conhecimentos, a formação de professores é o momento chave da socialização e da configuração profissional” (NÓVOA, 1992, p. 4).

Contou-se também com as contribuições de Vicentini e Lugli (2009), particularmente quando tratam da profissão docente no Brasil, e de Souza (2008), nos estudos sobre história dos ginásios. No campo da História da Educação, dialogou-se com os seguintes autores: Gasparello e Villela (2004); Mendonça, Lopes e Soares e Patroclo (2013); Simões, Corrêa e Mendonça (org.) (2011). No Espírito Santo, observa-se a escassez de trabalhos acadêmicos que tratam do ensino secundário como foco da investigação.

Sabe-se muito pouco das práticas empreendidas pelos professores das principais escolas capixabas no período abordado. Entende-se, também, que o modo como o ensino se processa no âmbito do exercício da docência esteja envolvido por diversos processos políticos, econômicos, sociais, culturais e educacionais. Dessa forma, pretende-se, com esta pesquisa, contribuir para a ampliação da historiografia

da educação capixaba até aqui produzida e, ao mesmo tempo, contribuir para a compreensão de questões gerais sobre o tema estudado.

Com o intuito de identificar a literatura produzida acerca da temática no campo da História da Educação, realizaram-se levantamentos bibliográficos a partir dos seguintes domínios: Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento do Ensino Superior (Capes), Arquivos da Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Banco de Dissertações e Teses – Programa de Pós-Graduação em Educação – da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGE/Ufes); Grupos de Trabalho (GTs) da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped); *Revista Brasileira de História da Educação* (RBHE) e *Revista HISTEDBR*.

Para a busca, foram utilizados como descritores: ensino secundário no Brasil, profissão docente no Brasil, Ginásio Espírito-Santense, Ginásio do Espírito Santo, Colégio Estadual do Espírito Santo e concursos para professores secundários. Entre os trabalhos que se aproximam do tema investigado, foram encontradas 12 dissertações, 4 teses, 1 relatório de pós-doutorado, 34 artigos, entre os quais 14 publicados em revistas e 20 veiculados em anais de congressos. É importante ressaltar que trabalhos que se aproximam do tema estudado foram localizados. No entanto, pesquisas que tratam diretamente da configuração da docência no GES, na vertente da investigação proposta e no período analisado, não foram encontradas. Para uma melhor compreensão, os estudos selecionados foram organizados de acordo com os seguintes eixos temáticos: história da profissão docente, ensino secundário no Brasil e história das instituições escolares no Brasil, especificamente, no Espírito Santo.

Mesmo com a ausência de pesquisas que abordam diretamente a configuração da docência no GES, foram identificados trabalhos que se aproximam do tema pesquisado em outros Estados e com outros recortes temporais. Desse modo, iniciaram-se os diálogos com os autores selecionados a partir dos eixos propostos.

Os estudos que tratam da história da profissão docente, em especial os escritos de Nóvoa (2008), Julia (1981), Lopes (2011), Gasparello e Villela (2004), Araújo (2012)

e Dias (2008) ajudaram a compreender o que se tem problematizado a respeito do tema.

O trabalho de Julia (1981) atenta para o fato de que, a partir da segunda metade do século XVIII, procurou-se delinear o perfil do professor “ideal”, o que incitou algumas questões a respeito desse sujeito: deveria ser leigo ou religioso? Trabalhar em conjunto, constituindo um corpo docente, ou atuar de maneira individual? De que forma deveria ser selecionado ou nomeado? Como deveria ser remunerado pelo seu trabalho? Enfim, que professor era esse que se pretendia formar naquele momento? O autor ressalta ainda que o ensino passou por um processo de estatização, suscitando a substituição de professores religiosos por um corpo de professores laicos. No entanto, apesar dessa mudança administrativa, as “motivações”, as normas e os valores iniciais da profissão docente continuavam muito próximos do modelo religioso.

Nóvoa (2008, p.15) contribui com essa temática ao comentar que a “[...] função docente desenvolveu-se de forma subsidiária e não especializada, constituindo uma ocupação secundária de religiosos ou leigos das mais diversas origens”. A afirmação do autor aproxima-se das informações encontradas em documentos sobre o GES, nos anos iniciais de seu funcionamento, quando a instituição contou com religiosos para compor o seu corpo docente inicial e, posteriormente, com sujeitos que atuavam prioritariamente em outras profissões. Nesse contexto, a tensão entre o laico e o religioso, dentro de uma perspectiva educacional, constitui-se como umas das questões investigadas na presente pesquisa.

O autor localiza a gênese da profissão de professor no ambiente das congregações religiosas que, com o tempo, se tornaram congregações docentes.² Destaca também que, junto com o desenvolvimento de documentos organizacionais de base, percebeu-se a presença mais ativa de professores no espaço educacional, o que ocasionou um conjunto de atividades vinculadas à docência, tais como: o “[...] aperfeiçoamento dos instrumentos e das técnicas pedagógicas, a introdução de

² Nóvoa (2008) exemplifica essa afirmação ao destacar que, ao longo dos séculos XVII e XVIII, “os jesuítas e oratorianos” configuraram, de maneira progressiva, um corpo de saberes e de técnicas e um conjunto de normas e de valores específicos da profissão docente.

novos métodos de ensino e o alargamento dos currículos escolares” (NÓVOA, 2008, p. 16). Toda essa nova articulação redirecionaria o exercício docente, fazendo com que ele perdesse a característica de atividade “secundária ou acessória”. Assim, com as diversas transformações no campo do ensino, as normatizações ultrapassaram o espaço religioso, estendendo-se, então, a todos aqueles que se dedicavam ao ensino.

Nóvoa (2008, p.17) afirma que, durante muitos anos, o princípio da profissão docente foi delegado às ações estatais de ensino, porém, segundo o autor, sabe-se atualmente que, no início do século XVIII, havia grupos formados por sujeitos que encaravam o ensino como ocupação principal, desempenhando-a, muitas vezes, em período integral. No entanto, somente com a intervenção do Estado esses grupos ganharam reconhecimento em âmbito nacional. Dessa forma, “[...] é o enquadramento estatal que institui os professores como corpo profissional, e não uma concepção corporativa de ofício” (NÓVOA, 1995, p. 32). Compreender a gênese da profissão docente não reflete a intenção deste projeto de pesquisa. Por outro lado, é de fundamental importância visitar estudos que abordam essa temática, a fim de visualizar o processo pelo qual esse ofício se desenvolveu ao longo do tempo.

No artigo *Profissão docente, formação de professores e instituições escolares*, Lopes (2011) destaca diferenças significativas entre os docentes dos vários níveis de ensino. O estudo tem como mote a escola de primeiras letras e traz elementos para pensarmos a profissão docente na relação entre a “[...] formação específica para o seu exercício, a escola e os diferentes modos de constituir-se professor” (LOPES, 2011, p. 59). O articulista considera que o ingresso na docência passou por diversas modalidades, muitas das quais nem mesmo exigindo uma formação específica para a profissão. Entre essas modalidades, destaca “[...] concursos, indicações, heranças de pais professores ou de professores que fizeram de alguns de seus alunos herdeiros da cadeira e, finalmente, a exigência de titulação, acrescida de concurso” (LOPES, 2011, p. 59).

Ao focar o Piauí dos séculos XIX e XX, Lopes (2011) argumenta que entender a escola como espaço formativo, considerando o modo como, ao longo do tempo,

essa instituição tem exigido e selecionado um tipo de docente específico, tem sido uma questão relevante para a História da Educação.

Contudo, a configuração da profissão docente se faz e se refaz entre escolas de formação e ação no interior das instituições escolares. Os professores, nesse percurso, vão se configurando de forma plural, carregando em si marcas de seu *habitus* e das experiências formativas nos espaços escolares em que viveram. Nesse percurso, a escola também se refaz, alterando o trabalho realizado em seu interior e as exigências para o exercício desse trabalho. Novas hierarquias são instauradas, sendo recriadas as exigências de formação e de diploma (LOPES, 2011, p. 61-62).

Dessa forma, os sujeitos, nesse caso, os professores, constituem-se por meio das experiências que vivenciam ao longo da vida. Nas palavras de Bloch (2001, p. 25), “[...] o homem se parece mais com a sua época do que com os seus próprios pais”. Nessa perspectiva, entende-se que, para além da formação inicial, o contexto e os movimentos que permearam a atuação profissional dos docentes do GES podem ter contribuído de forma decisiva para a constituição desses sujeitos como professores secundários.

Para Lopes (2011, p. 66), “[...] as escolas são pensadas em consonância com os tipos de docentes e ajudam a construir modelos de docência”, o que leva ao entendimento de que a história dos professores está intimamente ligada à história das instituições de ensino. Na pesquisa realizada, o autor afirma que a profissão docente se constituiu por meio das relações estabelecidas entre o trabalho na escola e a formação inicial nas Escolas Normais, o que possibilitou a constituição de uma identidade do professor do Piauí, no período analisado. Não obstante, o estudo referenciado não trata especificamente do foco desta pesquisa, uma vez que trabalha na perspectiva das escolas de primeiras letras. No entanto, a pesquisa traz elementos que podem ajudar a pensar a profissão docente na relação entre a formação inicial dos professores, a escola e os diferentes modos de constituir-se professor ao longo do tempo, no Espírito Santo. Destaca, além disso, os processos e as ritualizações para o ingresso dos docentes nas instituições. Dessa forma, a pesquisa de Lopes (2001) contribui para refletirmos sobre os processos que permearam a constituição de professores no GES, bem como a relação estabelecida com a instituição.

Ainda nessa vertente, Gasparello e Villela (2004), no artigo intitulado *Uma Identidade social em formação: os professores secundários no século XIX brasileiro*,

analisam, na produção didática dos professores, o movimento instituinte de campos de saberes, como as disciplinas escolares e as novas formas de ensinar e aprender, ou seja, os conteúdos pedagógicos e os saberes específicos dos textos produzidos para o ensino. As autoras selecionam como espaços de pesquisa duas importantes instituições educacionais do período, o Colégio Pedro II e a Escola Normal de Niterói, ambos localizados no Rio de Janeiro. Uma das questões problematizadas nesse estudo é a produção intelectual dos professores que atuaram nas referidas instituições de ensino.

No interior destas instituições de ensino, portanto, desenvolviam-se importantes movimentos instituintes relacionados às práticas culturais próprias aos processos escolares e às funções docentes, com a construção de dispositivos pedagógicos que conformaram a instituição secundária, dentre eles os estatutos, regulamentos, os programas, os exames, os concursos, as disciplinas escolares e as formas de ensinar e aprender (GASPARELLO; VILLELA, 2004, p. 2).

Gasparello e Villela (2004) destacam que os professores do Colégio Pedro II e da Escola Normal passaram a elaborar compêndios, utilizando como base suas experiências em sala de aula. Com isso, tornaram-se autores de obras que serviram de referências para a base da pedagogia nacional em construção naquele momento. Apoiadas nas fontes analisadas, as autoras esclarecem também que os professores secundários pertenciam a um grupo de intelectuais que atuavam nas principais instituições públicas e particulares na segunda metade do século XIX, no Rio de Janeiro. Compartilhavam, com outros letrados, atividades na imprensa e nas mais diversas instituições culturais e científicas, assumindo uma responsabilidade social também a partir da publicação de livros dedicados ao ensino não só como autores, mas também como divulgadores de suas aulas, reproduzidas e recriadas por todo o país. As autoras afirmam, inclusive, que os membros desse grupo de intelectuais passaram a reconhecer-se como professores, o que não os afastava do grupo de letrados, mas agregava uma conotação específica — o ofício de ensinar “[...] com suas funções correlatas: produzir livros didáticos, relatórios, participar de bancas de exames, respondendo ao desafio constituído por demandas institucionais, burocráticas e sociais referentes ao campo de ensino” (GASPARELLO; VILLELA, 2004, p. 8).

Desse modo, as autoras contribuíram para este estudo, ao problematizarem questões referentes à formação dos professores secundários e à produção de materiais didáticos por um grupo desses professores. Destacam a influência da formação e da prática docente no momento da confecção desse material de apoio, ao passo que eram produzidos a partir de experiências desses docentes em sala de aula.

No GES, o corpo docente era formado por uma elite de intelectuais. Alguns de seus membros eram ligados à imprensa, como no caso de Elpídio Pimentel.³ Advogado e professor, Pimentel também atuava na produção literária capixaba,⁴ participando da fundação de importantes espaços destinados ao desenvolvimento da pesquisa histórica e da atividade literária no Estado (SALIM, 2009). A informação reforçou a hipótese inicial da participação desses professores na confecção de materiais de ensino adotados pelo ginásio.

Assim como os professores do Colégio Pedro II se tornaram autores de obras didáticas, no GES, alguns também passaram pela experiência da publicação, em diversas áreas do conhecimento, inclusive na educação. Esses professores publicavam textos ligados a temas educacionais em jornais e revistas, o que proporcionava uma credibilidade pública favorecida pela condição de docente. Outro exemplo são as teses produzidas para serem apresentadas às bancas de concursos — requisito para que o candidato pudesse concorrer a uma vaga de catedrático no GES.

Araújo (2012), ao estudar a constituição do corpo docente secundário de Piauí no período de 1940 a 1982, problematiza esse nível de ensino e sua relação com a sociedade urbana, focando sua análise na organização e na expansão dessa categoria. Nesse contexto, o autor investiga as mudanças nos perfis dos professores, a formação profissional, as formas de ingresso e os salários recebidos pelo magistério. A pesquisa tem como temporalidade o período localizado entre a

³ Elpídio Pimentel foi catedrático do GES, quando a instituição já funcionava como colégio. Atuou também como editor do Jornal *Diário da Manhã*, órgão oficial do Estado, no qual escrevia a coluna intitulada “O que os pais devem ler”. Além disso, dirigiu a Revista *Vida Capixaba*, periódico de grande circulação no Estado, naquele período.

⁴ Ver mais em Salim (2009).

Reforma Capanema, em 1942, e a aprovação dos dispositivos legais que revogaram a profissionalização compulsória e integral do ensino no Brasil, em 1982.

De acordo com o pesquisador, muitos professores que trabalhavam no ensino secundário do Estado do Piauí, ao mesmo tempo em que praticavam a docência, atuavam como juízes, médicos, jornalistas, escritores, engenheiros e dentistas. Mas o que levaria esses profissionais a exercer a função de professores? O estudioso esclarece que, no Piauí, durante a primeira metade do século XX, muitos profissionais formados em cursos superiores de outras áreas do conhecimento procuravam atuar como docentes devido à “recompensa simbólica”, uma vez que a “[...] cátedra conferia um título de nobreza entre os intelectuais, sendo essa uma das razões pelas quais eram nomeados professores da Rede Pública de Ensino” (ARAÚJO, 2012, p. 80). Era uma espécie de *status* concedido ao profissional que se propusesse a ser professor.

Outra questão em destaque no estudo de Araújo (2012) é o interesse pela fundação de ginásios por parte dos professores, uma vez que, além do reconhecimento da importância da criação de escolas para a sociedade, esses espaços seriam *locus* da atuação desses profissionais do ensino. No Espírito Santo identificou-se um caso semelhante: a criação do Ginásio Vitoriense, fundado por volta do ano de 1919, por Ceciliano Abel de Almeida, engenheiro e catedrático do GES (GURGEL, 2004).

Araújo (2012) conclui que todas as mudanças ocorridas no ensino secundário durante as décadas analisadas influenciaram a constituição do professor no que diz respeito ao seu perfil, à sua formação profissional e às condições oferecidas para o ingresso e o exercício do magistério. Para ele, a constituição do corpo docente, nessa categoria de ensino no Piauí, deveu-se à necessidade da escolarização da sociedade e aos interesses que se colocam nesse processo.

No que diz respeito ao ingresso desses professores nas instituições de ensino secundário, o pesquisador destaca que, desde o século XIX, houve o recrutamento por meio de concursos públicos, porém, devido à urgência do ingresso para atender à demanda de matrículas, nem sempre esse processo era respeitado, o que ocasionava uma quantidade cada vez maior de professores contratados a “título precário”. Com relação aos salários, os professores secundários do Piauí

reivindicavam aumentos, o que acabou por motivar a deflagração de algumas greves⁵ movidas pelo fato de julgarem seus salários injustos, quando comparados com os valores recebidos por outros profissionais com o mesmo nível de formação.

A pesquisa de Araújo (2012) aproxima-se do estudo que se pretende aqui desenvolver na medida em que destaca questões referentes à constituição de professores secundários, enfatizando a formação profissional, bem como as formas de ingresso desses profissionais nas instituições de ensino. Em relação ao GES, existem indícios de processos referentes à admissão dos docentes. A partir do ano de 1917, o educandário passou a promover concursos para a admissão de professores, estabelecendo, como uma das exigências dessa ritualização, a apresentação de uma tese baseada no tema enunciado no edital, publicado nos jornais locais.

Outra questão problematizada neste estudo refere-se às orientações legais para o ensino secundário no Brasil e ao desenvolvimento desse nível de instrução no Espírito Santo. Nesse sentido, a dissertação de Dias (2008), intitulada *Apostolado cívico e trabalhadores do ensino: história do magistério do ensino secundário no Brasil (1931-1946)*, trata de questões referentes ao processo de profissionalização do magistério do ensino secundário no período de 1931 a 1946. A autora trabalha a partir de dois eixos principais: o primeiro identifica e analisa as principais medidas do Ministério da Educação e Saúde destinadas a orientar, informar e moldar a formação e a prática de professores do ensino secundário do Colégio Pedro II (CPII) e do magistério particular; o segundo focaliza as principais ações do Governo Federal destinadas a definir o estatuto profissional e econômico do magistério do ensino secundário das referidas instituições.

Dessa forma, Dias (2008) analisa as relações entre o estatuto profissional, o exercício do magistério e a conformação do campo educacional mediadas pelo Estado. A autora faz referência às medidas tomadas nos anos de 1930, no Brasil, quando surgiram as primeiras instituições de formação de professores para o ensino secundário. Para ela, no magistério particular, o elemento mais significativo do seu estatuto profissional, durante as décadas de 1930 e 1940, constituiu-se na regulamentação dos contratos de trabalho e dos critérios de sua remuneração. No

⁵ A primeira greve ocorreu em 1964. Ver mais em Araújo (2012).

caso do CPIL, para que se assegurasse o trabalho dos professores como o de “trabalhadores do ensino”, houve uma maior influência do Estado sobre os processos de seleção na instituição, o que ocasionou uma resistência da congregação, temendo perder suas prerrogativas.

A autora estudou a organização do magistério do ensino secundário nas décadas de 1930 e 1940. Nesse contexto, investigou as políticas públicas destinadas à profissionalização do magistério ou que, de alguma forma, repercutiam no estatuto profissional dessa categoria. Uma das questões que chama a atenção no estudo refere-se à intervenção governamental no estatuto profissional dos docentes do CPIL, constatada a partir de mudanças impostas ao processo de seleção dos professores catedráticos⁶ e contratados do educandário. Com a intervenção do governo “enquanto empregador dos professores”, essa função passou para órgãos do Ministério da Educação, o que ocasionou a perda da prioridade por parte da congregação do colégio na organização dos processos de seleção.

A autora destaca, ainda, as exigências para os profissionais que pretendessem atuar como docentes na década de 1940: o registro de professores e a formação específica. Para ela, esses requisitos representam um marco histórico do magistério do ensino secundário, uma vez que profissionais não “habilitados” seriam impedidos de exercer a docência. Com o prestígio atribuído ao ensino secundário naquele momento, o estatuto profissional do magistério passou por mudanças significativas, uma vez que os professores passaram a integrar um projeto de Estado que almejava aumentar o controle sobre a cultura, incluindo a educação escolar, para possibilitar outras formas de dominação da sociedade.

O trabalho de Dias (2008) destaca questões que contribuem para o presente estudo, quando problematiza a educação secundária em seus mais variados aspectos: a institucionalização da formação do professor de ensino secundário, as mudanças

⁶ De acordo com o art. 37 do Decreto nº 11.530, de 18 de março de 1915, compete ao professor catedrático: “[...] a regência efectiva da cadeira para a qual foi nomeado; a elaboração do programma do seu curso, a fim de ser aprovado pela Congregação 30 dias antes da abertura das aulas; fazer parte das mesas examinadoras, desde que não haja incompatibilidade legal; indicar os seus assistentes, preparadores e demais auxiliares; submeter a provas oraes ou escriptas os seus alumnos, na primeira quinzena de junho e na segunda de agosto, e conferir-lhes uma nota quando chamados aos trabalhos praticos, afim de deduzir a média annual, que influirá para a nota do exame final, conforme for determinado pelo Regimento Interno; ensinar toda a materia constante do programma por elle organizado”.

ocorridas nesse nível de ensino a partir das reformas de 1931 e 1942 e o perfil do docente, que se constituiu atrelado a um projeto ideológico do governo de Getúlio Vargas. Havia, naquele momento, uma justaposição entre os valores religiosos e o civismo, propagados segundo os discursos das instâncias deliberativas.

Para entender a constituição do ensino secundário e os processos que acompanharam o seu desenvolvimento nos educandários brasileiros, no século XX, selecionaram-se estudos de Vicentini e Lugli (2009), Diniz (2012) e Amaral (2008). O capítulo I da obra de Vicentini e Lugli (2009) apresenta o modo como os professores se preparavam para o ensino e evidencia as instituições escolares de formação docente. As autoras destacam, como tema central do referido capítulo, os processos de constituição de modelos de formação no Brasil e suas transformações. Nessa perspectiva, procura-se identificar, por meio deste estudo, as particularidades desse nível de ensino no Brasil, especialmente no que se refere à primeira metade do século XX, período que abrange a investigação.

Uma das questões problematizadas pelas autoras diz respeito à finalidade do ensino secundário. Vicentini e Lugli (2009, p. 59) afirmam que existiam dois modos de compreender esse nível ensino: “[...] como preparação para o ingresso nos cursos superiores, ou como uma escola destinada a construir uma cultura intermediária entre a população comum (maciçamente iletrada) e a elite destinada ao curso superior”. Destinado à formação da elite, o ensino secundário tinha acesso restrito. Além disso, o estudo destaca o alto custo dos cursos oferecidos, que, mesmo nos estabelecimentos públicos, tornava inviável a presença de estudantes que faziam parte da população menos favorecida economicamente. Uniformes, materiais e taxas pagas para matrículas e exames eram algumas das exigências para estudar no ensino secundário. Durante a Primeira República, não havia cursos de formação específicos para quem desejasse atuar nesse nível de ensino, o que não impediu a presença de seletos professores.

[...] A imensa maioria dos professores de Ginásio eram profissionais oriundos das escolas superiores do país, convivendo com os egressos das Escolas Normais e ainda aqueles que obtinham o título de bacharel nos Ginásios do Estado (equiparados ao Ginásio Nacional do Rio de Janeiro) [...] (VICENTINI; LUGLI, 2009, p. 63).

A informação a respeito dos profissionais que atuavam no ensino secundário dá margem para aproximações com o estudo proposto, uma vez que, no GES,

especificamente nos seus primeiros anos de funcionamento — início da década de XX —, os sujeitos que exerciam a docência provinham das mais variadas áreas de formação, o que pode ser visualizado na 1ª Ata da Congregação do Ginásio do Espírito Santo, datada de 1908, na qual se identificam os nomes dos primeiros professores que atuaram como docentes no GES. De acordo com as informações analisadas no documento, esses professores faziam parte de uma elite capixaba, tal como sugere o estudo de Vicentini e Lugli (2009). As autoras destacam, ainda, as reformas que reorganizaram e deram sentido ao ensino secundário no Brasil, a saber, a Reforma Rocha Vaz, em 1925; a Reforma Francisco Campos, em 1931; e a Reforma Capanema, em 1942. Também no Espírito Santo, conforme se verificou, houve os desdobramentos dessas reformas no processo de constituição de professores do GES.

O estudo de Diniz (2012), ao investigar o ensino secundário no interior paulista, toma como *locus* o Ginásio Estadual de Matão, entre 1940 e 1965. A pesquisa analisa como se estabeleceram as relações entre o Poder Público municipal e o estadual na difusão da educação secundária. Para tanto, o autor selecionou, como espaço temporal, o ano da criação do primeiro Ginásio Estadual da cidade de Matão, 1941, até o ano de 1965. Dessa forma, analisou as mudanças institucionais desse educandário e buscou compreender o jogo político implicado durante o período selecionado.

O autor procurou caracterizar o corpo discente do Ginásio de Matão, considerando condições socioeconômicas (profissão dos pais, local da residência), de gênero e idade. Para tanto, entre outras fontes, o pesquisador consultou jornais e revistas locais, documentos escolares, como livros de matrícula, prontuários dos alunos e mapas de movimento. Segundo ele, esse movimento possibilitou uma compreensão mais ampla da política educacional do Estado de São Paulo, evidenciando o tipo de público a quem esse ensino era destinado. Com isso, pretendeu compreender como tais relações políticas eram interpretadas pela comunidade local em âmbito educacional, materializando-se no cotidiano escolar.

Por fim, Diniz (2012) afirma que o ensino secundário era destinado a um público específico, excluindo grande parte da população que não tinha possibilidade de frequentar a escola. Outra consideração diz respeito à participação dos municípios

na criação dos ginásios oficiais, instalados entre 1930 e 1947. Sustenta que a maioria das instituições teve efetiva participação dos municípios no seu processo de instalação e que essa atitude deveu-se ao interesse municipal em apoiar esse nível de ensino, por acreditar que o ensino secundário estivesse atrelado ao desenvolvimento socioeconômico, como também para privilegiar o Poder Público local e utilizar a escola como instrumento de diferenciação social. Ademais, destaca que a forte presença dos municípios pode ser entendida como uma forma de impulsionar o Governo Estadual a se responsabilizar pela difusão do ensino secundário, devido ao “[...] prestígio que o Poder Executivo local acumulava a partir da inauguração de grandes obras de interesse público, em grande parte, subvencionadas pelo Poder Executivo Estadual [...]” (DINIZ, 2012, p. 1000), servindo, como exemplo, os ginásios oficiais.

Evidencia ainda a atuação da imprensa escrita local, que, desde a criação do Ginásio Municipal até a instalação do Instituto de Educação de Matão, ateve-se exclusivamente a exaltar seus governantes, não desenvolvendo o papel de veículo de comunicação, ou seja, o de esclarecer os problemas educacionais existentes no município. Em contrapartida, a imprensa reforçou o prestígio desse ginásio, uma vez que noticiava cerimônias promovidas pela instituição, como no caso das formaturas, ou divulgava comunicados sobre exames de admissão. Outro aspecto destacado pela imprensa local eram os modelos do uniforme escolar, obrigatório nas escolas.

O autor conclui que o Ginásio Estadual de Matão gozava de grande credibilidade perante a comunidade matonense da época, visto que famílias nutriam orgulho quando seus filhos ingressavam no educandário. Apesar disso, nem todos os alunos ingressantes concluíam os estudos, devido ao rígido sistema de avaliação: provas, trabalhos práticos e exames orais. Assim, com o número elevado de repetências, a evasão escolar era inevitável.

A pesquisa de Diniz (2012) conclui que a expansão do ensino secundário nas cidades do interior do Estado de São Paulo, entre as décadas de 1940 e 1960, manteve um padrão de seletividade, em especial no caso do município de Matão, no qual o prestígio do seu ginásio oficial garantiu o *status* desse estabelecimento de ensino no seio da sociedade local. Apesar de tratar de uma realidade interiorana e de analisar um período diferente do selecionado na presente pesquisa, o estudo do

Diniz (2012) apresenta algumas interseções com esta proposta, quando aborda aspectos como a visibilidade do Ginásio Estadual de Matão na imprensa local, o perfil dos estudantes que tinham acesso ao ensino secundário na época e as ações políticas envolvidas no processo de criação dos ginásios.

Ainda no que diz respeito ao ensino secundário e a seus aspectos de desenvolvimento nos ginásios, dialogou-se com o trabalho de Amaral (2008), que tem como foco o ensino secundário laico e o ensino católico no Sul do Brasil, nas primeiras décadas do século XX. Para isso, a autora utilizou como *locus* de investigação o Ginásio Gonzaga, de ensino católico, e o Ginásio Pelotense, de ensino laico. A análise aponta as diferenças ideológico-educacionais existentes entre as duas instituições a partir de três eixos principais: a disputa político-ideológica da Maçonaria e da Igreja Católica, a política educacional gaúcha e as reformas nacionais de ensino secundário e superior na Primeira República.

Amaral (2008) destaca, em suas considerações, que a criação dos dois ginásios tinha o objetivo de atender aos interesses de uma elite que possuía condições de custear os estudos de seus filhos. Ressalta também que, apesar de diferentes orientações ideológicas, tanto o Ginásio Gonzaga quanto o Pelotense, no que se refere ao seu funcionamento, sempre estiveram em consonância com o regulamento e com o programa do CPII em tudo, sendo as duas instituições equiparadas ao tradicional colégio, desde os seus primeiros anos de funcionamento. A autora afirma também que, mesmo sob a forte influência dos propósitos de ensino confessional ou laico, os ginásios “[...] tinham na imposição do mecanismo de equiparação uma grande influência sobre sua prática” (AMARAL, 2008, p.137).

O trabalho de Amaral (2008) apresenta questões análogas à presente pesquisa. Tal como no referido estudo, o GES passou pelo processo de equiparação ao CPII em 1908, ano de seu efetivo funcionamento. De acordo com o seu primeiro regulamento, seguiu estritamente os programas da instituição carioca. Além disso, o trabalho discute aspectos referentes ao ensino laico e ao ensino religioso, destacando as diferentes orientações ideológicas das práticas desenvolvidas — uma das questões problematizadas neste estudo, em virtude de fontes que informam sobre a presença de religiosos na administração e na atuação docente do GES.

Esta pesquisa focaliza processos que configuraram a profissão docente no GES, no período de 1906 a 1951. Por esse ângulo, entende-se que a constituição docente está permeada pela relação com a instituição de ensino em que os professores atuam. Com isso, para que seja possível compreender essa relação do sujeito com o espaço de atuação, será de fundamental importância dialogar com trabalhos que investigam a história das instituições escolares no Brasil e, em especial, no Espírito Santo.

As instituições escolares representam atualmente um tema de investigação frequente, principalmente entre os educadores que pesquisam a História da Educação. Nesse sentido, Buffa e Nosella (2009) destacam alguns dos principais aspectos que têm servido de base para a problematização desses espaços educacionais, no tempo. Entre eles,

[...] o contexto histórico e circunstâncias específicas da criação e da instalação da escola; processo evolutivo; origens; apogeu e situação atual; vida escolar; o edifício: organização do espaço, estilo, acabamento, implantações, reformas e eventuais descaracterizações; alunos: origem social, destino profissional e suas organizações; professores e administradores: origem, formação, atuação e organização; saberes: currículo, disciplinas, livros didáticos, métodos e instrumentos de ensino, normas disciplinares: regimentos, organização do poder, burocracia, prêmios e castigos; eventos: festas, exposições, desfiles (BUFFA; NOSELLA, 2009, p. 18).

Os aspectos evidenciados pelos autores relacionam-se com esta investigação, principalmente o que considera os professores na relação com a sua origem, formação e atuação, bem como com a organização do espaço escolar. Outro tópico que chama a atenção e que possivelmente constituirá uma das questões a serem trabalhadas é o que diz respeito aos saberes que envolvem o currículo, as disciplinas, os materiais didáticos e os métodos e instrumentos de ensino no GES, durante o período analisado.

Em contrapartida, o estudo de Lima (2011) investiga a história da implantação do Ginásio de Maringá, entre os anos de 1952 e 1963. A autora problematiza a história da implantação e da consolidação do Ginásio Maringá e destaca a influência da Igreja Católica na educação, durante o período analisado. A investigação concentra-se em analisar as características do ensino secundário oferecido na década de 1950 e as políticas ligadas à educação da época. O Ginásio de Maringá se constituiu como uma instituição de ensino particular criada em 1952, tornando-se o Colégio

Marista de Maringá, no ano de 1969. Com relação à fundação do ginásio, a autora relata que a história dessa instituição está intimamente ligada à história da cidade de Maringá. Afirma ainda que o educandário nasceu para educar os filhos dos grandes proprietários de terras que vinham para a região, devido ao aumento do cultivo do café e a outras promessas de melhoramentos de vida.

Um dos aspectos apontados por Lima (2011) é o perfil das lideranças políticas, dos profissionais liberais e dos proprietários dos principais comércios da cidade. De acordo com a análise, todos frequentaram o Ginásio Maringá, onde se formaram. A autora acrescenta ainda o caráter seletivo da instituição, já que, desde a regulamentação da Lei Orgânica, criada em 1942, o acesso ao ensino secundário era permitido somente aos alunos que passassem pelos exames de admissão, o que favorecia os candidatos que provinham de famílias com maior poder aquisitivo. Dessa forma, essas famílias tinham a possibilidade de matricular seus filhos no ensino primário, além de contratar bons professores particulares para a preparação para o exame de admissão.

Outro fato analisado pela autora diz respeito aos responsáveis pelo educandário. Inicialmente, o ginásio esteve sob a administração de um leigo e dois anos mais tarde, em 1954, passou a ser administrado por um bispo.⁷ Para Lima (2011), o interesse da Igreja Católica em assumir o ginásio pode ser entendido a partir dos rumores da época sobre a aquisição de uma instituição educativa em Maringá por parte dos protestantes. Além disso, a Igreja Católica compreendia o espaço escolar “[...] como um instrumento de difusão da religião” (LIMA, 2011, p.173). Apesar de o estudo de Lima (2011) focalizar um recorte temporal diferente do nosso, alguns aspectos destacados contribuem para a problematização de questões pertinentes à pesquisa aqui proposta, uma vez que o GES também esteve sob a tutela de religiosos durante um determinado período. Além disso, o estudo evidencia o exame de admissão como requisito obrigatório para o ingresso dos alunos no ensino secundário.

Ainda nessa vertente, porém com outro foco, o estudo de Aksenen e Miguel (2014) analisa os exames de admissão dos alunos ao Ginásio Paranaense entre o período

⁷ Nesse momento, autora comenta que “[...] a igreja católica assumiu a gestão da instituição” (LIMA, 2011, p.172).

de 1930 e 1971, apontando as características e o significado desse processo, especificamente no que diz respeito aos conteúdos matemáticos da época. De acordo com Aksenén e Miguel (2014), durante vários anos, o Ginásio Paranaense foi responsável pelo ensino secundário no Estado do Paraná. As autoras afirmam que os exames de admissão ao ginásio começaram a vigorar num momento em que a sociedade local, como ocorria em todo o Brasil, passava por mudanças políticas, econômicas e sociais significativas, que ampliaram a demanda por mão de obra qualificada, aumentando, conseqüentemente, a procura pela educação.

As autoras ressaltam que os exames de admissão constituíram uma espécie de “bloqueio” ao acesso de grande parte da população, pois no Ginásio Paranaense essa seleção era feita por meio de um sistema rígido de provas, que excluía grande parcela dos alunos com intenção de dar continuidade aos seus estudos. Outro aspecto considerado no trabalho de Aksenén e Miguel (2014) consiste nas alterações sofridas pelos exames de admissão ao ginásio, ao longo do tempo. Todas essas mudanças eram legitimadas por decretos, portarias, circulares e pareceres. O estudo apresentado tange esta pesquisa pelo fato de investigar aspectos de organização e ingresso de alunos de uma instituição de ensino secundário nas primeiras décadas do século XX. Além disso, o trabalho dialoga com Marc Bloch, apresentando, portanto, aproximações teórico-metodológicas com a investigação que se pretende realizar.

Entre os trabalhos que versam sobre a história das instituições escolares capixabas, selecionou-se o estudo de Simões, Salim e Tavares (2009). Os autores abordam o processo de equiparação do GES ao CPIL, entre os anos de 1932 e 1957, período em que várias reformas educacionais foram implementadas. A pesquisa baseou-se em um corpo documental referente ao GES, e as fontes foram analisadas a partir de três questões principais: aspectos infraestruturais, condições para o exercício do magistério e grade curricular. De acordo com os autores, o GES enfrentou um período de dificuldades com relação às instalações e à administração do prédio onde funcionava a instituição. Tal situação exigiu a recorrência de diferentes endereços, durante suas primeiras décadas de funcionamento.

Com relação aos docentes, destaca a presença de apenas dois professores catedráticos; os outros eram nomeados interinamente. O estudo pontua os esforços

da administração do GES para atender às exigências da inspeção federal, buscando se adequar às disposições legais. Como exemplo desse esforço, é apresentada uma lista com os materiais didáticos disponíveis para atender ao GES. Entre eles, livros e periódicos pertencentes à biblioteca. O diálogo com o trabalho de Simões, Salim e Tavares (2009) mostra-se relevante, considerando-se que analisa aspectos referentes à fundação e à consolidação do GES como uma importante instituição pública de ensino secundário capixaba. O trabalho evidencia a constituição do ginásio em meio às reformas educacionais ocorridas durante as primeiras décadas do século XX, entre as quais a Reforma Carlos Maximiliano, em 1915, e a Reforma Rocha Vaz, em 1925, responsáveis por consideráveis mudanças referentes ao ensino secundário no Brasil, macrocenário das nossas questões.

No diálogo com estudiosos que investigam temáticas que se aproximam da intenção da presente pesquisa, percebe-se que algumas questões são recorrentes. Entre elas, destacam-se: a formação inicial de professores que atuavam no ensino secundário; as diferentes formas de ingresso desses profissionais nos educandários; a relação entre trabalho, escola e formação inicial na constituição docente; a produção intelectual dos professores do ensino secundário; a visibilidade dos ginásios na imprensa; a constituição do ensino secundário e a relação com o desenvolvimento da sociedade urbana; as ações governamentais destinadas a definir o estatuto profissional dos professores secundários; os processos e as ações políticas envolvidas na criação dos ginásios; e a presença de religiosos na administração de instituições de ensino secundário e no exercício da docência.

1.1 PROCESSOS METODOLÓGICOS: CAMINHOS DA PESQUISA

A problematização de fatos, ideias, desejos e direcionamentos capazes de traduzir diversas interpretações no tempo sustenta a tentativa de compreensão do passado por meio do diálogo com os documentos encontrados. Outros indícios importantes são aqueles produzidos a partir de depoimentos de sujeitos que vivenciaram o período analisado. Desse modo, um dos procedimentos utilizados para a produção de fontes nesta investigação consistiu na entrevista. Para conhecer a dinâmica que se configurava na docência do GES, no período investigado, foram entrevistados sujeitos próximos a essa temática. Entre eles, Reinaldo Santos Neves e Luiz

Guilherme Santos Neves, filhos de um dos professores que lecionaram no GES, Guilherme Santos Neves. Além desses entrevistados, dialogou-se com Manoel Ceciliano Salles de Almeida, filho de Nelson Abel de Almeida, professor e diretor do GES, e Léa Brígida Rocha de Alvarenga Rosa, ex-aluna e ex-professora do Colégio Estadual, antigo Ginásio do Espírito Santo.

Para que os entrevistados compreendessem de forma mais clara a proposta do estudo, o projeto lhes foi apresentado, explicitando os objetivos e a importância dos depoimentos para a construção do trabalho. A partir dos encontros com os sujeitos, registraram-se os diálogos e, no momento da análise dos relatos, os sentidos e as influências sofridas pelos entrevistados no passado, que agora vieram à tona e foram levados em consideração. Desse modo, para uma maior compreensão dos fatos, os depoimentos foram analisados como possibilidades e não como verdades absolutas.

Além dos depoimentos, foram analisados documentos impressos encontrados a partir de inúmeras visitas e consultas a diversos arquivos, entre os quais os do Colégio Estadual do Espírito Santo, das Coleções Especiais da Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, do Arquivo Público do Espírito Santo, além da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Desse modo, por meio do contexto de busca e produção, a diversidade de fontes auxiliou uma maior compreensão dos caminhos traçados na investigação empreendida, levando em conta que o entrecruzamento das fontes atua como elemento essencial ao entendimento dos processos investigados. Como observa Ginzburg (2002, p. 44),

A ideia de que as fontes, se dignas de fé, oferecem um acesso imediato à realidade ou, pelo menos, a um aspecto da realidade, me parece igualmente rudimentar. As fontes não são nem janelas escancaradas, como acreditam os positivistas, nem muros que obstruem a visão, como pensam os cépticos: no máximo poderíamos compará-las a espelhos deformantes. A análise da distorção específica de qualquer fonte implica já um elemento construtivo.

Cabe ressaltar que o processo de busca das fontes enfrentou alguns obstáculos: por exemplo, a falta de organização e de cuidados necessários à conservação dos documentos encontrados no arquivo do Colégio Estadual acarretou, por vezes, a descoberta de documentos quase ilegíveis e em más condições de manuseio. No entanto, as orientações de Ginzburg (1989, p. 150) foram acalentadoras, quando

afirma que “[...] pistas infinitesimais permitem captar uma realidade mais profunda, de outra forma inatingível”. Desse modo, das fendas dos textos ou dos registros aparentemente negligenciáveis, podem brotar elementos relevantes para a investigação. Portanto, nenhum documento deve ser ignorado antes de um olhar atento e desnaturalizador. Afirma o autor que, se “[...] a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la” (GINZBURG, 1989, p.177). Em outras palavras, diante de um panorama inicialmente nebuloso, é preciso guiar-se por pistas rumo à composição de uma narrativa verossímil.⁸

Assim, a ausência de fontes pode ser entendida tanto pela sua inexistência quanto pela dificuldade de acesso a elas. No entanto, por maiores que tenham sido os impedimentos e as lacunas, a análise partiu de interrogações elaboradas das fontes (GINZBURG, 2002). Entende-se, portanto, que lidar com ausências de documentos ou com a inacessibilidade a algumas dessas fontes constitui, para o historiador, uma tarefa difícil, mas não impossível.

Ainda nesse processo, após o “encontro” com as fontes, iniciou-se o trabalho de categorização dos documentos encontrados. Para isso, pastas foram criadas e nomeadas de acordo com os assuntos mais frequentes: concursos, professores, admissões e exonerações; criação e histórico do GES, relatório de inspetores e curiosidades; pagamentos de taxas no GES, exames e salários de professores; matéria lecionada, horário de aulas e suspensão de alunos; materiais variados utilizados no GES; teses diversas e revistas de vários anos.

Partiu-se, assim, para a coleta, a categorização e a análise das fontes, visando à compreensão da configuração da docência no GES, na primeira metade do século XX, levando-se em consideração os contextos de produção dos documentos analisados. Contextos esses permeados por escolhas e relações hierárquicas provindas dos mais variados espaços, pois “[...] os documentos não surgem, aqui ou ali, por efeito [de não se sabe] qual misterioso decreto dos deuses. Sua presença ou ausência em tais arquivos, em tal biblioteca, em tal solo deriva de causas humanas que não escapam de modo algum à análise” (BLOCH, 2001, p. 83), ou seja, a inexistência de fontes é também reveladora e, portanto, digna de análise.

⁸ “Os historiadores (e, de outra maneira, também os poetas) têm como ofício alguma coisa que é parte da vida de todos: destrinchar o entrelaçamento de verdadeiro, falso e fictício que é a trama do nosso estar no mundo” (GINZBURG, 2007, p. 14).

Dentre as fontes encontradas, estão documentos oficiais sobre a criação e o funcionamento do GES; atas da Congregação e atas dos concursos para professores; editais de abertura e teses produzidas e apresentadas em concursos; pareceres de concurso; legislações; recortes de jornais (diversos) sobre admissões e exonerações de professores; revistas diversas, entre as quais *Vida Capixaba* e *Revista Comandos*; cartas; ofícios; documentos de equiparação do GES; mensagens de presidentes; regimento interno do GES; matérias de jornais sobre o cotidiano do GES e fotografias. Apresentada a trajetória de produção e busca de fontes, destacam-se a seguir os processos que sustentaram a análise empreendida ao longo da investigação.

Há algum tempo, a História da Educação no Espírito Santo vem sendo contada a partir de seus *déficits*, já que as narrativas encontradas tendem a evidenciar especialmente as carências do ensino e de instituições educacionais no Estado, fixando-se uma noção de “atraso” em relação aos centros considerados “avançados”. No entanto, estudos mais recentes⁹ enfatizam outras possibilidades de narrativas da História da Educação capixaba. Essas possibilidades delineiam-se a partir da leitura minuciosa das múltiplas fontes localmente produzidas. Nesse sentido, propõe-se que a história seja utilizada como ferramenta para a problematização de “[...] traços de permanências e discontinuidades, em processos de constituição de professores” (SIMÕES, 2011, p. 307).

Semelhantemente à proposta da autora, as intenções deste estudo estão direcionadas à investigação da configuração da docência no GES ao longo do tempo, considerando a existência de *espaços em branco*, tanto durante o garimpo das fontes, quanto no momento da análise de uma narrativa, por exemplo. Surge então a necessidade de uma interrogação elaborada, justificada pela orientação de Ginzburg (2002, p.114), quando afirma que as fontes históricas “[...] não falam sozinhas, mas só se interrogadas de maneira apropriada”.

Tal como se procedeu com os documentos oficiais, as narrativas foram analisadas com base na contribuição de alguns conceitos dos interlocutores teórico-

⁹ Como exemplo, as contribuições do Núcleo Capixaba de Pesquisa em História da Educação (Nucaphe).

metodológicos selecionados. A noção de estranhamento¹⁰ está presente na pesquisa de maneira que o “não dito” possa vir a compor o conjunto de fontes, ou seja, para que a percepção dos fatos não caia nas armadilhas do automatismo de um olhar viciado. O contato com alunos egressos do GES teve o propósito de saber mais sobre os professores que atuaram no educandário.

Nesse contexto, como enunciado, o diálogo com as fontes possibilitou a elaboração das seguintes questões:

- Como se deu a criação do GES, e quais os desdobramentos administrativos nos seus primeiros anos de funcionamento?
- Qual a formação inicial dos professores que ingressavam no GES/CEES, e como se constituíam seus processos de admissão?
- Quais eram as concepções de ensino dos docentes, bem como a relação estabelecida com a instituição em que atuavam?
- Como se caracterizavam as produções intelectuais dos professores do GES/CEES, e qual a visibilidade desses sujeitos na imprensa local?

As perguntas instigam a escrita de uma história da docência no Ginásio do Espírito Santo, que contribui para a História da Educação capixaba, em meio às ausências e invisibilidades historicamente produzidas. Novamente, ressalta-se a necessidade de considerar as diferentes possibilidades de fontes. Bloch (2001, p. 79) alerta para o fato de que “[...] tudo o que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica, tudo que toca pode e deve informar sobre ele”.

No entanto, lidar com uma multiplicidade de fontes implica visitar diferentes contextos de produção. Ginzburg (2002, p. 43) destaca as relações de força que permeiam a constituição dos documentos e orienta, tal como faz Walter Benjamin, a

¹⁰ Ginzburg (2001, p.41) argumenta que é preciso estranhar o que está posto, pois “[...] o *estranhamento* é um antídoto eficaz contra um risco a que todos nós estamos expostos: o de banalizar a realidade (inclusive nós mesmos)”. Nesse sentido, buscou-se interrogar documentos e narrativas, para além do que está visível, uma vez que eles podem apresentar espaços ainda não decifrados, gerando reflexões e interrogações a respeito do objeto analisado. Os textos, por mais claros e objetivos que pareçam, podem apresentar fendas e dessas fendas podem emergir pistas ainda não visualizadas.

“escovar a história a contrapelo”,¹¹ ou seja, a examinar com um olhar distanciado e crítico o processo de produção dessas fontes históricas, “contra as intenções de quem as produziu”. Foram considerados, portanto, os diferentes momentos de produção das fontes e as relações envolvidas nesse processo. Como exemplo, destacaram-se os processos de admissão de professores no GES. As atas de concurso e as teses apresentadas mereceram uma análise minuciosa, a fim de identificar critérios que permeavam a escolha dos docentes no GES, na primeira metade do século XX.

As perguntas lançadas às fontes foram elaboradas de acordo o objetivo maior proposto nesta pesquisa, que consiste em investigar percursos formativos e profissionais de professores que lecionavam na principal instituição capixaba de ensino secundário, priorizando olhares para as ritualizações que envolviam o ingresso de professores na instituição, as concepções de ensino, bem como os vestígios das práticas docentes que resistiram ao tempo. Sobre os testemunhos históricos e a intrínseca relação entre o pesquisador e o objeto de pesquisa, Bloch (2001, p. 60) destaca que “Os homens se parece mais com o seu tempo do que com seus próprios pais”. Portanto, compreendeu-se a importância de se considerar o contexto de produção das fontes selecionadas para a pesquisa, tendo em mente que foram produzidas por determinados sujeitos, permeados por relações que influenciaram diretamente a sua constituição. Isso, porque “[...] todo ponto de vista sobre a realidade, além de ser intrinsecamente seletivo e parcial, depende das relações de força que condicionam, por meio da possibilidade de acesso à documentação, a imagem total que a sociedade deixa de si” (GINZBURG, 2002, p. 43).

A análise histórica da configuração docente no GES, no período selecionado, requereu atenção não apenas aos acontecimentos passados, nos quais se investigam fontes rígidas, imutáveis, objetos de um tempo, mas também a um “método regressivo”, orientado por Bloch (2001, p. 7), quando afirma que “[...] temas do presente condicionam e delimitam o retorno, possível, ao passado”. Trata-se de

¹¹ Segundo Ginzburg (2001, p. 43), [...] para escovar a história ao contrário, como propunha Walter Benjamin, é preciso aprender a ler os testemunhos às avessas, contra as intenções de quem os produziu. Só dessa maneira será possível levar em conta tanto as relações de força quanto aquilo que é irreduzível a elas” (GINZBURG, 2001, p.43).

uma estratégia por meio da qual o passado é revisitado a partir do presente, interrogando as fontes a fim de gerar reflexões acerca das experiências de homens e mulheres que participaram dos processos que permearam a docência no GES, no “tempo”.

Desse modo, os documentos foram utilizados como produções humanas, passíveis de diversas interpretações no tempo, considerando as fontes não como peças prontas e engessadas, mas como parte de um emaranhado de interesses, concepções e possibilidades.

Mas o que exatamente seriam essas fontes? Bloch (2001, p. 75) afirma que “[...] os exploradores do passado não são homens completamente livres. O passado é seu tirano. Proíbe-lhe conhecer de si qualquer coisa a não ser o que ele mesmo lhes fornece”. Desse modo, qualquer elemento capaz de indiciar acerca da docência no GES teve grande importância nesta produção.

As características mais visíveis da informação histórica, entendida no sentido restrito e usual do termo, foram muitas vezes descritas. O historiador, por definição, está na impossibilidade de ele próprio constatar os fatos que estuda. Nenhum egiptólogo viu Ramsés; nenhum especialista das guerras napoleônicas ouviu o canhão de Austerlitz. Das eras que nos precederam só poderíamos [portanto] falar segundo testemunhas. Estamos, a esse respeito, na situação do investigador que se esforça para reconstruir um crime ao qual não assistiu; do físico, que, retido no quarto pela gripe, só conhece os resultados de suas experiências graças aos relatórios de um funcionário do laboratório. Em suma, em contraste com o conhecimento do presente, o do passado seria necessariamente ‘indireto’. Que haja nessas observações uma parte de verdade, ninguém pensará em negá-los. Elas exigem, no entanto, serem sensivelmente nuançadas (BLOCH, 2001, p. 69)

Assim as fontes foram selecionadas, organizadas e analisadas levando em consideração os aspectos que permearam o seu processo de produção. Pretendeu-se, dessa forma, produzir uma história da docência no GES a partir das nuances visíveis e invisíveis observadas nas fontes selecionadas. Para uma melhor compreensão da pesquisa, expõe-se, a seguir, a organização dos capítulos.

1.2 ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS

A primeira seção contempla a introdução, a revisão de literatura, as interlocuções teórico-metodológicas e as indicações sobre a prática historiográfica desenvolvida. A segunda parte do trabalho aborda a criação e a constituição do Ginásio do Espírito Santo, em seus diversos aspectos: os atos administrativos e a relevância para a sociedade capixaba da época; as reformas que envolviam o ensino secundário e suas principais repercussões para o educandário; as diversas sedes que acolheram o GES; a noção de um educandário público no início do século XX, bem como o investimento estatal, as cobranças de taxas e o perfil socioeconômico dos discentes; e a valorização dos educadores públicos nos primeiros anos do GES, tais como salários e condições de trabalho. A terceira seção focaliza processos de admissão de professores por meio dos concursos para catedráticos no GES e, posteriormente, no Colégio Estadual. Analisa os editais e as ritualizações inerentes a esses processos, destacando a confecção das teses produzidas. A quarta seção compreende a trajetória de seis professores catedráticos, selecionados a partir das fontes encontradas e pela representatividade na sociedade capixaba, no período analisado, evidenciando aspectos pessoais e profissionais. Por fim, a quinta e última seção — a conclusão — se propõe a tecer considerações sobre a configuração da docência no GES, a partir da historiografia do educandário, especialmente no que diz respeito aos elementos que permearam a constituição do seu corpo docente no período entre 1906 e 1951.

2 ASPECTOS DE CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO GINÁSIO DO ESPÍRITO SANTO: ENTRE O RELIGIOSO E O LAICO

Para compreender a configuração da docência no Ginásio do Espírito Santo, faz-se necessário contextualizar, historicamente, os processos de constituição do ensino secundário em terras capixabas. Tendo como referência a consolidação desse nível de ensino no Brasil, são analisadas as motivações para a criação do GES, e as funções a ele atribuídas no período estudado.

De acordo com Zorzal e Silva (1995, p. 58), “Nas últimas décadas do século XIX a economia e a sociedade capixaba estavam condicionadas pelos efeitos da monocultura cafeeira, que se realizava por duas vias distintas”. Na região sul, na grande fazenda e, na região central, com pequenas produções em propriedades privadas. Os autores destacam ainda que a região norte do Estado do Espírito Santo era pouco habitada, por isso não havia expressão econômica. No cenário que se constituía, a produção do café teve relação direta com a formação da estrutura social da época, pois nesses espaços houve a consolidação de uma sede político-administrativa da Província, o que ocasionou a primazia da direção política do Espírito Santo desde os primórdios coloniais (ZORZAL; SILVA, 1995).

No início do século XX, a população do Espírito Santo ainda vivia em um regime essencialmente agrário. De acordo com Oliveira (2008) essa situação permaneceu até a metade do século, quando o principal produto cultivado era o café, base da economia do Estado. Naquele período, grande parte da população concentrava-se no meio rural, “[...] sendo difícil e demorado o acesso à cidade de Vitória, em virtude da falta de transporte regular e de razoáveis estradas de rodagem” (OLIVEIRA, 2008, p. 21). Dessa forma, vislumbrando manter o *status* social, muitas famílias da elite capixaba buscavam um ensino de qualidade para os seus filhos. Souza (2008) contribui para o esclarecimento dessa questão, quando afirma que, no início do século XX, a educação secundária no Brasil era destinada a um grupo restrito, cujos membros estavam interessados em manter uma alta cultura que se distanciava de “[...] uma utilidade imediata em relação ao mundo do trabalho [...]” (SOUZA, 2008, p. 89). Tratava-se, portanto, de uma “porta de entrada” para os cursos superiores.

Naquele momento, o governo capixaba parecia propenso a um maior investimento na educação. Uma das medidas constituiu-se em mudanças no ensino primário, por meio da reforma Gomes Cardim,¹² em 1908. Contudo, em meio às inovações, o ensino secundário capixaba também obteve novos rumos, no momento em que foi criada a primeira instituição pública de ensino secundário, o Gymnasio Espírito Santense. A criação desse ginásio pareceu oportuna, uma vez que as famílias não precisariam mais deslocar seus filhos para outros Estados em busca de um ensino secundário de qualidade e que os habilitasse ao ingresso nos cursos superiores.

Assim, durante o segundo mandato do governo do coronel Henrique da Silva Coutinho,¹³ em 24 de outubro de 1906, era criada aquela que viria a se estabelecer como uma instituição de ensino secundário de destaque, passando pelo processo de equiparação¹⁴ ao Colégio Pedro II (CPII), por duas ocasiões. Souza (2008), em nota, esclarece que o sistema de equiparação perdurou durante toda a Primeira República no Brasil. Tal condição concedia privilégios aos educandários mantidos pelo Poder Público, tornando-os referência de qualidade de ensino secundário no país.

Sobre o assunto, Oliveira (2016, p. 139), ao estudar o Gymnasio Leopoldinense e o projeto educativo de formação da elite republicana na Zona da Mata Mineira (1906-1926), afirma que o processo de equiparação representava naquele contexto: “[...] uma estratégia identitária, seja no nível institucional, seja enquanto construção de uma identidade profissional para os professores de ensino secundário”.

No Ginásio do Espírito Santo não era diferente. Como uma instituição equiparada, seu funcionamento seguia ou deveria seguir as orientações advindas do Colégio

¹² A Reforma Gomes Cardim (1908-1909) constituiu-se uma importante intervenção do Poder Público na Educação do Espírito Santo. Desse modo, o Governo Estadual desenvolveu uma política centralizadora em relação à educação, procurando estabelecer medidas que padronizassem o sistema de ensino. Para conduzir o processo de reforma educacional, o governo do Estado contratou os serviços do educador paulista Carlos Alberto Gomes Cardim, que permaneceu na chefia da Instrução Pública de junho de 1908 a julho de 1909. Gomes Cardim integrava a chamada geração dos “normalistas republicanos”, formada no contexto da reforma educacional promovida no Estado de São Paulo, logo após a proclamação da República (SALIM, 2011).

¹³ A Lei nº. 460, de 24 de outubro de 1906, dispõe sobre a criação do Ginásio Espírito-Santense.

¹⁴ O Ginásio do Espírito Santo foi equiparado pela primeira vez em 1908, a partir do Decreto nº. 7.146, de 8 de outubro de 1908, que concedia ao Ginásio Espírito-Santense os privilégios e as garantias de que gozava o Gymnásio Nacional. A segunda equiparação ocorreu no ano de 1915, a partir da Reforma Carlos Maximiliano. O regime de equiparação, no caso do ensino secundário, corresponde à total submissão ao padrão de ensino estabelecido pelo Ginásio Nacional, a saber, o Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro. Ver mais detalhes em Nagle (2001).

Pedro II. Quanto às atribuições aos ginásios equiparados, o inciso II do art. 382 do Decreto nº 3.890, de 1º de janeiro de 1901, estabelece que:

[...]

II A organização dos programmas de ensino é da exclusiva competencia da congregação do Gymnasio Nacional, sendo, todavia, permittido ás congregações dos institutos equiparados submeter, antes de terminado o prazo da duração daquelles programmas, á consideração do Governo, por intermedio e com informação dos respectivos delegados fiscaes, modificações ou medidas aconselhadas pela experiencia em bem do ensino, sobre as quaes resolverá o mesmo Governo, ouvida previamente a congregação do Gymnasio.

[...] (BRASIL, 1901).

O art. 9 do cap. III do Regulamento do GES, datado de 1906, afirma que os docentes deveriam levar em conta o currículo do Colégio Pedro II. “Os lentes e professores observarão o methodo de ensino determinado pelo regulamento do Gymnasio Nacional e expressamente consignado no art. 9 do decreto número 3.914 de 26 de janeiro de 1901” (GINÁSIO DO ESPÍRITO SANTO, certidão de organização do GES, 1967). Comumente o currículo era o mesmo entre as instituições equiparadas, podendo apresentar eventuais modificações de acordo com as peculiaridades locais.

Apesar de ter sido criado no ano de 1906, devido a problemas financeiros alegados pelo governo da época, o GES iniciou suas atividades educativas somente em 1908, quando passou pela primeira equiparação ao CPIL, dois anos após a promulgação da Lei nº 460, de 24 de outubro de 1906. Um pronunciamento emitido ao Congresso Legislativo, no ano de 1907, aponta, como motivo do atraso do início das atividades escolares, a insuficiência de recursos para manter o educandário.

O mesmo motivo que tem actuado para que muito pouco se tenha feito em relação a outras necessidades públicas, tem concorrido para que continue pouco melhor o lastimável estado em que encontrei a Educação da Mocidade. Nem sequer pude utilizar-me dos poderes que sabiamente me conferistes para a criação do nosso Gymnasio. Espero fazê-lo de forma que principie a funcionar quando terminarem as ferias do corrente anno (MENSAGEM DE PRESIDENTE, 1907, p. 10).

Mesmo com o atraso no início das atividades, a proposta de ensino que se pretendia desenvolver no GES parecia bastante atrativa para o período que se vivia no Estado, uma vez que seria oferecida uma educação pública e de qualidade aos habitantes locais. É o que indicia o Decreto nº. 96, de 19 de fevereiro de 1908, que, a fim de regulamentar a Lei nº 460, apresentou as seguintes considerações sobre o Ginásio Espírito-Santense:

Art. 1 [...] é um instituto de instrução secundaria necessaria, não só para a boa direção da vida, social do cidadão, como para as matrículas nos cursos superiores e para a obtenção de grau de bacharel em sciencias e letras.

Art. 2 A instrucção será ministrada de acordo com o regulamento do Gymnásio Nacional, e terá feição essencialmente prática.

Art. 3 A administração e o corpo docente do Gymnasio Espirito Santense serão regidos pelo código dos Institutos Officiaes de ensino superior e secundario, dependente do ministerio da Justiça e Negocios Interiores e pelas disposições deste regulamento (BRASIL, 1908, s/p).

Os benefícios e a feição essencialmente prática do GES são contestados em uma mensagem de governo do ano de 1912, na qual o presidente faz uma crítica com relação ao ensino no Espírito Santo, especialmente ao ginásio. Em seu pronunciamento, destaca a falta de um estabelecimento de ensino provido de internato e externato, o que impossibilitaria os estudantes do interior de frequentar as aulas, além de julgar o curso longo e pouco prático.

Possuímos o Gymnasio Espirito Santense; mas este, além de só distribuir o ensino secundário, sujeita os alumnos a um curso longo e systematico de preparação para a matrícula em cursos superiores, que muitos não desejam ou não podem seguir. É de conveniência a criação de um estabelecimento que prepare os moços para a vida pratica. Tal instituto deve ser installado em ponto de clima bom, onde o Governo,possua área de terreno suficiente para as accommodações precisas. Junto da Fazenda Modelo, para onde ha projecto de construir-se uma linha de bondes, descubro excellent local, tanto mais apreciável quanto permite addicionar-se aos programmas de ensino do collegio, um curso de agronomia theorica e prática (MENSAGEM DE PRESIDENTE, 1912, p. 17-18).

A carência de um local que pudesse alojar os estudantes provindos das regiões do interior suscitava automaticamente uma espécie de pré-seleção, uma vez que somente os filhos de famílias com um poder aquisitivo maior teriam possibilidade de deslocar-se para a Capital em busca de um ensino de qualidade.

Embora o modo como o ensino se processasse no GES parecesse não agradar o presidente do Estado da época, o educandário capixaba passou a receber alunos de várias regiões do Estado e, tal como em outros ginásios equiparados, tinha como um dos seus objetivos principais educar a mocidade e encaminhá-la ao ensino superior. É possível que, antes mesmo da sua criação, houvesse já uma preocupação com o direcionamento da educação no Estado. Uma mensagem do governo de Henrique da Silva Coutinho, apresentada ao Congresso Legislativo em 1904, destaca certa

inquietação com relação aos rumos da educação e à importância atribuída a ela naquele momento:

[...] um povo sem instrução é um povo infeliz; a instrução é a luz que guia a sua razão para a prática do bem e o fanal que o encaminha na senda do progresso. É uma verdade que não pode sofrer contestação, - quando se abre uma escola fecha-se uma cadeia (MENSAGEM DE PRESIDENTE, 1904, p. 13).

Como forma de orientação, baseado nos estabelecimentos equiparados, o GES possuía o seu próprio regimento. O documento apresenta, em suas primeiras linhas, informações sobre a organização do quadro de professores. De acordo com o regulamento do educandário, datado de 1908, o corpo docente “[...] do Gymnasio Espírito Santense¹⁵ compor-se-á de lentes e de professores. Só os lentes, porém, farão parte da congregação e serão obrigados a concurso” (DIÁRIO DA MANHÃ, p. 1, 1908). Orientava ainda que, após o primeiro provimento, todas as vagas seriam preenchidas por meio de concurso. No entanto, como organizar concursos para diversas cátedras em uma instituição que ainda se estabelecia? No ano de 1906, a partir do decreto de criação, uma orientação, no que diz respeito aos primeiros docentes do educandário, assim apontava:

Art. 4º - Os lentes do Gymnasio lecionarão cumulativamente as cadeiras do curso normal. Art. 5º - Todos os professores vitalícios da actual Escola Normal serão aproveitados para as cadeiras correspondentes aos cursos do Gymnasio, ficando o provimento vitalício, às demais cadeiras dependente do curso a que deverão ser submetidos os novos nomeados ate dois anos após a instalação do Gymnasio (GINÁSIO DO ESPÍRITO SANTO, certidão de organização do ginásio do GES, p.1, 1967).

No entanto, as normas previstas no novo regulamento parecem não ter sido postas em prática, haja vista que, finda a administração do coronel Henrique da Silva Coutinho, o governo Jerônimo de Souza Monteiro imprimiu novos direcionamentos ao GES.¹⁶ A questão relacionada com a composição do corpo docente do GES aparece novamente comentada em um relatório do novo presidente.

Deveis resolver se os lentes da Escola Normal, que, por efeito das prescrições da citada lei n. 460, lecionavam no Gymnasio, adquiriram direito à regência vitalícia das respectivas cadeiras neste estabelecimento de ensino, de que tiveram de afastar-se, por força das disposições do Decr.

¹⁵ O ginásio passou por três denominações durante seu primeiro século de existência: Gymnasio Espírito Santense, Ginásio do Espírito Santo e Colégio Estadual.

¹⁶ Para Simões, Salim e Tavares (2009, p. 142), o GES representava “[...] uma tentativa de impulsionar o ensino secundário, fragilizado pelas políticas públicas localmente implementadas”. O GES nasce, portanto, para suprir um hiato existente em relação à educação pública secundária destinada aos homens, em sua grande maioria, integrantes da elite econômica espírito-santense.

3.890 cit. e do Decr. Nº 3.914, de 26 de Janeiro de 1901. Sendo assunto da competência do Poder Legislativo, donde emanou o acto, não quiz tomar deliberação e aguardo a vossa ponderada e sábia decisão (MENSAGEM DE PRESIDENTE, 1908, p. 23-24).

No início do século XX, a família Souza Monteiro gozava de grande prestígio político no Espírito Santo (OLIVEIRA, 2008). Entre 1908 e 1912, ainda no intervalo entre 1916 e 1920, o Espírito Santo teve como governante um Souza Monteiro.¹⁷ Também pertencia à família o padre Fernando de Souza Monteiro,¹⁸ que, de acordo com Leite (2002) se tornou o primeiro bispo espírito-santense, no ano de 1901, atuando na Diocese de Vitória. Essa situação familiar mostrou-se decisiva para a nova administração do GES (PACHECO, 1996). No ano de 1908, mais especificamente, aos vinte e três dias de maio, sucedendo o governo de Henrique da Silva Coutinho, Jerônimo Monteiro assumia a presidência do Estado do Espírito Santo. De acordo com Oliveira (2008), o novo governante chegava com um plano repleto de inovações e amplas realizações. Nesse período, o Estado passou por diversas mudanças no que diz respeito à modernização, tais como: serviços de água, luz, esgotos e bondes elétricos; a criação de novas ruas, vilas e parques. Estradas foram abertas e importantes prédios públicos foram reconstruídos. Além disso, desenvolveu o ensino público e melhorou o aparelho administrativo.

No novo cenário político que se instaurava e diante das dificuldades financeiras do Estado para manter o educandário, a tutela do GES passou para uma congregação religiosa denominada *Verbo Divino*,¹⁹ que seria responsável por todas as instâncias de funcionamento da instituição. A justificativa da transição de administração é retratada da seguinte maneira.

Como sabeis Srs. Deputados, o Gymnasio Espírito Santense era equiparado ao Ginásio Pedro II. Como a sua manutenção era dispendiosa, o Governo a contractou com os padres da Congregação do Verbo Divino pela importância de 26:400\$000, incluindo nessa quantia 2:400\$000 para a fiscalização (MENSAGEM DE PRESIDENTE, 1915).

Contudo, ao mesmo tempo em que apontava os problemas em manter a instituição, Monteiro exaltava o ensino e o seu quadro docente. Segundo o próprio presidente

¹⁷ Os irmãos Jerônimo e Bernardino, respectivamente.

¹⁸ É motivo de estranhamento a entrega do principal educandário capixaba de nível secundário do início do século XX a religiosos, mormente considerando que o bispo católico da época era irmão do presidente da província.

¹⁹ Congregação do Verbo Divino. Ver em: MISSIONÁRIOS DA CONGREGAÇÃO DO VERBO DIVINO NO BRASIL. *Nossa História, Nossa Missão*. Belo Horizonte, 2000.

de Estado, a mudança administrativa não afetaria a qualidade de ensino do GES (ESPÍRITO SANTO, 1909). Após o período de criação e estabelecimento da nova administração, o primeiro quadro docente do ginásio começava a se constituir. A ata da primeira reunião da Congregação do Gymnásio Espírito Santense informa as primeiras ações do educandário no que diz respeito aos professores que ocupariam as cadeiras das disciplinas que compunham o programa de ensino praticado no ginásio naquele momento (Quadro 1).

Quadro 1 – Professores da na primeira ata da congregação do GES (1908)

Professores	Disciplinas
Dr. Henrique Alves Cerqueira Lima	Geografia
Dr. Luiz Adolpho Thiers Velloso	Português, Mecânica e Astronomia
Dr. João Lordello dos Santos Souza	Aritmética, Álgebra e Trigonometria; Física e Química
Dr. Antenor de Sá e Benevides	História Natural
Dr. Alfredo Caldas	Inglês, Literatura
Dr. Carlos Mendes	Desenho, Alemão
Cônago João Maria Cochard;	Francês
Padre Luiz Gonzaga Berger	Grego
Francisco Rodrigues da Fraga Loureiro	Latim
Deocleciano Nunes de Oliveira	História Universal
Padre Luis Cláudio de Freitas Rosa	Lógica

Fonte: Arquivo do Colégio Estadual do Espírito Santo.

Segundo o documento, o Dr. Henrique Alves Cerqueira Lima ocupou o cargo de primeiro diretor do Gymnasio Espírito Santense. Além dos nomes dos professores que permaneceram à frente das cátedras nos primeiros anos de funcionamento do ginásio, as atas apontam os assuntos mais discutidos nas reuniões, dentre os quais se destacam a escolha dos membros que comporiam as bancas dos exames de admissão dos alunos, as mudanças nos horários de aulas, tudo que correspondesse ao funcionamento da instituição, entre outros assuntos (ATA DA CONGREGAÇÃO, 1908).

Figura 1 – Professores e alunos do GES (1909)



Fonte: Arquivo Público do Espírito Santo.

Poucos foram os registros fotográficos encontrados referentes à primeira década de funcionamento do GES. Entre estes, a Figura 1 retrata um ambiente predominantemente masculino e com a presença de algumas autoridades políticas. Com relação a essa observação, Salim (2009) afirma que, durante a Primeira República, o ensino secundário oferecido pelo Ginásio do Espírito Santo passou por consideráveis mudanças. Entre elas, a maior acessibilidade (ainda que bastante restrita) das classes populares a esse nível de ensino e a maior presença de meninas matriculadas na instituição. Desse modo, aos poucos o educandário deixava de ser um espaço destinado essencialmente ao público masculino. “Mesmo muito lentamente, crescia o número de meninas matriculadas no ginásio, chegando a representar no ano de 1930 cerca de 20% da matrícula geral” (SALIM, 2009, p. 237).

Nota-se também a presença de religiosos entre os professores, o que indicia a participação de padres na docência e/ou na administração da instituição, naquele momento. Isso pode ser observado na primeira ata da congregação do ginásio que, entre outros aspectos, anuncia a existência de religiosos na composição do seu primeiro corpo docente. Todavia, a situação exposta não causa estranhamento, uma vez que, naquela ocasião, a administração do GES estava sob a responsabilidade de uma congregação religiosa, fato que oportunizava o acesso, a atuação como lentes e, conseqüentemente, a disseminação de preceitos defendidos pela Igreja Católica no ambiente escolar.

Contudo, o cenário educacional que se instaurava não perdurou por muito tempo. Após aproximadamente dois anos sob a direção de religiosos, o GES sofreu significativas mudanças administrativas.

Com o advento da Reforma Rivadávia, o Governo Federal, por meio do Decreto de 5 de abril de 1911, resolveu cassar todas as equiparações dos institutos ginasiais, estabelecendo um regime de liberdade de ensino entre os educandários secundários e superiores do Brasil. De acordo com Cury (2009, p. 723), “[...] esse Decreto constitui-se como o primeiro documento em que a desoficialização do ensino público é explicitamente assumida”. O autor comenta ainda que a desoficialização “[...] possibilitou a abertura de escolas de todos os tipos, desde instituições sérias de ensino até ‘academias elétricas’” (CURY, 2009, p. 731). Para ele, a nova imposição que se apresentava descaracterizou os ginásios, de modo a fazer o ensino secundário perder a necessidade de um modelo educacional, papel exercido até então pelo Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro. Atingido pelo novo regime instituído pela Reforma Rivadávia, o Ginásio Espírito-Santense perdeu o seu caráter oficial, provocando mudanças na sua administração. “Pela lei Rivadávia foi extinta a equiparação do Gymnasio Espírito Santense, que por isto não offereceu mais vantagem alguma e os resultados que se pudessem colher não recompensavam aos despendios que se faziam com elle” (RELATÓRIO DE PRESIDENTE, 1915, p. 129).

A partir da nova condição estabelecida pela lei recém-instaurada, o Governo Capixaba tomou providências para que o GES não interrompesse suas atividades escolares. Tal como no governo anterior, o interventor Marcondes Alves de Souza também registrou más condições financeiras, o que o levou a rescindir o contrato firmado com a Congregação do Verbo Divino. Para que as atividades desenvolvidas no educandário não fossem interrompidas, abrigou o ginásio em seis cômodos da Igreja São Thiago, localizada na cidade de Vitória. Contudo, o fato de encontrar um espaço para abrigar o GES ainda não seria suficiente para garantir o seu pleno funcionamento.

A partir da situação instaurada, o governo deu nova regulamentação ao ginásio. Por meio do Decreto nº 2.063, de 23 de abril de 1915, estabeleceu um horário especial para que os lentes da Escola Normal pudessem lecionar também no GES. Essa

movimentação deveria ocorrer, nas palavras do governador, “[...] sem causar prejuízos das horas de trabalho da Escola, com uma pequena gratificação, tirada do que fosse pago pelos alumnos de suas contribuições e matrículas e distribuídas em partes proporcionaes” (RELATÓRIO DE PRESIDENTE, 1914, p. 130).

Nesse contexto, destacou-se a figura de D. Fernando de Souza Monteiro, bispo de Vitória na época que demonstrava notável interesse pelo ensino. Entre seus vínculos com a educação, evidencia-se a fundação do Colégio Diocesano em Cachoeiro de Itapemirim/ES, dirigido pelos padres da Congregação do Verbo Divino, que mais tarde se tornou um instituto de Artes e Ofícios no sul do Estado. Na capital, Vitória, remodelou o Colégio do Carmo (Colégio Nossa Senhora Auxiliadora), além de criar o orfanato Santa Luzia, para meninas (PATRONOS; ACADÊMICOS, 2002). Uma mensagem do presidente do governo menciona o interesse do bispo com relação à educação.

O Sr. Bispo Diocesano, d. Fernando de Souza Monteiro, sempre afeito a causa do bem, reconhecendo os grandes benefícios que presta à mocidade desse estabelecimento de ensino e querendo cooperar nessa obra meritória pela educação dos nossos jovens coestaduanos, se ofereceu a tomar conta gratuitamente do Gymnasio, apenas recebendo as contribuições e as matrículas dos alumnos que pudessem pagar (RELATÓRIO DE PRESIDENTE, 1914, p. 130).

Ao alegar ser penoso aos lentes da Escola Normal lecionar nas duas instituições, o governo resolveu aceitar a oferta do bispado para administrar o ginásio, em troca apenas das contribuições dos alunos. Nesse momento, o educandário passou a funcionar regularmente sem custos para o governo, que seria responsável apenas pelo mobiliário necessário à sua instalação. A partir da nova configuração estabelecida, em 1915, o padre Elias Tomazi foi nomeado diretor do GES (RELATÓRIO DE PRESIDENTE, 1914). Desse modo, em face do momento financeiro instável e desfavorável relatado pelo governador capixaba, a oferta do bispo D. Fernando pareceu combinar a necessidade econômica do Estado com o interesse da Igreja Católica em manter instituições educacionais, com o fim de propagar os conhecimentos e os valores que sustentavam a sua forte presença na sociedade brasileira.

A situação instaurada a partir das imposições advindas da Reforma Rivadávia desapareceu com o Decreto Estadual nº 1.738, de 31 de março de 1914,²⁰ que “[...] restaurou o Gymnasio em sua primitiva organização, tornando-o dependente do Governo do Estado, visando submete-lo à fiscalização posterior do Governo Federal, para os efeitos de sua equiparação” (RELATÓRIO DE PRESIDENTE, 1912, p. 102).

Após a regulamentação administrativa no Estado e, posteriormente, com o advento da Reforma Carlos Maximiliano,²¹ em 1915, que delimitou um conjunto de prescrições que reorganizava o ensino secundário e superior na República, o ensino do GES passou por significativas mudanças. Esse momento revelou-se crucial para dar novos rumos ao ginásio, uma vez que o art. 24, instituído por essa mesma reforma, por meio do Decreto nº 11.530, de 18 de março de 1915, afirma que nenhum estabelecimento de instrução secundária, “[...] mantido por particulares com intento de lucro ou de propaganda filosófica ou religiosa, poderá ser equiparado ao Colégio Pedro II” (BRASIL, 1915). Na ocasião, o GES era mantido por religiosos, o que impossibilitaria a equiparação. Assim, tendo em vista a possibilidade de emitir certificados de conclusão ou de conceder o título de bacharel aos alunos, bem como com as regalias concedidas aos estabelecimentos equiparados, a instituição passou a interessar novamente ao governo capixaba. Esse episódio consolidou a volta do ginásio à tutela estadual.

Nos anos seguintes, após ter voltado à administração do governo, o GES passou novamente por momentos de dificuldades financeiras que ocasionaram problemas estruturais na instituição. Simões, Salim e Tavares (2009) destacam as péssimas condições sanitárias, de iluminação e da biblioteca escolar. Além de problemas referentes aos espaços internos, a instituição sofreu com a falta de um prédio próprio para o seu funcionamento, passando por vários endereços.²² Foram quatro²³ localizações distintas, o que suscitou que os professores o chamassem pelo apelido de “Judeu Errante” (PACHECO, 1996, p. 126).

²⁰ Decreto que regulamentou a administração estadual.

²¹ Implantada pelo Decreto de nº 11.530, de 18 de março de 1915. O documento tinha o objetivo de reaver a autonomia e o respeito do ensino secundário. Ver mais em Silva (1969).

²² Finalmente, estabeleceu-se no Forte São João, em Vitória/ES.

²³ No final da Rua Wilson Freitas, onde hoje está a Escola Gomes Cardim; no Convento dos Franciscanos; na Escola Normal e, depois, por muitos anos, no prédio do Gomes Cardim, na Avenida Capixaba, onde é hoje a Escola de Artes Fafi (PACHECO, 1996).

A carência financeira e a falta de um local próprio para o funcionamento do educandário são relatadas em um documento datado de 1924 que, além de destacar os déficits, apresenta sugestões para a elaboração de um memorial sobre o Ginásio do Espírito Santo, endereçado ao presidente do Estado.

Entre os aspectos tratados, está o pedido de negação da transferência do GES para a cidade de Cachoeiro de Itapemirim,²⁴ que parece ter sido uma ideia bastante cogitada por parte das autoridades responsáveis pelos rumos do ginásio.

Ainda no correr do mez de Maio serão iniciadas as obras de acabamento e de adaptação do prédio que era destinado a uma fabrica de papel em Cachoeiro de Itapemirim, a fim de ser nelle installado, convenientemente, o Gymnasio do Estado, tal como estabeleceu a lei nº 1.372, de 28 de Março de 1923 (RELATÓRIO NESTOR GOMES, 1923, p. 6).

Sobre esse assunto, Salim (2009) destaca que o presidente do Estado, Nestor Gomes (1920-1924), enviou ao Congresso um projeto de lei que estabelecia a referida transferência. Acrescenta que a aprovação do projeto, em março de 1923, impulsionou manifestações em várias instâncias da sociedade, principalmente entre os professores, que se manifestaram por meio de um documento, no qual alegavam serem concursados e, portanto, resguardados por uma lei que não permitia que fossem transferidos para fora da Capital (MEMORIAL DO GINÁSIO, 1924).

Entre as reivindicações contidas no documento (memorial) produzido pelos professores do GES, em 1924, estava um regimento interno para o educandário, tal como ordenavam as leis federais; além de melhores acomodações, condições de higiene e melhorias na estrutura da sede de acordo com as exigências pedagógicas; a necessidade de pátios para recreio e desportos, entre outras. O documento informa ainda que o lugar de acomodação dos alunos nos intervalos das aulas e no recreio era perigoso, em virtude da grande quantidade de cobras que habitavam os arredores do terreno. Apresenta, também, a situação dos gabinetes de História Natural e Physica e Chimica, expondo a carência de recursos nesses espaços. Com relação à biblioteca, aponta que o ginásio não possuía sequer a coleção de livros adotados e que faltavam livros até para as provas orais de línguas. Menciona, também, a falta de coleções de leis e regulamentos federais de ensino, o que obrigava o ginásio a recorrer a empréstimos quando necessário. No que diz respeito

²⁴ Cachoeiro de Itapemirim é um município brasileiro do Estado do Espírito Santo.

aos docentes, a lista de sugestões para a produção do memorial aponta que, segundo a Lei Federal do ensino,

[...] estão os lentes obrigados a lecionar até o limite de seis horas semanais, divididas, na razão de três para cada ano, no entanto, em sua maioria, os lentes do gymnasio dão aulas durante 9 horas e às vezes mais, sem nada perceberem pelo excesso de serviço. Dão 9 horas os lentes de Portugues, Francez, ingles, Latim, Geographia e Historia e 12 o de Arithimética (MEMORIAL DO GINÁSIO, 1924).

Os vencimentos dos professores são colocados em questão, pois, segundo o documento, não estariam de acordo com as exigências da Lei Federal nº 11.530, de 18 de março de 1915. O relato afirma que o valor recebido mostrava-se insuficiente para a “[...] manutenção decente dos professores como pede a própria pedagogia [...]” (MEMORIAL DO GINÁSIO, 1924), obrigando-os a custear as despesas pessoais e familiares, além daquelas destinadas à compra de livros e materiais utilizados em aula.

Pelas leis 782 de 31 de dezembro de 1911 e 940 de 20 de dezembro de 1913, pagava o Estado a seus professores secundários mensalmente 500,000. Ao depois foram esses vencimentos diminuídos de modo que os aumentos decretados ultimamente ao funcionalismo não tem aproveitado aos professores de ensino secundário - elles voltaram simplesmente a ganhar o que ganhavam ultimamente em anos em que os preços das coisas não haviam ainda atingido aos da tabela hodierna. Tais aumentos só têm, pois beneficiado as outras classes do funcionalismo. A lei última do Congresso mandando incorporar aos vencimentos a chamada Tabella Brito, ainda não solucionou o problema. Não é com 520,000 que vai se manter uma família pagando no mínimo 200,000 de aluguel de casa com a atual crise de habitação (MEMORIAL DO GINÁSIO, 1924).

A denúncia de baixos salários indica que, mesmo fazendo parte de um corpo docente considerado ilustre e de elite, os professores não percebiam valores correspondentes à sua função no GES, o que pode justificar a ocupação de cargos em outros espaços profissionais, simultaneamente à docência.

Outro aspecto destacado nas Leis Federais da época são as chamadas turmas suplementares, que seriam criadas à medida que o número de alunos por sala chegasse ao limite suportado, gerando uma gratificação por esse serviço extraordinário. No entanto, registros indicam estar a turma do primeiro ano ginásial superlotada de alunos, o que demandaria a criação de turmas suplementares, que até aquele momento, no ano de 1924, não haviam sido organizadas. “As carteiras usadas dão logar a dois alumnos, no entanto, temos três alumnos em cada uma,

sem contar alunos que se assentam em cadeiras nos intervalos das carteiras” (MEMORIAL DO GINÁSIO, 1924). A superlotação e a falta de espaço dificultavam a fiscalização de algumas salas do GES, o que afetava o desenvolvimento de exercícios e a aplicação de avaliações.

Antecipando uma possível negação por parte do governo, diante de todos os pedidos, o documento faz referência às taxas de matrícula, criadas a fim de subsidiar necessidades do GES. O memorial é finalizado com essa sugestão, caso as medidas solicitadas fossem negadas por falta de recursos.

As solicitações expostas para a produção do referido memorial indiciam as dificuldades que o Ginásio Espírito-Santense enfrentou poucos anos após a sua volta à tutela estadual. Nesse sentido, as reivindicações expressas denunciam a insatisfação dos professores²⁵ que atuavam na instituição, o que sugere um movimento dos docentes na tentativa de conquistar melhores condições de trabalho e de remuneração. A situação instaurada parecia tão precária que o texto é finalizado com a seguinte observação: “Poderá parecer que pedimos muito... Mas, se não temos nada...” (MEMORIAL DO GINÁSIO, 1924).

Anos após a volta da instituição à tutela estadual, o corpo docente do ginásio passou por maus momentos. A afirmação está pautada em um registro que mostra a insatisfação dos professores relativa à atividade docente no GES. Isso porque, segundo as leis federais de ensino, os lentes deveriam cumprir uma carga horária de, no máximo, seis horas semanais, o que não ocorria no ginásio capixaba, pois os professores, em sua maioria, trabalhavam em média nove horas semanais e, muitas vezes, não recebiam gratificação pelo excesso de serviço. A Tabela 1 ilustra valores²⁶ percebidos por funcionários do GES, no ano de 1931.

²⁵ Heráclito Amâncio Pereira – lente de Geografia; Hércules Penna – catedrático de Física e Química; Adolpho Fernandes de Almeida – lente de Francez; Padre Elias Tomasi (GINÁSIO DO ESPÍRITO SANTO, 1924).

²⁶ Réis era a moeda brasileira até o ano de 1942, quando foi substituída pelo cruzeiro. Na conversão atual, R\$ 0,123 réis equivalem a 1 real; 1.000 réis equivalem a R\$ 123,00.

Tabela 1 – Vencimentos dos funcionários do GES (1931)

Cargos	Vencimento mensal	Vencimento anual
Diretor (Gratificação)	450\$000	5:400\$000
Lentes cathedráticos	750\$000	108:000\$000
Lentes interinos	500\$000	36:000\$000
Professor de desenho	500\$000	6:000\$000
Professora	480\$000	5:760\$000
Secretário:	660\$000	7:920\$000
Amanuense	420\$000	5:040\$000
Inspector de alumnos	420\$000	5:040\$000
Inspectora de alumnas	360\$000	4:320\$000
Porteiro continuo	360\$000	4:320\$000
Servente	270\$000	9:720\$000

Fonte: Arquivo do Colégio Estadual do Espírito Santo.

O quadro de vencimentos dos funcionários do GES no ano de 1931 indica que, de forma diferente do ano de 1924, os salários percebidos pelos catedráticos revelam-se consideravelmente mais altos do que os pagos aos lentes interinos, situação natural, em face do *status* que a cátedra proporcionava aos seus ocupantes naquele período. No caso do diretor do GES, não havia salário e sim gratificação, também inferior aos valores pagos aos catedráticos. De acordo com Souza (2008), os diretores²⁷ dos ginásios eram nomeados livremente pelo governo, podendo ser escolhidos entre os lentes catedráticos desses estabelecimentos. O fato de serem indicados e não passarem por nenhuma seleção específica pode justificar o salário inferior do diretor em relação aos valores recebidos pelos professores.

Um decreto²⁸ expedido no ano de 1932 pelo então interventor federal do Estado do Espírito Santo, João Punaro Bley, destaca algumas medidas referentes aos valores pagos aos diretores e professores do GES.

Art. 1º - Compete aos diretores do Ginásio do Espírito Santo e Escola Normal 'Pedro II' e anexas e aos Grupos Escolares a gratificação mensal, *pro labore*, respectivamente de 200\$000 e 100\$000 quando os aludidos estabelecimentos funcionarem em dois turnos e com mais de 12 classes.

²⁷ Além de presidir as sessões das congregações, convocando-as, quando julgasse conveniente, aos diretores competia observar e fazer cumprir o regulamento, exercer a inspeção geral do estabelecimento escolar, determinar substituição de funcionários e do corpo docente, assinar folhas de pagamento, impor penas disciplinares, elaborar relatórios circunstanciados sobre o andamento dos trabalhos na escola, informar dados à Diretoria Geral da Instrução Pública e propor nomeações do pessoal administrativo (SOUZA, 2008).

²⁸ Decreto nº. 2.181, de 29 de fevereiro de 1932.

Art. 2º - Nas substituições de lentes ou professores, em se tratando de lugar provido, o substituto perceberá a parte dos vencimentos que o efetivo perder.

Art. 3º - Quando o professor obtiver licença com todos os vencimentos, o substituto extranho ao quadro perceberá a metade dos vencimentos que competir ao licenciado.

Art. 4º - Em se tratando de cargo vago o lente ou professor interino perceberá os vencimentos fixados em lei, para o efetivo.

Art. 5º - Os lentes e professores do Ginásio do Espírito Santo e da Escola Normal "Pedro II" e anexas perceberão a gratificação de 120\$000 mensais, por turma suplementar que regerem (DECRETO JOÃO PUNARO BLEY, 1932)

Os artigos citados fixam uma diminuição no que diz respeito ao valor destinado ao diretor do GES. Desse modo, a gratificação mensal do profissional que ocupasse esse cargo declinou de 450\$000 (quatrocentos e cinquenta mil conto de réis), em 1931, para 200\$000 (duzentos mil contos de réis) em 1932. Contudo, de acordo com a tabela abaixo, no ano de 1939, houve um considerável aumento nos valores destinados a quem ocupasse o cargo em questão. Todavia, mesmo com o aumento, o valor não se igualou ao percebido no ano de 1931.

Tabela 2 – Vencimentos dos funcionários do GES (1939)

Cargos	Vencimento mensal	Vencimento anual
1 - Diretor (comissão)	420\$000	5:040\$000
1 – Secretário	720\$000	8:040\$000
1 – Amanuense	450\$000	5:400\$000
1 - Zelador e preparador de Física e Química	420\$000	5:040\$000
1 - Inspetor de disciplina de 1ª classe	450\$000	5:400\$000
1 - Inspetor de disciplina de 2ª classe	330\$000	3:960\$000
2 - Auxiliares de disciplina de 2ª classe	240\$000	5:760\$000
1 - 4º escriturário	380\$000	4:560\$000
15 - Lentes do curso fundamental	790\$000	142:200\$000
18 - Lentes do curso complementar	790\$000	170:640\$000
2 - Professores de Desenho	570\$000	13:680\$000
1 - Professor de Educação Moral e Cívica	570\$000	6:840\$000
1 - Auxiliar de disciplina de 1ª classe	270\$000	3:240\$000
1 - Porteiro contínuo	330\$000	3:960\$000
3 – Serventes	300\$000	10:800\$000

Fonte: Arquivo do Colégio Estadual do Espírito Santo.

As tabelas expostas apontam que, em oito anos, houve uma pequena variação nos valores pagos aos funcionários do GES. Especificamente, os professores catedráticos, classificados na segunda tabela como lentes do curso fundamental e complementar, tiveram seus vencimentos aumentados de 750\$000 (Setecentos e cinquenta mil contos de réis) para 790\$000 (Setecentos e noventa mil contos de réis). Um valor pouco significativo se for considerado o intervalo de tempo entre as

duas tabelas – mas que era consideravelmente maior que os salários recebidos pelos professores interinos, não catedráticos.

Sobre as condições salariais dos professores secundários no Brasil, no século XX, Vicentini e Lugli (2009) declaram que os vencimentos dessa categoria organizada em nível federal podem ter se constituído de forma mais homogênea do que as de outros níveis do ensino. Apesar disso, relatam que, em 1945, foi fundada em São Paulo a Associação dos Professores do Ensino Secundário e Normal (APESNOESP), com o intuito de visibilizar as principais reivindicações dessa categoria que, segundo as autoras, se resumiam em “[...] aumento de vencimentos, seguida da necessidade de regularização dos pagamentos, que sofriam constantes atrasos, como na parte fixa do salário e também na parte variável, correspondente à participação em bancas e às aulas extraordinárias” (VICENTINI; LUGLI, 2009, p. 93).

As autoras destacam ainda que, em razão das irregularidades dos pagamentos, a maioria dos professores se dedicava a outras ocupações não ligadas ao magistério, situação semelhante à exposta no documento citado, sobre as reivindicações docentes, no ano de 1924. Relatos registrados por alguns docentes que atuavam no GES revelam que apesar de o educandário, teoricamente, seguir o regimento do Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, as práticas docentes aconteciam de acordo com particularidades locais.

Certeau (1994) auxilia a compreensão dessa questão quando afirma que a ação dos indivíduos ou seus “modos de fazer” “[...] constituem mil práticas pelas quais os usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas de produção sócio-cultural” (CERTEAU, 1994, p. 41). Nessa perspectiva, compreende-se que, mesmo equiparado, o funcionamento do ginásio acompanhava os “modos de fazer” dos sujeitos que viviam e praticavam a educação naquele lugar.

A historiografia da educação aponta que as condições de criação e administração dos ginásios brasileiros instaurados nas primeiras décadas do século XX demonstram dificuldades no que diz respeito à sua estrutura física e humana. Spósito (1984), por exemplo, destaca que, entre as décadas de 1930 e 1970, em São Paulo, o crescimento dos ginásios ocorreu por meio de improvisações, o que por vezes os levou a aproveitar as instalações de grupos escolares para o exercício

do ensino secundário. No Espírito Santo, observa-se o cenário instável em que se constituiu o ginásio. A itinerância de endereços da sua sede desde a sua criação levou-o a compartilhar espaços com outras instituições de ensino por diversas ocasiões.

Ao longo dos anos o Gymnasio, depois Ginásio, depois Colégio Estadual, andou de seca e meca: no final da rua Wilson Freitas, onde hoje está o Gomes Cardim, no Convento dos Franciscanos, na Escola Normal, e depois, por muitos anos, no prédio do Gomes Cardim, na Avenida Capixaba, onde hoje é Escola de Artes Fafi (PACHECO, 1996, p. 126).

No período em que esteve localizado na Rua Francisco de Araújo, ao lado do Palácio Anchieta, o colégio funcionou no mesmo prédio da Escola Normal Pedro II. Salim (2009, p. 19-20) afirma que, por esse motivo, durante muito tempo, “[...] os programas de ensino e os livros didáticos adotados, na maioria das disciplinas, eram os mesmos”. Mesmo sendo considerado um educandário-modelo para o Estado do Espírito Santo, o ginásio passou por diversos momentos de crise no que diz respeito à sua estrutura física, o que é retratado em uma das mensagens de presidente, no ano de 1911.

Na Escola Normal e no Gymnasio Espirito Santense os trabalhos se fazem com alguma dificuldade, devido à deficiência de espaço nos edifícios, sendo indispensável melhorar às respectivas instalações. Quanto à primeira, o governo pretende tratar, sem demora, de dar-lhe uma acomodação ampla e apropriada; quanto ao segundo, sei que é pensamento da sociedade Sciencias e Letras construir um prédio especial para fundar o internato e externato gymnasial desta Capital (MENSAGEM DE PRESIDENTE, 1911, p. 24-25).

Os espaços pelos quais o GES transitou, em sua maioria, apresentavam problemas estruturais. Simões, Salim e Tavares (2009) apontam questões de iluminação, péssimas condições sanitárias e uma biblioteca com poucos livros disponíveis, isso no ano de 1919. Essas condições evidenciam que, mesmo sendo a única instituição de ensino secundário pública do Espírito Santo, ainda não havia sido disponibilizado um local²⁹ adequado às suas práticas escolares. Ainda assim, o ensino estava nas mãos de um renomado corpo docente, formado por sujeitos de famílias destacadas da Capital capixaba.

²⁹ Em 1936, vinte e cinco anos após a sua criação, o GES ainda não possuía um local próprio para a prática de suas atividades. Simões, Salim e Tavares (2010, p. 5568) afirmam que, em meio à “[...] instabilidade e às crises da economia e da política capixabas, o GES permanecia refém do imprevisto e da péssima gestão de serviços públicos”.

Ainda funciona esse estabelecimento em prédio alugado, — a chacara Guaraná, — à Rua Barão de Monjardim. Por motivos independentes contra a minha vontade não pude até agora realizar o desejo, que nutria, de dotar o Gymnasio de prédio próprio, construído sob as regras da hygiene escolar, cuja planta, aliás, já foi organizada pelo engenheiro Henrique de Novaes. O prédio em que está, não se presta convenientemente para educandário, embora seja excelente a sua situação, bem batido de ares, e bem illuminado. Suas salas, porém, são demasiado estreitas para o numero crescente de alumnos (MENSAGEM DE PRESIDENTE, 1919, p. 27).

A falta de um prédio próprio para o funcionamento do Ginásio do Espírito Santo pareceu incomodar grande parte dos presidentes de Estado que vivenciaram a sua criação, bem como suas primeiras décadas de funcionamento. Observa-se, também, que os gastos com a manutenção do educandário eram motivo de preocupação por parte dos governantes. Nestor Gomes, presidente do Estado (1921-1924), afirma, em uma de suas mensagens, que era penoso ao governo arcar com as despesas do GES, sugerindo possíveis mudanças no que tange à responsabilidade com relação ao ensino secundário local.

A verba que dispendemos com a manutenção de um só estabelecimento de ensino secundário daria para concedermos subvenção a dois— um em Victoria e outro, por exemplo, em Cachoeiro de Itapemirim— e daria, ainda, para mantermos mais umas quinze escolas primarias no interior. Ao que me é dado alcançar, a modificação do nosso programma da Instrucção, no sentido de eliminarmos d'elle o ensino secundário, como funcção directa do Estado, attenderia a duas vantagens: uma— a da sua própria ampliação, e outra, a do aumento de verba para desenvolvimento do ensino primário no interior (MENSAGEM DE PRESIDENTE, 1922, p. 19 - 20)

Os problemas referentes à instalação fixa do GES parecem ter perdurado por muitos anos, isso porque, ainda em 1922, as condições continuavam similares às já apresentadas anos antes. A não efetivação da reforma prevista para o prédio onde funcionava o ginásio impulsionou o presidente do Estado da época a sugerir uma fusão entre o Ginásio do Espírito Santo e a Escola Normal. De acordo com o seu pronunciamento, essa medida poderia “solucionar” o problema que há tempos se instaurava, além de deixar clara a vantagem obtida pela proposta de união das instituições de ensino.

[...] fusão esta preconizada ultimamente por muitos dos nossos homens de respeitabilidade e que devemos considerar autoridades na matéria. Ao primeiro golpe de vista, parece convir a fusão: a magnífica installação com que já conta a Escola Normal, attenderia plenamente às necessidades da junção; o Governo ficaria desobrigado de despende grande somma com um edificio especial para o Gymnasio; os alumnos que somente aspirassem o magistério, permaneceriam só até fazer o quarto anno, tal qual acontece na Escola Normal ; os que tivessem aspiração maior completariam o quinto

anno, como exige o Gymnasio, enquanto que a despesa do Estado, com o ensino secundário, se reduziria sensivelmente, uma vez que passássemos a manter um só estabelecimento, em vez de dois. E ' possível, entretanto, existirem inconvenientes que ainda não ocorreram aos patronos da ideia, mas que se aclarem com o passar dos dias, parecendo aconselhável, por tudo, um raciocínio demorado sobre a questão, tanto mais quanto estamos para entrar em 1922, anno de reformas forçadas, a começarem pela da Constituição e das leis complementares, o que quer dizer que, em 1923, o estudo daquela fusão poderá ter mais oportunidade. Deveremos, apenas, cuidar no momento, de uma pequena alteração no seu Regulamento, antes de poder a Secretaria da Instrução positivar a sua ingerência nos negócios do Gymnasio, como bem disse, em seu relatório, o Chefe desse Departamento (MENSAGEM DE PRESIDENTE, 1921, p. 43 - 44).

A fusão das referidas instituições não ocorreu. Embora a medida proposta tivesse a intenção de amenizar o déficit de estrutura sofrido há muitos anos pelo Ginásio do Espírito Santo, a situação pareceu insustentável, ao passo que os currículos das instituições envolvidas, assim como a proposta de formação de cada uma delas eram diferentes. No caso da Escola Normal,

Nos anos de 1920, as alunas estudavam, do primeiro ao quarto ano do Curso Normal, as seguintes disciplinas: 'Portuguez, Litteratura Nacional, Francez, Arithmetica e Noções de Cosmographia, Desenho e Calligraphia, Musica, Trabalhos Manuaes, Álgebra, Corographia do Brasil, Historia Universal e do Brasil, Pedagogia (a), Phisica, Chimica, Historia Natural, Hygiene Escolar, Pratica Pedagogica (b)'. Há de se registrar que as normalistas se distinguiam na cadeira de Trabalhos Manuais. A disciplina Pedagogia constava duas vezes no currículo. Na primeira vez que era ofertada, estudava-se Psicologia Aplicada à Educação, História da Educação, Economia e Leis Escolares, Educação Moral e Cívica; e, na segunda vez, estudava-se Sistematização dos Conhecimentos Pedagógicos, Metodologia, Noções de Sociologia e Direito Usual. Abrangia a fundamentação sócio-histórica, psicológica e legal da educação, permitindo à normalista assegurar-se de conhecimentos que direcionassem as suas atividades de acordo com o interesse das políticas públicas da época (BARRETO, 2007, p. 5).

Já o Curso de Bacharelado oferecido no Ginásio do Espírito Santo apresentava um currículo mais teórico, com caráter cientificista e elitista. Além disso, tinha como um de seus objetivos encaminhar o aluno para o ingresso nas instituições de ensino superior da época. O Quadro 2 destaca as disciplinas que compunham o programa de ensino proposto pelo regimento do GES, no ano de 1909.

Quadro 2 – Disciplinas do curso de bacharelado do Ginásio Espírito Santense, 1909

Primeiro ano	Segundo ano	Terceiro ano	Quarto ano	Quinto ano	Sexto ano
Portuguez	Portuguez	Portuguez	Portuguez	Inglez	
Francez	Francez	Francez	Francez	Alemão	Mathematica
Arithmetica	Inglez	Latim	Inglez	Latim	Geographia
Geographia	Arithmetica e Algebra	Algebra e Geometria	Alemão	Grego	Francez
Desenho	Geographia e Desenho	Geographia e Desenho	Latim	Literatura	Latim
			Grego	História Universal	Inglez
			Algebra, Geometria e Trigonometria.	Phisycia e Chimica	Allemão
			História Universal	Mecânica e Astronomia	Grego
			Desenho	História Natural	Litteratura
					Phisycia e Chimica
					História do Brazil
					História Natural
					Lógica

Fonte: Regimento do Ginásio Espírito-Santense, publicado no Diário da Manhã, 1909.

Souza (2008, p. 91) analisa os currículos das instituições secundárias na Primeira República e afirma que os estudantes que passaram por esse nível de ensino no Brasil “[...] receberam uma formação mais literária do que científica”. Diz ainda que tal formação possibilitava o desenvolvimento do domínio da língua e da capacidade de se comunicar pela oralidade, o que favorecia “[...] o exercício do poder aos membros da elite letrada que, por sua vez, se ocupavam da administração dos negócios públicos e privados, das direções das Vilas e das decisões da justiça” (p. 93). Por fim, as justificativas para que a junção não ocorresse eram muitas. Talvez, uma das mais convincentes fosse o fato de que a Escola Normal formava professoras para atuar no ensino primário, e o GES, por sua vez, formava bacharéis que, além de estarem aptos ao ingresso no ensino superior, poderiam lecionar no ensino secundário. Assim, a sugestão de unir a Escola Normal e o Ginásio do Espírito Santo permaneceu apenas no plano das ideias.

Apesar do desejo e das intenções declaradas pelos governantes desde a criação do GES, a construção³⁰ de um prédio próprio, com espaços adequados à prática do ensino que se pretendia desenvolver na instituição, ocorreu somente em 1958, quando já funcionava como Colégio Estadual. Em 1951, o diretor Nelson Abel de Almeida destacou com muito entusiasmo as expectativas daquele momento de realização do sonho de tantas gerações – um prédio novo para abrigar a tradicional instituição. “Fundado há quase cinquenta anos, o Colégio Estadual do Espírito Santo tem sido como uma ave sem ninho. Tem vivido hoje aqui, amanhã ali, como pária, como um pobre esquecido” (REVISTA COMANDOS, 1951, s/p). De acordo com a publicação, no dia 17 de setembro de 1951, deu-se início à construção do edifício. Embora exaltasse a necessidade de uma sede própria, Nelson não deixou de evidenciar a importância do estabelecimento ao longo da vida dos jovens capixabas:

Mas cumpre não esquecer que, mesmo sem um edifício próprio, mesmo sem um ninho definitivo, o Colégio Estadual do Espírito Santo tem desempenhado um destacado papel na vida cultural e política do nosso Estado. Ali naquele estabelecimento o aluno aprende a querer ao Brasil e ao Espírito Santo, aprende a ser bom cidadão, a saber distinguir o joio do trigo. E o colégio, para dar aos seus alunos essa consciência cívica, tem dispensado prédios, conforto, bem estar: o colégio não tem esperado que esses benefícios cheguem para bem servir a causa do Brasil, que não há necessidade disso. Agora, quando as obras da construção do colégio estão iniciadas, os ex-alunos estão satisfeitos, estão alegres. Justa é a alegria de todos. E graças a Deus o nosso colégio vai deixar de ser judeu errante (REVISTA COMANDOS, 1951).

Os elogios dispensados pelo professor Nelson ao GES destoam dos problemas e déficits encontrados em fontes analisadas. No entanto, o texto não causa estranhamento porque a publicação em uma revista bastante lida pelos estudantes renderia uma boa imagem e uma maior procura pelo ensino de “excelência” oferecido na instituição.

No ano de 1943, características da estrutura física do educandário que, nesse período, já funcionava como colégio, foram registradas. De acordo com o relatório, o edifício onde funcionava o GES havia passado por uma grande reforma. Inicialmente, havia sido construído para abrigar um grupo escolar (RELATÓRIO INSPETORIA, 1943). O documento registra ainda que o prédio abrigava nove salas de aula, estruturadas a partir das seguintes especificações (Tabela 3).

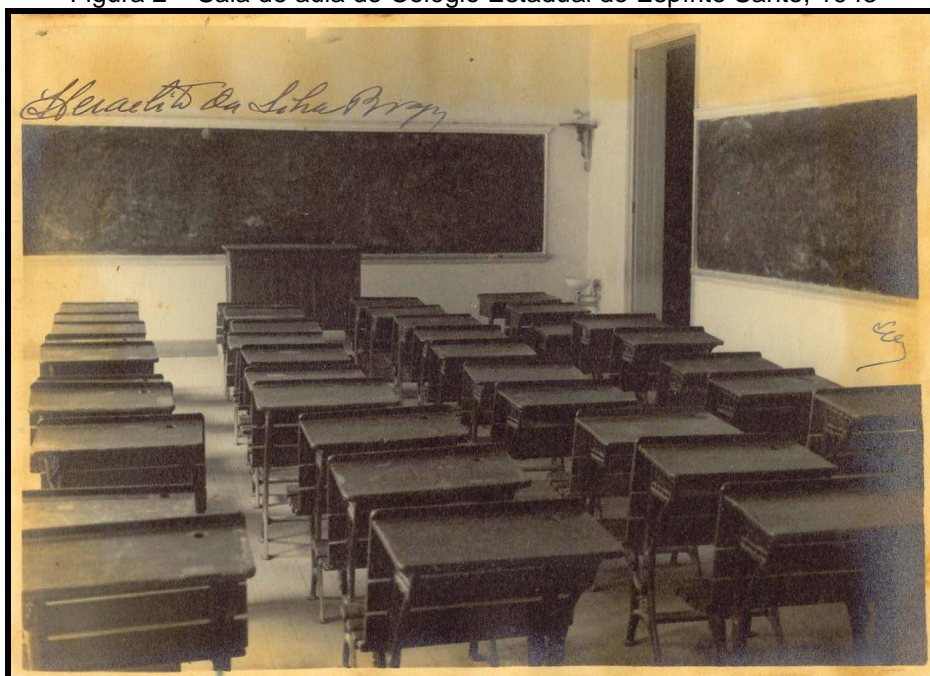
³⁰ O Ginásio do Espírito Santo passou para uma sede própria localizada no Forte São João, a partir de 1958, quando já funcionava como Colégio Estadual do Espírito Santo.

Tabela 3 – Especificações das salas de aula do Colégio Estadual no ano de 1943

Sala	Lugares	Dimensões	Área	Área de limite	Acústica	Carteiras
1	78	8m.50x6,20	52,70	5,28	Boa	Duplas muito pequenas
2	72	8m.70x60,20	53,94	5,45	Boa	Duplas muito pequenas
3	72	8m.90x6,20	55,18	5,58	Boa	Duplas muito pequenas
4	73	8m.50x60,20	52,70	5,33	Boa	Duplas muito pequenas
5	24	3m.40x6,20	21,08	6,39	Boa	Duplas muito pequenas
6	55	6m.20x8,70	53,94	5,45	Boa	Simples pequenas
7	54	6m.20x8,90	55,18	5,58	Boa	Simples pequenas
8	54	6m.20x8,50	52,70	5,33	Boa	Simples pequenas
9	24	6m.20x3,40	21,08	6,39	Boa	Simples pequenas

Fonte: Arquivo Público do Espírito Santo.

Figura 2 – Sala de aula do Colégio Estadual do Espírito Santo, 1943



Fonte: Arquivo Público do Espírito Santo.

A imagem acima revela um ambiente bastante formal e tradicional, com cadeiras enfileiradas e aparentemente um tablado elevado, reservado ao professor. O registro fotográfico retrata uma situação comum à época, a superioridade do mestre diante do aprendiz, uma herança do século XIX ainda presente em alguns ambientes escolares. Segundo o relatório, as salas de aula apresentavam os seguintes aspectos.

Forma – retangular

Isolamento – Bom. Com as portas fechadas não se ouve o barulho do corredor, as janelas, porém, deixam entrar bastante barulho.

Quadros negro – Em toda parede da frente e do lado onde não há janelas, são de massa especial.

Pintura – Embaixo cinzento, de 1 m para cima, róseo claro ou azul claro, teto branco.

Área livre de iluminação – Nas salas grandes a média vai de 5 a 5,5. As pequenas não são aproveitáveis.

Disposição das janelas – Boa

Acústica – Boa.

Mobiliário – Carteiras péssimas. Tanto as duplas quanto as simples são para crianças.

Diversos – Mesa do professor. Regular (RELATÓRIO INSPETORIA, 1943).

O ambiente disciplinador e tradicional dos ginásios/colégios é retratado por Arriada, Nogueira e Vahl (2012), quando afirmam que a sala de aula representava por excelência um espaço de tentativa de controle do corpo discente. Todavia, deixam claro que isso não significa dizer “[...] que não existam outros espaços ocupados pelos alunos: o pátio, os corredores, os banheiros, a biblioteca, a sala do diretor, etc. Diversos são os espaços de circulação, contudo nenhum se equipara ao espaço da sala de aula” (p. 42).

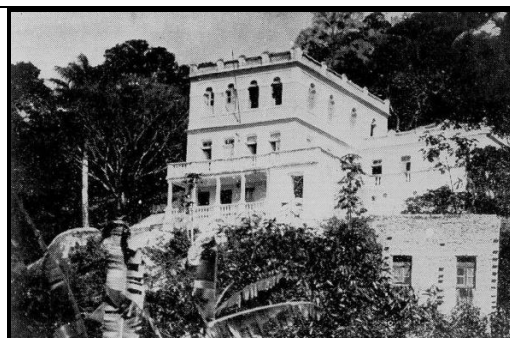
As Figuras de 3 a 6 representam alguns dos locais onde o GES abrigou suas instalações.

Figura 3 – Sede do Grupo Escolar Gomes Cardim (1911)



Fonte: Arquivo Público do Espírito Santo

Figura 4 – Sede do Ginásio do Espírito Santo



Fonte: Arquivo Público do Espírito Santo

Figura 5 – Sede do Grupo Escolar Gomes Cardim (1928)



Fonte: Arquivo Público do Espírito Santo.

Figura 6 – Convento dos Franciscanos.



Fonte: Arquivo Público do Espírito Santo.

Mesmo com todas as dificuldades citadas pelos governantes e toda a insatisfação relatada pelos professores no relatório de 1924, alguns sujeitos que se dedicavam à educação secundária da época eram reconhecidos e recebiam homenagens. Por exemplo, citamos a homenagem prestada pelo diretor do GES ao professor Amâncio Pereira:

Tenho muita satisfação de levar ao conhecimento de V. Exa. que a congregação deste Gymnasio, hoje reunida, desejando homenagear aos que se tem interessado pela causa da instrução, bem assim aos benefícios deste Estabelecimento de ensino, e não podendo fazê-lo de modo mais positivo, resolveu, por propostas de alguns professores, dar a uma de suas salas desse Gymnasio, o nome do sr. seu pai, professor Amâncio Pereira (GINÁSIO ESPÍRITO SANTENSE, 1926).

Entre os homenageados estavam o padre Elias Tomasi, Dr. José Sette, Dr. Florentino Avidos e Dr. Jonas Montenegro. Todavia, tal reconhecimento ao corpo docente do GES não obstava a insistente solicitação de melhorias estruturais para o ginásio. No início da década de 1930, uma das reivindicações dos propositores do documento produzido no ano de 1924, já citado, estava assim legislada:

[...]

Art. 74 - A Taxa de instrução, criada pela Lei 1054 de 22 de dezembro de 1915, suprimida pela Lei 1252 de 224 de dezembro de 1920 e restaurada pela Lei 1512 de 27 de junho de 1925, rege-se por esta última lei e pelo decreto 319 de 8 de fevereiro9 de 1931, para estabelecimentos já instalados. Art. 75 – A Taxa de Instrução será dividida pela matrícula, freqüência, exames e transferências nos estabelecimentos de curso secundário, normal ou profissional, mantidos por este Estado (GINÁSIO DO ESPÍRITO SANTO, 1933).

O sistema de cobrança ocorria da seguinte maneira: para cada atividade havia um valor correspondente. Por exemplo, no caso do requerimento de solicitação da inscrição no exame de admissão ao ginásio, cobrava-se 2\$000 (dois mil réis) por aluno. Já a o valor da taxa para o mesmo exame era a quantia de 10\$000 (10 mil réis). Entre as taxas estava, ainda, a referente ao diploma expedido pelo GES, pelo qual se cobrava o valor de 60\$000 (60 mil réis). Os exemplos citados indicam que, apesar de ser considerado um educandário público, o ingresso na instituição e a conclusão do secundário exigiam recursos. Em contrapartida, havia exceções com relação ao pagamento dos valores estabelecidos. No caso de pais ou responsáveis que tivessem dois ou mais filhos matriculados na instituição, oferecia-se um desconto de 30% sobre a taxa de frequência, assim como para os filhos de funcionários públicos estaduais e das viúvas reconhecidas como pobres. A lei previa

ainda que os cinco alunos de cada estabelecimento que alcançassem em cada ano as melhores notas ficariam isentos do pagamento das taxas de matrícula e de frequência para o ano imediato. No entanto, essa vantagem só valeria para aqueles que obtivessem dois terços de aprovações distintas, no respectivo ano.

Apesar das exceções, o controle sobre o pagamento das taxas estabelecidas parecia rígido, sendo proibida a entrada no estabelecimento dos alunos que não estivessem quites com as taxas de frequência. A proibição perduraria até que regularizassem a situação e apresentassem o recibo de pagamento dos valores devidos ao *Tesouro do Estado* (GINÁSIO DO ESPÍRITO SANTO, 1931).

Contudo, mesmo com algumas exceções as referidas taxas eram amparadas por lei desde o ano de 1915 e tinham, entre as suas funções, garantir a autonomia financeira da instituição. Dito isso, o art. 7º do Decreto nº 11.530, de 18 de março de 1915, que reorganiza o ensino secundário e superior na República, estabelece:

Art. 7º As taxas de matricula e de frequencia e a metade das de exames, deduzidas as despesas pagas pelo cofre escolar por deficiencia da verba concedida pelo Congresso Nacional, constituirão o patrimonio do instituto, a fim de lhe garantir a autonomia financeira, fundamento da administrativa [...] (BRASIL, 1915).

Os valores estipulados eram constantemente publicados no jornal *Diário da Manhã*. Nesse contexto, no ano de 1935, verificou-se uma carta escrita ao secretário do GES, pelo senhor Eugênio Valentim Anchieta, pai de uma aluna, expondo a sua insatisfação pelo fato de ter efetuado pagamentos exorbitantes cobrados pelas taxas de exames e de matrícula.

Recebi a carta que V.S se dignou mandar-me acompanhada da relação das despesas effectuadas por mim por ocasião dos exames do ano passado e neste ano, com a matrícula no 5º ano desse bem conceituado estabelecimento de ensino, estabelecimento por mim escolhido de preferêcia para a instrução dos meus filhos no curso de humanidades (GINÁSIO DO ESPÍRITO SANTO, 1935)

Na carta, o pai da aluna contesta o valor pago por uma certidão não solicitada e afirma que, mesmo assim, havia recebido uma ordem de pagamento no valor de 70\$000 (70 mil réis). Termina com um relato expondo as dificuldades em manter seus filhos na instituição: “Não sabe de quantas coisas me privei, a mim e a minha família, para que os filhos cheguem até o fim da jornada. Assim, qualquer

importância paga a mais, seja para o que for, arruína-me ainda mais as finanças, já tão abaladas” (GINÁSIO DO ESPÍRITO SANTO, 1935). Segundo um relatório de Inspetoria, datado do ano de 1943, o colégio era mantido pelo governo, os alunos pagavam 90\$ contos de réis por ano, concedendo o Estado 5% das matrículas gratuitas (RELATÓRIO INSPETORIA FEDERAL, 1943).

Apesar dos problemas constantemente mencionados nos documentos, um depoimento do inspetor de alunos, Arabelo do Rosário, que atuou após o ano de 1942, quando o educandário já funcionava como colégio, menciona a importância da instituição naquele período, ao afirmar que o colégio era oficial e padrão, além de possuir uma congregação de professores catedráticos competentes que passavam por provas e defendiam uma tese para ingressar na instituição. De acordo com o inspetor, o Colégio Estadual destacava-se pela sua eficiência, pois seus alunos não precisavam de preparação extra para ingressar no curso superior.

A sociedade da Vitória, a fina flor, estudou no Colégio Estadual, que sempre se destacava pela sua tradição, pela eficiência do seu corpo docente e pela qualidade do corpo discente. Foi um estabelecimento de ensino que ditava normas no setor educacional do Estado (ROSÁRIO, p. 16, 1996).

Ao citar um inspetor que atuou no GES, destaca-se a função desse profissional no ensino secundário, uma vez que a atuação de inspetores de ensino e de disciplinas era obrigatória em diversas instâncias do ambiente ginasial. Entre as atribuições delegadas a esses profissionais, destacam-se as de cultivar a ordem no estabelecimento; não permitir que os alunos se aglomerassem na frente do ginásio e nos corredores, mas sim no pátio; nunca deixar os alunos na classe sem o respectivo professor; anotar o nome dos que não apresentavam bom comportamento; não aceitar a entrada em aula daqueles que não estivessem devidamente uniformizados, a menos que apresentassem uma justificativa assinada por seus responsáveis; não permitir barulhos pelos corredores, principalmente em horário de aulas; por fim, os inspetores deveriam tratar os alunos com cortesia e, quando não fossem atendidos, com rigidez (FUNÇÃO DOS INSPETORES, 1931).

Em termos de comportamento, no início da República no Brasil, os alunos e alunas que frequentavam o ensino secundário deveriam seguir o regulamento dos estabelecimentos equiparados. De acordo com Souza (2008), as normas

disciplinares exigiam dos alunos respeito e cortesia, ordem e disciplina no ambiente escolar. Além disso, eles deveriam acatar a autoridade dos mestres, comparecendo às aulas e exercícios práticos, sujeitos a penalidades disciplinares aplicadas de acordo com a gravidade das faltas. O GES, por ser equiparado, também seguia as normas estabelecidas em um Regimento Disciplinar, e aqueles que não o cumprissem por vezes eram punidos.

O Regimento Disciplinar do GES (Figura 4), datado de 1942, estabelecia o controle da disciplina, por meio de alguns artigos específicos, que versavam sobre o comportamento dos estudantes diante dos professores em sala de aula. Os dois primeiros artigos assim se pronunciavam:

I – acatar a autoridade em geral, na pessoa de seus depositários, em especial o Diretor do estabelecimento, os professores e os funcionários administrativos;

IV – Tratar com urbanidade aos colegas e com polidez e respeito, aos professores e autoridades do estabelecimento.

VIII – Manter durante as aulas, silêncio, sucesso e atenção.

XI – Erguer-se de seu lugar, em atitude correta quando entrar ou sair o Diretor, qualquer professorado do estabelecimento, o chefe da disciplina, ou quando, entrando ou saindo qualquer pessoa, também se levante o professor.

Art. 2 – É expressamente vedado aos alunos:

VI – Erguer-se com ruído propositado e excessivo à entrada ou saída do professor ou qualquer pessoa.

Figura 7 – Regimento Disciplinar do Ginásio do Espírito Santo (1942)



Fonte: Arquivo pessoal de Reinaldo Santos Neves.

Para Souza (2008), no início da República, os ginásios equiparados constituíam um espaço de disciplina e rigidez, herança dos modos de praticar o ensino no Colégio Pedro II e nos liceus e ateneus espalhados pelas províncias, durante o período imperial. Práticas tradicionais marcadas por uma cultura literária eram consolidadas a partir do modo como os professores exerciam a docência no ensino secundário no Brasil. Semelhante ao estudo da autora, no GES, o rigor disciplinar também fazia parte da relação estabelecida entre professores, alunos e funcionários do educandário. Constantemente, ocorrências eram registradas por professores e pelos inspetores de disciplina. Os alunos infratores eram penalizados de acordo com as orientações do Regimento Disciplinar do GES, que antes de possuir o seu próprio documento norteador, era regido pelo Regimento Interno do Colégio Pedro II. Com base nesse documento, os estudantes eram punidos, quando necessário, dentro e fora do ambiente escolar. Tal situação, registrada no ano de 1931, é abordada pelo diretor do GES, José Meira Quadros, quando, em ofício encaminhado ao professor Adolpho Fernandes Ribeiro de Oliveira, faz a seguinte citação:

De acordo com o ofício nº. 665 de 2 de maio do ano corrente, motivado por uma representação que lhe foi dirigida pelo excelentíssimo senhor Interventor Federal do Estado, contra alguns alunos deste Gymnasio, que moviam no dia 2 desse mês, algazaras pela Avenida Capichaba deixo a V. S. que applique na caderneta de aula, a cada aluno constante da relação abaixo, em comportamento a nota zero (0) o que será feito de conformidade com o parágrafo 4º, do art. 224 Capítulo da disciplina e penalidades. Do Regimento Interno do Colégio Pedro II (GINÁSIO DO ESPÍRITO SANTO, 1931).

As ocorrências de indisciplina e comportamentos considerados inadequados eram constantes. As situações pelas quais os alunos eram advertidos eram diversas e, por vezes, inusitadas.

Aluno da 2ª série suspenso por (5) cinco dias úteis de aula em virtude de ter passado 'chicles' na cabeça de um de seus colegas e por ser reincidente em faltas graves. Alunos da 1ª série suspensos, o 1º por três e o 2º por dois dias úteis de aula por terem riscado as costas de um de seus colegas com lápis tinta (GINÁSIO DO ESPÍRITO SANTO, 1933).

Situações como essas indiciam a vigilância imposta pela instituição, na qual os alunos eram advertidos, caso perturbassem as aulas ou violassem as regras estabelecidas. Os motivos das advertências eram os mais variados: piadas durante as aulas, empurrões, brigas entre colegas, algazaras nos corredores do ginásio,

entre outros. Comumente, os alunos advertidos eram suspensos das aulas por um determinado período. Uma instituição com regras de comportamento preestabelecidas, frequentada por diferentes sujeitos, certamente terá, em algum momento, o seu “código de conduta adulterado”. Certeau (1994, p. 41) contribui com a discussão sobre a questão ao evidenciar que:

[...] a presença e a circulação de uma representação, ensinada como o código da promoção sócio-econômica (por pregadores, por educadores ou por vulgarizadores) não indica, de modo algum, o que ela é para seus usuários. É ainda necessário analisar a sua manipulação pelos praticantes que não a fabricaram.

Desse modo, compreende-se que, em muitas ocasiões, a ordem imposta pelos preceitos determinados pelo GES era burlada pelos estudantes, o que acabava por escapar à tentativa de controle da instituição.

Além de inspecionar os alunos, os inspetores também tinham a função de observar a atuação dos professores secundários. De acordo com uma circular datada de 1933 e expedida pelo Departamento Nacional de Ensino, os docentes não poderiam, em hipótese alguma, lecionar particularmente a alunos matriculados na instituição em que eles próprios atuassem (CIRCULAR ENSINO SECUNDÁRIO, 1933).

Desse modo, os inspetores de disciplina atuavam de maneira a relatar todos os eventos ocorridos no GES, desde o comportamento dos alunos até o conteúdo desenvolvido pelos professores em sala de aula. Além desses, havia os inspetores federais. Esses profissionais produziam relatórios mensais a respeito de toda a movimentação dos ginásios secundários. Em 1944, o Ministério da Educação e Saúde, o Departamento Nacional de Educação e a Divisão do Ensino Secundário expediram uma circular com orientações aos inspetores federais, entre as quais estão as seguintes recomendações.

Confrontar mensalmente os programas das diversas disciplinas, a fim de verificar a sua progressiva e satisfatória execução com a matéria lecionada, cujo lançamento nas cadernetas ou pautas de aula deve ser objeto de especial cuidado por parte dos professores; Reitero as recomendações constantes de várias circulares anteriores, no sentido de ser definitivamente abolido o sistema de aulas ou cursos ditados, método inadmissível por seus graves inconvenientes de ordem pedagógica; O uso de dicionário só é permitido para as provas de Latin do 2º ciclo, sendo vedado para as demais provas de línguas (CIRCULAR NO ENSINO SECUNDÁRIO, 1944).

Caso não houvesse a presença desses profissionais nos momentos de realização de provas e exames de alunos, esses processos não ocorreriam. É o que relata um documento datado de 1931, expedido pelo então diretor do GES, José Meira Quadros, no qual informa ao Sr. Dr. Inspetor Federal que, até aquele momento, ainda não haviam sido realizados os dois primeiros concursos bimensais para o 1º ano, por falta de inspetor na ocasião (GINÁSIO DO ESPÍRITO SANTO, 1931).

Sobre os exames de admissão de alunos, um relatório expedido no ano de 1942 relata o funcionamento e os métodos utilizados no GES durante o ano anterior. O documento destaca que o ensino no ginásio estava melhorando gradativamente graças ao método de seleção adotado. De acordo com o relator, os exames de admissão, utilizados como “porta de entrada” ao ensino secundário, surtiram efeito no que diz respeito ao tipo de aluno que ingressaria no educandário. Justifica a importância desse procedimento, quando afirma que as taxas de matrícula e de frequência eram “módicas e quase gratuitas” e, caso não houvesse qualquer tipo de seleção, a ocupação dos espaços por alunos “mal preparados” seria inevitável, o que diminuiria as possibilidades de formação de uma turma composta por alunos considerados “mais aptos” (RELATÓRIO GINÁSIO DO ESPÍRITO SANTO, 1942).

O exame de admissão possibilitou que o número de reprovações diminuísse consideravelmente quando comparado com o resultado dos anos anteriores. De acordo com o relatório: “O aluno com o curso primário às pressas adquirido, tendo ingresso mal preparado, no curso secundário será um eterno desambientado e contínuo repetidor das séries do curso” (RELATÓRIO GINÁSIO DO ESPÍRITO SANTO, 1942). Portanto, esse exame admissional permitia, ao mesmo tempo, a ascensão escolar de uns e a exclusão de outros, desfavorecendo aqueles que não cursavam um bom ensino primário ou que não tinham condições de custear um curso preparatório para o ingresso no secundário.

Desde o momento da sua criação, motivado por déficits, influências políticas e mudanças decorrentes das diversas reformas ocorridas em prol do ensino secundário, o GES passou por diversas transformações no que tange à sua organização e ao seu funcionamento. No ano de 1942, no âmbito da Reforma

Capanema,³¹ transformou-se em Colégio Estadual do Espírito Santo. A referida reforma que também recebeu o nome de Leis Orgânicas do Ensino, alterou significativamente o sistema educacional brasileiro, principalmente no que tange ao ensino secundário. Parte do texto de Capanema explica as intenções e atribuições da reforma a esse nível de ensino.

Concepção de ensino secundário - A reforma atribui ao ensino secundário a sua finalidade fundamental que é a formação da personalidade adolescente. É de notar, porém, que formar a personalidade, adaptar o ser humano às exigências da sociedade, socializá-lo, constitui finalidade de toda espécie de educação. E sendo essa a finalidade geral da educação, é por isso mesmo a finalidade única do ensino primário que é o ensino para todos. Entretanto, a partir do segundo grau de ensino, cada ramo da educação se caracteriza por finalidade específica, que se acrescenta àquela finalidade geral. O que constitui o caráter específico do ensino secundário é sua função de formar, nos adolescentes, uma sólida cultura geral, marcada pelo cultivo a um tempo das humanidades antigas e das humanidades modernas, e bem assim de neles acentuar e elevar a consciência patriótica e a consciência humanística (BRASIL, 1942).

O texto da lei evidencia uma formação humanística e patriótica, o que sugere um ensino direcionado à preparação de um grupo de elite a quem caberia conduzir os destinos da nação brasileira. Não por acaso, o Capítulo III da referida lei estabelecia que:

[...]

Art. 5º Haverá dois tipos de estabelecimentos de ensino secundário: o ginásio e o colégio.

§ 1º Ginásio será o estabelecimento de ensino secundário destinado a ministrar o curso de primeiro ciclo.

§ 2º Colégio será o estabelecimento de ensino secundário destinado a dar, além do curso próprio do ginásio, um dos dois cursos de segundo ciclo, ou ambos.

Art. 6º Os estabelecimentos de ensino secundário não poderão adotar outra denominação que não a de ginásio ou de colégio.

Art. 7º Ginásio e colégio são denominações vedadas a estabelecimentos de ensino não destinados a dar o ensino secundário.

[...] (BRASIL, 1942a).

³¹ No Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942 — Lei Orgânica do Ensino Secundário — (BRASIL, 1942a), foram instituídos no ensino secundário um primeiro ciclo de quatro anos de duração, denominado ginasial, e um segundo ciclo de três anos. Este último, que na reforma planejada por Francisco Campos apresentava três opções, passou a ter apenas duas, o curso clássico e o científico. Os novos currículos previstos na Lei Orgânica caracterizavam-se pela predominância do enciclodismo, com valorização da cultura geral e humanística. Ver mais em: Diretrizes do Estado Novo (1937-1945) > Reforma do ensino secundário. Fundação Getúlio Vargas.

Portanto, a motivação para que o educandário tenha passado a funcionar como colégio surgiu da necessidade e do desejo de manter-se como instituição de referência e ainda com a possibilidade de oferecer o curso de primeiro ciclo e um dos dois cursos do segundo ciclo. A partir dessa nova organização, o GES solicitou ao Ministério de Educação a autorização para o seu funcionamento como colégio. O art. 3º da Lei nº. 4.245, de 9 de abril de 1942, decretado pelo Presidente da República Getúlio Vargas, com disposições transitórias para execução da Lei Orgânica do Ensino Secundário, destaca:

Art. 3º Os estabelecimentos de ensino secundário de que trata o artigo anterior, sendo de caráter permanente à inspeção federal sobre elas exercida, poderão requerer ao ministro da Educação que lhes seja autorizado o funcionamento como colégios, observadas as disposições regulamentares que para este efeito forem decretadas (BRASIL, 1942b)

Um documento enviado ao secretário de Educação e Saúde, pelo então diretor do GES, João Ribas da Costa, apresenta cópia do Decreto Federal nº 11.947, de 17 de março de 1943, que autorizou o funcionamento do ginásio como Colégio Estadual do Espírito Santo. A nova configuração impactou o quadro de professores da instituição. Ainda em 1943, o inspetor federal de Ensino Secundário Heráclito da Silva Braga enviou um ofício à Diretoria da Divisão do Ensino Secundário com o seguinte texto:

Em complemento às informações desta Inspetoria para o fichário do Colégio Estadual do Espírito Santo, recém-criado pelo Governo Federal, remeto-vos um número do 'Diário Oficial' – Ano XXXVI, nº 5, 289, de 18 de março de 1943, com as novas nomeações do corpo docente, segundo o artº. 79 e itens do Decreto-Lei nº 4244 de 9 de abril de 1942" (GINÁSIO DO ESPÍRITO SANTO, 1943).

Como dito, a partir da reforma, o ensino secundário ganharia uma nova configuração. Dividido em dois ciclos, o primeiro correspondia ao curso ginásial, com duração de quatro anos, já o segundo era composto por dois cursos, o clássico e o científico, ambos com duração de três anos. A Tabela 4 apresenta o quantitativo de alunos matriculados no colégio em suas séries e cursos específicos no ano de 1943.

Tabela 4 – Alunos matriculados no Colégio Estadual do Espírito Santo no turno diurno (1943)

Turno diurno	1º ciclo			2º ciclo					
	Ginasial			Curso Clássico			Curso Científico		
	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total
1ª série	66	-	66	2	5	7	35	1	32
2ª série	72	-	72	3	10	13	20	6	226
3ª série	41	-	41	-	-	-	-	-	-
4ª série	31	-	31	-	-	-	-	-	-
Total	210	-	210	5	15	20	55	7	62

Fonte: Arquivo do Colégio Estadual do Espírito Santo.

A partir da tabela acima, nota-se que não houve meninas matriculadas no primeiro ciclo em nenhuma das séries. Já nos cursos clássico e científico, há uma predominância feminina no primeiro em detrimento do segundo.

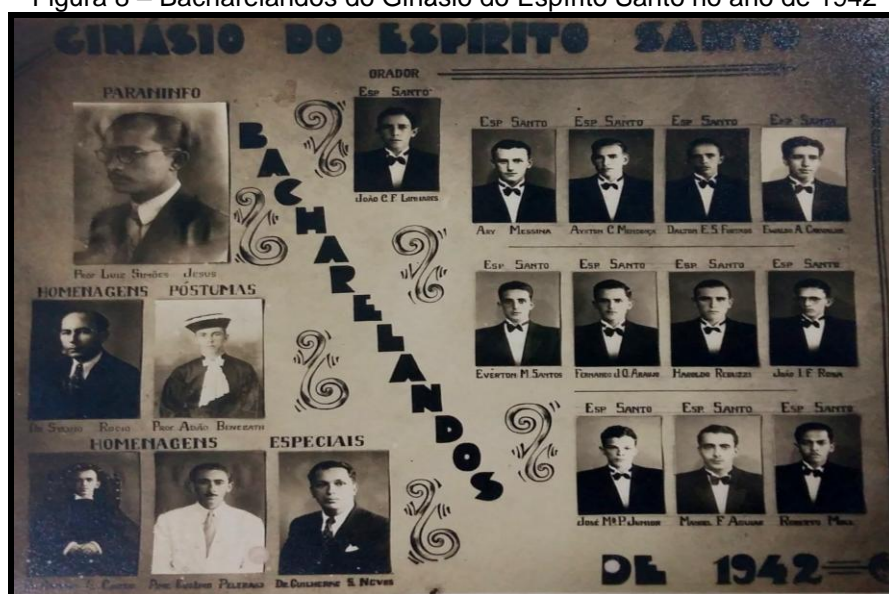
Em depoimento, Léa Brígida Rocha de Alvarenga Rosa, ex- aluna e professora do Colégio Estadual na década de 1950, declara que havia certo preconceito com relação ao ingresso de meninas no primeiro ciclo do Colégio Estadual, isso porque, além de ser uma instituição de tradição masculina, era pública. Segundo a entrevistada, grande parte das filhas da elite capixaba era matriculada no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, mais conhecido como Colégio do Carmo,³² importante instituição particular de ensino capixaba naquela época. Desse modo, eram poucas as meninas que ingressavam no Colégio Estadual, naquele período (ROSA, 2016).

Souza (2008, p, 179) ao comentar sobre a presença das meninas no curso ginásial destaca que a Lei Orgânica do Ensino Secundário (1942) recomendava,

[...] que a educação das mulheres ocorresse em estabelecimentos de exclusiva frequência feminina, interpunha-se contra a coeducação indicando salas separadas para homens e mulheres em escolas frequentadas por ambos os sexos e incluía a disciplina Economia Doméstica, para a seção feminina.

³² O Carmo, como era conhecido o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, por ocupar as dependências do antigo convento carmelita de Vitória, foi fundado em 1900, segundo a historiadora Maria Stella de Novaes. Com efeito, o Carmo foi, durante décadas, um colégio de referência na formação cívica, moral e religiosa das jovens capixabas, atuando segundo princípios católicos conservadores e rígidos padrões de disciplina comportamental. Seu escopo era, principalmente, formar mães de família e professoras comprometidas com os valores da Religião Católica. Ver mais no site: www.estacaocapixaba.com.br.

Figura 8 – Bacharelandos do Ginásio do Espírito Santo no ano de 1942



Fonte: Acervo pessoal de Reinaldo Santos Neves.

A Figura 8 destaca a formação de uma das turmas de bacharelandos do Ginásio do Espírito Santo, no ano de 1942. Embora, naquele período, o educandário já recebesse matrículas de meninas, a predominância ainda era masculina entre os estudantes e também entre os docentes. Além dos alunos formandos, o quadro traz a imagem do paraninfo e as sessões de homenagens póstumas e especiais. Um dos homenageados da sessão especial é o professor Guilherme Santos Neves que, como veremos em relatos posteriores, possivelmente ocupou um daqueles espaços a partir do reconhecimento da sua prática docente e pela relação estabelecida com seus alunos durante o curso.

Poucos anos após a consolidação do ginásio como colégio, o Departamento de Educação resolveu criar um curso científico noturno, que seria oferecido no GES a partir do ano de 1945. O requerimento destaca a preferência entre os estudantes que, na sua grande maioria, procuravam o curso científico, em detrimento do clássico. A observação justifica-se pela possibilidade de acesso a qualquer escola superior de ensino àqueles que se formavam no curso científico. Com o intuito de consolidar a proposta, o documento aponta seus fundamentos.

Diz a Constituição Federal, em seu artigo 129: 'A infância e a juventude' a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências educacionais (COLÉGIO ESTADUAL, DO ESPÍRITO SANTO, 1944).

Além de ser amparado pela legislação, o documento ressalta a necessidade de um curso científico noturno, entre outros motivos, pelo fato de muitos jovens residentes na cidade de Vitória não terem a possibilidade de concluir o Curso de Humanidades. Desse modo, estariam impossibilitados de cursar o 2º ciclo do secundário e, automaticamente, não ingressariam no ensino superior. Isso porque, com a necessidade de trabalhar e ajudar a manter o padrão de vida de suas famílias, eram obrigados a abandonar os estudos. Ainda sobre essa questão, o texto evidencia que, aos alunos maiores de 19 anos, era permitida a obtenção do certificado de licença ginasial apenas pela realização dos exames finais da 4ª série nos estabelecimentos oficiais de ensino. No entanto, sem a possibilidade de frequentar o secundário, esses sujeitos permaneciam à margem do ensino superior e de conquistas sociais. Nesse sentido, a proposta é esclarecedora.

A anuidade cobrada pelo Colégio Estadual do Espírito Santo é módica e, por isso mesmo, se impõe a criação do curso científico noturno para atender às necessidades dos moços que trabalham no comércio, na indústria e na administração pública e percebem modestos salários (COLÉGIO ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO, 1944).

O autor do documento complementa seus argumentos afirmando que o investimento anual no curso científico noturno seria insignificante, em face dos benefícios que o Estado proporcionaria aos jovens capixabas, e que as despesas seriam baseadas na remuneração paga aos professores do colégio pelas aulas suplementares praticadas. Caso houvesse matrícula nas três séries e o curso funcionasse por todo o ano de 1945, as despesas seguiriam a tabela de valores expressa na Tabela 5.

Tabela 5 – Previsão de remuneração dos professores do curso científico noturno, no Colégio Estadual do Espírito Santo (1945)

Disciplina	Aulas semanais	Remuneração
Português	10	Cr. \$ 700,00
Francês	05	Cr. \$ 350,00
Inglês	05	Cr. \$ 350,00
Espanhol	02	Cr. \$ 140,00
Matemática	12	Cr. \$ 840,00
Física	09	Cr. \$ 630,00
Química	09	Cr. \$ 630,00
Biologia	06	Cr. \$ 420,00
História Geral	05	Cr. \$ 350,00
História do Brasil	03	Cr. \$ 210,00
Geografia Geral	04	Cr. \$ 280,00
Geografia do Brasil	02	Cr. \$ 240,00
Filosofia	04	Cr. \$ 280,00
Desenho	04	Cr. \$ 280,00

Fonte: Arquivo do Colégio Estadual.

2.1 OS LIVROS DIDÁTICOS DO ENSINO SECUNDÁRIO DO GINÁSIO DO ESPÍRITO SANTO

A transformação do GES em Colégio Estadual do Espírito Santo, ocorrida em 1942, possibilitou diversas mudanças. Entre elas, nas suas instalações físicas. No ano de 1939, um documento, possivelmente escrito por um funcionário do educandário, informa a ausência de uma biblioteca para acomodar os livros utilizados pelos alunos e professores da instituição. No entanto, um relatório de Inspeção, datado de 1942, apresenta uma relação dos livros existentes na biblioteca do então colégio, o que indicia que em poucos anos, houve uma mudança na situação apresentada anteriormente. Alguns dos títulos utilizados na disciplina Língua Portuguesa pareciam fortalecer a questão do patriotismo entre os alunos, por exemplo, “O nosso idioma”, de Paulo Freitas; “Elementos da língua pátria”, de J. Matoso Câmara Júnior; “Meu grande Brasil”, de Angelina Almeida do Amaral; “Nossa Pátria”, de Veiga de Amaral; “Os deveres da nova geração brasileira”, de A. Carneiro Leão; “Pelo Brasil maior”, de Baptista Pereira; “Didática da Escola Nova”, de A. M Aguayo. Sobre a questão Chauí (2000, p. 11-12), afirma que,

Durante o período de 1880-1918, a “religião cívica” transforma o patriotismo em nacionalismo, isto é, o patriotismo se torna estatal, reforçado com sentimentos e símbolos de uma comunidade imaginária cuja tradição começava a ser inventada. Essa construção decorreu da necessidade de resolver três problemas prementes: as lutas populares socialistas, a resistência de grupos tradicionais ameaçados pela modernidade capitalista e o surgimento de um estrato social ou de uma classe intermediária, a pequena burguesia, que aspirava ao aburguesamento e temia a proletarização. Em outras palavras, foi exatamente no momento em que a divisão social e econômica das classes apareceu com toda clareza e ameaçou o capitalismo que este procurou na “ideia nacional” um instrumento unificador da sociedade.

Nesse sentido, a autora afirma que para a divulgação da “ideia nacional,” o governo passou a utilizar meios de comunicação de massa como o rádio e o cinema. Desse modo, muitos livros didáticos foram produzidos e utilizados nas escolas como uma espécie de instrumento de divulgação e afirmação de preceitos nacionalistas.

No Espírito Santo, a questão do patriotismo já era motivo de preocupação por parte das autoridades, desde o ano de 1910. Uma mensagem escrita por Jerônimo Monteiro, então presidente do Estado, evidencia uma inquietação com relação a essa questão.

Não posso deixar de pedir que proporcioneis aos executivos meios de exigir que em todos os collegios, públicos ou particulares, se ensinem, de modo especial e preferencial a quaesquer outras disciplinas, a lingua, a historia e a chorographia do paiz. Desse modo poderemos evitar o triste espectáculo que ainda hoje assistimos de vêr conterrâneos nossos attingidos á maioridade, só fallarem o allemão ou o italiano e se dizerem allemães ou italianos, guardando, além disto, profundo sentimento de desprezo para com os hábitos, os costumes, a língua e para com os filhos (seus patrícios) do nosso caro Brazil (MENSAGEM PRESIDENTE, 1910, p. 23-24).

No ano seguinte, Monteiro expressou mais uma vez a preocupação em despertar nos estudantes o sentimento de “amor à pátria”, sinalizando a importância das escolas nesse processo.

Temos empregado constantes esforços por obter que nos diversos collegios particulares se leccionem a língua vernácula, a historia patria, a geographia e historia do Espírito Santo. Essa obrigação tem sido geralmente bem aceita pelos professores, apenas registramos a tenaz opposição de um collegio existente em Campinho de Santa Izabel, onde os alumnos aprendem tudo menos estas matérias. O chefe do departamento tem empregado os meios brandos para cumprir a lei e será forçado a uzar dos remédios extremos, caso não obtenha o resultado desejado. Esta pratica, de fazer obrigatório o ensino da língua do Paiz e da historia e chorographia do Brasil em todas as nossas escolas, sobre ser útil, é necessária para despertar nos alumnos o sentimento cívico, o conhecimento das nossas tradições e o amor á nossa pátria (MENSAGEM DE PRESIDENTE, 1911, p. 24-25).

Normas e procedimentos praticados no interior do ginásio confirmam a necessidade de perpetuar nos alunos um sentimento de civilidade e patriotismo. A imposição de valores e comportamentos considerados adequados para a sociedade era comum nos educandários, haja vista que os estudantes eram “monitorados” tanto dentro, como fora do ambiente escolar. Compreende-se, portanto, que os livros didáticos também eram utilizados como meios de controle, pois eram selecionados indiretamente, a partir de intenções do governo vigente. Sobre esse assunto, Salim (2009, p. 110) comenta que, durante a Primeira República:

[...] os presidentes de Estado controlavam o que era publicado na imprensa e até mesmo a escolha de livros que seriam adotados nas escolas. Enfim, como se dizia na época, não era a República dos sonhos. O controle exercido pelos órgãos da República era tão forte, que alguns jornalistas e escritores lastimavam o fim da monarquia.

Em 1937, a importância do acesso aos livros, já era evidenciada. Por iniciativa do ministro Gustavo Capanema, pelo Decreto-lei nº 93, foi criado o Instituto Nacional do Livro (INL), que tinha como finalidade propiciar meios para a produção e o aprimoramento de exemplares, e a melhoria dos serviços bibliotecários. Entre as justificativas desse decreto, o ministro destaca que:

O livro é, sem dúvida, a mais poderosa criação do engenho humano. A influência que ele exerce, sob todos os pontos de vista, não tem contraste. [...] É, portanto, dever do Estado, proteger o livro, não só promovendo e facilitando a sua produção e divulgação, mas ainda vigilando no sentido de que ele seja, não o instrumento do mal, mas sempre o inspirador dos grandes sentimentos e das nobres causas humanas. (BRASIL, 1937).

Ainda no que diz respeito à acomodação de livros no ginásio, um ofício enviado pela diretoria do colégio ao secretário de Educação e Saúde, no ano de 1944, enfatiza a importância e a urgência da instalação de uma biblioteca no educandário. De acordo com o diretor, essa medida facilitaria a aprendizagem dos alunos e desenvolveria neles o gosto pela boa literatura e pelo cultivo das ciências, além de proporcionar aos professores consultas de obras de difícil aquisição naqueles tempos. Para a consolidação da proposta, algumas medidas deveriam ser tomadas.

Mandar remover o armamento já imprestável e que se encontra em uma das salas do colégio, com o que se ganhará espaço e uma sala a ser utilizada para a instalação da biblioteca. Providenciar no sentido de receber a referida sala, limpeza e pintura convenientes. Adotar providências para que a sala seja guarnecida de quatro estantes pelo menos, de vinte carteiras individuais, de uma mesa e uma cadeira para o encarregado da fiscalização. Incluir no orçamento do próximo exercício, verba a ser empregada na aquisição de obras de real valor para o ensino secundário (COLÉGIO ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO, 1944).

A informação de que até o ano de 1944 não havia uma biblioteca no educandário causa estranhamento, uma vez que, como citado, um Relatório de Inspeção do ano de 1942 lista uma grande quantidade de livros existentes no Colégio Estadual. Isso pode ser compreendido pelo fato de que, antes da organização de um espaço destinado à acomodação de livros no colégio, o material de apoio didático já existia, porém estava acessível apenas aos professores. Contudo, mesmo com a restrição, os alunos tinham acesso aos espaços de leitura fora do ambiente escolar “[...] como a Biblioteca Pública Estadual e a Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo que poderiam ser frequentadas pelos estudantes secundaristas da época” (SALIM, 2009, p. 209).

Quadro 3 – Livros adotados pelo Colégio Estadual no 2º ciclo (1943)

Séries	Matérias	Livros	Autor (s)
1ª Clássica	Português	Trechos seletos	Souza de Oliveira
2ª Clássica			
1ª Científica			
2ª Científica			
1ª Clássica	Latim	Pupo Ravizza	Cícero e Virgílio
2ª Clássica			
1ª Clássica	Francês	Histoire de La Literature Française	-
2ª Clássica			
1ª Científica			
2ª Científica			
1ª Clássica	Inglês	King's English – 4º auxiliar	-
2ª Clássica			
1ª Científica			
2ª Científica			
1ª Clássica	Matemática	Qualquer Compêndio	-
2ª Clássica			
1ª Científica			
2ª Científica			
1ª Clássica	História	Qualquer Compêndio	-
2ª Clássica			
1ª Científica			
2ª Científica			
1ª Clássica	Geografia	Qualquer Compêndio	-
2ª Clássica			
1ª Científica			
2ª Científica			
1ª Clássica	Física		J. Langlebert – Nobre – W. Watson
2ª Clássica			
1ª Científica			
2ª Científica			
1ª Clássica	Química		H. Liberalli
2ª Clássica			
1ª Científica			
2ª Científica			
2ª Científica	Biologia		-
2ª Clássica	Filosofia		-
1ª Clássica	Espanhol	Gramática de La Academia Espanhola	-
1ª Científica			

Fonte: Arquivo do Colégio Estadual do Espírito Santo.

Quadro 4 – Livros adotados pelo Colégio Estadual (1948)

Séries	Matéria	Livros
1 ^a , 2 ^a 3 ^a e 4 ^a	Português	
1 ^a , 2 ^a	Latim	O Latim do Ginásio
3 ^a e 4 ^a		Excerpta Latina – F. O. de Carvalho e José R. Netto
1 ^a , 2 ^a	Francês	Methode directe de français – Lectures graduaes – H. de L.
3 ^a e 4 ^a		Nouvelle Antologie – H – d. L
2 ^a 3 ^a e 4 ^a	Inglês	King's English
1 ^a	Matemática	Qualquer compêndio
2 ^a		Ary Quintella
3 ^a		Qualquer compêndio
4 ^a		Ary Quintella
3 ^a e 4 ^a	Ciência	Qualquer compêndio
1 ^a	História	Qualquer compêndio
2 ^a		Joaquim Silva
3 ^a e 4 ^a		Qualquer compêndio
1 ^a , 2 ^a 3 ^a e 4 ^a	Geografia	Qualquer compêndio

Fonte: Arquivo do Colégio Estadual do Espírito Santo.

Figura 9 – Capas de alguns dos livros adotados no Colégio Estadual do Espírito Santo.



Fonte: Site Estante Virtual.³³

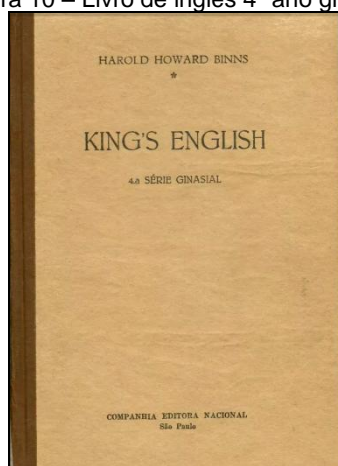
³³ www.estantevitrua.com.br

Quadro 5 – Livros adotados pelo Colégio Estadual do Espírito Santo (1945)

Disciplina	Séries	Livros	Autor (s)
Matemática	Ginasial	Matemática – 2º ano	Cecil Thiré e Melo e Souza
Português	1º ciclo	O Programa de Português	Júlio Nogueira
	1ª, 2ª e 4ª		
Português	3ª	Língua Portuguesa	Geraldo Ulhoa Cintra e José Marques Leite
Português	2ª ciclo	Língua Portuguesa	Geraldo Ulhoa Cintra e José Marques Leite
Latim	1º ciclo	O Latim do Ginásio	Vandik Londres de Nóbrega
	2ª a 4ª		
Latim	1ª	Programa de Latim	Brant Korta
Latim	2º ciclo	O Programa de Latim	Nelson Romero
Francês	1ª a 3ª	France	George Readers
Francês	4ª	Nouvelle Anthologie	Henri de Lanteuil
Francês	2º ciclo	Historie Literae	Henri de Lanteuil
Inglês	2ª	English Written and spoken	Belisário Santos
Inglês	3ª e 4ª	Kings's English	H. H. Binns
Inglês	2º ciclo	Glimpses English Litterature	Douglas Machado da Silva e Redshaw Eull
Matemática	1ª e 2ª	Elementos de Matemática	Carlos Catoni
Matemática	3ª e 4ª	Matemática	Algacyr Munhoz Maeder
Matemática	2º ciclo	Matemática	Euclides Roxo; Roberto Peixoto; Haroldo Cunha e Dacorso Netto; Thales de Mello Cunha
Física		Física	Herman Urnabo Nabholz
Química		Química	Carlos Pasquallin e Luiz Macedo
Biologia	2ª	Biologia	Carlos Costa
Biologia	3ª	Biologia	Mello Leitão e Lafayette
História		História	Arthur Gaspar Viana e Joaquim Silva

Fonte: Arquivo do Colégio Estadual do Espírito Santo.

Figura 10 – Livro de inglês 4º ano ginasial



Fonte: Site Estante Virtual

Figura 11 – Capas de alguns dos livros adotados no Colégio Estadual do Espírito



Fonte: Site Estante Virtual

Quadro 6 – Livros adotados pelo Colégio Estadual (1948) (continua)

Disciplina	Série	Livro	Autor
Português	1ª e 3ª – B	Português Ginásial	Enéias Martins de Barros
Português	2ª	Gramática Portuguesa	R. S. Mansus Gueiros
Português	3ª e 4ª	Compêndio de Língua Portuguesa	Arthur de Almeida Tôres
Português	1ª c.f – A	Antologia da Língua Portuguesa	Estevão Cruz
Português	2ª e 3ª	Língua Portuguesa	Geraldo Ulhos Cintra
		Pontos de Literatura	Serafim Silva Netto
Latim	1º e 2º ciclos	O Latim no Ginásio	Londres da Nóbrega
Francês	1ª	Cours Primaire	Claude Augé
	2ª	Cours de Français	J. A. Gonçalves e A.R. Rainha
	3ª	Verbes Franceses Nouvelle Anthologie Gramática - Curso Médio	Qualquer Autor H. de Lanteuil Claude Augé
Francês	4ª	Gramática – pontos Nouvelle Anthologie – 2ª	Pelo professor da cadeira H. de Lanteuil
Francês	1º ciclo	Mon Premier Livre	H. de Lanteuil
Francês	2º ciclo	Leçon de Français – Histoire Littéraire e gramaire – 2ª série	Ricardo Rodrigues Vieira
Inglês	2ª s	English For Brazilian – Schools – 1º livro	Roberto Silva Santos
Inglês	3ª e 4ª	English For Brazilian Students – 2º e 3º	Adalto Nogueira Espíndula
Inglês	2º ciclo	Glimpses Of English Literature – 1º volume	Douglas Redshaw
		Science Readrs – English Literature	M.S Hull
Espanhol	2º ciclo	Espanhol Básico	José Ramon Calleja Alvarez
Matemática	1º ciclo	Matemática	Thales de Mello Carvalho e Algacyr Munhoz Maeder
	1ª cfca.	Matemática	Algacyr Munhoz Maeder
	2ª e 3ª	Matemática	Euclides Roxo e Cecil Thiré
Ciências	3ª e 4ª	Ciências Naturais	Carlos Costa e Carlos Pasquale; Maria Faccini Pecegueiro do Amaral e C. de Mello Leitão.
Física	2º ciclo	Física	Herman H. Nabholz
Química	2º ciclo	Química	Luiz Macedo e Carlos Pasquale ou Carlos Costa
História Geral	1º	História Geral	Borges Hermida
	2º	História Geral	Haddock Lobo

Quadro 6 – Livros adotados pelo Colégio Estadual (1948) (conclusão)

Disciplina	Série	Livro	Autor
História do Brasil	1º 2º	História do Brasil História do Brasil	Joaquim Silva Hélio Vianna
Geografia	1º 2º	Geografia Geral Princípios Elementares da Geografia	Moisés Gicovate Souza Reis
Geografia do Brasil	1º ciclo	Geografia do Brasil	Alcias Martins de Athayde
História Natural	2º ciclo	História Natural	Carlos Costa
Filosofia	2º ciclo	Filosofia	Henrique Guen
Desenho	1º ciclo 2º ciclo	Coleção Desenho Projetivo Desenho Linear	Sperandio e S. Bandeira Heitor Cajaty Theodoro Braga

Fonte: Arquivo do Colégio Estadual do Espírito Santo.

Observa-se que a aquisição de uma maior quantidade de livros adotados como material didático pelo educandário capixaba ocorreu somente após a organização de uma biblioteca no colégio, em 1944. A relação do material apresentado nos quadros citados revela também que, antes do ano de 1943, o Colégio Estadual do Espírito Santo não contava com um acervo organizado de livros, o que não impediu a presença de materiais desse tipo. Documentos informam que, ainda no ano de 1931, a instituição constantemente recebia propagandas de materiais didáticos para que fossem analisados pelos professores responsáveis pelas disciplinas, a fim de que sinalizassem a possibilidade de compra dos exemplares pelo colégio, o que pode ser visualizado na propaganda de livros de Matemática para os professores do Ginásio do Espírito Santo, em 1931, na qual a Livraria Francisco Alves elogia seus autores, bem como o material apresentado.

Temos o prazer de comunicar a V. S. que acabamos de pôr a venda, pelo preço de 10\$000 o livro 'Mathemática' – 2º anno de autoria dos professores Cecil Thiré e Mello e Souza, cathedráticos do Collégio Pedro II. Nesse volume organizado rigorosamente de accordo com a nova orientação adoptada pela recente reforma do ensino, os conhecidos professores, com extraordinária habilidade expõem a matéria com simplicidade, clareza e precisão, dando ao livro todos os attributos para torná-lo agradável e atrahente aos alumnos do 2º anno seriado (GINÁSIO DO ESPÍRITO SANTO, 1931).

O número reduzido de títulos utilizados no GES, antes do ano de 1931, pode ser compreendido a partir do diálogo com Lorenz (1994). Ao apontar os livros adotados no ensino secundário entre os anos de 1900 e 1950, expõe, como hipótese para a ausência de informações sobre as obras, a mudança de programas que essa categoria de ensino sofreu nos anos anteriores. O autor argumenta que apenas a partir da Reforma Carlos Maximiliano, em 1915, referências sobre livros e compêndios adotados nos programas de ensino secundário do Brasil foram encontradas com maior regularidade. Afirma também que, assim como no século XIX, nas primeiras décadas do século XX, houve uma “[...] tendência de aproveitar no ensino brasileiro, as melhores obras publicadas na França” (LORENZ, 1994, p. 78) e que até o momento de implantação da Reforma Rocha Vaz, em 1925, foi possível identificar uma forte presença da herança intelectual francesa na escola secundária pública brasileira, representada, naquele momento, pelo Colégio Pedro II, mantendo, dessa forma, certa fidelidade às correntes intelectuais daquele país em relação ao ensino das ciências.

Ainda segundo o autor, a partir da década de 1920, com a expansão do ensino público no Brasil, nasceu um movimento de cunho nacionalista que passou a orientar a elaboração dos currículos e os conteúdos desenvolvidos na escola secundária. Nesse contexto, a partir do ano de 1925, diversos livros didáticos foram escritos por autores brasileiros, que buscavam produzir suas obras adequando-as à realidade educacional da época. Desse modo, aos poucos, os livros franceses eram substituídos por livros-texto nas escolas secundárias (LORENZ, 1994). No Espírito Santo, com o aumento da demanda por materiais de apoio escolar, professores que lecionavam no ensino secundário tornaram-se autores de livros didáticos.

O desenvolvimento do ensino secundário aumentou a demanda por livros e obras didáticas impulsionando o comércio livreiro na Capital. Os professores secundaristas se lançaram na produção de livros didáticos, contando com o apoio fundamental do Governo Estadual, que financiava as publicações e indicava o material como leitura obrigatória nas escolas estaduais. Os livros didáticos escritos pelos professores focalizavam principalmente temas relativos ao Espírito Santo, evidenciando a preocupação dessa geração em desenvolver estudos sobre aspectos da história e da cultura regional (SALIM, 2009, p. 237-238).

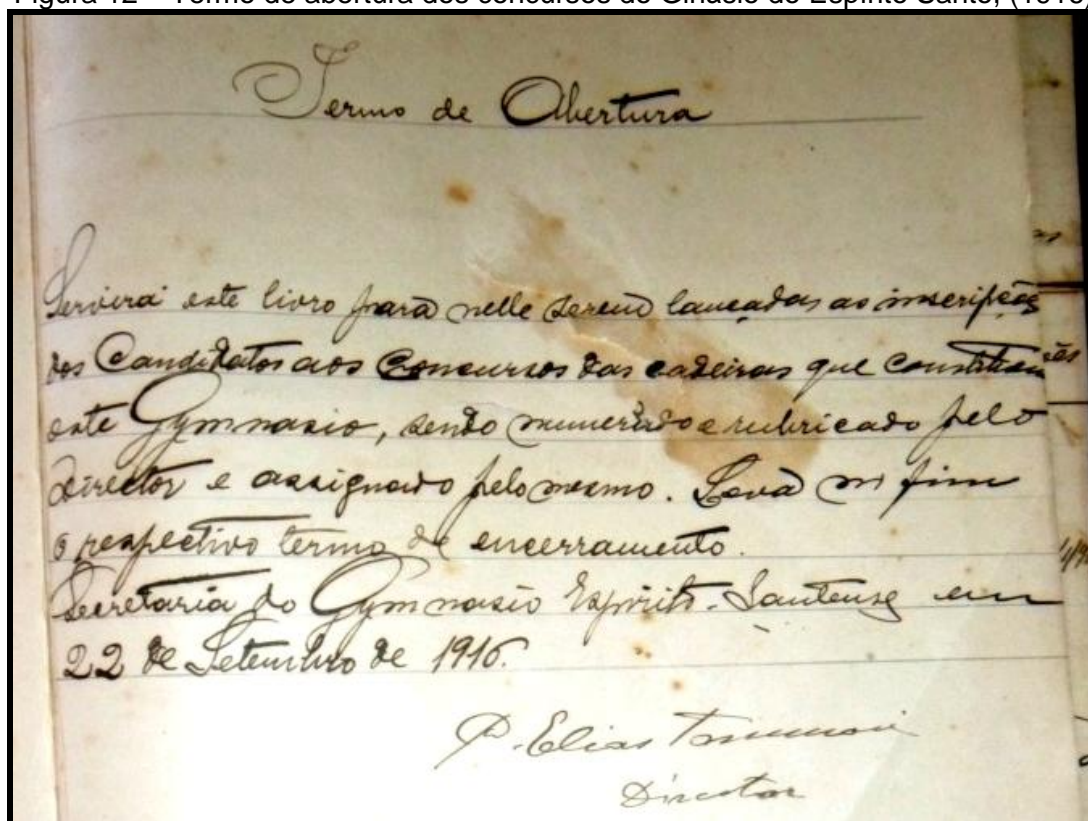
Com relação aos professores do Ginásio do Espírito Santo que publicaram livros didáticos, destacam-se: Elpídeo Pimentel, professor de Português e Literatura, com a obra: “Noções de Literatura” (1917); Maria Stella de Novaes, professora de História

Natural, com a obra: “História do Espírito Santo” (1968); Amâncio Pereira, professor de Geografia, com a obra: “Geographia e História do Estado do Espírito Santo” (1922).

Como mencionado no início deste estudo, as normativas referentes ao funcionamento do ensino praticado no GES seguiam as orientações do Colégio Pedro II que, por sua vez, ditava as normatizações para as demais escolas secundárias equiparadas. Entre as diversas mudanças e prescrições para a prática do ensino secundário, a exigência que diz respeito à obrigatoriedade da realização de concursos para o ingresso de professores nos ginásios, será destaque na próxima seção. Desse modo, serão abordados os processos seletivos, bem como alguns de seus candidatos, que posteriormente se tornaram catedráticos, no período de 1917 a 1951, a fim de compreender e problematizar a configuração da docência no Ginásio do Espírito Santo.

A figura 12 retrata o documento no qual seriam registradas as inscrições dos candidatos aos concursos que seriam oferecidos pelo GES a partir do ano de 1916.

Figura 12 – Termo de abertura dos concursos do Ginásio do Espírito Santo, (1916)



Fonte: Arquivo do Colégio Estadual do Espírito Santo.

3 PROCESSO DE ADMISSÃO DE PROFESSORES NO GINÁSIO DO ESPÍRITO SANTO/COLÉGIO ESTADUAL: OS CONCURSOS PARA CATEDRÁTICOS

De acordo com Julia (2001), o estudo dos processos de seleção de professores ao longo do tempo é de fundamental importância para a compreensão dos critérios utilizados para a seleção desses sujeitos, como as continuidades e descontinuidades dos saberes exigidos para essa classe ao longo das gerações.

No Brasil, os cursos para formação de professores secundários foram implantados na década de 1930. Desse modo, com a ausência de cursos específicos para a formação dessa categoria de docentes, os ginásios não tinham alternativa a não ser admitir pessoas que tivessem concluído um curso superior, em qualquer área do conhecimento, ou o curso de bacharel, para lecionar nas instituições. Tais pré-requisitos tornaram-se uma das exigências estabelecidas pelos regimentos ginasiais equiparados ao CPIL, para quem desejasse ingressar como professor nas instituições de ensino secundário no Brasil.

A carreira como catedrático imprimia respeito e *status* aos profissionais do ensino, além de possibilitar diversas regalias à categoria. A partir dessa prerrogativa, e tomando como base os concursos para professores organizados no GES, nas suas primeiras décadas de funcionamento, a análise a seguir contempla o processo pelo qual os sujeitos se tornavam catedráticos a partir das particularidades locais em face da legislação vigente.

Desde o momento de sua inauguração, o ginásio contou com um corpo docente constituído por sujeitos com diversas formações, entre as quais nas áreas de Direito, Medicina, Engenharia e Teologia. Na avaliação do presidente Jerônimo Monteiro, mesmo sendo necessárias algumas providências³⁴ para uma maior economia dos custos com a manutenção do GES, “[...] continuava o ensino naquele estabelecimento a cargo de um corpo docente reconhecidamente idoneo e competente” (MENSAGEM DO PRESIDENTE, 1909). Somam-se, dessa maneira, o

³⁴ Em 1909, com os recursos escassos, o governo passou a administração do Ginásio do Espírito Santo para a sociedade de “Sciencias e Letras”, também conhecida como “Congregação do Verbo Divino do Brasil”. Com essa medida, diminuiu consideravelmente os custos com o importante estabelecimento, mantendo o seu funcionamento (ESPÍRITO SANTO, 1909).

prestígio atribuído aos professores que atuavam no GES e a precariedade das condições materiais de funcionamento do educandário.

Pelo fato de ter sido equiparado, o GES seguia ou deveria seguir as orientações prescritas pelo Colégio Pedro II, cujo Regimento Oficial estabelecia que os postulantes à função de professores catedráticos deveriam submeter-se a concurso público, realizando todas as etapas que o compunham. Entretanto, o primeiro registro da realização de um concurso para a admissão de docentes no GES data de 1917.

Sobre o assunto, Vicentini e Lugli (2009) destacam que a exigência dos concursos para a admissão de professores inicia-se quando o ensino secundário passa a ser responsabilidade do Estado, ainda “[...] durante as Reformas Pombalinas em Portugal e suas colônias”. Em 1908, o regulamento do GES expunha, de forma clara, todas as normatizações que deveriam reger esse processo. No Capítulo III, as normas que tratam dos concursos para lentes destacam as etapas do certame: “[...] prova escrita; prova oral e prova prática para a cadeira que a exigir” (DIÁRIO DA MANHÃ, 1908). Para concorrer a uma vaga de catedrático, o candidato deveria ser brasileiro nato ou naturalizado, comprovar idoneidade moral mediante folha corrida e ter idade superior a 21 anos. Poderia ser anexada qualquer documentação que comprovasse qualidades intelectuais e morais, além dos serviços prestados ao ensino, às ciências ou às letras. Após o prazo de inscrição, caso nenhum candidato se apresentasse, o diretor informaria ao presidente do Estado, que ordenaria um novo concurso. E, se ainda assim, decorridos três meses após a abertura do edital, nenhum candidato efetuasse a inscrição, o presidente preencheria a vaga por nomeação. Após a verificação da idoneidade dos inscritos, a congregação elegia uma comissão formada por três lentes para compor a banca do concurso a ser realizado, oito dias após esse processo.

[...]

Art. 133 – Na véspera do dia marcado para o concurso reunir-se-a a Congregação para aprovar ou substituir os pontos organizados pella comissão para servirem no exame escripto do concurso.

Art. 134 – Depois de approvados os pontos para a prova escripta, o Director os numerará e o Secretário os transcreverá em um livro para este fim, existente na secretaria escreverá os números correspondentes em pequenas tiras de papel bem iguais e as lançará em uma urna.

Art. 135 – No dia e hora marcados para o concurso, presentes o Director, a comissão e os candidatos inscriptos será convidado o que primeiro se

inscreveu para tirar da urna, um número. Lido pelo Director, o ponto correspondente, o candidato fará sobre elle a sua prova dentro de quatro horas (DIÁRIO DA MANHÃ, 1908).

O referido documento não previa a produção e a apresentação de uma tese como uma das etapas dos concursos, o que não significa que a exigência não existisse. Isso porque a produção de teses já se constituía parte integrante dos concursos realizados no Colégio Pedro II, naquele período. Contudo, é possível que essa exigência não estivesse no documento de 1908, pelo fato de, naquele momento, não haver previsão da realização de concursos para catedráticos no GES.

Em 1915, o governador Marcondes Alves de Souza destacava a necessidade de tornar vitalício o cargo de lente da Escola Normal e do Ginásio do Espírito Santo, por meio de concursos. O relatório afirma que, dessa forma, as disciplinas seriam confiadas a pessoas competentes, de moralidade comprovada e com real vocação para lecionar. O relato enfatiza também que, uma vez concursado, o lente poderia ter liberdade de expressão política, sendo ou não oposicionista ao governo vigente, sem correr o risco de perder o cargo em que atuava. Para o governador, somente desse modo seria possível criar um corpo docente diferenciado, capaz de dedicar-se com mais zelo ao ensino secundário (RELATÓRIO DE PRESIDENTE, 1915).

[...] sem essas garantias, não se poderá obter que esses cargos sejam sempre bem preenchidos tanto mais quanto os lentes, hão de estar sempre sujeitos às injunções da política, pelo fato de serem demissíveis *ad nutum*, desde que não comunguem nas mesmas ideias do governo (RELATÓRIO ESPÍRITO SANTO, 1915).

Mendonça, Lopes e Soares (2012, p. 988) contribuem com a questão ao declarar que a realização de concursos “[...] constitui, sem dúvida, um marco importante no processo de profissionalização docente e configurou-se historicamente como um dos primeiros mecanismos utilizados pelo Estado para a certificação dos professores”.

Com o advento da Reforma Carlos Maximiliano³⁵ e da segunda equiparação ao Colégio Pedro II, ocorrida em 1915, a promoção de concursos para a admissão de

³⁵ Reforma ocorrida em 1915, que delimitou um conjunto de prescrições que reorganizava o ensino secundário e superior na República. Com essa nova medida, o ensino do GES passou por significativas mudanças. Massunaga (1989) afirma que os catedráticos surgem a partir da reforma Maximiliano. Antes disso, o corpo docente era formado por lentes e professores. O segundo termo era aplicado aos responsáveis pelas disciplinas Ginástica, Música e Desenho.

professores no ensino secundário tornou-se obrigatória. Nesse contexto, o diretor do GES, Padre Elias Tommasi, viu-se obrigado a organizar concursos a fim de preencher as cátedras que compunham o Programa de Ensino do educandário, haja vista que, sem a promoção desses certames, o ginásio perderia algumas vantagens advindas da equiparação. Com esse novo regulamento, a produção e a apresentação de teses, como parte do concurso, tornaram-se obrigatórias.

As figuras abaixo ilustram o formato gráfico estabelecido para a confecção das teses que deveriam ser apresentadas nos concursos.

Figura 13 – Teses confeccionadas para os concursos no Ginásio do Espírito Santo



Fonte: Biblioteca Estadual do Espírito Santo.

As teses tinham um formato de livreto e continham uma capa com informações sobre o título da produção, o nome do autor, a cadeira à qual estava concorrendo, a instituição de ensino para a qual prestaria concurso e o ano da publicação. No que diz respeito à confecção das teses, o edital publicado no “Diário da Manhã”, em outubro de 1916, destaca o modelo que deveria ser seguido. “Um trabalho original de valor sobre a cadeira, (de 10 páginas, no mínimo) impresso, do qual cinquenta exemplares serão entregues ao secretário do Gymnasio no dia do encerramento da inscrição” (DIÁRIO DA MANHÃ, 1916, p. 3). No caso das defesas de teses, observam-se, nos editais publicados ao longo dos anos, modificações no que diz respeito à quantidade de exemplares que deveriam ser entregues no ato da inscrição e no número de teses que deveriam ser produzidas a partir dos temas estabelecidos e de livre escolha. No edital de 1934, por exemplo, os interessados em concorrer a uma vaga para as cadeiras de Português, Francês, Inglês e Ciências Físicas e Naturais deveriam entregar cem exemplares no ato da inscrição (DIÁRIO OFICIAL, 1934). Percebe-se, dessa forma, que é possível que algumas pequenas mudanças tenham ocorrido nos processos que regiam os concursos durante o período analisado. No entanto, nada que pudesse descaracterizar o modo como esses certames vinham sendo executados ao longo do tempo.

Como forma de registro, criou-se um livro de atas, no qual seriam registradas todas as etapas dos concursos realizados no GES. O documento apresenta, em sua primeira página, o termo de abertura dos concursos, datado de setembro de 1916, com o seguinte texto: “Servirá este livro para *nelle* serem lançadas as actas dos concursos às cadeiras que constituem o curso gymnasial, sendo numerado e rubricado pelo diretor [...]” (ATA DE CONCURSO DO GINÁSIO DO ESPÍRITO SANTO, 1916).

Muitos fatos atinentes ao GES eram divulgados na imprensa local. Ao analisar, por exemplo, edições do jornal “Diário da Manhã”, nas primeiras décadas do século XX, encontrou-se uma grande variedade de informações. Entre elas, avisos, editais, notas de alunos e diversos temas ligados à educação. Nesse contexto, situa-se a publicação do primeiro registro de um edital de concurso para catedráticos do Ginásio do Espírito Santo, publicado no mês de setembro do ano de 1916, com a realização das provas, no ano 1917. Na ocasião, ofertavam-se vagas para o preenchimento das cadeiras de Português, Francês, Geographia, Cosmographia,

Chorographia, Arithimética e Álgebra, Latim, História Universal e do Brasil, História Natural, Inglês e Alemão. Cogita-se que a abertura dos concursos não ocorreu na primeira década de seu funcionamento, em razão do período em que o GES esteve sob a administração da congregação religiosa *Verbo Divino*³⁶ e pelo fato de tornar-se obrigatório somente a partir do ano de 1915, com a reforma Maximiliano. Desse modo, antes da prática dos concursos, o corpo docente do GES era composto, em sua maioria, por religiosos e docentes nomeados que atuavam na Escola Normal.

As primeiras provas aconteceram no dia 3 de abril de 1917 e contemplavam as cátedras de Geografia e Francês. De acordo com a ata do certame, para o concurso de Geografia, apenas o candidato padre Camilo Loureiro Bento compareceu. Em consonância com o regulamento em vigor, o candidato foi arguido dentro da *these* que apresentou, conforme as exigências do processo, e obteve aprovação por três notas a favor, contra uma. Possuía formação em Teologia e, como sacerdote, atuou como zelador do Santuário da Penha, pertencente à Diocese do Estado do Espírito Santo. Exerceu, também, após ter ingressado como catedrático do GES, o cargo de secretário em vários concursos seguintes.

Para a cátedra de Francês, inscreveu-se um único candidato, o professor Adolpho Fernandes Ribeiro de Oliveira, aprovado por unanimidade pelos membros da comissão avaliadora. Antes de tornar-se catedrático do GES, o professor Adolpho havia sido nomeado pela Secretaria do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio do Espírito Santo e atuou também como adjunto do curso de desenho da Escola de Aprendizes Artífices do Espírito Santo, no ano de 1912. Assumiu a condição de lente do GES em 1917 e ocupou também o cargo de vice-diretor no ano de 1919. No ano de 1916, o professor Adolpho figurou como sócio-fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES) (ATA GINÁSIO DO ESPÍRITO SANTO, 1916).

Para a cadeira de Aritmética e Álgebra, inscreveu-se apenas Francisco Clímaco Feu Rosa. No entanto, verificou-se que, após o período das inscrições, o nome de outro

³⁶ A Sociedade do Verbo Divino (SVD), fundada em 8 de setembro de 1875, em Steyl, na Holanda, estava com 19 anos quando os primeiros missionários chegaram ao Brasil. Foi em 12 de março de 1895 que o pequeno transatlântico aportou em Vitória/ES. Com a autorização e as provisões do bispo de Petrópolis, os dois missionários se prepararam para visitar as colônias de língua alemã. Viajando em canoa e subindo os rios, chegaram às comunidades. Foram convidados pelos colonos do Tirol, nas pitorescas montanhas do Estado do Espírito Santo e, na festa de São José, no dia 19 de março, houve a fundação verbita no Brasil.

candidato, Lauro Gonçalves Paiva, apareceu na lista. A inscrição do candidato após o encerramento formal provocou estranhamento e suscitou interrogações. O concurso instaurou uma celeuma jurídica, em razão de o candidato Feu Rosa ter impetrado recurso contra o parecer dos examinadores, que proclamaram Lauro Paiva como primeiro colocado. A atitude do segundo colocado parece ter gerado resultados, isso porque, algum tempo depois, Feu Rosa, ex-aluno do GES, foi confirmado como catedrático aprovado em concurso. Poucos anos após ingressar como professor, concluiu o Curso de Direito pela Universidade do Brasil, tendo solicitado exoneração no ano de 1922, para dedicar-se à carreira jurídica.

Para a cadeira de Português, inscreveram-se Dr. Jonas M. Bezerra Montenegro, Elpídio Pimentel e Dr. Adolpho Thiers Velloso. Nesse certame, os três candidatos foram aprovados. O professor Jonas Montenegro faleceu precocemente, pouco tempo depois de ter assumido a cátedra no GES. Elpídio Pimentel teve atuação consistente na imprensa capixaba e, posteriormente, tornou-se professor no Colégio Pedro II, aprovado em concurso. Já Thiers Velloso atuou como advogado, magistrado, parlamentar, escritor e jornalista, vindo a falecer em agosto de 1930.

Em depoimento, Luiz Guilherme Santos Neves,³⁷ aluno do GES na década de 1940 e, posteriormente, professor do educandário, destaca algumas características do processo que regia os concursos e enfatiza o momento da defesa da tese como um evento que movimentava a cidade e reunia autoridades políticas. “[...] era um público eclético, porém muito representativo na época, a saber: médicos, advogados, familiares dos candidatos e todos aqueles que tivessem algum interesse na ocasião”.

O catedrático para ser vitalício deveria prestar concurso. Todas as bancas eram compostas por professores mais antigos do GES e também de outras instituições. O candidato sabendo que havia o concurso teria o tempo necessário para escrever a tese, que depois seria entregue aos examinadores. O auditório da Escola Normal enchia, por volta de 200 pessoas. Com uma forte presença feminina, professoras, muitas professoras, alunas e ex-alunas da Escola Normal que estavam lecionando, que tinham sido alunas desses professores que iriam apresentar a tese. Era uma forma de prestigiar o candidato. Todos iam imbuídos com o desejo de ver o candidato se sair bem. No dia seguinte, era publicado o resultado no Diário Oficial (SANTOS NEVES, L. G., 2015).

³⁷ Luiz Guilherme Santos Neves, além de ser filho de um importante professor do GES, Guilherme Santos Neves, estudou no educandário nos anos de 1949, 1950 e 1951, atuando como professor de História na mesma instituição.

Podem ser denominadas ritualizações todo o processo que, por alguma tradição, se repete diversas vezes, por um longo período. De fato, observamos que os rituais dos concursos não sofreram mudanças significativas no recorte temporal investigado. A partir do primeiro registro, em 1917, os concursos ocorreram com frequência nos anos subsequentes e mantiveram basicamente as mesmas etapas e exigências. A Figura 13 ilustra uma banca examinadora no GES.

Figura 14 – Professores em uma banca examinadora (agosto de 1950)



Fonte: Livro Colégio Estadual 90 anos educando.³⁸

Um documento datado de 1931 enviado ao diretor do Ginásio do Espírito Santo pelo catedrático da disciplina de Física, Adolpho Staerke, registra a influência de professores catedráticos na organização e manutenção do ensino.

Excm. Sr. Dr. Diretor do Gymnásio do Espírito Santo. De acordo com a lei, compete ao prof. Catedrático comunicar ao Diretor e à Congregação, as dificuldades que encontrar para a execução dos trabalhos de seu curso, indicando as causas e meio de resolvê-las (GINÁSIO DO ESPÍRITO SANTO, 1931).

Muitos professores que ingressaram no GES, por meio dos primeiros concursos, permaneceram na função docente por um longo período. No entanto, a grande maioria dos candidatos possuía uma ocupação principal, além da docência. Para Souza (2008, p. 123), especialmente “[...] os ginásios estaduais equiparados ao

³⁸ Nota: Da esquerda para direita, de pé: 1º) ainda não identificado; 2º) Renato Pacheco (professor de História); sentados: 1º) e 2º) ainda não identificados; 3º) Heráclito Amâncio Pereira (professor de Geografia); 4º) ainda não identificado; 5º) Nelson Abel de Almeida (professor de História do Brasil); 6º) ainda não identificada.

Colégio Pedro II, desfrutavam de um enorme prestígio social” e, nesse cenário favorável, destacava-se a constituição de um corpo docente privilegiado. Contudo,

A atuação do corpo docente frequentemente transcendia os muros das escolas, visto que muitos professores exerciam, além do magistério, profissões liberais, ou se dedicavam ao jornalismo e à política, circulando, pois, numa rede de sociabilidades em que o prestígio individual, a liderança política e econômica e os desígnios do país amalgamavam-se num mesmo projeto ancorado nos ideais de progresso e civilização (SOUZA, 2008, p. 124).

Em meio às mudanças e permanências, a obrigatoriedade dos concursos nos processos de admissão dos professores permanecia.

Como citado, ao tornar-se catedrático, o professor era contemplado com várias vantagens, principalmente no que diz respeito aos vencimentos mensais, o que pode ter impulsionado a publicação de críticas aos candidatos que se inscreviam nos concursos durante a primeira metade do século XX. Possivelmente editado na cidade do Rio de Janeiro, localizado em um livro de registros sobre o GES, um recorte de jornal sem data, acomodado no arquivo do Colégio Estadual do Espírito Santo, que apresenta como título *A competência dos interinos*, atribui a seguinte resenha aos profissionais do ensino secundário.

Para terminar, o que Hahnemann Guimarães lhe disse, na sua entrevista, é exactamente o que eu penso sobre os concursos. Também duvido da competência de muitos interinos... como também da honestidade profissional de muito cathedrático que se mette a lecionar matéria de que não entende, por causa da gratificação... – Mas é possível? – Possibilíssimo. Faça uma investigação cuidadosa, que o senhor chegará a resultados curiosíssimos. Cathedráticos ha que têm sempre competência para lecionar qualquer matéria, desde que haja vantagens pecuniarias. Invente amanhã o governo uma cadeira esquesita de qualquer coisa chinesa e, havendo dinheiro, apparecerão logo dez ou quinze especialistas, no corpo docente do Collegio... Vale a pena o senhor examinar o que passa no Colégio Pedro II, nesse sentido. Professores de linguas lecionam mathemática e vice-versa... Quanto ao resultado, no ponto de vista pedagógico, os alumnos lhe podem informar (A COMPETÊNCIA DOS INTERINOS, recorte s/d).

A matéria sugere que, apesar de todo o prestígio, os professores catedráticos eram passíveis de críticas no que diz respeito à sua competência em face da falta de formação adequada e específica diante da cadeira que iriam ocupar ou da disciplina que iriam ministrar. Tal situação era decorrente do pouco ou nenhum conhecimento daquilo que se propunham a ensinar.

Santos (2013) contribui com essa questão, quando afirma que, até as primeiras décadas do século XX, os professores que lecionavam no ensino secundário no Brasil eram autodidatas. A autora ressalta também que a formação em um curso superior e específico para atuar como regente de uma disciplina do curso secundário ganhou força a partir da Reforma Francisco Campos, em 1931, que implementou uma nova legislação.

De acordo com Vicentini e Lugli (2009), a partir do movimento educacional de 1931, criou-se o registro³⁹ para os professores do ensino secundário no Ministério da Educação, que tinha como objetivo vislumbrar uma formação universitária específica para os lentes que pretendiam atuar nas instituições que ofereciam esse nível de ensino. Soares (2015), ao comentar o assunto, declara que, entre as medidas instauradas pela Reforma Campos, está a manutenção dos catedráticos como a categoria docente mais importante do secundário, o que os tornava isentos, juntamente aos docentes livres, de possuir o registro instituído pela referida reforma.

Além da competência dos docentes, estaria também sob suspeita a lisura dos concursos, de maneira que fatores políticos determinassem os merecedores de vagas oferecidas em certame. Pelo menos é o que indicia a nota, de autor não identificado, publicada no jornal *Diário da Manhã*, no ano de 1931 que tem como título: *Professorado de concurso*.

Todo mundo sabe a que grau de descrédito chegaram os tais concursos para o magistério. Esta missão tão nobilitante que tem o seu campo de ação na escola — a maravilhosa oficina onde se deve talhar no menino o futuro homem-cidadão — estava em nosso Estado perdendo do conceito diante das inúmeras incompetências que de uma hora para outra, se arvoraram em preceptores da mocidade. O protecionismo político, aliado também em grande parte à generosidade, dom que jamais faltou ao brasileiro, concorreu para que a classe do professorado de concurso fosse mais um refúgio de necessitados do que uma legião de batalhadores em prol da educação. Não é com quatro ou cinco meses de aprendizado com pontos decorados mecanicamente, sem a mínima noção de pedagogia, que o candidato se ache habilitado a exercer o magistério, quando o seu primitivo saber não passava do 3º ou 4º ano primário (DIÁRIO DA MANHÃ, 1931, p.1).

Além da crítica, a publicação também reservou espaço para elogios ao governo do Estado, quando, faz propaganda do poder local, ao elogiar o Decreto nº 277, no qual os professores concursados há cinco anos prestariam uma prova de competência que, se certificada, concederia o merecido reconhecimento. O fato de a crítica ser

³⁹ Ver mais em *História da profissão docente no Brasil*, Vicentini e Lugli (2009).

envolvida, mesmo que de forma implícita, por uma saudação ao governo, sugere certa influência tanto na produção como na publicação da referida nota.

Contudo, conhecer os processos que constituíram os concursos para professores no período investigado tem sentido somente a partir do conhecimento dos sujeitos que fizeram parte daquela conjuntura. Desse modo, a fim de compreender o contexto que configurou a docência no GES, são apresentadas, nos quadros a seguir, listas⁴⁰ com nomes de professores que atuaram no educandário entre os anos de 1931 e 1950, e suas respectivas disciplinas e cargos ocupados.

Quadro 7 – Professores do Ginásio do Espírito Santo (1931)

Disciplina	Professor	Vínculo
Francês	Adolpho Fernandes Ribeiro de Oliveira	Catedrático
Latim	Padre Elias Tommasi	Catedrático
Português	Elpídio Pimentel	Catedrático
Aritmética e Álgebra	José Meira Quadros	Catedrático
Geometria e Trigonometria	Ceciliano Abel de Almeida	Catedrático
Chimica	Hércules Nogueira Penna	Catedrático
História Natural	Maria Stela de Novaes	Catedrático
Physica	Adolpho Staerke	Catedrático
Geo- Chorographia	Heráclito Amâncio Pereira	Catedrático
Cosmographia	Fernando Duarte Rabello	Catedrático
História Universal	José Coelho de Almeida Cousin	Catedrático
Português	Guilherme Santos Neves (Licenciado) Francisco Generoso da Fonseca (Substituto)	Interinos
Inglês	Ilza Etienne Dessaune	Interino
História Natural	Olavo Gomes do Rêgo	Interino
Philosophia	Myrtes Etienne Dessaune	Interino
Sciencias Physicas Naturaes	Ericsson Cavalcante	Interino
Desenho	Antônio Belisário Vieira da Cunha	Interino
Desenho	João de Figueiredo Ribeiro	Interino
	Maria Eleonora Pereira	Curso Anexo

Fonte: Arquivo do Colégio Estadual do Espírito Santo.

⁴⁰ Os quadros foram organizados tal como nas fontes encontradas. É possível que a variação no número de professores catedráticos e interinos que compunham o corpo docente do GES/CEES, entre as décadas de 1930 e 1950, tenha sido decorrente das diversas mudanças ocorridas a partir das Reformas da Educação, instituídas naquele período.

Quadro 8 – Professores do Ginásio do Espírito Santo (1932)

Cadeira	Professor	Vínculo
Matemática	José Meira Quadros	Catedrático
Matemática	Ceciliano Abel de Almeida	Catedrático
Português	Elpídio Pimentel	Catedrático
Português	Guilherme Santos Neves	Interino
Latim	Padre Elias Tommasi João Ribas da Costa	Catedrático Interino
Desenho	Zaluar Dias	Interino
	João Figueiredo Ribeiro	Interino
História Natural	Maria Stella de Novais	Catedrática
Química	Hércules Nogueira Penna	Interino
Física	Adolpho Staerke	
Geografia	Heráclito Amâncio Pereira	Catedrático
História Universal	José Coelho de Almeida Cousin	Interino
Francês	Francisco Generoso da Fonseca	Interino
Inglês	Annete H. Aguirre	Interino
Filosofia	Christiano Fraga	Interino
História do Brasil	Olympio Corrêa Lyrio	Interino
Ciências Físicas e Naturais	Ericsson Cavalcanti	
Cosmografia	Manoel Moreira Camargo	Interino
Música	Sylvia Calazans Quadros	Interino
Curso Anexo	Maria Eleonora Pereira	Interino

Fonte: Arquivo do Colégio Estadual do Espírito Santo.

Quadro 9 – Professores do Ginásio do Espírito Santo (1940)

Disciplina	Professor	Vínculo
Português	Dr. Guilherme Santos Neves	Interino
Português	Dr. Clovis Rabello	Catedrático
Francês	Dr. Francisco Generoso da Fonseca	Catedrático
Inglês	Dr. Almir Gonçalves	Interino
História da civilização	Dr. Mauro de Araújo Braga	Interino
História da civilização	Dr. Edson Frazão Cavalcanti	Interino
Geografia	Dr. Fernando Duarte Rabello	
Geografia	Dr. Arnaud Cabral	Interino
Matemática	Dr. Ericsson Cavalcanti	
Matemática	Dr. José Meira Quadros	Catedrático
Ciências Físicas e Naturais	Dr. Mário Tavares	
Física	Otto Reimann	Interino
Química	Luiz de Jesus Simões Ferreira	Interino
História Natural	Dr. Aureo Santos Gonçalves	Interino
Desenho	Eugênio Pellerano	Interino
Desenho	Dr. Zaluar Dias	Interino
Latim	Pe. Raymundo de Barros	Interino
História do Brasil	Dr. Carlos Dias de Miranda Cunha	Interino
Música	Ricardina Stamatto da Fonseca	Interino
Educação Física	Léo Ribeiro, Adão Benezath, Emy Brandão e Audifax Barreto Duarte	Interino
Preparadora	Aleida Castello Cavalcanti	Interino

Fonte: Arquivo do Ginásio do Espírito Santo.

Quadro 10 – Corpo docente em exercício no Ginásio do Espírito Santo (1945)

Disciplina	Professor	Vínculo
Português	Guilherme Santos Neves	Interino
Latim	Cônego Raymundo Pereira Barros	Interino
Francês	Francisco Generoso da Fonseca	Catedrático
Inglês	Almir Santos Gonçalves	Interino
Espanhol	Frei David Arias	Interino
Matemática	José Meira Quadros	Catedrático
Física	José Neves Cypreste	Interino
Química	Manoel Moreira Camargo	Interino
História	Mauro de Araújo Braga	Catedrático
Geografia	Arnaud de Lima Cabral	Interino
Filosofia	Pe. João França Mello	Interino
Biologia	Hervan Modenesi Wandrey	Interino
Educação Física	Léo Ribeiro	Interino

Fonte: Arquivo do Ginásio do Espírito Santo.

Quadro 11 – Corpo docente em exercício no Ginásio do Espírito Santo (1947)

Disciplina	Professores	Vínculo
Português	Guilherme Santos Neves	Interino com registro
Português	Clovis Rabello	Interino com registro
Francês	Ilza Pereira Dalla	Interino com registro
Inglês	Nelson Ramos	Interino com registro
Matemática	Sylvio Crema	Provisório
Matemática	José Meira Quadros	Catedrático
Física	José Neves Cypreste	Provisório
Química	Manoel Pereira Camargo	Interino com registro
História	Mauro de Araújo Braga	Interino com registro
História do Brasil	Nelson Abel de Almeida	Catedrático
Filosofia	Padre João França Mello	Interino com registro
Desenho	Zilda de Andrade	Provisório

Fonte: Arquivo do Ginásio do Espírito Santo.

Quadro 12 – Corpo docente em exercício no Ginásio do Espírito Santo (1948)

Disciplina	Professores	Vínculo
Geografia	Heráclito Amâncio Pereira	Catedrático
Geografia	Fernando Duarte Rabello	Catedrático
Matemática	Ceciliano Abel de Almeida	Catedrático
Matemática	José Meira Quadros	Catedrático
História do Brasil	Nelson Abel de Almeida	Catedrático
Sociologia	Nilton Barros	Catedrático
Física	Adolpho Staerk	Catedrático

Fonte: Arquivo do Ginásio do Espírito Santo.

Figura 15 – Corpo docente do GES (década de 1940)



Fonte: Livro Colégio Estadual: 90 anos educando.⁴¹

⁴¹ Da esquerda para a direita, de pé: 1º e 2º, ainda não identificados; 3º Renato Pacheco; 4º Ilza Dalla (professora de Francês); 5º Zilda Andrade (professora de Desenho); 6º Ricardina Stamatto da Fonseca e Castro (professora de Canto Orfeônico); 7º Guilherme Santos Neves (professor de Português); 8º Padre França (professor de Filosofia); 9º Pedro Moraes (Latim); 10º Ainda não

Quadro 13 – Corpo docente em exercício do Colégio Estadual (1950) (continua)

Professor	Disciplina	Vínculo
Guilherme Santos Neves	Português	Catedrático
Clovis Rabello	Português	Catedrático
Renato José Costa Pacheco	Português	Catedrático
Ilza Pereira Dalla	Francês	Interino
Francisco Generoso da Fonseca	Francês	Catedrático
Nelson Ramos	Inglês	Interino
Eurípedes Costa Mattos	Inglês	Interino
Exedito Ramos Bogéa	Matemática	Catedrático
Sylvio Crema	Matemática	Catedrático
Basílio Lobo Leal	Matemática	Interino
José Meira Quadros	Matemática	Catedrático
Nelson Abel de Almeida	História	Catedrático
Mauro de Araújo Braga	História	Catedrático
Mário Bonzano	História	Interino
Mário Tavares	História Natural	Catedrático
Luiz Buaiz	História Natural	Interino
Heráclito Amâncio Pereira	Geografia	Catedrático
Carlos Pandolpho de Barros	Educação Física	Interino
Edson Nascimento	Educação Física	Interino
Audifax Barreto Duarte	Educação Física	Interino
José Arthur P. de Alencar	Latim	Interino
Pedro Pinheiro de Moraes	Latim	Interino
Ruy Lora	Francês	Interino
Frei Pedro Sanchez Arias	Espanhol	Interino
Hélio Cyprino	Física	Interino
Manoel Moreira Camargo	Química	Interino
Mário Tavares	História Natural	Catedrático
Padre João França Mello	Filosofia	Interino
Zilda de Andrade	Desenho	Interino

identificado; 11º) Clovis Rabelo (Português); 12º) ainda não identificado; 13º) José Cypreste (Professor de Física); 14º) Manoel Jayme (professor de Matemática). Sentados da esquerda para direita: Heráclito Amâncio Pereira (professor de Geografia); 2º) Nelson Abel de Almeida (professor de História do Brasil); 3º) Ceciliano Abel de Almeida (professor de Matemática); 4º e 5º, não identificados; 6º) Mauro Braga (professor de História); 7º) José Meira Quadros (professor de Matemática); 8º) Padre Barros; 9º) Francisco Generoso da Fonseca (professor de Francês).

Quadro 13 – Corpo docente em exercício do Colégio Estadual (1950) (conclusão)

Professor	Disciplina	Vínculo
Vam Dick Nogueira Costa	Desenho	Interino
Rosalina Silva de Almeida		Interino
Adolpho Staerk	Physica	Catedrático
Hermam Modenesi Wanderley	-	Interino
Mauro de Araújo Braga	-	Catedrático
Cícero Moraes	Geografia geral	Interino
Helena Gelio Finamore	Trabalhos Manuais	Interino
Ricardina S. Fonseca e Castro	Canto Orfeônico	Interino
Zaira Manhães de Andrada	Canto Orfeônico	Interino
Zaluar Dias	-	Interino
Carlos Pandolpho de Barros	-	Interino
Edson Nascimento Passos	Educação Física	Interino
Maria Souza Salomão	-	Interino

Fonte: Arquivo do Colégio Estadual do Espírito Santo.

A diminuição do número de catedráticos percebida no início dos anos 1950 é indicativa da precarização da profissão docente, especificamente, no âmbito do Colégio Estadual, antigo ginásio. A figura do catedrático, em termos institucionais, desdobra-se numa relação de pertencimento entre o docente e o educandário ao qual ele se dedica. Trata-se, portanto, de uma possibilidade de planejamento de sua vida profissional e pessoal, que tende a “proteger” a carreira e atuação do professor de eventuais interferências políticas advindas da alternância do Poder Político. As Figuras 15 e 16 apresentam um grupo de professores do GES na década de 1950.

Figura 16 – Professores do Colégio Estadual (década de 50)



Fonte: Arquivo pessoal Reinaldo Santos Neves.

Figura 17 – Professores do Colégio Estadual (década de 50)



Fonte: Livro Colégio Estadual: 90 anos educando.⁴²

Nessa expectativa, a constituição docente do Ginásio do Espírito Santo, bem como a do Colégio Estadual, é analisada a partir das trajetórias de alguns de seus professores que se tornaram catedráticos. Desse modo, explorou-se uma rede de informações sobre esses docentes e a relação desenvolvida e vivida com a instituição em que atuavam, a fim de compreender os processos que conduziram a essa configuração nas suas primeiras décadas de funcionamento. Para Sirinelli (2003, p. 38), tais movimentos originam grupos de sociabilidade que se constituem em:

Relações estruturadas em rede que falam de lugares mais ou menos formais de aprendizagem e de troca, de laços que se atam, de contatos e articulações fundamentais. A noção de rede remete ao microcosmo particular de um grupo, no qual se estabelecem vínculos afetivos e se produz uma sensibilidade que se constitui marca desse grupo.

Ainda de acordo com o autor, a interação que estrutura as redes é constituída de vínculos geográficos e afetivos: de amizade e de cumplicidade, mas também de hostilidade e rivalidade (SIRINELLI, 2003). Compreende-se, desse modo, que os professores que compartilhavam no GES/CEES, em um determinado espaço/tempo, constituíam valores, concepções ideológicas, regras próprias, relações políticas e

⁴² Da esquerda para a direita, parte superior: a hipótese de que não sejam professores; na parte inferior, 1º ao 4º ainda não identificados; 5º) Manoel Moreira Camargo (professor de Química); 6º) ainda não identificado; 7º) Clovis Rabelo (professor de Português); 8º e 9º, ainda não identificados; 10º) Arabelo do Rosário (inspetor de alunos); 11º ainda não identificado; 12º) Renato José Pacheco (professor de História); 13º ainda não identificado; 14º) Expedito Ramos Bogéa (professor de Matemática); 15º, 16º, 17º e 18º ainda não identificados.

modos de exercer a docência. Tais especificidades os identificavam como um grupo de intelectuais detentores de uma identidade coletiva que, de acordo com Souza (2001, p. 91), “[...] transforma o indivíduo em uma categoria profissional e institucional”. Ou seja, sujeitos que habitam e vivenciam o mesmo ambiente por um longo período, desenvolvendo atividades congêneres, tendem a assumir uma característica própria do lugar que ocupam.

Nesse contexto, a nossa intenção de compreender as ações humanas na história do GES/CEES assenta-se no pensamento de Bloch (2001, p. 54), quando afirma que “[...] são os homens que [a história] quer capturar. Quem não conseguir isso será apenas, no máximo, um serviçal da erudição”. O autor destaca ainda que “[...] o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está sua caça”. Nesse sentido, o capítulo a seguir dialoga com aspectos referentes aos professores, sujeitos privilegiados da investigação: Padre Elias Tomasi, Ceciliano Abel de Almeida, Maria Stella de Novaes, Nelson Abel de Almeida, Guilherme Santos Neves e Francisco Generoso da Fonseca.

A escolha de tais personagens justifica-se em razão de terem atuado como professores catedráticos do GES, admitidos por meio de concurso. Acrescentam-se a isso as suas produções didático-científicas em diversas áreas do conhecimento, a atuação longa no GES/CEES e em contextos mais amplos. As experiências vividas por professores, o processo de formação e o contato com seus pares contribuem para uma compreensão dos nós que compõem a referida “rede” nos termos da proposta de Sirinelli (2003).

Adverte-se que as conexões que entrelaçavam os docentes do GES/CEES extrapolavam os limites da pequena ilha de Vitória daqueles tempos e também do Espírito Santo. Cada sujeito, catedrático selecionado, trazia consigo experiências e vivências que transformavam o cotidiano do educandário num microuniverso de saberes, crenças, manias, preferências e idiossincrasias, ambiente de atuação e vivência daquele reverenciado grupo.

Cabe ressaltar, igualmente, que modelos educacionais concebidos alhures contribuíram para compor o cenário daquele estabelecimento de ensino. Não é

demasiado lembrar que a relevância adquirida no decorrer de anos e anos deveu-se aos processos de equiparação ao CPIL, fato que compelia a adoção de um arquétipo curricular bem definido. Tais elementos desdobram-se num enredamento, num *continuum* coletivo *sui generis*, resultado de uma interconexão entre o local e o global.

Por razões metodológicas, optou-se por uma abordagem que intentou captar componentes do contexto do GES/CEES, a partir das trajetórias, vivências e experiências de destacados professores. Outros eixos de análise poderiam ter sido selecionados, contudo assume-se que as práticas docentes são influenciadas também pelas concepções dos professores, que as constroem numa perspectiva sócio-histórica. Assim, o relato e a análise da trajetória de importantes catedráticos tornam-se elementos privilegiados para o entendimento da constituição da docência no GES/CEES, estreitamente na personalidade, nos movimentos e nas subjetividades dos professores.

4 O EXERCÍCIO DA CÁTEDRA NO GINÁSIO DO ESPÍRITO SANTO/COLÉGIO ESTADUAL

A história do Ginásio do Espírito Santo e, posteriormente do Colégio Estadual, confunde-se com a de muitos professores que trabalharam no educandário durante o período investigado nesta pesquisa, o que possibilita, a partir da identificação de traços biográficos e profissionais de sujeitos que atuaram nesse contexto, problematizar questões sobre a configuração da docência no ensino secundário público capixaba. Em razão disso, contemplou-se a trajetória pessoal e profissional de alguns dos professores catedráticos do educandário. Embora o foco da nossa investigação seja a configuração da docência no GES, seria inconsequente desvincular a trajetória pessoal da profissional, uma vez que os sujeitos se constituem a partir de redes de sociabilidades tecidas ao longo da vida. Nesse sentido, a eleição da abordagem apoia-se em Nóvoa (2000, p. 17) quando afirma:

[...] A maneira como cada um de nós ensina está directamente dependente daquilo que somos como pessoa quando exercemos o ensino [...]. Eis-nos de face à pessoa e ao profissional, ao ser e ao ensinar. Aqui estamos. Nós e a profissão. E as opções que cada um de nós tem de fazer como professor, as quais cruzam com a maneira de ser com a nossa maneira de ensinar e desvendam na nossa maneira de ensinar a nossa maneira de ser. É impossível separar o eu profissional do eu pessoal.

Nesse contexto, o sujeito revela sua subjetividade e pratica ações no plano individual e coletivo, atribuindo significados que ajudam na construção da sua identidade profissional. Para Sirinelli (2003, p. 246) “Todo grupo de intelectuais organiza-se a partir de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades, que alimentam o desejo e o gosto de conviver”. Assim, nas próximas linhas, em ordem de ingresso no ginásio, são destacados diversos aspectos que permearam a vida de professores da instituição durante o período analisado.

O primeiro sujeito abordado esteve responsável pela disciplina Latim, do Ginásio do Espírito Santo, durante muito tempo. O latim era a língua dos doutos e, também, instrumento de expressão religiosa nos ritos católicos. Tal fato já nos indica pistas acerca do perfil do catedrático ministrante dessa disciplina no GES. O poeta e

ensaísta Haroldo de Campos⁴³ concebia a importância do latim nos seguintes termos:

O Latim é uma fonte inesgotável à qual recorro para conseguir a substância verbal de minhas poesias. É um tesouro de que ninguém que fale uma língua neolatina, como nós, brasileiros, deveria prescindir. Lidar com o Português sem conhecer o Latim é como viver sem conhecer a História (LATIM: MORTO, MAS NEM TANTO, acesso em 15 de agosto de 2016).

As concepções do poeta expressam a importância do estudo do latim, numa perspectiva clássica de currículo. Elemento imprescindível para os falantes da língua portuguesa, o latim adquiria relevância para respaldar historicamente as normas cultas do vernáculo. Numa perspectiva clássica e cientificista de currículo, nem mesmo a língua, objeto dinâmico de comunicação, estava isenta de uma abordagem técnica e rigorosa.

4.1 O ENSINO DA LÍNGUA DOS DOUTOS E DA IGREJA

Carecam virumque cano
(em linhas breves aqui)
Eneam ex Jacuhy:
Sardus-brasilus, ufano.

Elias dictus profano
Populo nostro (que ouvi)
Si mens non lava, O' Reilly
Seu velho amigo é longo anno.

O' terque quaterque beati,
Allumnos que elle combate
Latinam linguam docentem!

Mihi causas memora, Musa,
Quo Bono corde, que elle usa
Gymnasii condidit gentem.

Os versos publicados na Revista *Vida Capichaba*, na página da saudade, pelo professor Jonas Montenegro, expõem uma das homenagens publicadas por intelectuais da época, dedicadas a alguns professores que atuaram no GES, até a década de 1930. As palavras emanadas da folha da revista referem-se ao padre e

⁴³ Tradutor, crítico e ensaísta, Haroldo de Campos estudou no Colégio de São Bento, de 1942 a 1947. Em 1952, formou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, da Universidade de São Paulo. Em 1972, doutorou-se em letras pela mesma universidade.

ao professor Elias Tommasi e indiciam a sua proximidade com o ensino de Latim no ginásio, além de expressar a afeição do colega por ele.

Desde a sua primeira configuração, o programa de ensino do GES abrigou a disciplina Latim, oferecendo-a a seus alunos em todas as séries. Nas primeiras décadas do século XX, ninguém mais habilitado e mais afeito ao Latim para ministrá-lo nas escolas do que os padres. Isso porque os ritos católicos eram celebrados na referida língua, situação que perdurou até o ano de 1965, quando, após o *Concílio Vaticano II*,⁴⁴ as missas começaram a ser rezadas no idioma de cada país.

Nesse contexto, destacou-se padre Elias Tommasi, responsável pelo ensino de Latim, no Ginásio do Espírito Santo durante um grande período. Nascido em 17 de dezembro de 1873, em Sardenha, na Itália, filho de João Tommasi — professor advogado — e Joana Podestá — professora —, Elias Tommasi cursou Filosofia e Teologia no Seminário de Oristano. Ordenou-se padre no ano de 1896 e atuou como vigário de Arbus até 1906, quando, em outubro daquele mesmo ano, chegou ao Brasil.

Em terras brasileiras, hospedou-se no Rio de Janeiro, onde aprendeu o idioma português em poucos meses. Assim, em meio à sua estada, o cardeal Arcoverde o apresentou ao bispo do Espírito Santo, D. Fernando de Souza Monteiro, momento determinante para a sua transferência para o Estado capixaba. Ao chegar, padre Elias atuou como coadjutor da Paróquia de São Pedro de Itabapoana até o ano de 1908. Depois passou a ser vigário em São José do Calçado e em Guaçuí. No período em que atuou em Calçado, o padre conduziu a criação de obras no âmbito religioso e também educacional (ALMEIDA, 1999).

⁴⁴ Foi uma série de conferências realizadas entre 1962 e 1965, consideradas o grande evento da Igreja Católica no século XX. Com o objetivo de modernizar a Igreja e atrair os cristãos afastados da religião, o papa João XXIII convidou bispos de todo o mundo para diversos encontros, debates e votações no Vaticano. Da pauta dessas discussões, constavam temas como os rituais da missa, os deveres de cada padre, a liberdade religiosa e a relação da Igreja com os fiéis e os costumes da época.

Figura 18 – Padre Elias Tommasi (1946)



Fonte: Disponível on-line.⁴⁵

Entre seus feitos, estão a construção da nova Matriz, a fundação da Escola Paroquial e do Ginásio Jerônimo Monteiro, além da direção do semanário *Lábaro da Paz*.⁴⁶ Nesse período, padre Elias esteve envolvido em uma grande polêmica, ao ser acusado como um dos mandantes do incêndio em uma Igreja Presbiteriana da região de Calçado. O episódio foi publicado em um jornal local como o título: *Intolerância religiosa*.

São apontados como mandatários do revoltante atentado da destruição e templo de um templo protestante em São José do Calçado, fato que o *cachoeirano* já noticiou as seguintes pessoas: Padre Elias Tommasi, Dr. Bento Augusto de Andrade, João Baptista Sarnet e Alcebiades José Gomes (JORNAL CACHOEIRANO, 1909).

Por volta de uma semana após a notícia, o mesmo jornal publicou partes de uma carta enviada pelo padre Elias Tommasi, na qual se defendia das acusações direcionadas a ele. O texto inicial faz referência à intolerância religiosa, ao rememorar o caso do incêndio ocorrido na Igreja Protestante, como também destaca a liberdade de culto que, naquela ocasião, não havia sido respeitada. Em seguida, a defesa do padre é exposta a partir das seguintes argumentações.

Quem tem lido o nosso jornalzinho e conhece a minha índole calma, conhece o systema empregado em combater os protestantes do Calçado e os conselhos dados sempre ao povo para que nada de mal lhes fizesse, pode julgar como eu não mandei nem incitei alguém para que se

⁴⁵ Disponível no site www.sejamoscomunicacaocomunidadeitapuasantissimatrinidade.

⁴⁶ Semanário católico lançado por Padre Elias Tommasi.

verificassem os excessos do dia 8. [...] posso provar com mais de mil testemunhas como sempre disse ao povo que devemos combater os nossos inimigos com a arma nobre da palavra (como sempre fiz) e do desprezo, e não com a violência. Convido aos senhores protestantes a provar com testemunhas insuspeitas a calúnia levantada a minha pessoa, prompto a pagar 100\$ por cada testemunha que apresentarem (JORNAL CACHOEIRANO, 1909).

Mesmo sem a comprovação do fato, a acusação recaída sobre o padre Elias Tommasi revela a intenção de combate aos inimigos, quando nada pelo uso da palavra. Não há registros de que o padre tenha sido preso pelo ocorrido. O padre italiano Elias Tommasi se referia à Igreja Presbiteriana de São José do Calçado/ES, como “ninho da serpente”, o que acabou por incitar um grupo de católicos a depredar e atear fogo na referida igreja. Após defender-se por meio de uma publicação no Jornal Cachoeirano e para afastar-se da polêmica, o padre viajou para Bom Jesus (OLIVEIRA, 2015).

Somente no ano de 1914, padre Elias Tommasi chegou à cidade de Vitória, trazido pelo coronel Marcondes Alves de Souza, que o convidou a assumir a direção do Ginásio Espírito-Santense, que até aquele momento estava sob a administração da Congregação do Verbo Divino e passava por um período de decadência. Na instituição, Elias Tommasi criou laços de amizade com Jonas Montenegro, Adolfo Fernandes de Oliveira, Carlos Mendes, Luiz Jouffroy e João Manoel de Carvalho que, assim como ele, se disponibilizaram a lecionar em troca do valor de quatrocentos cruzeiros anuais (ROSA, 1999).

Passado o período de penúria, somente em 1916, o Ginásio Espírito-Santense foi equiparado e passou a denominar-se Ginásio do Espírito Santo. Naquela ocasião, padre Elias acumulava as funções de diretor do GES e de cura da Catedral, o que tornava cansativo o trabalho, levando-o a procurar D. Fernando de Souza Monteiro para informar que não poderia mais continuar na direção do educandário. No entanto, o bispo capixaba não permitiu que o padre se afastasse do cargo, pois “[...] seria mais fácil conseguir um cura para a catedral do que um diretor para o Ginásio Espírito-Santense” (ROSA, 1999, p. 166).

Já no cargo de diretor e temeroso com relação aos rumos políticos do Estado, Elias Tommasi prestou concurso para a cadeira de Latim do GES, no ano de 1919. De

acordo com a ata, o concurso aconteceu no dia 1º de abril de 1919 e teve sua comissão organizada pelo próprio padre Elias Tommasi, diretor do ginásio na ocasião (ATA DE CONCURSO DE LATIM E INGLÊS, 1919).

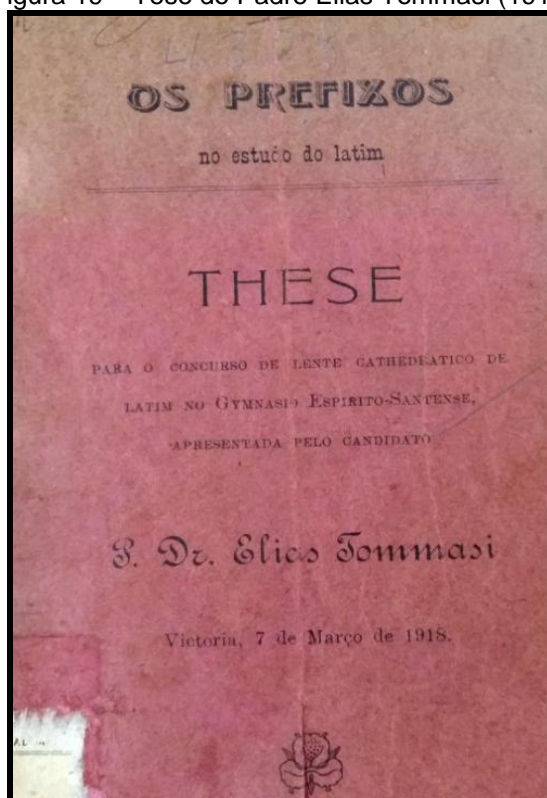
A situação em que o certame foi organizado causa estranhamento, considerando que o candidato para a cadeira de Latim era o diretor do educandário. No entanto, para não gerar recursos contra uma possível parcialidade do concurso, a comissão que julgaria as provas de Latim teve sua banca nomeada pelo professor Adolpho Fernandes Ribeiro de Oliveira, que atuou como presidente e elegeu para compor o restante da comissão os professores Dr. Francisco Clímaco Feu Rosa, Luiz Monteiro Lindenberg e padre Luiz Cláudio de Freitas Rosa. Na ocasião, estavam presentes também José Rodrigues Sette — diretor-geral do Ensino Público — e Carlos Veiga Lima — inspetor federal (ATA DO CONCURSO DE LATIM E INGLÊS, 1919).

A tese apresentada pelo padre Elias Tommasi tinha como título *Os prefixos no estudo do Latim*. Composta por 21 páginas, o autor inicia o trabalho expondo que o maior desafio do concurso que prestaria era a produção de uma tese. Em suas palavras:

Para o concurso de Latim, procurar nesta língua morta alguma novidade seria ridículo, como bem difícil é achar um argumento original. Porque nos séculos posteriores à morte do Latim, os philologos procuraram examinar-lhe todos os detalhes, e numerosas obras e bem volumosas, se publicaram sobre a língua latina. Em todo caso, para dar uma prova, mesmo fraca, do meu esforço, arvorando-me em médico necrospoco, estendi sobre minha meza de trabalho o cadáver da lingua latina, empunhei meu escalpello e, prescrutando-lhe todas as fibras nas partículas e na conexão destas, pareceu-me ter afinal descoberto o assunto da minha these (THESE DE CONCURSO, 1918, p. 3).

Elias Tommasi conclui seu trabalho afirmando que “[...] pelo conhecimento dos prefixos e de uma palavra simples, como *ferre*, se conhecem muitas outras palavras: o que se repete em grande número de casos” (THESE DE CONCURSO, 1918, p. 21).

Figura 19 – Tese do Padre Elias Tommasi (1918)



Fonte: Biblioteca Estadual do Espírito Santo.

Após as o cumprimento das etapas, o processo e o resultado do concurso foram registrados em ata com o seguinte texto:

[...] comparecendo os candidatos inscriptos para inglês, o professor Carlos Mendes e para Latim, Pe. Dr. Elias Tommasi, os candidatos foram arguidos dentro das theses que apresentaram para o concurso de lentes catedráticos, do Gymnasio deste Estado. Hoje às 15 horas compareceram os seguintes candidatos a segunda prova, dissertando sobre o ponto sorteado. Terminados os trabalhos, as comissões examinadoras começaram os julgamentos das provas. Aprovando e habilitando os candidatos examinados, sem concorrentes (ATA DO CONCURSO DE INGLÊS E LATIM, 1919).

No dia 8 de abril de 1919, o presidente do Estado torna efetiva a nomeação do padre Elias Tommasi como catedrático da cadeira de Latim do GES (DIÁRIO DA MANHÃ, 1919). Pouco tempo após ingressar no GES como professor catedrático, em 1920, padre Elias decidiu deixar o cargo de diretor e passou a atuar somente na sala de aula. O pedido de exoneração partiu dele próprio, que tomou essa decisão pelo fato de ser partidário de Jerônimo Monteiro, que acabara de ser substituído pelo governo de oposição do presidente Nestor Gomes. A situação vivida pelo padre Elias Tommasi indicia a influência política na indicação para o cargo de direção do ginásio.

As situações vividas pelo padre Elias Tommasi podem ser mais bem compreendidas a partir da citação de Bloch (2001, p. 121):

Dos homens que viviam então, não havia um que não participasse, quase simultaneamente, de múltiplos aspectos do destino humano: que não falasse e não fizesse entender por seus vizinhos; que não tivesse seus deuses; que não fosse produtor, traficante, ou simples consumidor; que não tendo papel nos acontecimentos políticos, não sofresse pelo menos seus desdobramentos.

Tratava-se, portanto, de um sujeito que desempenhava suas funções e agia de acordo com suas convicções, o que não o impedia de sofrer as consequências diretas ou indiretas de seus atos. As interferências políticas e ideológicas estavam presentes no contexto do educandário capixaba. Compreende-se, desse modo, a importância da análise a partir da orientação de Bloch (2001, p. 125), quando afirma que “[...] por muito tempo o historiador passou por uma espécie de juiz dos infernos, encarregado de distribuir o elogio ou vitupério aos heróis mortos”. Contudo, a investigação não pretende julgar nem condenar as fontes, e sim problematizá-las.

Em virtude da sua exoneração, o padre foi substituído no cargo de diretor do ginásio por Aristeu Borges de Aguiar⁴⁷ (DIÁRIO DA MANHÃ, 1921, p. 2). A publicação informava sobre a nova direção do ginásio e expressava palavras de agradecimento ao ex-diretor, padre Elias Tommasi.

Em agosto de 1920, após cinco annos de profícua direcção do Gymnasio Espírito-Santense, solicitava do governo a sua exoneração o distincto e amado sacerdote no nosso clero, provecto catedrático de Latim, Padre Dr. Elias Tommasi a cujos esforços abnegada assistência carinhosa e assídua, devemos ao lado de Marcondes de Souza e Osório Daque Estrada, a equiparação de um Instituto de Ensino Secundário, no Estado, ao Collegio Pedro II (DIÁRIO DA MANHÃ, 1921, p. 3).

Em 1921, Elias Tommasi também trabalhou para além das salas de aula, quando atuou como presidente da Comissão de Inquérito, designada pelo diretor do GES para apurar os atos de indisciplina de que eram acusados alguns alunos desse estabelecimento (DIÁRIO DA MANHÃ, 1921, p. 6).

⁴⁷ Em 1918, Aristeu Borges de Aguiar foi nomeado professor de História do Ginásio Estadual do Espírito Santo, para o qual posteriormente prestaria concurso, defendendo tese sobre a política externa do Brasil. Em 1920, ano tumultuado na política capixaba, foi nomeado procurador-geral do Estado e tornou-se redator-chefe do jornal oficial *Diário da Manhã*. Sendo membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, em 1921 participou da fundação da Academia Espírito-Santense de Letras. Destacando-se como professor, admirado pelos estudantes, de 1921 a 1926, foi diretor do Ginásio Estadual.

Durante sua trajetória docente, padre Elias Tommasi entrou em licença no ano de 1924, por um período de três meses, prorrogado, após o seu término, por mais trinta dias, com dois terços dos respectivos vencimentos (DIÁRIO DA MANHÃ, 1924, p. 2). Entretanto, não conseguimos apurar os motivos do afastamento. Dez anos após a primeira licença, em 1934, padre Elias Tommasi afastou-se mais uma vez para tratamento de saúde (CONCEÇÃO DE LICENÇA, 1934). Na ocasião, teve como substituto João Ribas da Costa (DESIGNAÇÃO DE LENTE CATEDRÁTICO, 1934).

Mais uma vez, no ano de 1935, o professor Elias Tommasi entrou em licença por 90 dias. Regressou às atividades em dezembro daquele mesmo ano, ultrapassando o tempo determinado. Ainda nesse ano, viria a aposentar-se (OFÍCIO DO GES, 1935).

Após encerrar suas atividades como docente do GES, padre Elias Tommasi dedicou-se exclusivamente à Igreja, iniciando a função de vigário da paróquia de Mimoso do Sul, onde fundou um jornal católico chamado *A Voz Mariana*. Ao mesmo tempo em que era professor, serviu como capelão do Colégio Do Carmo, por 11 anos, de 1924 a 1935. Em 1946, completou 50 anos de seu jubileu sacerdotal, celebrando missas até o ano de 1955, quando no dia três de março, veio a falecer na Clínica São Vicente, no Rio de Janeiro (Figura 20). O momento é recordado por Nelson Abel de Almeida com as seguintes palavras: “[...] deixaria este mundo, com oitenta e dois anos de idade, o mestre e amigo inextinguível e o sacerdote sem jaça, verdadeira joia, legítimo filho da igreja católica” (ALMEIDA, 1999, p. 167).

Figura 21 – Cortejo fúnebre do padre Elias Tommasi (1955)



Fonte: Disponível on-line.⁴⁸

⁴⁸ Disponível no site www.sejamoscomunicacaocomunidadeitapuasantissimatrindade.

Compareceram à missa de corpo presente o diretor do Colégio Estadual, na época Clovis Rabello, e o professor Francisco Generoso da Fonseca, catedrático de Francês do colégio (COLÉGIO ESTADUAL ESPÍRITO SANTO, 1955).

Na próxima seção, uma análise sobre um sujeito que circulou por diversos espaços da sociedade e que no papel de professor de Matemática e de Engenharia, alcançou um grande reconhecimento local e nacional: Ceciliano Abel de Almeida.

4.2 UM ENGENHEIRO-POLÍTICO A SERVIÇO DA MATEMÁTICA NO GINÁSIO DO ESPÍRITO SANTO

A tua vida se resume nisto:
Cálculos e fórmulas de A e B.
Traças figuras... sempre a resolver.
 $Ax^2 + bx^2 + c$.
Teu companheiro predilecto é o giz...
Gastas teu tempo e ninguém sabe em quê...
Não ris... não falas... só murmuras sempre
 $\sqrt{A} - \sqrt{B}$
Já não comes, nem dormes... nem, ao menos,
para esqueceres desses teus cosenos
procuras conjugar o verbo SUM...
 $b^2 + 4ac + 1$... insistes...
e vives calculando a
 $\sqrt{-1}$

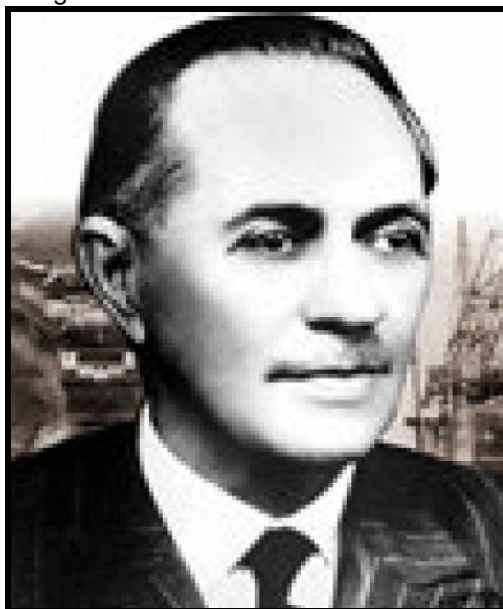
A homenagem do professor Jonas Montenegro sugere facetas sobre a personalidade do professor Ceciliano Abel de Almeida. Taciturno, seus cálculos de professor-engenheiro configuravam o objeto de atenção principal em sua prática docente. Os versos indiciam o perfil de um mestre conteudista e de exígua comunicação junto aos seus pares do ginásio.

Ceciliano Abel de Almeida (Figura 21) nasceu no norte do Espírito Santo, especificamente na cidade de São Mateus, no dia 25 de novembro de 1878, filho de José Abel de Almeida e Deolinda Francisca Medeiros de Almeida. Coursou o secundário no Colégio São Vicente de Paulo,⁴⁹ localizado no Rio de Janeiro e,

⁴⁹ O jornal *Gazeta de Petrópolis*, na edição de 19 jul.1894, indica o nome de Ceciliano Abel de Almeida aprovado em Português, Francês e Geografia e aluno do Colégio São Luiz de Gonzaga. A mesma informação se confirma numa passagem da obra de Gurgel (2004, p. 54).

posteriormente, Engenharia⁵⁰ na Escola Central, na época, no Largo de São Francisco de Paula, também no Rio de Janeiro.

Figura 22 – Ceciliano Abel de Almeida



Fonte: Livro Ceciliano Abel de Almeida (2004).

Antes de ingressar na carreira docente, Ceciliano Abel de Almeida atuou no ramo da construção de diversas ferrovias no Brasil, entre as quais a Estrada de Ferro de Peçanha a Araxá/MG, de 1900 a novembro de 1903. Trabalhou também nas oficinas da Estrada de Ferro Central do Brasil, até agosto de 1905, em Engenho de Dentro, Rio de Janeiro. No mesmo ano, retornou ao Espírito Santo para coordenar equipes de trabalho nas expedições de desbravamento e construção da estrada de ferro que liga Vitória a Minas Gerais.

Relatos publicados no livro *O desbravamento das selvas do rio Doce* (1959) destacam as expedições realizadas para desbravar matas fechadas próximas ao rio Doce, por onde passaria a estrada de ferro. Em 1908, ao assumir o governo, Jerônimo Monteiro designou o engenheiro para o cargo de diretor de Viação e Obras Públicas e de Terras e Colonização. A partir da criação da Prefeitura de Vitória, assumiu também o cargo de primeiro prefeito da Capital capixaba, entre o período de fevereiro e setembro de 1909. Até 1930, Ceciliano Abel de Almeida esteve

⁵⁰ No jornal *O Paiz*, datado de 10 mar.1901, consta o nome de Ceciliano Abel de Almeida como concludente do curso geral da Escola Politécnica, obtendo, na ocasião, o título de engenheiro geógrafo.

diretamente ligado à construção e à administração de ferrovias, tendo atuado inclusive como superintendente, por vários anos, de uma das ferrovias que ajudou a construir, a que ligaria Vitória a Minas (Figura 22).

Figura 23 – Construção da Estrada de Ferro Vitória a Minas⁵¹ (1907)



Fonte: Livro - O desbravamento das selvas do Rio Doce.

Há indícios de que o interesse em lecionar foi despertado ainda na época em que cursava Engenharia, quando, por necessidades financeiras, começou a ensinar Aritmética, Álgebra e Geometria em aulas particulares, na própria residência dos alunos. Anos depois, já reconhecido como um renomado engenheiro, o desejo de ensinar⁵² parece ter ganhado espaço definitivamente na vida de Ceciliano Abel de Almeida. Nomeado no ano de 1917, iniciou sua carreira como lente interino das cadeiras de Geometria e Trigonometria, do Ginásio do Espírito Santo. No ano seguinte ao ingresso, prestou concurso para o preenchimento das cátedras que já ocupava como lente interino. O edital do referido concurso, publicado no *Diário da Manhã*, destaca o Termo de Inscrição, que informa a inscrição de um único candidato, o professor Ceciliano.

Amanhã, 27 do corrente, às 15 horas, será chamado à prova de arguição em concurso para provimento da cadeira de Geometria e Trigonometria, nesse Gymnasio, o dr. Ceciliano Abel de Almeida, único candidato inscripto. No dia 28, terça-feira, as mesmas horas, esse candidato prestará prova de prelecção e, logo após, a prova prática. A meza examinadora está assim constituída: Presidente: professor Adolpho Oliveira. 1º examinador: pharmaceutico, Hércules Penna; 2º examinador: Dr. Aristeu Aguiar; 3º

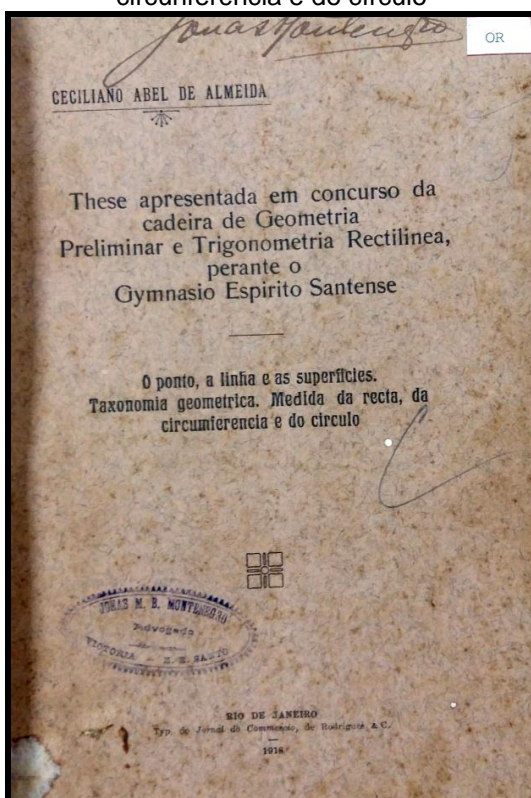
⁵¹ Da direita para esquerda, o terceiro, sentado, é Ceciliano Abel de Almeida.

⁵² Ver mais detalhes em Kill (2014).

examinador: Dr. Feu Rosa; 4º examinador: Dr. Jonas Montenegro. O dr. Elias Tommasi, director do Gymnásio, representando os excelentíssimos senhores drs. Director do Ensino e Inspector Federal, fiscalizará os trabalhos. A congregação deverá comparecer a todas as provas, as quais serão públicas (DIÁRIO DA MANHÃ, 1919).

De acordo com a Ata de Registro do referido concurso, no dia 25 de outubro de 1919, realizou-se a arguição do candidato pelos examinadores, componentes da banca, com duração de 1 hora e 15 minutos. Curiosamente, o professor Jonas Montenegro não lançou nenhuma questão a Ceciliano Abel de Almeida, justificando sua decisão, ao afirmar que a tese escrita pelo candidato já havia contemplado mais do que era exigido pela lei; além disso, já havia demonstrado competência durante os dois anos em que atuou como lente interino da cadeira em questão. A Figura 23 ilustra a tese apresentada por Ceciliano Abel de Almeida no concurso para catedrático.

Figura 24 – O ponto, a linha e as superfícies. Taxonomia geométrica. Medida da reta, da circunferência e do círculo



Fonte: Biblioteca Estadual do Espírito Santo.

O trabalho escrito do professor Ceciliano Abel de Almeida apresentado à congregação do Ginásio Espírito-Santense é datado de 1918 e foi impresso na Tipografia do Jornal do Comércio, de Rodrigues & C. Rio de Janeiro. A tese é

composta por 58 páginas e dividida em quatro capítulos. Entre os escritos, há uma passagem em especial, denotando uma possível concepção metodológica do professor com relação ao ensino de Geometria no ginásio.

O professor de Geometria Preliminar percebe continuamente que, em geral, os seus alunos estudam as diversas teorias dessa ciência sem meditar sobre a dependência e ligação íntima de todas as suas partes. Quando lecionamos, procuramos sempre mostrar o encadeamento natural de toda a matéria contida no programa do Ginásio, apresentamos quadros, esquemas, etc., mas os estudantes não encontram em nenhum livro exposição análoga que lhe possa avivar a memória (ALMEIDA, 1919, p.19).

A afirmação do professor critica os livros didáticos da época que, segundo ele, não relacionavam os assuntos estudados e não apresentavam ilustrações, como quadros e esquemas, que poderiam facilitar a memorização e a aprendizagem dos alunos. O modo como o professor deveria se portar em sala de aula também é destacado na tese, quando afirma que ao docente cabe “[...] tornar acessível à inteligência de todos os seus alunos, nobres ou não, os conhecimentos do domínio matemático procurando e indicando-lhes os caminhos simples, fáceis e rápidos” (ALMEIDA, 1918, p. 19).

Terminada a primeira etapa, sorteou-se um ponto sobre o qual o candidato deveria discorrer de forma oral, no dia seguinte, 24 horas após o sorteio, no tempo de 55 minutos. O assunto sobre qual o candidato deveria discorrer, representado pelo nº 8, dizia respeito ao “[...] volume de paralelepípedo retângulo, volume de paralelepípedo reto, volume de um paralelepípedo qualquer, origem dos arcos, arcos positivos, arcos negativos, arcos complementares e arcos suplementares” (ATA DE CONCURSO, 1919).

A última etapa do concurso consistiria na prova prática, realizada no dia seguinte à prova oral. Mais uma vez, o assunto seria definido pelo sorteio de um ponto. Na ocasião, deu-se pelo ponto nº 5, que trazia as seguintes questões:

1ª Determine o lado de um dodecágono regular inscrito num círculo de raio igual a 12m.

2ª Um reservatório tem a forma de um prisma hexagonal regular inscrito num círculo, cuja área é de 32,1536 m². A sua altura é de 4,20m. Calcular o volume d'água que o reservatório pode conter.

3ª Numa cidade, a distancia entre duas estatuas é de 149m, os ângulos formados entre a reta que une as duas estatuas a uma fonte luminosa são respectivamente: 69°59'2" e 70°42'30". Quais são as distâncias das suas estatuas à fonte luminosa? (PROVA DO CONCURSO DE GEOMETRIA E TRIGONOMETRIA, 1919)

O resultado do concurso encontra-se registrado na Ata da Congregação a partir de um parecer elogioso ao candidato aprovado. No referido documento, a banca afirma que o ele atendeu plenamente às expectativas do certame e que, para além disso, era autor de diversas obras da Engenharia no Estado, causando boa impressão a todos os presentes naquela ocasião. O tratamento dispensado ao engenheiro pela congregação durante o concurso chama a atenção, deixando claro que Ceciliano Abel de Almeida era um candidato de prestígio na sociedade capixaba.

Mesmo tendo sido aprovado em concurso no ano de 1919, sua posse viria a ocorrer somente por meio do Decreto nº 4312, de 9 de abril de 1921. Esse fato causa estranhamento, uma vez que o concurso prestado datava de 1919. Até o momento, não foi possível obter mais informações a respeito desse atraso na nomeação do professor.

Assim, devidamente nomeado, o professor lecionou como catedrático na cadeira de Geometria e Trigonometria até o ano de 1931, quando, pela mudança advinda do Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931, passou a exercer o cargo de lente catedrático de Matemática até 31 de dezembro de 1937. Em meio a esse período, no ano de 1929, foi convidado a ocupar o cargo de diretor do ginásio, como noticiou a revista *Vida Capichaba*:

Foi recebida com geraes applausos a escolha do illustre Ceciliano Abel de Almeida para o cargo de Director de Gymnasio do Espírito Santo. De há muito vem se dando a aquelle importante educandário, o brilho da sua privilegiada inteligência, como professor de mathematicas, sendo muito querido e admirado entre seus colegas e discipolos. Culto e trabalhador, habituado a dirigir postos de grande responsabilidade, dando-lhes sabia e profícua orientação. Há de o novo Director dar ao nosso Gymnasio, todo o seu esforço e dedicação da brilhante trajetória que elle vem de há muito seguindo graças a magnífica atuação de seus illustres antecessores (REVISTA VIDA CAPICHABA, 1929).

A publicação atribuía ainda algumas características ao novo diretor, afirmando ser ele um homem moderno, de ideias iluminadas e de arrojadas concepções, que pensa e age sem hesitar. E cita o exemplo da Ferrovia Vitória a Minas, na qual Ceciliano Abel de Almeida foi representante e diretor de tráfego (REVISTA VIDA CAPICHABA, 1929).

Mesmo com todas as aclamações da posse como novo diretor do GES, a permanência no cargo não durou por muito tempo, pois em 26 de novembro de

1930, foi expedido o Decreto nº 121, de autoria do interventor João Punaro Bley, exonerando-o do cargo. Um ofício enviado ao diretor de Expediente da Secretaria de Instrução aponta que, em maio de 1931, a direção do GES estava sem um ocupante.

Estando este Gymnasio actualmente sem Director, e tornando-se inadiável o preparo do Gabinete de Química, para as suas aulas theoricas e experimentaes, resolvi, por isso, dada a urgência desse serviço, encaminhar incluso, a V. S. a representação-pedido feita pelo catedrático dessa cadeira a esta Directoria (OFÍCIO GINÁSIO ESPÍRITO SANTO, 1931).

Mesmo com a exoneração, o educador continuou a atuar no ginásio como professor até o ano de 1937, momento em que foi novamente exonerado, desta vez da docência,⁵³ pelo interventor Bley. Voltou a atuar na instituição em 1946, quando O Ginásio já se convertera no Colégio Estadual do Espírito Santo, afastando-se, em seguida, para assumir novamente o cargo de prefeito da cidade de Vitória, por um período de pouco mais de 18 meses. Dessa forma, encerrou a carreira como professor no Colégio Estadual do Espírito Santo, aposentando-se no ano de 1949.

Conhecer o processo pelo qual Ceciliano Abel de Almeida se tornou catedrático da cadeira de Geometria e Trigonometria do GES é essencialmente importante. No entanto, para compreendermos a configuração da docência naquele educandário, é indispensável “mergulharmos” nos indícios que possibilitam uma maior compreensão da prática docente desse sujeito.

O modo como o professor Ceciliano Abel de Almeida atuava nas salas de aula pode ser inferido por meio de relatos de alguns de seus colegas e ex-alunos. Para tanto, acessamos também depoimentos de sujeitos que fizeram parte da sua trajetória docente, reunidos na obra de Gurgel (2004) e no livro em homenagem aos 90 anos do Colégio Estadual (LIVRO COLÉGIO ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO, 1996)

Nas lembranças do ex-aluno Jair Etienne Dessaune (1903-1971), o professor aparece como severo, porém muito dedicado. Já o ex-professor de Filosofia do GES, Ciro Vieira da Cunha (1897-1964), afirma que Ceciliano era muito justo no momento da avaliação e que ensinava com amor e ao mesmo tempo com rigor, o que lhe rendeu

⁵³ O interventor federal do Estado do Espírito Santo resolve exonerar o Dr. Ceciliano Abel de Almeida do cargo de Lente Catedrático de Geometria e Trigonometria do Ginásio do Espírito Santo, em vista da opção que fez em obediência ao disposto no art. 159 da Constituição Federal (DIÁRIO DA MANHÃ, 1937).

diversas homenagens ao longo de sua carreira. Além do GES, Ceciliano Abel de Almeida lecionou na Academia de Comércio de Vitória, no Colégio Americano, no Colégio Salesiano e no Colégio do Carmo, todos em Vitória/ES.

Em depoimento ao livro de Evangelista (1998), Manoel Ceciliano Salles de Almeida, neto de Ceciliano Abel de Almeida, relembra os tempos em que foi aluno de seu avô e afirma que uma das suas características era a clareza da fala em sala de aula, o que tornava a matéria fácil de assimilar. No entanto, quando aplicava a prova, os alunos achavam difícil. Nas palavras de seu neto, Ceciliano Abel de Almeida tinha muita facilidade em explicar e ensinar e, apesar de ser gago, dava aulas muito bem, gaguejava pouco e chegou até a proferir discursos. Outra característica do referido professor, destacada por seu neto, era o cuidado ao elaborar os problemas que seriam apresentados aos alunos e a atenção e a seriedade ao analisar livros didáticos da época que seriam adotados, a ponto de resolver todos os problemas do livro antes de aplicar em sala de aula, apontando os erros no material (EVANGELISTA, 1998).

O depoimento do neto e os depoimentos de colegas e ex-alunos denotam que, embora a prática docente do professor Ceciliano tenha sido permeada pelo rigor, o professor era benquisto por seus alunos e colegas e exercia a docência com seriedade e dedicação. Caracterizado pela clareza das aulas e pelo rigor atribuído no momento da avaliação dos seus alunos, o professor retratado nos depoimentos encontrados planejava suas aulas com seriedade e zelo.

A trajetória de Ceciliano Abel de Almeida permite caracterizá-lo como um sujeito que viveu intensamente as funções que desempenhou: da administração de canteiros de obras, em meio às matas do rio Doce, à ocupação de cargos públicos de relevância, até a docência. Entre suas incursões, buscava aperfeiçoar-se naquilo que se dedicava a fazer, a exemplo do magistério, quando preparava suas aulas e se preocupava em resolver os problemas expressos nos livros didáticos antes de aplicar a seus alunos. Para além de todas as ocupações ao longo da vida, com a criação da Universidade Federal do Espírito Santo, em 1954, indicado pelo governador Jones dos Santos Neves (1901-1973), Ceciliano ocupou o cargo de reitor, atuando na função até janeiro de 1955. Faleceu em 2 de maio de 1965. Na

ocasião, aos 77 anos de idade, era presidente da Companhia Telefônica do Espírito Santo.

Por fim, no prefácio do livro: *O desbravamento das selvas do rio Doce* (1959), o folclorista Luís da Câmara Cascudo (1898-1986) descreve Ceciliano Abel de Almeida como tenaz, teimoso e acima do desânimo, características essenciais para quem viveu em ambientes tão distintos ao longo da vida.

Embora o ambiente docente nos ginásios secundários da época investigada fosse predominantemente masculino, eis que surge uma professora, Maria Stella de Novaes, que viria a tornar-se a primeira catedrática do Espírito Santo e do Brasil (LEITE, 2002)

4.3 ENTRE ORQUÍDEAS, CARAMUJOS E INSETOS: A PRIMEIRA CATEDRÁTICA DO BRASIL

Quando o primeiro ninho descobri,
Senti o encanto do mais puro amor,
No arrollo de um casal de bem-te-vi,
Que o tecera com arte e com primor.

Balouçava num galho de mangueira,
E da chuva uma orquídea o protegia,
Embalava-se da brisa a aza ligeira,
Porém, o ardor do sol não o atingia.

O teor do verso escrito por Maria Stella de Novaes (Figura 24) indicia a sua intrínseca relação com estudos relacionados com a natureza. Nascida na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1894, *Stelinha*, como gostava de ser chamada, veio morar no Espírito Santo ainda na infância, no ano de 1899, e aqui teve início o seu interesse pelas coisas da natureza. Filha de Manoel Leite de Novaes Mello e Maria de Souza Monteiro, a professora era sobrinha de D. Fernando de Souza Monteiro, com quem teve uma relação próxima.

Figura 25 – Maria Stella de Novaes



Fonte: Livro Relicário de um Povo.

O contato constante com o tio parece ter despertado o interesse de Maria Stella de Novaes pelas coisas da natureza. De acordo com Leite (2002), o bispo gostava muito de fazer caminhadas pela Estrada de Cachoeiro⁵⁴ e, constantemente, tinha a presença de seus sobrinhos. Entre eles, Maria Stella, que, segundo a autora, adorava procurar caramujos e insetos.

Por volta do ano de 1901, cursou o primário no Colégio Nossa Senhora da Penha, em Cachoeiro de Itapemirim. No ano de 1907, Maria Stella iniciou seus estudos no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora “O Carmo”, que oferecia, na época, uma educação pautada na filosofia vicentina, que, somada à convivência com sua irmã freira e o tio bispo, ampliaram e marcaram suas escolhas para a vida (LEITE, 2002).

A infância vivida na Fazenda Monte Líbano, localizada em Cachoeiro de Itapemirim, e também o contexto político na época com alguns membros de sua família influenciaram o seu modo de pensar e de agir. De acordo com Leite (2002), Maria Stella teve suas concepções marcadas pela estreita relação com as pessoas que detinham o poder político do Estado na época.

⁵⁴ Município brasileiro localizado na região sul do Estado do Espírito Santo.

Após formar-se no Colégio do Carmo, Maria Stella começou a dar aulas no ensino primário de Vitória. No entanto, com os rendimentos baixos, também oferecia aulas particulares divulgadas por anúncios de jornal.

Figura 26 – Anúncio de aulas particulares Maria Stella de Novaes



Fonte: Diário da Manhã, 1921.

Além de aulas de pintura, desenho, entre outras artes, Maria Stella também deu aulas de Physica, Chimica, História Natural, Álgebra e outras matérias (DIÁRIO DA MANHÃ, 1922, p. 6). À medida que o tempo passava e com a experiência adquirida em sala de aula, foi contratada para lecionar Álgebra e História Natural no Colégio em que havia estudado, o “Carmo”, ministrando, também, aulas de Desenho e Caligrafia na Escola Normal (LEITE, 2002).

Em 1923, surge a oportunidade de inscrever-se para o concurso como professora das disciplinas Ciências Físicas e Naturais da Escola Normal. Uma das etapas do concurso consistia na produção e apresentação de uma tese “dupla” (dois temas). Diante da exigência, Maria Stella publicou *Os moluscos e sua relação com a*

Geologia e Um traço de união entre a Física e a Química. O referido certame foi noticiado no Jornal *Diário da Manhã* com a chamada: *Um concurso brilhante*. A publicação ressalta a realização do concurso para as cadeiras de Physica, Chimica e História Natural da Escola Normal e Maria Stella teria sido a única candidata inscrita.

As provas do concurso tiveram início no dia 29 de maio de 1923. No primeiro dia, a candidata defendeu sua tese, perante a banca examinadora composta pelos,

[...] drs. Luiz Jouffroy, Archimínio Mattos e professor Carlos Mendes, sob a presidência do Senhor Secretário de Instrução. Sustentada a defeza do trabalho escripto, additado de muitos outros conhecimentos sobre o assumpto, a banca examinadora apresentou algumas objecções theoricas que foram brilhantemente defendidas pela candidata. No dia immediato, prosseguiram as provas orais e prática. Sua prelecção oral versou sobre os pontos - *Appliação da eletricidade e Estudo elemental das phanerogamos, monocotyledones e dicotyledones*. A concurrente expoz, pelo tempo legal, a matéria do ponto sorteado, explicando com presteza e perfeita lucidez, as questões que, de quando em vez, a banca lhe propunha. A seguir fez uma prova prática no laboratório de Physica e Chimica da escola [...] (DIÁRIO DA MANHÃ, 1923, p. 5).

A publicação destaca ainda que a candidata revelou muito conhecimento nas disciplinas que pretendia ensinar, sendo bastante elogiada pela Banca Examinadora do concurso, e expõe o sentimento de orgulho em ter uma conterrânea tão jovem e talentosa, intelectualmente. Assim, aos quatro dias de junho de 1923, Maria Stella era nomeada lente da Escola Normal. Ainda em agosto de 1923, substituiu o professor Carlos Mendes na cadeira de História Natural do Gymnasio do Espírito Santo, por motivo de moléstia (DIÁRIO DA MANHÃ, 1923).

No mesmo ano de sua nomeação como professora da Escola Normal, porém no mês de setembro, inscreveu-se no concurso para a cadeira de História Natural, do Gymnasio do Espírito Santo. Mais uma vez, a professora era a única candidata inscrita. Tal como acontecia na Escola Normal, era parte do certame a produção e apresentação de uma “these” que, na ocasião, tinha como título: *Eutomologia Economica*. Compunham a banca examinadora, os “[...] Drs. Ceciliano Abel de Almeida, Heráclito Amâncio Pereira, Carlos Mendes e Hércules Penna, sob a presidência do Sr. Director” (DIÁRIO DA MANHÃ, 1923, p. 6). Sobre o assunto, Leite

(2002) comenta que o referido concurso teria sido cancelado logo após a inscrição da candidata.

Já concursada e atuando na Escola Normal, Maria Stella de Novaes viria a ser representante no Estado do Espírito Santo da Sociedade de Química, criada no Rio de Janeiro. A carta recebida por Maria Stella apresenta o seguinte texto:

Pela presente tenho a grata incumbência de comunicar-lhe que, por deliberação dessa Sociedade, ficou resolvido dar plena liberdade à diretoria para escolher o representante da mesma, nos Estados em que não tiver sido creado o Núcleo Estadual, como mandam os estatutos. E, assim sendo resolveu a directoria escolher a illustre collega e professora para ficar como representante da Sociedade Brasileira de Chimica no Espírito Santo. Esperando poder a Sociedade contar com a sua collaboração efficaz, queira acceitar os respeitosos cumprimentos do Secretário. (Assignado) Paulo Ganns (DIÁRIO DA MANHÃ, 1924, p. 8).

A lembrança e o convite enviado à Maria Stella de Novaes apontam certo prestígio da professora para além do âmbito local. É possível que esse reconhecimento esteja atrelado ao contexto em que a professora cresceu, ou seja, em meio a uma conjunção de poderes representada por membros da sua família, quando estiveram à frente do poder Estadual no Espírito Santo os Monteiros.

O desejo de ingressar como professora catedrática no Gymnasio do Espírito Santo parece ter persistido. Isso porque, em novembro do ano de 1924, Maria Stella se inscreveu novamente para o concurso da cadeira de História Natural do GES, a mesma que um ano antes não havia sido ocupada. Curiosamente, o jornal *Diário da Manhã* noticiou a inscrição da referida professora, como única candidata à vaga, tal como no concurso anterior (DIÁRIO DA MANHÃ, 1924). Mais uma vez, por motivos desconhecidos, o certame não aconteceria.

Além de estudiosa de diversas áreas do conhecimento, Maria Stella escrevia e discursava sobre assuntos relacionados com a mulher em vários aspectos. Em dezembro do ano de 1924, convidada como madrinha da turma da Escola Normal, Maria Stella discursou sobre a “educação intelectual da mulher”, o que indicia uma professora à frente do seu tempo, que se importava em disseminar a relevância dos estudos para a população feminina.

Contudo, Maria Stella, que já havia demonstrado afinidade com diversos ramos do conhecimento, viajou para o Rio de Janeiro, no ano de 1925, para cursar História Natural no Museu Nacional. Nesse mesmo ano, finalmente, prestou o concurso para a cadeira de História Natural do Gymnasio do Espírito Santo e, mais uma vez, acabou por ser a única candidata a concorrer à vaga, isso porque o candidato inscrito, Alcionilio Bruzzi Alves da Silva, não compareceu na data do início do concurso. Na ocasião, compunham a banca do certame: o diretor do GES, Aristeu Borges de Aguiar, presidente da banca, e os examinadores, padre Elias Tommasi, Carlos Mendes, Heráclito Amâncio Pereira e Doutor Hugo Vianna Marques – professor interino da Escola Normal do Estado. O momento da realização do concurso está registrado com as seguintes palavras.

[...] às 16 horas do dia 17 de março do corrente anno, no salão Carlos Maxiliano do Gymnasio do Espírito Santo e presentes os Srs lentes Dr. Adolpho Fernandes Ribeiro de Oliveira e Luiz Adolpho Thiers Velloso membros dessa congregação. Não compareceram os Srs lentes Ceciliano Abel de Almeida, fora da capital a serviço do Estado e Hércules Penna por motivo de moléstia e ali presente igualmente o Dr. Sebastião Barroso Nunes, inspetor Federal do ensino junto a este Gymnasio em presença do público e em conformidade com a lei, foi aberta a sessão da Congregação e assumindo a banca a seus postos, procedeu-se a chamada dos candidatos inscriptos [...] (ATA DO CONCURSO PARA PROVIMENTO DA CADEIRA DE HISTÓRIA NATURAL, 1925).

Tal como previa a lei que regia o ensino secundário da época, o concurso era composto por três etapas. Na primeira fase, Maria Stella de Novaes apresentou a tese que tinha como título *Entomologia Econômica*. Arguida pelos quatro examinadores e pelo inspetor federal Sebastião Barroso Nunes, foi considerada apta pela banca examinadora. A segunda etapa consistia no sorteio de um ponto que deveria ser desenvolvido e apresentado 24 horas após o sorteio.

Logo após às 17 horas, a candidata sorteou os pontos que fariam objeto de sua prelecção 24 horas depois, cabendo-lhes os pontos 5,12,8,29, respectivamente, de mineralogia; Geologia; Botânica e Zoologia, cujo sumário é o seguinte: “Propriedades Physicas e Mineraes quanto o calor, liez e eletricidade. Dos fósseis. Da paleontologia. Fruto. Instincto de intelligencia. A alma humana (ATA DO CONCURSO PARA PROVIMENTO DA CADEIRA DE HISTÓRIA NATURAL, 1925).

No dia seguinte, 18 de março, às 16 horas, a professora dissertou sobre os pontos sorteados durante o período de uma hora e dez minutos.⁵⁵ Após responder de forma satisfatória a algumas objeções de Hugo Vianna Marques, um dos membros da banca, os trabalhos daquela etapa foram encerrados. A terceira e última fase do concurso teve início às nove horas da manhã do dia 19 de março. Além dos membros presentes no dia anterior, compareceram, na ocasião, o lente padre Elias Tommasi, Luiz Adolpho Thiers Velloso, Durval Araújo e o secretário de instrução, Mirabeau da Rocha Pimentel. Nessa etapa, a candidata deveria sortear um ponto entre os oito possíveis, desenvolver e apresentar uma aula para a banca examinadora. O ponto sorteado foi o de n. 6, que versava sobre “Classificar uma folha e uma flor” e “Osso, reconhecer massas minerais”. Essa prova teve duração de uma hora. Ao final, os membros da banca se reuniram e, após a votação por escrito, o secretário proferiu a seguinte conclusão.

Considerando que a candidata D^a Maria Stella de Novaes satisfaz com brilhantismo em todas as provas, a mesa examinadora, a comissão examinadora, por unanimidade, é de parecer que a douta Congregação se pronuncie pela aprovação do concurso e pela habilitação da candidata concorrente (ATA DO CONCURSO PARA PROVIMENTO DA CADEIRA DE HISTÓRIA NATURAL, 1925).

A ata destaca o brilhantismo com que a candidata cumprira todas as etapas do concurso, elogiando-a pela cultura demonstrada e pelo excelente método didático. Assim, a professora tornava-se a primeira catedrática do Espírito Santo, e do Brasil, atuando como professora concursada nas duas instituições mais importantes do Estado, durante muitos anos (LEITE, 2002).

Como outros professores, Maria Stella sempre esteve presente na composição de bancas de concurso e também de exames do GES. Constantemente, seu nome aparecia nos jornais de maior circulação, como o *Diário da Manhã*, compondo as referidas bancas.

Como já comentado, desde a sua infância, a professora esteve cercada por uma atmosfera religiosa, justificada pela presença marcante de seu tio, o bispo Fernando de Souza Monteiro. Indícios apontam que a religiosidade permeou seu discurso ao

⁵⁵ O tempo de apresentação de Maria Stella excedeu o permitido pela lei. No entanto, a candidata havia pedido prorrogação de prazo.

longo de sua vida, levando-a a disseminar tais ideias. Como exemplo, um texto apresentado no Congresso Mariano, realizado pelo Colégio do Carmo, em 1931, que tem como título: *A educação da juventude*, no qual faz uma espécie de reflexão do cotidiano com as coisas divinas, especialmente as que dizem respeito à crença em Maria, mãe de Jesus.

Aturdida entre os encargos do magistério e a solução dos problemas quotidianos da vida, faltam-me não raro tempo e inspiração para investigações históricas, ensaios literários que me facultem arrojo para uma dissertação mesclada de ideias novas, rasgos de eloquência e opiniões complexas. A própria disciplina em cujo exercício, vou dando uma parcela de contribuição ao ensino da mocidade espírito-santense, atrai-me os folguetos do espírito e faz-me convergir a atenção nos múltiplos ramos em que se distribuem os seres e os fenômenos oriundos do trabalho divino descrito no Gênesis. E, contraste providencial, ironia da vida, é na própria sala de aula, em um estabelecimento leigo, que o meu espírito se volta aos tempos do colégio católico, deste colégio saudoso, onde a proficiência de mestras carinhosas gulou-me na iniciação dos problemas científicos e no conhecimento das verdades eternas, e onde mais tarde, lecionando pedagogia, vi se diplomarem minhas primeiras alunas (DIÁRIO DA MANHÃ, 1931, p. 2).

Ainda em seu discurso, Maria Stella faz referência a um quadro da Virgem Maria que, desde a sua época de aluna, está pendurado na parede do Colégio do Carmo. Dizia que passava os intervalos das aulas observando o referido quadro e relacionando as coisas divinas com os acontecimentos hodiernos. Para ela, o quadro a inspirava pensar em uma “[...] Mulher-forte, para a Virgem que na ‘flor dos anos carregou firme e inabalável os mais árduos destinos, preenchendo completamente os desígnios da Providência” (p. 2)

Nos dias atuais em que tanto se fala em reformas, princípios pedagógicos, quando a sociedade parece *ansear* por uma fonte de coragem para vencer o desânimo e resolver os problemas ingentes da vida, quando as vozes da pátria extenuada erguem-se num imenso *sursum* corda e os estadistas interrogam-se sobre os destinos do Brasil. O apóstolo do civismo parece ressurgir para com a clarividência que lhe dava o palmilhar constante na emaranhada trama da sociologia, repetir-nos que ‘sem Cristo encaminham os povos para o abismo irremediável’. E um educador oriental vem completar: por todos os meios possíveis é necessário fazer penetrar o sentimento e inteligência da *creança* dos princípios de sinceridade, amor, bondade para com todas as raças, a fim de que no Mundo, sejam possíveis um dia, a solidariedade e a benevolência humana, tudo sob a alta inspiração de Deus (p. 2).

As concepções sobre educação da professora Maria Stella de Novaes podem ser observadas em algumas de suas produções que resistiram ao tempo. No discurso proferido no Congresso Mariano, promovido pelo Colégio do Carmo, no ano de

1931, Maria Stella faz uma reflexão sobre a educação de crianças e jovens, a partir de princípios religiosos concebidos desde os seus tempos de colégio. Para ela, em todos os Cursos de Pedagogia, dissemina-se que “[...] a educação é o preparo do indivíduo para a vida, e divide-se em física, moral e intelectual”. No entanto, para além dessas especificidades do “cuidar” do corpo e da alma, a professora evidencia que era preciso cuidar também do “espírito” e do “coração”.

Essas esperanças destruídas em plena adolescência, famílias enlutadas por uma arma assassina ou suicida, devido ao cansaço da vida ao domínio do pessimismo e a falta de grandeza moral, demonstram a falência de uma educação sem princípios nas *conselencias* a força, o amor e a fé para lutar, sofrer e vencer na vida (DIÁRIO DA MANHÃ, 1931, p. 2).

Em seu discurso sobre *A educação da juventude*, Maria Stella deixa claro que, para ela, os princípios religiosos deveriam nortear a formação de todos os sujeitos desde a infância. Para ela, esses princípios elevariam os homens “[...] acima das convenções sociais e de influências externas, valorizando-lhe as melhores ações, que terão sempre o cunho da sinceridade” (p. 2). A religiosidade parecia ser tão presente na vida de Maria Stella que, por um tempo, ela ficou responsável pelos assuntos referentes à matrícula de meninas no Pensionato Nossa Senhora Auxiliadora, na cidade de Vitória (Figura 26).

Figura 27 – Anúncio do Pensionato Nossa Senhora Auxiliadora, 1932



Fonte: Diário da Manhã, 1932.

A professora Maria Stella circulava por diversos ambientes da sociedade. No ano de 1933, foi vice-presidente de um movimento denominado *Bandeirantes*,⁵⁶ no Espírito Santo. Essa organização tinha como objetivo preparar a mulher: “[...] a mulher perfeita: paciente, boa, pura, capaz e enérgica. Só essa diretriz dá-lhe uma característica própria, inconfundível” (DIÁRIO DA MANHÃ, 1933, p. 3). O evento apresenta características que parecem delimitar o papel da mulher na sociedade, como um ser perfeito de ternura e amor e que ela deve estar preparada para ser a “rainha do lar”.

Ao mesmo tempo em que frequentava e atuava em espaços ligados à formação tradicional da mulher, Maria Stella estava presente nos eventos intelectuais. Era costume dos jornais locais noticiar as viagens de pessoas ligadas ao serviço público. Assim, no ano de 1934 o *Diário da Manhã* publicou, na seção de *Viajantes*, a ida de Maria Stella para o Rio de Janeiro, como representante do Espírito Santo no Congresso Católico de Educação, no qual fez uma apresentação que tinha como tema *a Criança e a natureza*. Nesse período ela atuava como catedrática de História Natural do Gymnasio do Espírito Santo e também da Escola Norma Pedro II. De acordo com Leite (2002, p. 80), na trajetória da professora, “A moral cívica, por fim, misturava-se a moral cristã; a pátria, ao território (e este, à família); e o patriotismo à missão de manutenção dos valores da ordem vigente através da educação, tarefa de uma elite ilustrada.”

Durante os anos em que lecionou, Maria Stella participou de diversas bancas de concursos e exames no Ginásio do Espírito Santo. Os registros apontam que a professora circulava por diversas áreas do conhecimento, uma vez que seu nome aparece como membro de bancas de muitas disciplinas, como História Natural, Álgebra e Química. Constantemente era chamada para representar o Estado do Espírito Santo nos Congressos de Educação e discutia sobre temas referentes à mulher e à sociedade, a saber: Congresso Católico de Educação (1934); Congresso Nacional feminino (1936). Além disso, foi selecionada para representar o Estado na Sociedade Brasileira de Química, no Rio de Janeiro.

⁵⁶ “Como o Escotismo, o Movimento Bandeirante procura incutir por meio de práticas morais, trabalhos, jogos, exercícios, incursões, esses sentimentos que devem predominar no espírito de uma mulher para viver nobremente, sem futilidade, para ser bem o anjo tutelar da família, uma luz viva que ilumine e aqueça” (DIÁRIO DA MANHÃ, 1933, p. 3).

A participação no Congresso Feminino lhe rendeu elogios, publicados pela imprensa local. “Inteligente, estudiosa e experimentada”, assim fez referência à professora o jornal *Diário da Manhã*. A publicação destaca o brilhantismo da professora ao ser incluída na Comissão de Iniciativas pela Paz, ao propor o controle de brinquedos que despertavam o instinto agressivo das crianças.

Após atuar como catedrática de duas importantes instituições de ensino no Espírito Santo, em 1932, devido a problemas de audição, Maria Stella decidiu aposentar-se (LEITE, 2002). De acordo com a autora, não foi um processo fácil, pois a professora solicitou aposentadoria por tempo de serviço e não por invalidez, ao passo que se sentia bastante hábil para aquilo que gostava de fazer. Por fim, no ano de 1936, Maria Stella aposentou-se das duas instituições em que atuava como professora. Após a decisão, recebeu diversas homenagens de professores e alunos. No texto publicado no jornal *Diário da Manhã*, no dia 7 de novembro de 1936, a professora e colega Aleida Gonçalves se pronunciou com palavras de amizade e agradecimento. A seguir alguns trechos em destaque:

[...] Queira, portanto, D. Stelinha, aceitar a homenagem modesta, porém sincera, daqueles que não a esquecem, daqueles que muito a admiram e respeitam [...]. Quis Deus, que bem cedo para nós terminasse a sua missão de educadora em nosso meio. Esperamos, no entanto, que não haja separação completa daqueles que por tanto tempo, tiveram a ventura de serem seus companheiros de jornada. Temos certeza de que os tesouros de inteligência e bondade que Deus lhe deu, ficarão atentos e acompanharão a viagem os seus alunos pelo mundo maravilhoso da ciência, onde por muitos anos serviu de mestra e amiga (DIÁRIO DA MANHÃ, 1936, p. 1).

Em resposta à homenagem, Maria Stella discursou:

Prezados colegas, queridas amigas. Meu ingresso no gymnasio do Espírito Santo não foi o resultado de um capricho de vaidade e sim a execução de um programma traçado desde o collegio. Estavamos no que, hoje dizemos – tempos antigos, e a educação ideal para a moça resumia-se no diploma de normalista, no plano dos bordados, no arranjo da casa. A medida que a capacidade de apreensão me permitia, coordenava e relacionava as observações do Mundo e da vida, pensava muitas vezes, no erro tradicional de reduzir-se obrigatoriamente a uma criatura dotada de inteligência, sensibilidade e livre arbítrio no papel de personagem inconsciente do valor de sua actuação na família e na vida social. Distingua, nas lições de História, figuras feministas que sem os excessos da sufragista exaltada ou a impassibilidade da mulher-boneca, souberam cultivar as sciencias, as letras ou as artes e orientar a vida num sentido mais amplo, sem prejuízos dos seus deveres domésticos (DIÁRIO DA MANHÃ, 1936, p. 1).

Em seu discurso, Maria Stella afirma ainda que sempre teve interesse por estudos científicos e que por isso preparou-se, em “silêncio”, para que, no momento mais oportuno, pudesse superar os preconceitos e tradições da época e ingressar no magistério secundário. Antonio (2014, p. 43), ao estudar a presença das mulheres no ensino secundário no Estado de São Paulo, no período de 1930 a 1947, destaca que “[...] o magistério oferecido nas escolas normais era considerado ensino técnico e não dava acesso ao curso superior. Dessa maneira, até meados do século XX, o curso normal significou para as jovens a culminação e término dos estudos”. É possível que essa delimitação impulsionasse muitas mulheres a buscar uma continuação dos estudos nos ginásios secundários, muitas vezes, contrariando a tradição estabelecida. Além de ser homenageada pelos colegas, a professora também foi lembrada por seus alunos.

Nós, às vezes reclamávamos o excesso de matéria, outras lamentávamos o rigor na nota conferida, mas sempre tivemos e guardamos no recôndito de nossa alma, o sentimento de gratidão, pela honestidade com que exercestes o vosso mister, cumprindo elevadamente os deveres de mestra (LEITE, 2002, p. 94).

Para Leite (2002), Maria Stella tinha um estilo próprio de lecionar que aproximava os alunos do mundo real, do cotidiano. A autora destaca que muitos alunos de Maria Stella mantiveram contato com ela após saírem da escola, demonstrando um grande apreço pela mestra. Fato que, de acordo com Leite (2002), parecia recíproco, uma vez que Maria Stella guardou cadernos de alguns de seus alunos e costumava estimulá-los na vida profissional.

A trajetória da professora Maria Stella de Novaes foi marcada pelas importantes relações estabelecidas ao longo de sua vida. O interesse pelos estudos ligados à natureza e ao folclore oportunizou o contato com alguns intelectuais de renome no Brasil, entre eles, Luiz Câmara Cascudo, folclorista do Rio Grande do Norte. O contato entre Maria Stella e Câmara Cascudo possibilitou-lhe fazer sua própria rede de interlocutores, garantindo para si um espaço de reconhecimento (LEITE, 2002). Ainda segundo a autora, as correspondências com Câmara Cascudo contribuíram para a ampliação da metodologia de suas pesquisas.

No ano de 1937, publica, no jornal *Diário da Manhã*, um texto que tinha como título: *À margem dos brinquedos*. Nessa publicação, Maria Stella escreveu algumas observações enquanto caminhava por uma rua, em suas palavras, inteiramente arborizada. No texto, afirma ter avistado uma cena na qual dois meninos brincavam de atirar e matar um ao outro. Diante da situação, Maria Stella e, possivelmente, outra pessoa que a acompanhava tomaram a seguinte atitude:

Aproximamo-nos dos pequenos contendores que “brincavam de matar”, e lhe sugerimos a ideia de transformarem a espingarda em um cavalinho de pau. Imediatamente, outro cavalo ergueu-se do material abandonado e um passeio saudável na manhã primaveril, estreitou a cordialidade daquelas almas infantis (DIÁRIO DA MANHÃ, 1937, p. 1).

Na mesma publicação, Maria Stella registra que, ao continuar a caminhada, avistou meninas brincando de boneca, costurando roupinhas e organizando o aniversário de uma delas. Na percepção da professora, as meninas estavam vivenciando situações que lhe seriam comuns quando chegassem à vida adulta, ou seja, iniciação à vida social, a economia doméstica, o conceito da família e o interesse pelo trabalho. Após os relatos, faz uma crítica aos pais que oferecem muitos brinquedos aos filhos, no entanto os deixam “trancados” em quatro paredes, sem um contato real com o meio externo e sem estímulos que mais tarde lhe farão falta na vida prática.

Registros relacionados com a professora Maria Stella de Novaes apontam que, ao abordar questões referentes à formação da mulher e à sua inserção na vida social, indiciam um discurso voltado à discussão sobre o espaço das mulheres na sociedade capixaba. Entre as publicações da professora, estão: *Orquidários* (1936), *Relicário de um povo: o Santuário de Nossa Senhora da Penha* (1954), *A escravidão e a abolição no Espírito Santo* (1963), *Jerônimo Monteiro: sua vida e obra* (1979), *Medicina e remédios no Espírito Santo* (1964) e *História do Espírito Santo* (1968).

As obras produzidas abordavam assuntos inerentes ao próprio interesse de Maria Stella e a questões sobre a história local. A produção e o gosto por estudos relacionados com a História também competem a um “terreno” ocupado pelo professor Nelson Abel de Almeida, abordado nas próximas linhas.

4.4 DE ALUNO A PROFESSOR: UMA VIDA LIGADA AO EDUCANDÁRIO

Nelson Abel de Almeida (Figura 27) nasceu na cidade do Rio de Janeiro, no dia 15 de junho de 1905, filho de Ceciliano Abel de Almeida — renomado engenheiro de minas, catedrático e diretor do GES. Nelson Abel de Almeida prestou concurso para professor do ginásio capixaba por duas vezes, quando se destacou como professor da disciplina História, atuando posteriormente em outras instituições de ensino. Em meio às tentativas de ingresso como docente, diplomou-se pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Após diplomado, destacou-se como advogado e colaborou com a imprensa do Estado do Espírito Santo. Sua atuação na área jurídica e na comunicação possibilitou-lhe o ingresso, com apenas 20 anos de idade, na Associação Espírito-Santense de Imprensa e no Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, do Pará, de Sergipe e de São Paulo.

Figura 28 – Nelson Abel de Almeida



Fonte: *Revista Vida Capixaba* (1930).

Sua popularidade levou-o a circular por diversos outros Estados brasileiros, entre os quais atuou como membro da Academia Sergipana de Letras, da Paranaense de Letras, da Academia do Rio de Janeiro e de outras entidades do país (PATRONOS & ACADÊMICOS, 2010). Após trabalhar um período como advogado e contribuir ativamente com a imprensa capixaba e também de outras regiões do Brasil, Abel de Almeida buscou outros espaços de atuação, entre os quais a escola, onde obteve grande representatividade e reconhecimento como professor (ROSA, 1999).

Provavelmente por influência de seu pai, após concluir o secundário, Nelson iniciou o Curso de Engenharia na Escola Politécnica de Belo Horizonte. No entanto,

segundo depoimento de seu filho Manoel Salles de Almeida, não se identificou com o curso e resolveu voltar para a Capital capixaba. Após regressar, Nelson iniciou sua carreira como docente do GES, no ano de 1926. Designado como lente interino pelo secretário de instrução do Estado, por meio da Resolução nº 153, começou a lecionar Geometria no ginásio (DESIGNAÇÃO DE LENTE DO GES, 1926).

Ainda no ano de 1926, prestou concurso para as cátedras de Aritmética e Álgebra no mesmo educandário em que havia cursado o secundário. Para o referido edital, além de Abel de Almeida, inscreveu-se o engenheiro de minas José Meira Quadros. O concurso constituiu-se por várias etapas. Entre elas, a defesa de duas teses, uma de livre escolha e outra com o tema determinado pela Comissão Julgadora. Na primeira etapa do concurso, ocorrida no dia 13 de outubro de 1926, os candidatos apresentaram a defesa das teses de livre escolha, intituladas: *Álgebra – theoria elementar de máximos e mínimos*; e *Aritmética – raiz quadrada*, por José Meira Quadros, e *Systema métrico decimal e logaríthimos*, escrita por Nelson Abel de Almeida.

A banca de arguição de teses para esse concurso era formada pelo padre. Elias Tommasi, general Joaquim Fernandes de Andrade e Silva e José Alves Braga, sob a presidência do diretor do GES na época. A segunda etapa do concurso ocorreu no dia seguinte e também exigia a apresentação de uma tese, agora com o tema sorteado pela congregação, que versava sobre “Arithmética: frações contínuas e álgebra: potenciação”. Após a defesa do trabalho, os candidatos eram chamados à arguição. No caso de Abel de Almeida, os debates duraram duas horas, enquanto o candidato José Meira Quadros defendeu sua tese referente ao mesmo tema que Nelson Abel de Almeida, tendo a sua arguição e a discussão se prolongado por duas horas e meia. Ao término das exposições, os espectadores foram convidados a se retirar da sala para que cada membro da banca examinadora atribuisse uma nota aos candidatos. Auxiliado pelo professor catedrático Adolpho Fernandes Ribeiro de Oliveira, as notas dadas às provas foram registradas em uma cédula assinada e datada com o nome de cada candidato e, em seguida, entregues ao presidente da congregação, que as conferiu e as recolheu, em envelope lacrado, para garantir o sigilo e qualquer violação. Após essa etapa, a congregação dos catedráticos presentes elegeu a comissão formada por quatro membros que deveriam compor a banca que presidiria as provas práticas. Depois da reunião, foram escolhidos os

mesmos membros da Comissão da Defesa de Teses, que aceitaram o encargo e procederam com a escolha dos pontos. Na ocasião, foram escolhidos 30 pontos para o sorteio, que passaram pela apreciação da Congregação e foram aprovados. Por fim, no dia 15 de outubro de 1926, deram início aos trabalhos que contemplariam a última etapa do concurso para as cadeiras de Aritmética e Álgebra — as provas práticas que seriam presididas por uma comissão composta pelos catedráticos Dr. Luis Adolpho Thiers Vellozo, como presidente; general Dr. Joaquim Fernandes de Andrade e Silva, engenheiro militar e ex-lente de Matemática da Escola Normal da cidade de Vitória/ES; Dr. Antônio Francisco Athayde, engenheiro civil; os catedráticos do GES, professores padre Elias Tommasi e Adolpho Fernandes Ribeiro de Oliveira, como membros da referida comissão. Estavam presentes também os membros da congregação do ginásio, os catedráticos Heráclito Amâncio Pereira, Elpídio Pimentel e Maria Stella de Novaes, auxiliados pelo inspetor federal da instituição, Dr. Sebastião Barroso Nunes, além dos diversos espectadores. Assim, após a leitura e a aprovação da prova anterior desse mesmo concurso, os trabalhos referentes à terceira etapa do concurso para as cátedras de Aritmética e Álgebra foram iniciados.

Dessa forma, os candidatos foram chamados para sortear um ponto entre os 30 selecionados no dia anterior. Nelson Abel de Almeida, o primeiro na ordem de inscrição, tirou o ponto nº 21, que tinha como proposta o tema Aritmética: *câmbio externo* e Álgebra: *propriedades das raízes do 2º grau*. Uma vez escolhidos os conteúdos, três questões foram elaboradas pela comissão e escritas no quadro-negro para que os candidatos as copiassem e respondessem no tempo máximo de duas horas, em papel rubricado cedido pela comissão. Informações contidas na ata do concurso revelam que nenhum dos candidatos optou por consultar livros no momento da prova.

Após o término dos trabalhos, a comissão iniciou o julgamento das provas, atribuindo as seguintes notas: nota 6,0 para o candidato Nelson Abel de Almeida e nota 8,0 para José Meira Quadros. Ainda de acordo com a ata, os dois candidatos erraram a primeira questão proposta, Nelson não a respondeu e Meira Quadros apresentou uma solução inadequada. Por fim, a última etapa do concurso, que consistia na prova oral, realizou-se no dia 16 de outubro. No dia anterior para a prova oral, foi sorteado o ponto nº 9, que trazia como tema para a Aritmética:

Números primos e para a Álgebra: *Raízes imaginárias*. A partir do tema estabelecido, Abel de Almeida organizou a sua fala em duas etapas de 25 minutos cada uma. Já o candidato Meira Quadros dissertou durante 33 minutos sobre *números primos* e 17 minutos sobre *raízes imaginárias*. Assistida por um grande número de espectadores, as explanações finalizaram os processos do concurso, restando apenas o resultado final, que ocorreu no mesmo dia do encerramento das etapas (DIÁRIO DA MANHÃ, 1926).

Assim, no dia 16 de outubro de 1926, houve a apuração da nota média alcançada pelos candidatos em cada prova e, em seguida, a *nota média final*, que consistiria na média das médias das provas realizadas até aquele momento. Contudo, na presença do inspetor federal Sebastião Barroso Nunes, o presidente da congregação passou a abrir os envelopes em que se achavam as cédulas com as notas atribuídas aos dois candidatos. Em meio à apuração, as cédulas preenchidas pela professora Maria Stela de Novaes foram desconsideradas, por ela não ter comparecido às provas da última etapa, mesmo assim, as notas conferidas por ela foram lidas. Em seguida, houve a apuração das notas médias para cada prova, para o candidato Nelson Abel de Almeida: “[...] seis e um quinto na defesa de tese de livre escolha; seis e três quintos na defesa da tese sobre o ponto sorteado; na prova prática sete, e três quintos na prova oral”. Para José Meira Quadros, foram atribuídas as seguintes médias: “[...] nove e um quinto na defesa de tese de livre escolha; grau nove e um quinto na do ponto sorteado; grau oito e dois quintos na prova prática, grau nove e três quintos prova oral”. Como média final, os candidatos obtiveram, respectivamente, as notas seis e três quintos e nove e um décimo (ATAS DE CONCURSO, 1926). Com esse resultado, José Meira Quadros foi aprovado e iniciou sua carreira como catedrático de Aritmética e Álgebra do Ginásio do Espírito Santo, seguindo como lente do ginásio durante o período de 30 anos, deixando o cargo apenas com a chegada de sua aposentadoria.

O resultado negativo no concurso para catedrático do GES parece ter contribuído para que Abel de Almeida buscasse outros espaços de atuação. No ano seguinte, em 1927, foi aprovado no exame de vestibular na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro e iniciou o curso (DIÁRIO DA MANHÃ, 1927). No entanto, o desejo de lecionar no GES parecia ainda existir, isso porque há registros de que, em 1928, apenas um ano após ingressar na Faculdade de Direito, no Rio de

Janeiro, Nelson Abel de Almeida começou a atuar como professor interino da disciplina de História do Brasil, no GES. Suas viagens à Capital eram constantemente noticiadas no jornal *Diário da Manhã*. Tal situação causou certo estranhamento: como poderia o estudante de Direito atuar em dois lugares tão distantes ao mesmo tempo? Carlos Lindenberg,⁵⁷ em sua biografia, esclarece essa questão, quando alega que, naquele período, final da década de 1920, os cursos de Direito não exigiam frequência diária, por isso possibilitavam uma maior flexibilidade de horários para quem os fizesse.

No ano de 1930, Nelson Abel de Almeida concluiu o Curso de Direito e, nesse mesmo ano, surgiu uma nova oportunidade de ingresso como catedrático no GES, agora para a cadeira de História do Brasil. O edital do concurso informava que as inscrições poderiam ser realizadas no período de 29 de setembro a 4 de março de 1930. Entre as exigências para a inscrição, estavam “[...] atestados médico e de vacina contra a varíola, não sofrer de moléstia contagiosa nem ter defeito physico incompatível com o magistério” (DIÁRIO DA MANHÃ, 1930, p.6). Seguindo as orientações do Regimento Interno do Colégio Pedro II, poderiam se inscrever:

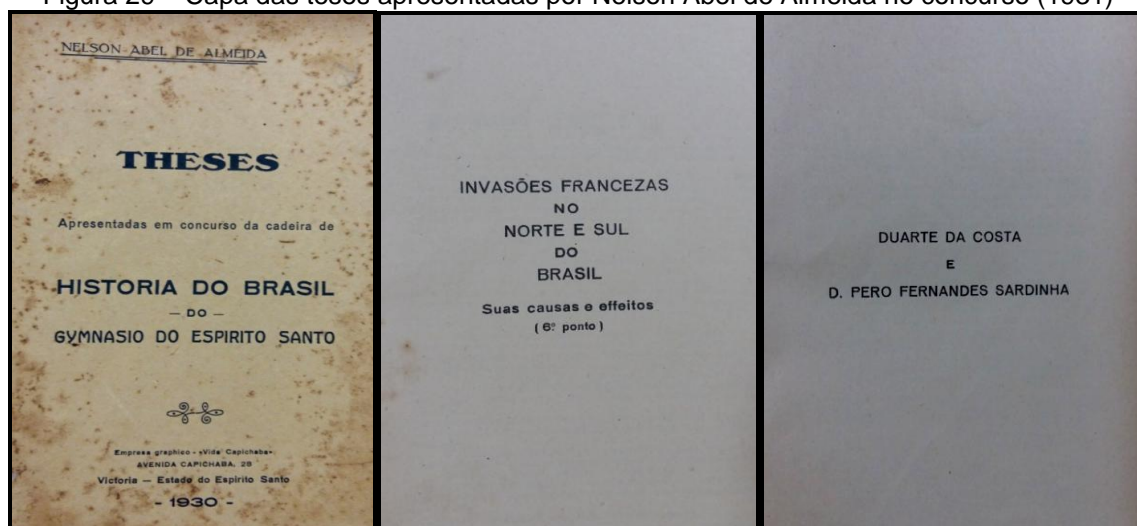
Os docentes livres da cadeira vaga; os professores catedráticos e substitutos de outras cadeiras; os docentes livres. Professores catedráticos e substitutos de outros estabelecimentos de ensino, oficiais ou equiparados; cidadãos em geral que exhibirem em folha corrida; caderneta de reservista ou certidão de alistamento militar; forem maiores de 21 anos e menores que 50 na data da inscrição; tiverem o curso completo de humanidade ou diploma de escola superior e justificarem com títulos ou trabalhos de valor, a sua inscrição a juízo da Congregação. **Podem também inscrever-se os candidatos que apresentarem documentos comprobatórios de estudos feitos nos Seminários** (DIÁRIO DA MANHÃ, 1930, p. 6, grifo nosso).

Os requisitos apresentados revelam a representatividade do catolicismo na área da Educação. Permitia-se, inclusive, a inscrição de sacerdotes para concorrer às cátedras que compunham o programa de ensino dos ginásios secundários apenas pela comprovação de estudos realizados nos seminários. No referido edital, inscreveram-se, para a cadeira de História do Brasil, os candidatos Dr. Christiano Fraga, Robson Castello e Nelson Abel de Almeida. O concurso teve início com as provas orais, no dia 26 de março de 1930 e tiveram continuidade no dia 27 do mesmo mês. Os trabalhos, realizados no salão nobre da Escola Normal D. Pedro II contaram com a presença do presidente do Estado, Aristeu Borges de Aguiar, do

⁵⁷ Carlos Lindenberg: *O Estadista e Seu Tempo*, 2010.

secretário de Instrução, Atílio Vivacqua e de um numeroso público composto por “cavalheiros e senhoras”. A Banca Examinadora era constituída pelos professores catedráticos Adolpho Fernandes Ribeiro de Oliveira, presidente; desembargadores Carlos Xavier e Oscar Faria Santos, os catedráticos Fernando Duarte Rabello e Hercules Penna, secretariados pelo Sr. Pedro de Oliveira Coutinho. Todo concurso exigia a fiscalização de um inspetor federal, na ocasião, Dr. Sebastião Barroso Nunes. Por estar impossibilitado de atuar na função, designou-se para cumpri-la o Dr. Manuel Augusto da Silveira. Como parte do processo, os candidatos defenderam a tese intitulada *Invasões francesas no Norte e no Sul do Brasil*, atendendo ao ponto sorteado nº 6 (DIÁRIO DA MANHÃ, 1930, p. 4). Além da tese citada, Nelson Abel de Almeida apresentou um trabalho de livre escolha, intitulado *Duarte da Costa e D. Pero Fernandes Sardinha*.

Figura 29 – Capa das teses apresentadas por Nelson Abel de Almeida no concurso (1931)



Fonte: Arquivo da Biblioteca Estadual do Espírito Santo

Ao finalizar as provas didáticas, nas quais cada candidato teria o tempo máximo de 50 minutos para a exposição das aulas, a Congregação atribuiu as notas aos candidatos, classificados na seguinte ordem: “1º lugar, Nelson Abel de Almeida; 2º lugar, Dr. Christiano Ferreira Fraga e 3º lugar, Robson Leão Castello” (DIÁRIO DA MANHÃ, 1930). Com esse resultado, Nelson Abel de Almeida conquistou a tão almejada vaga de catedrático no GES, foi nomeado pelo presidente do Estado, Aristeu Borges de Aguiar, no dia 15 de abril de 1930 (DIÁRIO DA MANHÃ, 1930). A aprovação no concurso gerou uma homenagem publicada na *Revista Vida capixaba*, onde se lia:

Esse jovem conterrâneo que pelas suas qualidades moraes e intellectuaes, se destaca na vanguarda dos legítimos valores de nossa terra, vem realizando brilhantemente o seu curso jurídico e, agora, há poucos dias, após provas renhidas e decisivas de um concurso para cathedrático de História do Brasil, no Gymnasio do Estado, defrontando-se com temíveis, alcançou esforçosamente o primeiro lugar e teve logo, dado pelo governo, com inteira justiça, o prêmio de sua Victoria, concretizando na nomeação para o aludido cargo. Felicitamos a congregação do Gymnasio do Espírito Santo, pelo novo e valioso elemento com que preencheu uma de suas vagas e, ao prezado amigo Nelson Almeida, muito sinceramente, o abraçamos por esse magnífico triunfo de sua mocidade esperançosa (REVISTA VIDA CAPICHABA, 1930, s/p).

Entretanto, a posição de catedrático não duraria por muito tempo. A aprovação no concurso e os elogios dispensados a Nelson não impediram que ele fosse destituído do cargo que acabara de conquistar. Ao alegar irregularidades no concurso prestado pelo professor Nelson para a cátedra de História do Brasil, o interventor João Punaro Bley anulou a sua nomeação, bem como a dos candidatos aprovados nos concursos para o provimento das cadeiras de Literatura Brasileira, Literatura das Línguas Latinas e de Sociologia, todos ocorridos no mês de abril de 1930.

Decreta Art. Único – Ficam exonerados dos cargos de cathedráticos de História do Brasil, Literatura das Línguas Latinas e Sociologia, do Gymnasio do Espírito Santo, os srs. Nelson Abel de Almeida, bacharel Nilo de Freitas Bruzzi e Dr. Nilton Barros. Victoria, 31 de dezembro de 1930 (ass) João Punaro Bley e João Manoel de Carvalho (DIÁRIO DA MANHÃ, 1931).

Um ofício datado de 28 de janeiro de 1931, enviado ao diretor do GES, Adolpho Fernandes Ribeiro de Oliveira, informa a respeito de uma petição dirigida pelo Dr. Nilton Barroso, candidato aprovado em 1º lugar no concurso para a cadeira de Sociologia, em abril de 1930, na qual demonstra toda a sua indignação ao ministro da Educação e Saúde Pública, Francisco Campos, relativa à sua exoneração da cadeira de Sociologia praticada pelo interventor João Punaro Bley. No referido documento, o candidato afirma que o concurso no qual fora aprovado ocorreu na mais “perfeita lisura” e que qualquer recurso dirigido ao inspetor federal ou ao Departamento Nacional de Ensino, caso coubesse, deveria ter ocorrido no estrito cumprimento do prazo estabelecido de até dez dias após a divulgação do resultado do concurso público. A explanação do Dr. Nilton Barroso — segundo a qual a medida concernente aos concursos de Literatura e História do Brasil seria aceitável porque os candidatos eram pessoas ligadas ao Governo Estadual em exercício — torna-se essencial para a compreensão do motivo que levou à exoneração do

professor Nelson Abel de Almeida da cadeira de História do Brasil. Barroso escreveu:

O de Literatura era pessoa de intimidade governamental e Delegado Geral da Polícia. O de História do Brasil, noivo de uma sobrinha do ex-presidente e filho do então director do Gymnasio. Dahi admittido-se a existência de uma complacência que importe agora no decreto da anulação dos referidos concursos (OFÍCIO ENVIADO AO DIRETOR DO GINÁSIO DO ESPÍRITO SANTO, 1931).

Com o intuito de defender-se da exoneração, Nilton Barroso acabou por explicitar possíveis justificativas para que Nelson Abel de Almeida fosse exonerado do cargo que havia conquistado há pouco tempo por meio de um concurso oficial. De fato, Nelson era filho do então diretor do GES, Ceciliano Abel de Almeida, e estava noivo de Maria Isabel Salles, filha do Sr. Manoel Salles. No entanto, Manoel Ceciliano Salles de Almeida, filho do professor Nelson, afirma em depoimento que os reais motivos responsáveis pela exoneração de seu pai teriam sido outros, diferentes dos apresentados nos documentos oficiais do GES e do governo. Ele relata que, na versão contada por sua mãe, D. Maria Isabel, às vésperas do concurso para catedrático do GES, seu primo Aristeu Borges de Aguiar — então presidente do Estado do Espírito Santo — chamou-a para uma conversa e disse que avisasse ao noivo que ele só seria nomeado caso fosse aprovado em 1º lugar no concurso que prestaria. Diante da situação, Maria Isabel teria respondido, indignada, que não iria enviar o recado e que ela não havia lhe perguntado nada a respeito. Segundo esse relato, a exoneração de Abel de Almeida teria decorrido de um fato que envolveu seu pai, Ceciliano Abel de Almeida, diretor do GES.

Após a Revolução de 1930, entre as medidas tomadas pelo governo de Getúlio Vargas, um decreto determinava a aprovação de todos os acadêmicos naquele ano, não havendo a possibilidade de reprovações. Com isso, a junta governamental do Espírito Santo recebeu um telegrama com informações a respeito da medida que havia sido decretada e solicitava ao diretor que, ao ler a carta para os alunos do ginásio, fizesse elogios à Revolução. No entanto, o pedido pareceu não intimidar o diretor do GES, que cumpriu o dever de informar a seus alunos sobre a aprovação de todos, porém se recusou a elogiar a Revolução. Segundo Manoel Ceciliano, o avô teria dito:

Eu vou fazer elogios à revolução porque todo mundo passou por decreto? Isso é uma vergonha. Os alunos todos que deviam ficar reprovados, não vão ficar. Eu estou sendo impedido de na minha função de catedrático, do exercício livre da cátedra, a cátedra é livre (MANOEL CECILIANO SALLES DE ALMEIDA, 2015).

Com a nomeação de João Punaro Bley pelo governo revolucionário para administrar o Estado, Ceciliano foi chamado ao seu gabinete e, ao ser questionado sobre o descumprimento da recomendação expressa do governo, respondeu com uma risada. Dessa forma, o governador encerrou a reunião e, poucos dias depois, exonerou Ceciliano Abel de Almeida do cargo de diretor do GES. Nesse contexto, Nelson Abel de Almeida, que acabara de ser nomeado como catedrático da cadeira de História do Brasil no ginásio, também foi exonerado.

A exoneração de Nelson Abel de Almeida não o fez desistir de atuar como professor, como indicam anúncios publicados no jornal *Diário da Manhã* sobre um curso por ele criado e ministrado. Sob o título de *Curso Almeida*, lia-se o seguinte texto: “Curso gymnasial de Seriados Extranhos. Curso gymnasial nocturno. Aulas para as matérias dos cursos gymnasial e normal. Matrículas abertas. – Mensalidades módicas. Av, José Carlos, 37” (DIÁRIO DA MANHÃ, 1931, p. 4). O jornal destaca também informações referentes à fundação e funcionamento do referido curso.

Acaba de ser fundado nesta capital, sob direcção do professor Nelson Abel de Almeida o Curso Almeida. Neste curso serão lecionadas as matérias dos cursos Gymnasial e Normal havendo também, o curso Gymnasial Nocturno para rapazes do commercio. Para os discentes do Gymnasio, da Escola Normal e do Collégio do Carmo, o professor Nelson Abel de Almeida criou um curso de Arithmética, Álgebra e Geometria, por elle prelecionado. Durante o dia os alunos do Gymnasio terão um curso de repetição. Inaugurar-se-á o Curso Almeida no dia 6 de abril próximo. Qualquer informação com o director professor Nelson Abel de Almeida diariamente, de 8 às 10 da manhã e de 14 às 16 horas, na Avenida José Carlos, 37 (DIÁRIO DA MANHÃ, 1931, p. 9).

O jovem Abel de Almeida parecia mesmo decidido a continuar a exercer a função de professor. Nos anos seguintes à sua exoneração, ministrou aulas particulares e atuou na sua área de formação, o Direito. Dezenove anos depois, voltou a trabalhar como professor catedrático da cadeira de História do Brasil do antigo ginásio, depois denominado Colégio Estadual do Espírito Santo (CORPO DOCENTE DO COLÉGIO ESTADUAL, 1949).

Nelson destacou-se como professor secundário e, posteriormente, de diversos níveis educacionais. Com relação ao modo como desenvolvia suas aulas, Abel de

Almeida é lembrado por uma de suas alunas, Léa Brígida Rocha de Alvarenga Rosa, que enfatiza sua erudição e competência no exercício da docência. Acrescenta que ele possuía um grande poder de liderança e influenciava seus alunos por meio de suas análises históricas, incentivando a participação efetiva de todos em sala de aula. Além de atuar no Colégio Estadual, o professor lecionou em outras importantes instituições⁵⁸ de ensino do Estado, inclusive as de nível superior. Nas palavras da ex-aluna, o professor Nelson:

[...] nunca dava aulas com conteúdo fossilizado e estava sempre se renovando. Alegre, generoso, extrovertido, brincalhão — características que eram o outro lado do professor culto e erudito e principalmente sério, se necessário, íntegro e justo, não fazendo concessões quando se tratava de competência (ROSA, 1999, p. 9 - 10).

As lembranças do professor expostas pela ex-aluna são complementadas pelas memórias do seu filho Manoel Ceciliano Salles de Almeida, para quem seu pai “[...] era mais educador do que professor e era dono de um perfil de extremo respeito pela profissão, tinha prazer em ser professor”. Ainda em depoimento, afirma que seu pai sempre entrava em casa com um livro em mãos, obras completas de Machado de Assis, por exemplo, e livros didáticos, alguns escritos em alemão. Era bastante disciplinador e expressava isso batendo com o anel na mesa todas as vezes que os seus alunos conversavam em sala. Em contrapartida, era muito bem-humorado e fazia brincadeiras do tipo: *Existem coisas que não se empresta: escova de dente, caneta e mulher*. Suas aulas eram bastante detalhistas e tratavam da História e de histórias. Para além do conteúdo de História do Brasil, atentava-se à escrita de seus alunos, ensinando-os a escrever com muita atenção, orientando sempre a leitura após o processo de escrita.

As brincadeiras bem-humoradas que permeavam alguns dos professores catedráticos que atuavam no GES pareciam atravessar os muros da escola. No ano de 1929, Jairo Leão, com o intuito de criticar padrões de beleza estabelecidos na época, resolveu, por meio da *Revista Vida Capixaba*, promover um concurso para escolher o rapaz *mais feio* de Vitória. O concurso teria duração de três meses e a votação seria feita pelas moças solteiras da cidade, não podendo concorrer ao título

⁵⁸ Colégio Americano de Vitória, Ginásio São Vicente de Paulo, Colégio do Carmo, Colégio Salesiano e Colégio *Sacré Coeur de Marie*.

os homens casados. Curiosamente, o professor Nelson Abel de Almeida estava entre os candidatos.

Eis a razão do sucesso do concurso. Ele oferece ensejo para os mais gozados comentários. A beleza ingênua dos olhos de Feu Rosa; o nariz altamente simbólico do filho do fotógrafo Assis Ibrahim; o sorriso deslumbrador do Nelson Abel de Almeida; os olhos perfeitamente brasileiros do Jair Dessaune; a fisionomia santa de Walter Siqueira; a plástica apolínea de Garcia de Rezende e do Plínio Bruzzi [...] (REVISTA VIDA CAPICHABA, 1929, s/p).

A presença entre os candidatos de pessoas ligadas à política ou à Educação no Estado nesse concurso revela um clima de descontração, pois pessoas que ocupavam cargos importantes e reconhecidos na sociedade capixaba não se importaram em participar do evento. De acordo com o organizador, a competição era um modo de promover conversas mais leves e alegres entre moços e também entre moças. Afirmava que Vitória era uma cidade triste por excelência, por esse motivo insistia na importância de um concurso como esse. As cédulas para a votação (Figura 29) estariam disponíveis semanalmente nas edições da *Revista Vida Capichaba* e deveriam ser preenchidas e enviadas à redação da revista.

Figura 30 – Cédula de votação do concurso do homem mais feio de Vitória (1929)

Concurso de Fealdade dirigido pela «Vida Capichaba»

Qual é o rapaz mais feio de Victoria ?

Voto em _____

A votante _____

Fonte: Revista Vida Capixaba (1929).

As parciais do resultado da votação eram publicadas constantemente na própria revista, informando os prêmios para o vencedor: um facão e uma foice. Por fim, após três meses de muitas provocações bem-humoradas entre os candidatos e o propositor do concurso, deu-se a apuração final e publicou-se o resultado que apontava Dr. Darcy Mattos como vencedor da disputa de fealdade, somando 390 votos. Nelson Abel de Almeida (Figura 30) recebeu 91 votos, alcançando o sétimo lugar.

Figura 31 – Nelson Abel de Almeida com sua irmã Marília e sua meia-irmã Diná.



Fonte: Arquivo pessoal de Reinaldo Santos Neves.

O modo como Nelson Abel de Almeida exercia a sua profissão, expresso por depoimentos de pessoas que conviveram de perto com o professor, denota o seu gosto pela leitura e pela escrita. Seu primeiro trabalho publicado tinha como título: *Sistema métrico decimal e logaritmos*, que consistia na sua tese defendida no ano de 1926. Escreveu também *Os franceses no Brasil*; *Duarte Costa e Dom Fernandes Sardinha*, teses publicadas em 1930. O professor produziu diversos discursos de paraninfo, entre os quais *A mocidade – palavras, conselhos e ideias* (1938); *A mulher – sua missão social*; e também o discurso de posse de Antônio Gomes Aguirre na AEL, (1941). Além disso, contam-se textos apresentados em conferências: *Graciano Neves e a Doutrina do Engrossamento*; *Da Assembleia Constituinte de 1823 à Constituinte de 1824*; *Rio Branco, historiador e geógrafo*; *O Rio Doce – enigma no passado, promessa no presente* (1943). Além disso, escrevia crônicas, por exemplo, *Para ler no bonde* e *Ano Novo, ano velho*.

O professor proferiu também discursos sobre os sócios do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, falecidos entre os anos de 1944 e 1985 (ROSA, 1999). Naquelas homenagens, Nelson descrevia traços da personalidade de muitos de seus colegas professores que já haviam partido. Certa feita, ao render tributos a um saudoso mestre que ensinava francês, descreveu-o como seco, ríspido e árido, porém dotado de sensibilidade capaz de apreciar óperas em seus tempos de lazer. Ciente das armadilhas do maniqueísmo, Nelson Abel de Almeida caracterizou Francisco Generoso da Fonseca, sujeito central da próxima seção, com traços de

personalidade essencialmente humanos. Quando perguntado por Nelson, sobre o que faria após a aposentadoria, Generoso respondeu: “Vou me preparar para morrer”.

4.5 GENEROSO, PORÉM MUITO RIGOROSO

Filho de Júlio Pinto da Fonseca e de Anna Generoso, Francisco Generoso da Fonseca nasceu no dia 04-10-1904, na cidade de Serro – Minas Gerais. Lá cursou os estudos primários e, como era comum na região, matriculou-se no Colégio de Caraça⁵⁹ (MG) e iniciou o Curso de Humanidades no ano de 1918.

Há que se considerar que, de algum modo, a formação recebida no Colégio/Seminário do Caraça, o qual frequentou no período de 1918 a 1923, tenha influenciado as práticas pedagógicas do professor Francisco Generoso da Fonseca. O ensino oferecido na instituição era baseado no método de explicação antecipada, que consistia na apresentação do tema da próxima aula pelo professor, revisto pelo aluno antes da respectiva aula, no momento do “estudo pessoal”. Muitos alunos que estudaram no colégio tiveram seus nomes conhecidos no cenário nacional, como Afonso Pena (1906-1909) e Artur Bernardes (1922-1926). O ensino era caracterizado como modelo de humanismo pedagógico, que combinava autoridade e suavidade nas práticas desenvolvidas. Os professores eram conhecidos pela pontualidade, seriedade e postura rígida na sala de aula. (ANDRADE, 2000).

Os meninos que ingressavam no Caraça tinham por volta dos 10 a 11 anos de idade e permaneciam no Curso de Humanidades durante cinco anos. No século XX, o colégio equiparou-se ao Ginásio Nacional Pedro II, pelo Decreto n.º 3701 de 1900. Desse modo, o Programa de Ensino, com algumas variações, era composto pelos seguintes estudos: Línguas portuguesa, latina, francesa e inglesa; Literatura Brasileira, Literatura Portuguesa e Universal, Retórica e poética; Filosofia, música e Desenho; Matemática (Aritmética, álgebra e Geometria) Geografia, Cosmografia, História Natural, Ciências (Física e Química), História do Brasil e Universal,

⁵⁹ A história do Colégio de Caraça foi tema de pesquisa de Mariza Guerra de Andrade. A partir desse trabalho, publicou o livro: *A educação exilada – Colégio do Caraça* (2000).

Caligrafia, Doutrina Cristã; Ciências Naturais. No Colégio do Caraça, o ensino das humanidades foi sempre sua marca registrada. (ANDRADE, 2000, p. 82).

A vida escolar no Caraça se desenrolava em um ambiente análogo: fechado e recluso, de organização, silêncio e estudo. O tempo cotidiano, rigorosamente distribuído, estabelecia as obrigações e ocupações determinadas, regulamentando uma espécie de ciclo de repetição. Todas as atitudes e posturas dos alunos estavam sujeitas ao controle e à vigilância por meio de uma rede disciplinar fortemente hierarquizada, do superior da Casa, ao aluno escolhido para fiscalizar o cumprimento das normas (“anjos”, “umbigueiros”). A pedagogia caracense se fundamentava na concepção de educação como formação centrada no mestre. [...] e se processava, fundamentalmente, pelo trabalho individual do aluno. Seu forte eram os exercícios: cópia, repetição e recitação a partir das disciplinas centrais: Línguas, Retórica, Gramática e Literatura. (ANDRADE, 2000, P. 157)

Os “estudos pessoais” caracterizavam um dos pontos mais marcantes do Colégio do Caraça. Os alunos, influenciados e guiados pela direção dos padres professores, consideravam o estudo como sagrado, dedicando-se com assiduidade à aquisição do conhecimento e com rígida e fecunda disciplina à organização de suas vidas.

A pouco tempo de completar seus estudos no Colégio do Caraça Francisco Generoso da Fonseca (Figura 31) deixou o seminário e mudou-se para a cidade de Petrópolis, no Rio de Janeiro, especializando-se em estudos de Línguas. No ano de 1929, ao receber um convite dos Capuchinos de Santa Teresa para lecionar Latim e Francês com residência no colégio, mudou-se para o Estado do Espírito Santo (ALMEIDA, 1999).

Figura 32 – Francisco Generoso da Fonseca, década de 1940



Fonte: Livro Colégio Estadual – 90 anos educando, 1996.

Ao chegar ao Estado, no ano de 1929, prestou o concurso para provimento efetivo do cargo de inspetor escolar pela Secretaria de Instrução (DIÁRIO DA MANHÃ, 1929). Aprovado, Francisco mudou-se para a cidade de Vitória, onde constituiu residência fixa. Em 1931, prestou vestibular para a Faculdade de Direito do Espírito Santo e iniciou o curso, compondo a primeira turma daquela instituição. Nesse mesmo ano, começou a atuar como professor a partir da nomeação concedida pelo interventor da época, João Punaro Bley, para lecionar a disciplina Português na Escola Normal Pedro II (DIÁRIO DA MANHÃ, 1931).

A constituição docente de Francisco Generoso da Fonseca está intimamente ligada ao Ginásio do Espírito Santo, isso porque atuou como professor em diversas disciplinas no educandário. No ano de 1931, assumiu o cargo de professor da 1ª cadeira de Português, ao substituir Guilherme Santos Neves, regente interino da cadeira (GINÁSIO DO ESPÍRITO SANTO, 1931). Atuou também nas disciplinas Latim, nos anos de 1933 a 1935, e na cadeira de Francês do GES, em 1932 e também em 1935. Nesse mesmo ano, o professor Francisco produziu e publicou uma tese intitulada: *Le pronom on*. O trabalho composto por 51 páginas encadernadas e numeradas traz uma dedicatória inicial aos mestres da escola do Caraça, seminário em que estudou. O texto está escrito em francês e faz um agradecimento aos professores da instituição religiosa.

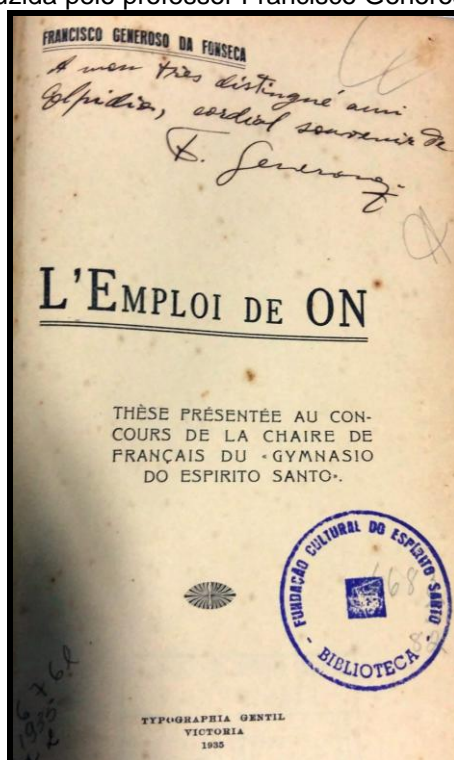
Trecho original

Pour mes professeurs du Collegio do Caraça, les prêtres lazaristes, qui par leur dévouement généreux el sublime fidélité à j'apostulat de l'instruction sont devenus mes plus chers amis, cette preuve de reconnaissance éternelle qui fleuril dans la coeur de l' élève qui livre à ses maîtres la clef d'or de son intelligence.

Tradução para o português

Aos meus professores do Collegio do Caraça, os padres vicentinos que, por sua generosa dedicação el fidelidade sublime ao I apostulat da educação se tornaram meus amigos mais queridos, esta prova de gratidão eterna que fleuril no coração de I aluno que reservar aos seus mestres a inteligência chave de ouro (TESE L' EMPLOI DE ON, 1935).

Figura 33 – Tese produzida pelo professor Francisco Generoso da Fonseca, 1935



Fonte: Biblioteca Estadual do Espírito Santo.

No ano de 1937, ocupou o cargo de diretor do Ginásio do Espírito Santo. Fato curioso pois, nesse período, Francisco atuava como lente interino e, tendo em vista que todos os diretores anteriores a ele eram catedráticos, no momento da nomeação para esse cargo, o caso de Francisco Generoso pareceu romper a tradição. Informações encontradas no livro de registro do pessoal docente do GES apontam que, no ano de 1938, o professor foi exonerado da disciplina Francês, na qual atuava como lente interino, para ser aproveitado na mesma cadeira, porém como catedrático (GINÁSIO DO ESPÍRITO SANTO, 1922).

No entanto, uma passagem do livro escrito por Nelson Abel de Almeida, sobre ex-professores do ginásio/colégio, coloca esse momento em questão. O autor caracteriza o concurso do professor Generoso como um momento memorável e afirma que, com a tese *Le pronom on*, Francisco Generoso da Fonseca conquistou a cátedra de Francês do Ginásio do Espírito Santo (ALMEIDA, 1999). Contudo, mesmo com a ausência de fontes sobre o concurso do professor Generoso, é possível que ele tenha acontecido em algum momento, tendo em vista a tese produzida e publicada por ele no ano de 1935 e a afirmação de Nelson Abel de Almeida, ex-professor do Ginásio do Espírito Santo, e colega de profissão. Após

tornar-se catedrático, atuou como professor vitalício e como diretor do educandário, cargo no qual se aposentou.

Indícios sobre a prática pedagógica do professor Francisco Generoso da Fonseca apontam para um professor rígido e disciplinador. Em depoimento, Ivan Borgo, um de seus ex-alunos, faz o seguinte relato:

Francisco Generoso da Fonseca era uma perfeccionista. Professor de Francês confrontava a preocupação em atingir seus objetivos com a chamada ganga bruta que éramos todos nós. Tropeçando nos versos dos 'Troubadours' ou fazendo Balzac se revirar no túmulo com nossos erros nos famosos 'dictées', ouvíamos, apreensivos, Generoso e seus ameaçadores muxoxos que soavam como 'tsk', 'tsk', durante a correção das provas, ao vivo e sem cores. A cada 'tsk' baixava a caneta assassina sobre a prova e era menos um ponto, sob o silêncio geral da classe. No sistema de Generoso havia notas negativas. Por exemplo, se alguém tirasse menos que cinco na prova do mês, mesmo que tirasse dez no mês seguinte, a nota daquele mês ficaria em cinco, pois eram descontados os cinco pontos negativos do mês anterior. Metodologia absurda? Não sei. Mas sei que muitos saíram de seu curso falando e escrevendo um francês razoável (BORGO, 1996, p. 40-41).

Como relata o ex-aluno, o “quase” seminarista evidenciava uma personalidade forte que se refletia no modo de lecionar. A formação recebida no seminário pode ter contribuído para a forma rígida pela qual o professor era conhecido no exercício da docência. Outros registros relatam características do professor. Renato Pacheco, um de seus ex-alunos, afirma que a nota preferida de Francisco era zero e que ele era bastante temido pelos alunos. Almeida (1999) faz menção ao modo como o professor era conhecido por seus ex-alunos e afirma que adjetivos como “chato”, “importuno”, “aborrecido”, “maçante”, “vulgar”, eram comuns entre seus aprendizes. Apesar da personalidade forte, ex-alunos, quando o encontravam, agradeciam pelas exigências nas aulas de Francês que haviam recebido no passado e expressavam grande reconhecimento ao professor.

Além de atuar no ensino secundário, Francisco Generoso da Fonseca assumiu como titular a cadeira de Língua e Literatura Latina na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Espírito Santo (Fafi).

O próximo professor abordado, além de lecionar a disciplina Português durante um longo período no ensino secundário do GES, tinha como “paixão” os estudos sobre o folclore capixaba, o que o levou a tornar-se um dos pioneiros em pesquisas sobre essa temática, no Espírito Santo.

4.6 ENTRE AS SALAS DE AULA E O FOLCLORE CAPIXABA

“Liberdade de voar num horizonte qualquer, liberdade de pousar onde o coração quiser”. Essa frase da escritora Cecília Meirelles caracteriza muito bem o modo como o professor Guilherme Santos Neves se constituiu como professor e folclorista ao longo de sua vida. Com uma trajetória marcada por diversas conquistas e derrotas, Santos Neves transitou por diversos espaços e acabou por “pousar” nas salas de aula, onde se consagrou como um grande professor.

Nascido em 1906, em Porto Final — que, se ainda existisse, estaria no distrito de Mascarenhas, no município de Baixo Guandu/ES —, o capixaba Guilherme Santos Neves cursou os ensinos primário e secundário no Liceu Filomático⁶⁰ e no Ginásio do Espírito Santo, respectivamente. Por volta dos 20 anos de idade, mudou-se da Capital capixaba e diplomou-se pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, em 1930. Após a obtenção do bacharelado, retornou à Vitória para iniciar sua vida profissional (ACHIAMÉ; KOGURE, 2013).

Figura 34 – Guilherme Santos Neves



Fonte: Arquivo Pessoal Reinaldo Santos Neves.

⁶⁰ Instituição modelar de ensino primário, localizada em Vitória/ES, capital capixaba, administrada pela professora Ernestina Pessoa, uma conceituada profissional do início do século XX.

Filho do médico João dos Santos Neves e da portuguesa Albina Gonçalves Morgado da Silva, Santos Neves passou a infância no centro de Vitória, região conhecida como Parque Moscoso. Ainda menino, conheceu uma afilhada de seus pais, de nome Marília, filha do professor e engenheiro Ceciliano Abel de Almeida. Os jovens frequentaram o Ginásio do Espírito Santo na mesma época, quando iniciaram o namoro. Por conta dos estudos, na então Capital da República, Guilherme e Marília ficaram um tempo separados, mas, ao retornar ao Espírito Santo, estava decidido a unir-se a ela em matrimônio. Para tanto, necessitava de uma fonte fixa de renda, fator decisivo para o seu ingresso no magistério.

Achiame e Kogure (2013) relatam que Guilherme e seu pai consultaram o secretário de Instrução da época, Dr. João Manuel de Carvalho, sobre a possibilidade de iniciar a carreira como docente, na disciplina Desenho no GES. Como não havia vaga disponível nessa disciplina e, em razão de sua formação, foi convidado a atuar como professor de Português daquele ginásio, uma vez que essa cadeira se encontrava disponível. O jovem interessava-se pelo Desenho, porém, na impossibilidade de trabalhar com essa disciplina, aceitou atuar como professor de Português, passando a estudar para se aperfeiçoar nessa área.

Em 1935, nomeado lente interino do GES, atuou como regente da 2ª cadeira⁶¹ de Português. Pouco tempo antes, ainda em 1934, Santos Neves inscreveu-se no concurso à vaga de catedrático da 1ª cadeira de Português do GES. De acordo com o edital, os candidatos deveriam apresentar os seguintes documentos:

Prova de que é brasileiro nato ou naturalizado; certidão, provando ser maior de vinte e um (21) e menor de cinquenta (50) anos; prova de sanidade e idoneidade moral; prova de haver completado o curso de Humanidade ou diploma de Instituto idoneo onde se ministre o ensino da disciplina em concurso; prova de que é reservista ou certificado de alistamento militar para os candidatos menores de 45 anos; documentação relativa ao exercício do magistério, à atividade literária ou científica do candidato ou – certificado de inscrição no Registro de Professores; recibo do pagamento da taxa de inscrição na importância de trezentos mil réis (300\$) (DIÁRIO OFICIAL, 1934).

Para o ingresso como regente de uma das cátedras que compunham o programa de ensino do GES, o edital exigia a produção de uma tese sobre um assunto de livre escolha referente à cadeira pleiteada e a entrega de cem exemplares. Em missiva,

⁶¹ O Programa de Ensino do Ginásio do Espírito Santo era composto por duas cadeiras de Português: a 1ª e 2ª cadeiras.

de autoria do próprio Guilherme Santos Neves, consta que ele se inscreveu no concurso e chegou a produzir uma tese intitulada: *Da interjeição imperativa, primeira forma elementar da linguagem*, a qual nunca pôde ser apresentada.

Nessa mesma carta, endereçada ao interventor federal do Espírito Santo, no ano de 1938, o autor afirma estar “[...] inscrito no concurso para o provimento da 1ª cadeira de Português do ginásio, aguardando há quatro anos a realização das respectivas provas”. Argumenta também que a inscrição desse concurso teria sido anulada pela congregação do GES, por falta de selos e reconhecimento de firma em alguns documentos. No entanto, a sua inscrição teria sido considerada regular e devidamente “feita” pelo secretário de Educação e Saúde, após análise de recurso interposto pelo candidato (CARTA AO INTERVENTOR, 1938).

De todo modo, Guilherme Santos Neves atuou como lente interino do GES até o ano de 1938, quando, por não ter assinado um contrato de prestação de “serviços intelectuais” imposto pela Secretaria de Educação e Saúde, foram-lhe vedados acesso ao “Livro de Ponto” e registro da “assinatura e a transcrição da matéria a lecionar”, além de ter sido impedido de adentrar na sala de aula (CARTA AO DIRETOR DO GES, 1938). Diante da situação, o professor justificou a não assinatura do referido contrato, pelo fato de estar aguardando uma resposta por parte do secretário de Educação e Saúde, Dr. Fernando Duarte Rabelo,⁶² sobre um memorial enviado à Secretaria, no qual Santos Neves registra uma longa e detalhada justificativa para que ele não fosse enquadrado na nova forma de contrato proposta pela Secretaria de Educação e Saúde.⁶³

O documento redigido pelo professor aponta que a cadeira Língua Portuguesa não fazia parte das chamadas “línguas vivas”, que compreendiam somente as línguas estrangeiras e que, portanto, a cadeira de Língua Portuguesa não estaria incluída. Por conseguinte, o professor que estivesse na regência dessa disciplina estaria dispensado da assinatura de contratos, destinados apenas àqueles que deveriam ensinar idiomas estrangeiros. Constata-se, portanto, que os processos de seleção e admissão de alguns dos professores do GES foram permeados por relações de

⁶² Secretário da Educação e Saúde Pública do Espírito Santo, na gestão do interventor João Punaro Bley, em 1935.

⁶³ De acordo com a Secretaria de Educação e Saúde, o contrato embasava-se na Lei Federal nº. 21.241, de 4 de março de 1932.

força que determinavam a presença ou a ausência de sujeitos na instituição, assim como o tipo de contratação estabelecida. Entende-se por relações de força medidas políticas verticais que concediam maior destaque relativo à carga horária de um determinado componente curricular. Tais medidas eram consonantes com o regime que vigorava na época, no Brasil. Com feições de unicidade, organicidade e autoritarismo, o Estado Novo imprimia suas concepções à educação, rompendo, a seu modo, com uma tradição clássica e enciclopédica de currículo, perceptível no declínio de enfoque concedido ao ensino de línguas clássicas.

Apesar do cuidado ao elaborar o texto argumentativo e enviá-lo ao secretário de Educação e Saúde, por duas vezes, seu autor não obteve resposta. Após longa espera, Santos Neves foi chamado ao gabinete do secretário a quem havia endereçado o memorial, quando ouviu que ele estava desviando a questão, já que “[...] não se tratava de aplicar esta, ou aquela lei; tratava-se unicamente de uma medida de caráter geral, tomada pelo governo no interesse do ensino” (CARTA AO INTERVENTOR, 1938, p. 1). Diante da situação, o professor decidiu contatar diretamente o interventor federal da época:

Devidamente autorizado por S. Excia., apresentei-lhe longo memorial, em que tomava a liberdade de expor o meu ponto de vista seguramente apoiado na doutrina e na legislação sobre o ensino secundário sustentando não estar a cadeira de Português compreendida nas disposições estabelecidas pelo referido decreto 21.241; apenas deviam ser preenchidas mediante contrato, as cadeiras de línguas vivas estrangeiras – Francês, Inglês e Alemão – cuja as cátedras tinham sido extintas pelo decreto nº 20.833 de 21 /12/93 (CARTA AO INTERVENTOR, 1938, grifo do autor).

Na carta, Guilherme argumenta que, caso assinasse o contrato ao qual estava sendo submetido, perderia direitos adquiridos na condição de funcionário público. Entre as argumentações, o professor destaca as desvantagens decorrentes da assinatura do novo contrato.

Perderia o título de funcionário público, porque o contratado não é funcionário público; deixaria de lado sete anos de serviços prestados ao Estado, interrompendo a marcha natural para a estabilidade; perderia o direito às férias – justa recompensa aos árduos esforços do ano letivo; desfar - me- ia de outras garantias e direitos que me assistem como funcionário público e professor do Ginásio; sujeitar-me-ia a um contrato que, independente de qualquer interpelação judicial, ou extra-judicial ou de processo administrativo poderia considerar-se rescindido, se, por qualquer circunstância, se verificasse mudança no currículo, ou no atual regime jurídico ou administrativo do Ginásio (MEMORIAL AO INTERVENTOR, 1938, p. 3).

Naquele momento, o professor Guilherme insurgia-se contra a medida de contratação docente estabelecida na década de 1930, quando cátedras foram dissolvidas, restando aos profissionais um “contrato de locação de serviços intelectuais”, ao qual deveriam aderir sem que houvesse uma prévia discussão sobre cláusulas ou termos contratuais. Na prática, consubstanciava-se a contratação temporária de um profissional, sem estabilidade e outras garantias legais. Ao final do documento, o professor pede ao interventor que leve em consideração todos os argumentos apontados por ele e que devolva a situação anterior do seu cargo, a qual o “Decreto nº 9.209 de 29/03/1938 veio a alterar”.

Há registro de que, em decorrência da não assinatura do contrato, o professor Guilherme Santos Neves tenha sido afastado do seu cargo pelo secretário Fernando Duarte Rabelo. Tal afirmação decorre de uma carta redigida pelo próprio secretário da Educação e Saúde ao Dr. Jones Santos Neves, interventor da época, na qual lamenta o afastamento e o convida novamente para ocupar a outra cadeira de Português do GES, naquela altura disponível, em decorrência do afastamento do antigo professor, nomeado como funcionário federal (CARTA AO DR. JONES SANTOS NEVES, 1938). Anos mais tarde, em 1950, em face da abertura de um novo concurso para a cátedra de Língua Portuguesa no GES, Santos Neves inscreveu-se novamente. Em carta endereçada ao irmão Jones Santos Neves, na época senador da República, o professor compartilha os momentos de angústia antes do concurso e, concomitantemente, informa os nomes completos dos examinadores (ACHIAMÉ; KOGURE, 2013).

Para contemplar uma das exigências do edital, o candidato elaborou uma segunda tese para ingresso como catedrático do GES, intitulada *A margem do mais que perfeito*. Há registros de que mais de 300 pessoas testemunharam a defesa da tese. Na data de 30 de agosto de 1950, no salão nobre da Escola Normal D. Pedro II,⁶⁴ o parecer que indicava o professor Guilherme Santos Neves como primeiro colocado no concurso à cátedra de Português do Colégio Estadual do Espírito Santo,⁶⁵ antigo GES, exaltava as suas qualidades. O presidente da Comissão Examinadora do

⁶⁴ Escola Normal, localizada em Vitória/ES.

⁶⁵ Pelo Decreto nº. 11.947, de 17 de março de 1943, com sede em Vitória, no Estado do Espírito Santo, o Ginásio do Espírito Santo passou a funcionar como Colégio Estadual do Espírito Santo.

concurso, o professor Mario Pena da Rocha, assim se pronunciou sobre o desempenho do candidato:

[...] é um presente que a capital do Espírito Santo oferece aos que, no Brasil, realmente sabem e podem estimar este nosso belo, nobre e espezinhado idioma, patrimônio tamanho que nós o colocamos apenas abaixo da Cruz, mas ao lado do nosso sangue, da terra em que nascemos, de nossas tradições de nosso cérebro e coração, para que integrem na pátria, a dignidade de nossa própria vida (PARECER DO CONCURSO, 1950).

O concurso não era uma simples disputa de candidatos; mais do que isso era um fato social. Em depoimento, Luiz Guilherme Santos Neves, um dos filhos do professor Guilherme e ex-professor do Colégio Estadual, declara que o concurso para catedráticos do GES caracterizava-se como um acontecimento cultural que movimentava a cidade. Os auditórios estavam sempre cheios. Ingressar como catedrático no GES significava conquistar estabilidade, garantias constitucionais e financeiras. Nas palavras de Luiz Guilherme, os catedráticos tinham um tratamento diferenciado (SANTOS NEVES, L. G., 2015).

Ainda em depoimento, Luiz Guilherme Santos Neves afirma ter assistido a várias defesas de teses para os concursos de catedráticos no GES. A Banca Examinadora era composta geralmente por cinco membros. Cada um tinha o tempo de 20 a 30 minutos para interrogar o candidato sobre a tese que havia produzido. A defesa era precedida por uma prova escrita e se completava com a prova de títulos, que incluía todas as produções intelectuais do candidato à vaga. Cabe ressaltar que, no caso de Guilherme Santos Neves, a obtenção da cátedra representava o reconhecimento de um professor já consagrado, após o acúmulo de quase 20 anos de docência.

A defesa da tese do professor Guilherme Santos Neves (Figura 34) é descrita por um de seus filhos, Luiz Guilherme Santos Neves, como um momento de seriedade e, ao mesmo tempo, de total descontração. Em depoimento, o filho declara que o pai havia declamado algo engraçado que havia despertado riso em todos que estavam presentes. Além disso, o salão da Escola Normal Pedro II, local onde ocorrera a defesa, estava tão cheio que havia pessoas acomodadas até fora do espaço reservado, assistindo à apresentação pelas janelas do salão.

Figura 35 – Defesa de tese do professor Guilherme Santos Neves, 1950



Fonte: Arquivo pessoal Reinaldo Santos Neves.

A prática do professor Guilherme é avaliada por ex-alunos como diferenciada. Relatos de um deles, Renato Pacheco,⁶⁶ revelam que o professor apresentava um método com “pouca gramática e muita leitura e redação”. Renato afirma também que, na sala de aula, o professor Guilherme chamava os meninos de “Batutas” e as meninas de “Manducas” (PACHECO, 2000). De acordo com depoimento de seu filho, Luiz Guilherme Santos Neves, essa era uma forma carinhosa que o professor utilizava para cativar seus alunos e suas alunas, a fim de que se interessassem pela disciplina que lecionava. Era um tratamento único e diferenciado. Ivan Borgo, outro de seus “Batutas”, rememora o momento em que prestou o exame de admissão para ingressar no GES e relata o primeiro contato com o mestre.

No ano seguinte, retornava Ivan para a prova de admissão. Era outro professor, felizmente. O ditado foi feito pausadamente e sem derramamento de tinta. Primeira etapa cumprida, ‘aguardei a prova oral’. Um professor de óculos Ray ban, primeiro, sorteou o texto. Em seguida, o menino Ivan começou a leitura. ‘Lá pelas tantas li: os beirais choravam’. O professor interrompeu: ‘Beirais choram?’ Resposta: ‘É no sentido figurado’. E o professor reagiu satisfeito: ‘Muito bem, Batuta’. Era o mestre, e ‘eu nem sabia’ (ACHIAMÉ; KOGURE, 2013, p. 34).

Para além da sala de aula, o professor Guilherme nutria laços de amizade com alguns dos seus “Batutas”, como foi o caso de Ivan Borgo. A amizade entre eles

⁶⁶ Ex- aluno de Guilherme Santos Neves, no Ginásio do Espírito Santo e, posteriormente, professor na mesma instituição.

perdurou por anos. Estavam juntos no futebol que costumavam jogar na praia, nas reuniões de família, entre outros momentos, o que rendeu várias homenagens ao seu mestre, entre as quais uma publicada no jornal *A Gazeta*, em 1982. No texto, o “Batuta” descreve o seu examinador, mestre e amigo, como um “símbolo de resistência onde a palavra de ordem é construir”. Destaca também a obra e os ensinamentos que transmitiu a várias gerações de capixabas e ressalta que “[...] havia um elemento a mais. E isto porque era visível aquilo que Sorokin classifica como um dos prazeres da vida: o sentimento de quem tem feito a parte que lhe cabe” (A GAZETA, 1982, s/p).

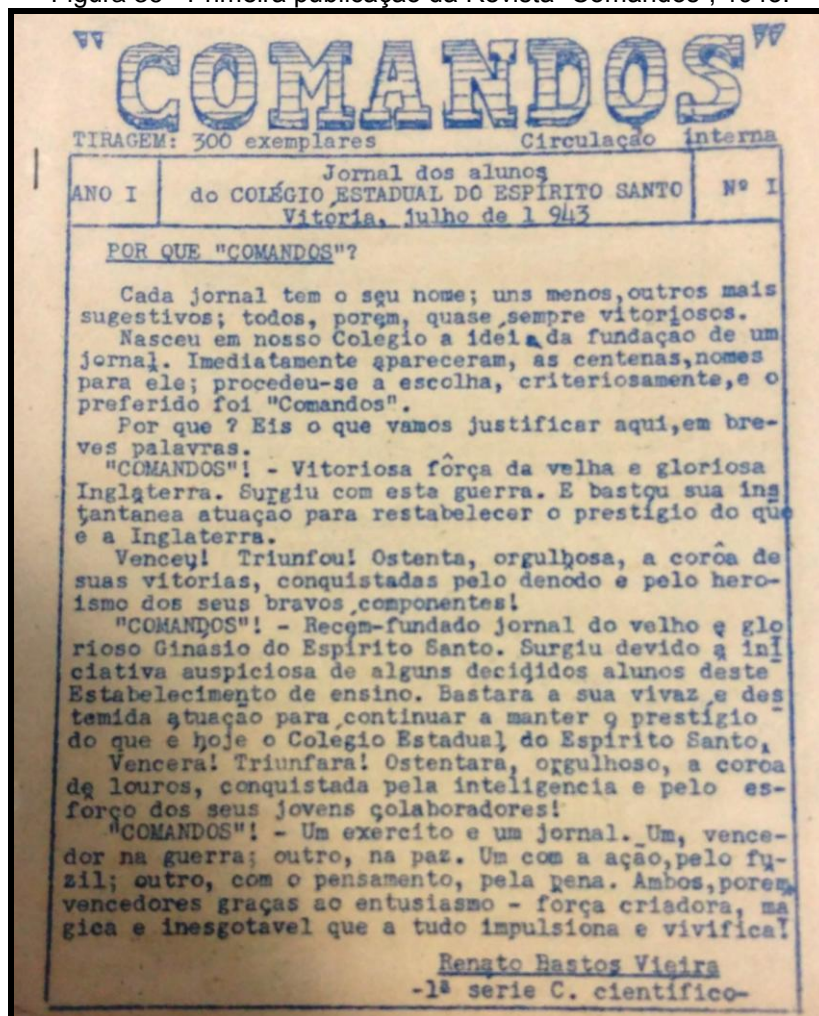
Renato Pacheco, outro ex-aluno e um dos mais fiéis discípulos que, posteriormente, por insistência e apoio de Santos Neves, tornou-se professor do Colégio Estadual, registra em seus escritos o método pelo qual Santos Neves ensinava a gramática. Caracterizado pelo incentivo à escrita e à leitura de textos literários em sala de aula, o modo de ensinar do professor inspirava-se na linha teórica de José de Sá Nunes.⁶⁷ O depoimento de Luiz Guilherme, filho de Santos Neves, reforça: “Todos os que foram alunos dele vão mencionar que o sistema de ensino da língua portuguesa era fazendo com que os alunos lessem e escrevessem” (SANTOS NEVES, L. G., 2015).

Como exemplo dessa prática, sobressai o incentivo à criação da revista *Comandos* (Figura 35), que tinha como redatores os próprios alunos do Colégio Estadual do Espírito Santo, antigo GES. Criada em 1943, a primeira edição contou com uma tiragem de 300 exemplares e apresentou a justificativa do nome escolhido para a revista. Nas palavras do ginasiano Renato Bastos Vieira,

‘Comandos’! Vitoriosa força da velha e gloriosa Inglaterra. Surgiu com esta guerra. E bastou sua instantânea atuação para restabelecer o prestígio do que é a Inglaterra. Venceu! Triunfou! Ostenta orgulhosa a coroa de suas Vitórias, conquistadas pelo denodo e pelo heroísmo de seus bravos componentes! Comandos! Um exército e um jornal. Um vencedor na guerra; outro, na paz. Um com a ação pelo fuzil; outro com o pensamento com a pena. Ambos, porém, vencedores graças ao entusiasmo – força criadora, mágica e inesgotável que a tudo impulsiona e vivifica! (COMANDOS, 1943, p. 1).

⁶⁷ José de Sá Nunes (1889-1955), importante filólogo, escritor e um dos maiores juristas do Brasil. Autor do *Dicionário Brasileiro*, encomendado pela Academia Brasileira de Letras, e revisor da Constituição Federal de 1946. Atuou como advogado e como professor na cadeira de Filologia Portuguesa na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP).

Figura 36 - Primeira publicação da Revista "Comandos", 1943.



Fonte: Arquivo pessoal de Reinaldo Santos Neves.

Os artigos que compunham a revista tratavam de assuntos diversos, principalmente aqueles relacionados com o GES, como: posse da nova diretoria da União Atlética do Ginásio do Espírito Santo (Uages), ⁶⁸ homenagem aos professores; organizações esportivas; cinema e teatro; desfiles e, claro, como não poderiam faltar, artigos sobre literatura e folclore. Enfim, temas que eram considerados importantes para os jovens leitores, todos eles assinados pelos próprios alunos. Como indica o registro a seguir, deixado em uma prova de Português realizada por um ginásiano, o incentivo do professor Guilherme Santos Neves para que seus alunos criassem o hábito da escrita e da leitura gerava bons resultados.

Gosto da *Comandos*, porque vou conhecendo através de suas páginas todo o passado do meu colégio; *Comandos* é a revista que todos os alunos

⁶⁸ Ver mais em Borel (2012).

podem ler, porque só traz fatos que podem ser aproveitados. Não é como o Gibi que traz histórias falsas para iludir o povo e fazer com que os leitores sigam os maus caminhos como ele ensina. Meus colegas leiam todos, a revista UAGEANA e verão os bons conselhos que ela ensina (COMANDOS, 1947, p. 13).

A revista *Comandos* pretendia ser participativa e realizava enquetes a fim de ouvir sugestões dos alunos para que pudesse aprimorar suas publicações. Em uma dessas enquetes, ocorrida na hora do recreio, lançaram aos alunos a seguinte pergunta: qual a revista que vocês preferem? Entre as respostas estavam, “Gosto mesmo de ler a *Comandos*, pois é uma revista nossa, do nosso colégio, feita por nós mesmos”; “[...] Muito mais instrutivas do que Gibis são as seleções que se referem a fatos, aventuras, contos e lições instrutivas, demais a mais é uma revista que tem leitura para todos os tipos de leitores” (COMANDOS, 1947, p. 25).

Em uma de suas publicações, uma homenagem aos antigos professores registrada com o seguinte título: *Galeria dos grandes mestres do nosso colégio*. Na ocasião, o professor homenageado era Jonas Montenegro que, no texto do ex-aluno Heráclito Amâncio Pereira, que, na ocasião, cursava a 2ª série do Curso Clássico, expressou as seguintes palavras.

De inteligência precoce, antes mesmo de saber escrever a língua portuguesa já se iniciara no árduo aprendizado do Latim. Bacharelou-se em Ciências e Letras no Ginásio de Ouro Preto em 1910, formando-se em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, quatro anos mais tarde. Foram cursos brilhantíssimos, especialmente o de Direito, sendo que, embora formado em 1915, já desde 1912, militava na vida jurídica, tendo estreado em São Pedro da Aldeia no Estado do Rio. Um ano após sua formatura, vem advogar em Vitória. Pouco depois é nomeado lente interino do Ginásio Espírito Santense. Em 1917, em concurso para a referida cadeira, bate-se contra competidores do quilate de Thiers Veloso e Elpídio Pimentel. Desta disputada pugna, a erudição de Jonas Montenegro fá-lo sair catedrático [...]. De grande cultura, excelente chefe de família, Jonas Montenegro era de gênio alegre e independente. Ótimo professor, estimado pelos discípulos e admirado pelos colegas, vernáculo na extensão da palavra profundamente versado em Português e em Latim, granjeou logo justa fama em todo Estado (REVISTA COMANDOS, 1943, p. 4-5).

Textos com traços biográficos e com características de ex-professores do Ginásio/Colégio do Espírito Santo eram frequentes em matérias publicadas da revista.

No ano de 1951, um ofício enviado ao diretor do Colégio Estadual pelo diretor da Divisão de Educação Extra Escolar releva a importância do incentivo na organização de jornais e revistas escolares. No referido ofício, afirma que, a partir daquele ano,

as publicações seriam “[...] diretamente auxiliadas por meio do envio de textos e ilustrações selecionados, sem prejuízo do espírito de iniciativa dos alunos” (COLÉGIO ESTADUAL, 1951). Uma das medidas citadas no ofício informa que seriam promovidas exposições e premiações anuais para esses tipos de produções.

O método *guilhermino*, chamado assim por Achiamé e Kogure (2013), também compreendia a abordagem de temas que compunham o folclore capixaba, a grande paixão de Guilherme Santos Neves. Os autores o referenciam como um “[...] pesquisador incansável do folclore capixaba por quatro décadas [...]” (ACHIAMÉ; KOGURE, 2013, p. 8). A utilização de lições de cultura popular em sala de aula caracterizava a atuação docente de Santos Neves. Seus ex-alunos relatam que o professor propunha trabalhos sobre a cultura popular, que envolviam cantigas de roda, trovas, costumes familiares e da vizinhança e tudo o que dizia respeito ao cotidiano das pessoas, com as quais seus alunos e suas alunas mantinham contato. Muitos deles vinham do interior para estudar na Capital, trazendo consigo uma bagagem preciosa de conhecimentos. O método de ensino do professor contribuiu não apenas para a formação de bons leitores e escritores, mas também para a construção do grande acervo sobre o folclore capixaba criado por ele (ACHIAMÉ; KOGURE, 2013)

Em 1945, a convite do diretor do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, Guilherme Santos Neves ministrou um Curso de Português transmitido via rádio, que faria parte dos cursos didáticos patrocinados por aquele órgão. Já em sua primeira aula, o professor deixa claro o seu modo de ensinar.

Na orientação deste curso em que me foi concedida plena liberdade, julguei prudente fugir a todo possível da campanuda doutrinação gramatical. Deus me guarde de trazer *aqui* aos meus amados ouvintes, a lenga lenga maçante dos gramáticos — ‘praga de gente bem escusada no mundo’. Como deles dizia o velho clássico Francisco Manuel de Melo. É verdade que para dar este ou qualquer outro curso de Português, não se pode prescindir desta casta de gente. D. Gramática, portanto, caros ouvintes, aqui estará conosco várias vezes, mas porei tento em disfarçá-la de tal jeito que a ninguém deixe perceber a sua presença aborrecida e pernóstica (CURSO DE PORTUGUÊS PELA RÁDIO, 1945).

Sempre disposto a atingir a todos os públicos, o método de ensino de Santos Neves caracterizava-se pela simplicidade na maneira com que expunha suas descobertas e seus ensinamentos. Tal como nas salas de aula, o curso radiofônico era essencialmente prático, utilizava a linguagem usual e buscava afastar-se dos

aspectos dogmáticos que cercavam a língua portuguesa. Com o intuito de preservar e divulgar as manifestações folclóricas, manteve, por muito tempo, um programa pela rádio Espírito Santo, chamado “Penedo vai, Penedo Vem” (Figura, 36).

Figura 37 – Guilherme Santos Neves durante transmissão do programa “Penedo vai, Penedo vem”, no estúdio da Rádio Espírito Santo⁶⁹



Fonte: Site Estação Capixaba.

A prática do professor ultrapassava as paredes das salas de aulas, pois organizava, por exemplo, excursões (Figura 37) para averiguar e investigar fatos ou lendas numa época em que o ensino se caracterizava pelo tradicionalismo e rigidez. Inseria, desse modo, em suas aulas, nuances de pesquisa de valor simbiótico, ou seja, ao mesmo tempo em que ampliava o seu repertório como folclorista, seus alunos tinham acesso a diversos elementos da cultura interiorana capixaba e, em paralelo, praticavam a escrita, a oralidade e a leitura.

Figura 38 – Professor Guilherme Santos Neves entre suas alunas do Colégio do Carmo durante trabalho de pesquisa folclórica, nos anos 1950



Fonte: Site Estação Capixaba.

⁶⁹ Sobre a mesa, à sua direita, o velho gravador a fio Webster. Vitória, início dos anos 1950.

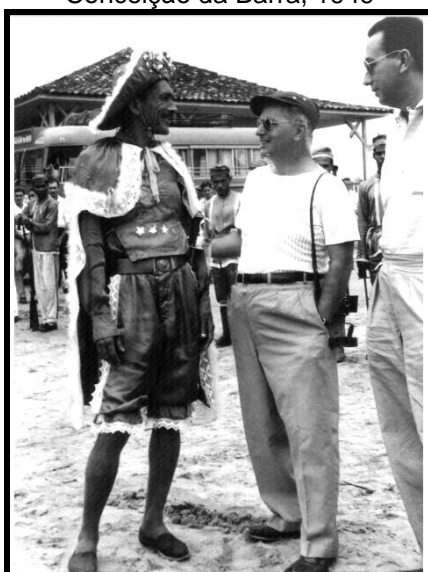
A figura anterior faz referência a uma aula de campo com alunas do Colégio do Carmo, local onde Guilherme Santos Neves atuou como professor de Português no mesmo período em que lecionava no Colégio Estadual do Espírito Santo. Compreende-se, portanto, que, de algum modo, as práticas desenvolvidas nas instituições eram semelhantes, haja vista que indícios sobre a personalidade do professor Guilherme se refletem na maneira como conduzia as suas aulas. As próximas linhas contemplarão a relação entre o professor Guilherme Santos Neves e o folclore.

4.6.1 As produções e os estudos sobre a cultura popular capixaba

A identificação e o gosto pelas manifestações culturais locais acompanharam Guilherme Santos Neves desde os tempos de criança, quando, segundo Achiamé e Kogure (2013, p. 67), teve contato com os grupos de congo da cidade de São Mateus, “terra dos primeiros Santos Neves”.

Apesar de sempre ter incorporado pesquisas sobre os costumes das comunidades capixabas a suas aulas, Guilherme assumiu a sua condição de pesquisador do folclore capixaba no final da década de 1940, quando passou a “[...] publicar suas descobertas e conclusões com muita segurança” (ACHIAMÉ; KOGURE, 2013, p. 72).

Figura 39 – Guilherme Santos Neves com um dos figurantes do Alardo de Conceição da Barra, 1949



Fonte: Site Estação Capixaba.

Esse registro fotográfico ilustra uma das visitas feitas pelo professor Guilherme em busca de informações sobre os costumes e tradições das comunidades regionais, a fim de compor o seu acervo sobre o folclore.

Após reunir grande quantidade de material, Guilherme passou a criar instituições com o intuito de estudar e divulgar o folclore local. Entre suas criações, está o Centro Capixaba de Folclore, vinculado à Academia Espírito-Santense de Letras (1946); a Comissão Espírito-Santense de Folclore (1948), assumindo o cargo de secretário-geral, à frente de uma equipe de conceituados pesquisadores, e a fundação do Boletim *Folclore*, do qual foi editor até o seu último número, lançado em 1982. Guilherme também se tornou imortal da Academia Espírito-Santense de Letras, além de ter sido membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES). Nos anos 1940, assinou a coluna *Dois dedos de folclore e de linguagem*, em *A Tribuna*, com o pseudônimo Gil Brás; em *A Gazeta*, publicou centenas de artigos, nos anos 50 e 60, além de ter sido editor da *Revista Vida Capixaba*. Manteve também na Rádio Espírito Santo o programa *Penedo vai, Penedo vem*. Portanto, Guilherme deixou uma vasta obra sobre o folclore do Espírito Santo (ACHIAME; KOGURE, 2013, p. 69).

O reconhecimento como grande estudioso da cultura popular capixaba possibilitou o contato com grandes personalidades da área, no Brasil e no exterior, dentre as quais se destaca Cecília Meireles,⁷⁰ com quem trocava cartões de felicitações e mantinha-se constantemente em contato. Em uma de suas correspondências, Meireles escreve ao Dr. Guilherme Santos Neves elogiando uma de suas obras:

Por intermédio da Comissão Nacional de Folclore recebi o número da revista 'Formação', que teve a bondade de enviar-me, onde li, com o maior interesse, o seu estudo sobre "o folclore nas escolas". Peço-lhe que me desculpe por agradecer tão tarde, mas estive extremamente ocupada, e desejava ler o seu trabalho — o que só agora me foi possível. Felicito-o pelo que escreveu; e espero que as suas palavras hajam encontrado no público que o ouviu a repercussão que merecem. Acho que sem a viva colaboração das escolas nos planos de salvar o que ainda nos resta no plano do folclórico, tudo ficará na esfera da erudição com importantes reflexos entre a gente culta, mas sem a participação direta do povo num problema que é essencialmente seu. A perda do patrimônio folclórico é a ameaça da perda

⁷⁰ Cecília Meireles (1901-1964) foi poetisa e jornalista brasileira, com publicações diárias sobre questões da Educação. Em 1934, fundou a primeira biblioteca infantil do Brasil. Seu amplo reconhecimento advém da produção de poesia infantil com textos como *Leilão de jardim*, *O cavaleiro branco*, *Colar de Carolina*, *O mosquito escreve*, *Sonhos da menina*, *O menino azul* e *A pombinha da mata*, entre outros. Traz como forte característica de sua poesia infantil a musicalidade.

da nacionalidade, — apenas. Ao passo que o conhecimento e a ‘prática do folclore’ para a comparação da vida humana, na sua aventura terrena e uma sugestão de compreensiva fraternidade (CARTA DE CECÍLIA MEIRELES, 1948).

As correspondências trocadas entre eles expressavam quase sempre o agradecimento pelo compartilhamento de alguma obra. A produção sobre o folclore nas escolas revela e reafirma o método de ensino desenvolvido e vivenciado por Santos Neves, ou seja, o de ensinar por meio da prática e da simplicidade, buscando alcançar os mais variados leitores.

Além de Cecília Meireles, Guilherme Santos Neves também trocava constantes correspondências com Luiz da Câmara Cascudo⁷¹ (Figura 39), Veríssimo de Melo,⁷² Yolando Pino Saavedra⁷³ (Chile); Renato Almeida,⁷⁴ entre outros folcloristas. O contato com escritores renomados possibilitou que sua obra fosse reconhecida nacional e internacionalmente.

Figura 40 – Luiz Câmara Cascudo e Guilherme Santos Neves no alto da Rua Nestor Gomes, em Vitória (década de 1950)



Fonte: Achiamé, Kogure (2013, p. 109).

⁷¹ Luiz da Câmara Cascudo (1898-1986), historiador, antropólogo, advogado e jornalista brasileiro, atuou como pesquisador das manifestações culturais brasileiras, deixando uma extensa obra, inclusive o *Dicionário do folclore brasileiro* (1952). Entre seus muitos títulos, destacam-se: *Alma patrícia* (1921), obra de estreia, e *Contos tradicionais do Brasil* (1946). Estudioso do período das invasões holandesas, publicou *Geografia do Brasil holandês* (1956). Suas memórias, *O tempo e eu* (1971), foram editadas postumamente.

⁷² Veríssimo de Melo (1921-1996) concluiu o Curso de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife. Em 1989, depois de aposentado, dedicou-se, com mais afinco, aos estudos folclóricos e ao jornalismo. Foi, também, membro do Conselho Estadual de Cultura e da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras.

⁷³ Yolando Pino Saavedra (1901-1992), chileno, atuou como escritor, filósofo, folclorista, professor de alemão e espanhol. Teve como seu trabalho mais conhecido *O resgate das tradições folclóricas chilenas*.

⁷⁴ Renato Almeida (1895-1981), em 1915, formou-se em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais. Trabalhou como advogado e jornalista. Em 1926, foi nomeado diretor do Lycée Français (hoje Colégio Franco-Brasileiro) do Rio de Janeiro. No ano de 1947, foi um dos fundadores da Comissão Nacional do Folclore.

Achiamé e Kogure (2013, p 59) apontam que o professor e folclorista Guilherme Santos Neves “[...] foi um missivista de plantão e se correspondia com boa parte do mundo”. O mestre havia ficado tão famoso por seus estudos sobre o folclore capixaba, que recebia cartas de pessoas, como Mário Lago⁷⁵ que, em correspondência enviada no ano de 1956, demonstrava interesse pelas culturas locais de diversos lugares. Colecionador da arte popular, o ator solicitou a Santos Neves materiais sobre o folclore capixaba, pois, de acordo com Lago, havia ainda um silêncio em sua coleção em relação ao Espírito Santo.

Na *Coletânea de Estudos e Registros do Folclore Capixaba (1944-1982)*, organizada por Reinaldo Santos Neves, filho do professor Guilherme, na primeira parte que trata da Teoria e Metodologia, Santos Neves inicia seus escritos com o título *O folclore nas escolas* e deixa claro que sua intenção não é subestimar ou desabonar a orientação pedagógica adotada nas instituições educacionais, mas sim oferecer uma contribuição. Ao comentar sobre a importância do folclore incorporado à educação nas escolas, o professor afirma:

Daí por que ninguém se afoita hoje a contestar a necessidade de incorporar à escola o farto e precioso manancial pedagógico que, de graça, o folclore nos oferece. Mais do que nunca, urge atizar, no espírito dos pequeninos escolares, o culto às tradições, em cujo fundo demora e se espelha a própria alma do nosso povo — tradições que se vão delindo e perdendo por culpa exclusivamente nossa (GOVERNO DO ESPÍRITO SANTO, 2008, p. 62).

No decorrer dos registros, expôs sua concepção a respeito de vários aspectos relacionados com o folclore e a escola, inclusive sobre os temas: deveres da escola, sugestões para a aplicação do folclore nas escolas, estética infantil, jogos e educação, festas escolares, colheita do material e álbum de folclore, além de livros e aplicações de leitura sobre o folclore infantil (GOVERNO DO ESPÍRITO SANTO, 2008). A imagem a seguir (Figura 40) retrata um dos muitos momentos em que o professor se dedicou à pesquisa sobre o folclore infantil.

⁷⁵ Mário Lago (1911- 2002), advogado, poeta, radialista, compositor e ator brasileiro, também era colecionador de bonecos.

Figura 41 – Pesquisa de folclore infantil teuto-capixaba, em 1963



Fonte: Site Estação Capixaba.⁷⁶

A trajetória de Guilherme Santos Neves na escola foi marcada por uma diversidade de confluências, como o processo de admissão para provimento da cátedra de Português, que passou por dois momentos significativos: na década de 1930, quando se inscreveu em um concurso para catedrático do GES, que não chegou a ser realizado; e o segundo, quando, diante da situação instaurada pela impossibilidade da defesa da tese produzida na primeira tentativa de ingresso no ginásio, continuou como professor interino, prestando um novo concurso para a cátedra de Língua Portuguesa somente em 1950, ocasião em que finalmente se tornou professor catedrático do GES, recebendo elogios calorosos da Banca Examinadora do concurso prestado.

Guilherme Santos Neves atuou por um período na área do Direito. Todavia, foi nas salas de aula, lecionando Português, que o capixaba se consagrou como um mestre conhecido e admirado por seus alunos e seus pares. As práticas pedagógicas do professor Guilherme foram influenciadas pelo desenvolvimento de atividades e produções ligadas ao folclore e áreas afins. Tratava-se, portanto, de um intelectual cujos escritos sobre o folclore capixaba circularam nacional e internacionalmente, cuja presença deixou marcas no que tange à pesquisa sobre temas folclóricos e também sobre os seus usos na prática de ensino da língua portuguesa, de modo a aproximá-lo da vida dos alunos e da cultura capixaba.

⁷⁶ Na extrema esquerda, Guilherme Santos Neves; à direita. Nilo Martins da Cunha e Renato Pacheco. As meninas informantes são de Santa Maria de Jetibá. No entanto, a pesquisa foi realizada em Rio Bonito, Santa Leopoldina.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de tecer maiores considerações sobre a investigação empreendida, é preciso que o leitor compreenda que a escrita desta história foi possível a partir de percepções proporcionadas pelo contato com as fontes encontradas. Portanto, concepções pessoais, recortes, escolhas e limitações constituíram esse processo. Bloch (2001) já alertava que o historiador é, necessariamente, levado a recortar o ponto de aplicação particular de suas ferramentas.

Como objetivo geral, buscou-se investigar percursos formativos e profissionais de professores que lecionavam na principal instituição capixaba de ensino secundário no período estudado, priorizando olhares para ritualizações que envolviam o ingresso desses docentes na instituição, concepções de ensino, bem como vestígios de práticas educativas que resistiram ao tempo. Para se alcançar tal objetivo, foi necessário historicizar o Ginásio do Espírito Santo, como instituição, para que suas particularidades viessem à tona e possibilitassem uma maior compreensão dos processos que permearam a constituição do corpo docente do ginásio/colégio nas suas primeiras décadas de funcionamento, especificamente, entre 1906 e 1951. Da mesma forma, buscaram-se vestígios da trajetória de vida de sujeitos da pesquisa, o que proporcionou uma aproximação das relações e vínculos entre os professores e a instituição.

Desse modo, procurou-se situar a constituição da docência na relação dos sujeitos com a instituição de ensino, dialogando com a concepção de identidade profissional desenvolvida por Nóvoa (1992), no sentido de que a identidade seria um espaço de lutas e conflitos que determina os modos de ser e estar na profissão e, também, nos estudos sobre os intelectuais de Sirinelli (2003), quando afirma que a formação desse grupo acontece a partir de afinidades e interesses em comum, que contribuem para um desejo de conviver em um determinado espaço e tempo. Nessa perspectiva, dialogou-se com as fontes selecionadas e, a partir das reflexões empreendidas, foram conhecidos alguns aspectos que fizeram parte da constituição da docência numa determinada época e instituição.

A partir do diálogo com Vicentini e Lugli (2009), compreende-se que, historicamente, o ensino secundário no Brasil se prestava a educar as elites por meio do Curso de Humanidades, que as afastava de uma formação prática que tinha por finalidade formar trabalhadores braçais. A intenção de historicizar aspectos de constituição da docência no GES/CEES é transversalizada por diversas questões analisadas nesta investigação. Entre elas, a criação e funcionamento do educandário como instituição educacional e o contexto de constituição das trajetórias docentes. Posto isso, na tentativa de decifrar a realidade em questão, foi utilizada, como um dos métodos de análise, a redução da escala. A essa técnica de pesquisa somam-se a intuição, a observação minuciosa, a flexibilidade e sensibilidade do historiador, que busca compreender, desse modo, a variedade de referências, diálogos, interesses, que transbordam da trajetória intelectual de cada historiador (GINZBURG, 1989).

Investigar a constituição do ginásio e, posteriormente, do Colégio Estadual revela-se parte fundamental do contexto da análise. Nesse sentido, o diálogo com Buffa e Nosella (2009), em estudos sobre as instituições, quando consideram a relação do professor e a organização do espaço escolar, foi essencial. Assim, informações obtidas por meio de fontes históricas diversas foram entrecruzadas, com o intuito de juntar pistas, indícios e sinais que pudessem ajudar a compreender os processos que permearam a configuração da docência no educandário capixaba:

[...] todas as situações em que a unicidade e o caráter insubstituível dos dados são, os olhos das pessoas envolvidas, decisivos. Em situações como essas, o rigor flexível do paradigma indiciário se mostra inclinável. [...] neste tipo de conhecimento entram em jogo [...] elementos imponderáveis: faro, golpe de vista, intuição (GINZBURG, 1989, p.177).

A criação do GES pode ser entendida, no âmbito da pesquisa, como uma forma de proporcionar aos filhos da elite capixaba um ensino de qualidade, sem que precisassem migrar para outras cidades. As equiparações ao Colégio Pedro II concediam ao educandário uma posição de destaque no contexto capixaba daqueles tempos. Observa-se que, apesar de a instituição ser mantida pelo erário público, valores referentes às taxas obrigatórias, a saber, as de exame e de matrícula, eram cobrados mensalmente dos alunos. Como se não bastasse a cobrança de taxas, outro fator direcionava aquele nível de ensino para uma classe social específica, isso porque o educandário praticava o exame de admissão para o

ingresso dos estudantes, criando uma seleção que priorizava aqueles que tiveram a oportunidade de frequentar um ensino primário de qualidade e/ou os que tinham condições financeiras de custear estudos preparatórios para as provas exigidas nos exames.

Em tese, os ginásios equiparados seguiriam os programas de ensino instituídos pelo Colégio Pedro II. No entanto, Bloch (2001, p. 54) já havia alertado que: por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem, “[...] por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daqueles que as criaram, são os homens que a história quer capturar”.

Dessa forma, direcionou-se a análise para os sujeitos que organizaram e vivenciaram o ensino secundário no Ginásio do Espírito Santo, a fim de compreender suas particularidades. Entre as prescrições iniciais para o funcionamento do educandário capixaba, estavam os artigos:

- a) Art. 1 [...] é um instituto de instrução secundária necessária, não só para a boa direção da vida, social do cidadão, como para as matrículas nos cursos superiores e para a obtenção de grau de bacharel em Ciências e Letras.
- b) Art. 2 A instrução será ministrada de acordo com o regulamento do Ginásio Nacional, e terá feição essencialmente prática.
- c) Art. 3 A administração e o corpo docente do Gymnasio Espírito Santense serão regidos pelo código dos Institutos Officiaes de ensino superior e secundário, dependente do ministério da Justiça e Negócios Interiores e pelas disposições deste regulamento (BRASIL, 1908, s/p).

O discurso engendrado nos artigos mencionados aponta para um convencimento de que uma instituição daquele modelo, mantida pelo Estado, seria essencial para encaminhar os jovens para uma boa formação social e profissional. Contudo, não atendia à juventude de forma democrática. É importante ressaltar que existem registros de outros estabelecimentos de ensino secundário no Espírito Santo, naquele período. No entanto, as instituições eram particulares.

Pronunciamentos por parte do governo e publicações em jornais locais destacavam a importância da criação e manutenção de um ginásio daquele nível. Contudo, as mudanças de administração e a itinerância de locais nos quais o educandário funcionou indiciam que o Estado não estava preparado para criar e manter um

ginásio estruturado de acordo com as exigências provindas de uma equiparação. Em virtude disso, inúmeras foram as mensagens de presidentes expondo os déficits e as dificuldades em manter a instituição o que, por muito pouco, não ocasionou o seu fechamento.

Nesse contexto, a Igreja teve participação crucial para manter as atividades educacionais do ginásio, por duas ocasiões: a primeira quando, ao alegar falta de verba para manter o educandário, o governo de Henrique Coutinho o entregou para administração a uma congregação religiosa; e a segunda quando, pela Lei Rivadávia, que determinava o fim das regalias advindas da equiparação, a instituição passou a não interessar ao governo do Espírito Santo. Para não “fechar as portas,” mais uma vez, recorreu aos religiosos, passando o educandário a funcionar nos fundos da Igreja São Thiago, sob a direção do bispo D. Fernando de Souza Monteiro, irmão de Jerônimo Monteiro, presidente do Estado na ocasião.

A combinação de interesses e as redes de sociabilidade tecidas entre os poderes da Igreja e do Estado parecem ter influenciado os rumos da educação pública secundária do GES naquele período. Afinal, seria interessante para a Igreja administrar uma instituição educacional, espaço favorável à disseminação de seus preceitos. Assim, apesar de todos os problemas relatados, a iniciativa de organização um ginásio desse modelo no Estado pareceu oportuna, uma vez que, mesmo com todos os registros sobre as dificuldades financeiras, o educandário nunca encerrou suas atividades escolares.

Ofícios de solicitações por melhorias nas condições de trabalho escritos por professores eram constantes. As denúncias abrangiam desde questões sobre a estrutura do prédio onde funcionava o GES até a remuneração recebida pelos docentes. A necessidade de um espaço físico adequado e próprio para a instalação do ginásio mostrou-se tão grande, que foram cogitadas diversas possibilidades para resolver o problema. Remanejar o curso para a Escola Normal e transferir o ginásio para outra cidade estiveram entre as sugestões, mas não saíram do plano das ideias. No entanto, aos olhos da imprensa local, os problemas estruturais não impediram que o ensino secundário praticado no GES fosse desenvolvido de maneira satisfatória, uma vez que atividades ali realizadas mereciam destaque em

revistas e jornais durante o período investigado, o que se estendia aos professores que atuavam na instituição, principalmente os catedráticos, elogiados constantemente, seja em ofícios do próprio educandário, seja na imprensa capixaba.

Os catedráticos eram considerados sujeitos ilustres pela sociedade, uma vez que ingressavam no GES por meio de provas, o que os tornava diferentes dos outros professores e, conseqüentemente, mais valorizados. Souza (2008), ao fazer referência aos lentes catedráticos, afirma que eram professores reconhecidos e que exerciam certo poder na sociedade. No Estado de São Paulo, na transição do século XIX para o século XX, eram vitalícios e inamovíveis. Eram os únicos a compor a congregação do ginásio, tomando todas as decisões referentes ao funcionamento do educandário, desde a escolha dos programas de ensino até os julgamentos das faltas disciplinares. Situação semelhante ao que ocorria no GES, exceto pelas escolhas das punições dirigidas aos alunos, feitas pelo diretor da instituição, a partir das queixas apresentadas pelos professores.

Como se sabe, uma das formas de ingresso no quadro docente do Ginásio do Espírito Santo era o concurso, “porta de entrada” para tornar-se catedrático da instituição. Os concursos eram processos compostos por etapas e bancas de avaliação bem definidas. A seleção constituía-se em um momento importante e prestigiado para além dos “muros da escola”. Isso porque as defesas de teses eram abertas ao público. No Ginásio do Espírito Santo, o primeiro registro da realização de um concurso para catedrático data do ano de 1917, quase 11 anos após a sua criação. Mendonça, Lopes e Soares (2012) afirmam que os concursos constituíram um importante marco no processo de profissionalização docente. Contudo, há indícios de que nem sempre as etapas que regiam os referidos certames se mantinham isentas.

Como se pode observar neste estudo, em algumas situações, ingerências políticas atuaram de maneira decisiva no ingresso e na permanência de professores e/ou funcionários em determinados cargos. Como exemplos dessa ingerência em processos admissionais, podem ser citados casos de Nelson Abel de Almeida, Ceciliano Abel de Almeida, Guilherme Santos Neves, Maria Stella de Novaes e

padre Elias Tommasi, cujas trajetórias revelam que relações políticas foram decisivas para o seu ingresso e/ou permanência na cátedra.

Deve-se destacar também que, mesmo com todo o seu prestígio, os catedráticos não ficavam imunes a críticas. Publicações em jornais da época expõem a insatisfação de alguns, relativa à forma como esses docentes eram selecionados, bem como aos vencimentos por eles recebidos. Em suma, havia reconhecimento, mas também havia quem não concordasse com o processo seletivo para admissão desses professores.

As reformas ocorridas durante o período investigado provocaram diversas mudanças no que diz respeito ao ensino secundário. Entre elas, a composição dos currículos, com a exclusão e inclusão de disciplinas; a valorização dos professores, a obrigatoriedade de concursos para a admissão de catedráticos; a criação do registro de professores, entre outras. Todavia, após funcionar como ginásio por aproximadamente 35 anos, um dos desdobramentos advindos da Reforma Capanema refletiu-se em uma mudança marcante no ginásio, que passou a funcionar como Colégio Estadual do Espírito Santo, no ano de 1942. A decisão pareceu oportuna, visto que, naquela ocasião, a mudança proporcionaria vantagens não concedidas, caso o educandário continuasse a funcionar como ginásio.

Comum ao período e seguindo a tradição, o regime disciplinar do GES era rígido, a ponto de seus alunos serem “monitorados” dentro e fora do ambiente escolar. Advertências por comportamentos considerados inadequados, ainda que praticados em ambientes externos ao educandário, eram frequentes. Nesse sentido, a função dos inspetores revelava-se essencial para que se mantivesse a ordem no GES, tanto no que diz respeito aos alunos, quanto aos professores. No entanto, mesmo com toda vigilância, práticas inadequadas de alunos, às vezes, escapavam ao estabelecido e, quando descobertas, eram punidas de acordo com o regimento escolar. Como exemplo, tem-se o caso de um aluno que violou uma sepultura nas proximidades do ginásio, retirando um crânio humano e o fazendo servir de bola de basquete e, como se não bastasse, o amarrou em uma haste de madeira e o colocou no encosto de uma das cadeiras pertencentes às dependências do ginásio (GINÁSIO DO ESPÍRITO SANTO: ocorrências disciplinares, 1931). Diante da

situação, o diretor José Meira Quadros decidiu cancelar a matrícula do referido aluno naquele ano.

Inicialmente, a instituição não contou com uma biblioteca e possuía um acervo pequeno de livros, utilizados apenas pelos professores. Durante um longo período, a ausência de uma biblioteca organizada parece ter sido reflexo da falta de um espaço próprio e adequado para o funcionamento do GES/CEES e de investimentos necessários à manutenção desse nível de ensino.

O corpo docente, objeto da nossa investigação, compunha-se inicialmente apenas por homens, permanecendo dessa forma até o ano de 1923, quando ingressou a primeira mulher como professora e catedrática no GES, Maria Stella de Novaes. Situação semelhante pode ser observada com relação ao corpo discente, composto inicialmente somente por meninos.

A trajetória de professores do GES/CEES constituiu-se a partir de aspectos produzidos e vividos por sujeitos que teoricamente deveriam seguir um protocolo em comum estabelecido pela instituição, compartilhando, dessa forma, uma identidade coletiva, definida por Souza (2001, p. 91) da seguinte maneira:

Diferentemente do retrato individual, as imagens dos professores remetem à identidade coletiva dos professores como *corpus*. Elas transformam o indivíduo professor em uma categoria profissional e institucional. Distinção, respeito, galhardia depreendem-se nessas imagens. O ar grave e austero é expressão do ofício profissional.

Assim professores seguiam, em tese, uma rotina determinada pelas normatizações que regiam o ensino secundário, contudo praticavam a docência de acordo com suas particularidades, apoiados na formação, espaços políticos ocupados ou frequentados e em concepções próprias.

As relações estabelecidas entre professores e alunos do ginásio eram permeadas por sentimentos como respeito, admiração e, por vezes, afeto. Se, em algumas dessas relações, sobressaíam posições rígidas e autoritárias adotadas em sala de aula, por outro lado, a confiança e a criatividade também faziam parte daquele espaço escolar, como revelam aulas diferenciadas e práticas de ensino inovadoras

que valorizavam a participação dos estudantes no processo de ensino/aprendizagem.

Destacam-se, por exemplo, métodos utilizados pelo professor Guilherme Santos Neves, que buscavam romper com o estereótipo do ensino reduzido a uma verificação de presença dos alunos, exposição dialogada e provas escritas ou orais. Como foi assinalado neste estudo, o apreço desse professor pelo folclore, pelas “coisas da natureza”, pela cultura capixaba e sua personalidade mais acessível aos estudantes possibilitavam projetos pedagógicos diferenciados. Ao que parece, não era pelo autoritarismo que esse e outros professores conseguiam o respeito e a admiração dos discentes, dentro e fora do ambiente escolar. O modo como cada um exercia a docência caracterizava uma identidade criada ao longo da vida nos espaços frequentados e nas relações tecidas. Para Nóvoa (1992, p. 6):

A identidade não é um dado adquirido, não é um produto. A identidade é um lugar de lutas e de conflitos, um espaço de construção de maneiras de ser e de estar na profissão. Por isso, é mais adequado falar em processo identitário, realçando a mescla dinâmica que caracteriza a maneira como cada um se sente e se diz professor. A construção de identidades passa sempre por um processo complexo, graças ao qual cada um se apropria dos entido de sua história pessoal e profissional. É um processo que necessita de tempo: um tempo para refazer identidades, para acomodar renovações, para assimilar mudanças.

Ainda sobre identidade de professores, Nóvoa (1995) se refere aos três "A"⁷⁷ que sustentam esse processo: adesão, autonomia e autoconsciência. Assim, compreende-se que a articulação entre esses aspectos certamente contribui para o processo de construção e desenvolvimento profissional docente.

Como assinalado, os professores que atuavam no GES/CEES eram, em sua maioria, pessoas que alcançavam uma formação superior, seja qual fosse a área do conhecimento. O interesse pelos valores percebidos e o reconhecimento social

⁷⁷ 1) A de Adesão, porque ser professor implica sempre a adesão a princípios e valores, a adoção de projetos coletivos;

2) A de Autonomia, de julgamentos e decisões, porque, na escolha das melhores maneiras de agir, jogam-se decisões de origem profissional e pessoal; e

3) A de Autoconsciência, porque, em última análise, tudo se decide na atitude reflexiva do professor sobre a sua própria ação.

garantido àqueles que se dedicassem ao ensino faziam da docência, se não a primeira, a segunda profissão dos que optassem por essa escolha.

Poderes concedidos aos catedráticos não ficavam restritos aos muros das instituições de ensino. Os professores circulavam por grupos políticos e tais articulações reverberavam no educandário, alterando a composição administrativa. Para Sirinelli (2003, p. 232), “[...] a história dos intelectuais tornou-se assim, em poucos anos um campo histórico autônomo que, longe de se fechar sobre si mesmo, é um campo aberto, situado no cruzamento das histórias política, social e cultural”. O GES era, portanto, um lugar privilegiado do poder político.

As redes de influências faziam parte do contexto do GES/CEES, especialmente no que se referia ao corpo docente. Muitos foram os casos em que sujeitos eram favorecidos pelas relações sociais estabelecidas e pela posição em que ocupavam na sociedade. Sobre os professores analisados, podem ser tecidas as seguintes considerações: Padre Elias Tommasi, religioso respeitado e afeito aos assuntos ligados à educação, pelo fato de ser um religioso, já lhe imputavam certo respeito, consideração e confiança; Ceciliano Abel de Almeida circulava e tinha boas relações políticas, além de ser reconhecido local e nacionalmente pelo trabalho como engenheiro, chegando a ocupar o cargo de primeiro prefeito de Vitória; Maria Stella de Novaes, além de ser sobrinha do bispo da Capital, era prima de Jerônimo Monteiro, presidente do Estado (1908-1912); Nelson Abel de Almeida, filho do diretor do GES no período em que prestou concurso para catedrático no educandário; Guilherme Santos Neves, um dos pioneiros nas produções sobre o folclore capixaba, era bem articulado e circulava por diversos espaços culturais, o que lhe possibilitava o contato e o diálogo com intelectuais de diversas nacionalidades, além de possuir um irmão, Dr. Jones Santos Neves, que ocupava um cargo político na época em que prestou concurso para o GES; Francisco Generoso da Fonseca cursou seus estudos no Seminário do Caraça, uma importante instituição confessional, que contribuiu para que lhe rendessem excelentes referências para atuar como professor no secundário.

O trabalho desenvolvido e o *status* alcançado pelos professores catedráticos possibilitaram que eles se movimentassem por diversos espaços e

desempenhassem atividades em diferentes setores da sociedade. Em virtude disso, muitos escreveram artigos e livros sobre conteúdo diversificado, incluindo livros didáticos. O fato de terem conquistado a vaga de catedrático por meio de um processo seletivo, no qual demonstravam habilidades em diferentes domínios, tornava-os dignos de confiança e modelos para a população, o que lhes rendia homenagens publicadas nos jornais e em revistas de grande circulação no Estado, como no caso do padre e professor Elias Tommasi que, após falecer, teve seu nome atribuído ao Ginásio Mimosense, em Mimoso do Sul – Espírito Santo, que passou a se chamar Colégio Estadual e Escola Normal Monsenhor Elias Tommasi. Nos locais onde atuava, o religioso liderava um grande número de fieis, que acompanhavam o seu sacerdócio e suas obras na educação. Destaca-se, também, Ceciliano Abel de Almeida, que teve seu nome atribuído a uma escola⁷⁸ na cidade de Vitória.

Portanto, ao buscar na história do ensino secundário praticado no Ginásio do Espírito Santo/Colégio Estadual, durante o período de 1906 a 1951, vestígios sobre a configuração docente, bem como o contexto em que esse grupo se constituiu, compreende-se que, em meio aos déficits e críticas engendradas naquele espaço, esses professores produziram modos específicos e particulares de praticar a docência. Dessa forma, investigar sujeitos e suas relações com a cultura na qual estão inseridos abre possibilidades para se pensar em pesquisas na História da Educação que considerem a história de educadores e instituições escolares. Afinal, a História, sem o enfoque nos homens e mulheres que a produzem, seria como uma fria análise de um corpo desprovido de alma.

⁷⁸ EMEF Ceciliano Abel de Almeida, localizada no bairro Itararé na cidade de Vitória/ES.

REFERÊNCIAS

- ACADEMIA ESPÍRITO-SANTENSE DE LETRAS. **Patronos & acadêmicos**. Vitória: Secretaria Estadual de Cultura, 2010. 240 p.
- ACHIAME, Fernando; KOGURE, Linda. **Guilherme Santos Neves**: grandes nomes do Espírito Santo. Coordenação de Antônio de Pádua Gurgel. Vitória/ES: Pro Texto Comunicação e Cultura (Grandes Nomes do Espírito Santo), 2013.
- AKSENEN, Elisângela Zarpelon; MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. Desvelando os exames de admissão ao ginásio na educação paranaense. **Revista HISTEDBR** on-line, Campinas, n. 58, p. 230-243, set. 2014 – ISSN: 1676-2584.
- ALMEIDA, Ceciliano Abel de. **O desbravamento das selvas do Rio Doce**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1959.
- ALMEIDA, Nelson Abel de Almeida. **Invasão francesa - Brasil - Teses. 2. Franceses no Brasil - Teses**. Cadernos de História n. 27. 338 p. Organização de Léa Brígida Rocha de Alvarenga Rosa. Bom estado. 1. Vitória/ES.
- AMARAL, Giana Lange. O ensino secundário laico e católico no Rio Grande do Sul, nas primeiras décadas do século XX: apontamentos sobre os Ginásios Pelotense e Gonzaga. **História da Educação** (UFPEL), v. 12, p. 119-139, 2008.
- ANDRADE, Mariza Guerra de. **A educação exilada**: Colégio do Caraça. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2000 (Coleção Historial).
- ARAÚJO, Romildo de Castro. **A constituição do corpo docente no ensino secundário no Piauí (1942-1982)**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Piauí, Teresina/Piauí. 2012.
- ARRIADA, Eduardo. NOGUEIRA, Gabriela Medeiros. VAHL, Mônica Maciel. **A sala de aula no século XIX**: disciplina, controle, organização. *Conjectura*, v. 17, n. 2, p. 37-54, maio/ago. 2012.
- BARRETO, Sônia Maria da Costa. A Escola Normal D. Pedro II e a Normalista capixaba nos anos 1920. **Revista Agora**, Vitória, n. 6, p. 116, 2007.
- BOREL, Tatiana. **Processos de formação e práticas docentes na constituição histórica da educação física escolar no Espírito Santo, nas décadas de 1930 e 1940**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.
- BORGIO, Ivan. No Colégio Estadual do Espírito Santo. In: GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Colégio Estadual**: 90 anos educando. Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo, 1996. p. 40 - 41.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.

BUFFA, Ester; NOSELLA, Paolo. **Instituições escolares**: por que e como pesquisar. São Carlos: UFSCAR; Uninove, 2009.

CARDOSO, Tereza Fachada Levy. A construção da profissão docente no mundo luso-brasileiro a partir dos concursos públicos. In: SIMÕES, Regina Helena Silva; CORREA, Rosa Lydia Teixeira; MENDONÇA, Ana Waleska pollo Campos (Org.). **História da profissão docente no Brasil**. Vitória/ES: Edufes, 2011. v. 7, p. 15-36.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. 12 ed. São Paulo: Ática, 2000.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A desoficialização do ensino no Brasil: a Reforma Rivadávia. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 30, n. 108, p. 717-738, out. 2009. Disponível em: < HTTP://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 5 ago. 2016.

DALLABRIDA, Norberto. A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. **Educação** (PUCRS. Impresso), v. 32, p. 185-191, 2009.

DIAS, Amália. **Apostolado cívico e trabalhadores do ensino**: história do magistério do ensino secundário no Brasil (1931-1946). 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF), Rio de Janeiro, 2008.

DINIZ, Carlos Alberto. **A educação secundária no interior paulista**: estudo histórico sobre o Ginásio Estadual de Matão (1940-1965). 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Araraquara/ SP, 2012.

EVANGELISTA, Welington. K. **Evolução histórica do ensino da matemática no Espírito Santo na primeira metade do século XX**. Trabalho de iniciação científica. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 1998.

FUNDAÇÃO CECILIANO ABEL DE ALMEIDA. **Estudos em homenagem a Ceciliano Abel de Almeida**. Vitória: Ed. da Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1978.

GASPARELLO, Arlette Medeiros. Livro. **Construtores de identidades**: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira. São Paulo: Iglu Editora Ltda., 2004. v. I. 238 p.

GASPARELLO, Arlette Medeiros; VILLELA, Heloisa de Oliveira. **Uma identidade social em formação**: os professores secundários no século XIX brasileiro. Trabalho apresentado no III Congresso Brasileiro de História da Educação, Paraná, 2004.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**: morfologia e história. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira**: novas reflexões sobre a distância. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

GINZBURG, Carlo. **Relações de força**: história, retórica, prova. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

GURGEL, Antônio de Pádua. **Coleção grandes nomes do Espírito Santo**: biografia de Ceciliano Abel de Almeida. Vitória: Contexto Jornalismo e Assessoria Ltda./ Núcleo de Projetos Culturais e Ecológicos, Vitória, 2004.

JULIA, Dominique - Les trois couleurs du tableau noir: **la Révolution**. Paris: Belin, c.1981. 394 p. (Fondateurs de l'éducation). ISBN 2701103789.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas: Editora Autores Associados, n. 1, p. 9 - 43, jan./jun. 2001.

KILL, Tercio Girelli. A matemática escolar no ginásio do espírito santo: **História, sujeitos e práticas**. Relatório de Pós- Doc – Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP, 2014. São Paulo.

LEITE, Juçara Maria. **Natureza, folclore e história**: a obra de Maria Stella de Novaes e a historiografia espírito-santense no século XX. 2002. Tese (Doutorado em História Social - Universidade de São Paulo, São Paulo/ SP, 2002.

LIMA, Aldivina Américo. **Ginásio Maringá (1952-1963)**: história da implantação de uma instituição escolar. 2011. 336 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011.

LOCATELLI, Andrea Brandão; SIMOES, Regina Helena Silva. ; BEZERRA, Ariadny. Controle, regulação e resistência na configuração da profissão docente no Espírito Santo no início do século XX: **a lição da professora Joanna Passos**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6., 2011, Vitória. **Anais...** Vitória, 2011.

LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. Profissão docente, formação de professores e instituições escolares. In: SIMÕES, Regina Helena Silva; CORREA, Rosa Lydia Teixeira; MENDONÇA, Ana Waleska Pollo Campos (Org.). **História da profissão docente no Brasil**. Vitória: Edufes/SBHE, 2011. p. 59-77.

LORENZ. Karl M. Os livros didáticos de ciências na escola secundária brasileira: 1900 a 1950. **Educ. Ver**, Curitiba, n. 10, jan./dez. 1994.

MASSUNAGA, Magda Rigaud Pantoja. **O Colégio Pedro II e o ensino secundário brasileiro**: 1930 1961. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: FE/UFRJ, 1989.

MENDONÇA, Ana. Waleska Pollo Campos; SOARES, Jefferson da Costa; LOPES, Ivone Goulart. A criação do Colégio de Pedro II e seu impacto na constituição do magistério público secundário no Brasil. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 9. , 2012, Lisboa, Portugal. **Atas...** Lisboa, Portugal: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2012. p. 1-10.

MENDONÇA, Ana Waleska Pollo Campos et al. A criação do Colégio Pedro II e seu impacto na constituição do magistério público secundário no Brasil. **Educação e Pesquisa** (USP. Impresso), v. 39, p. 985-1000, 2013.

MISSIONÁRIOS DA CONGREGAÇÃO DO VERBO DIVINO NO BRASIL. **Nossa história, nossa missão**, Belo Horizonte, 2000.

NAGLE, Jorge. **A educação e a sociedade na primeira República**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NEVES, Guilherme Santos. **Coletânea de estudos e registros do folclore capixaba 1944-1982**. Vitória: Centro Cultural de Estudos e Pesquisas do Espírito Santo, 2008. 2 v.

NEVES, Maria Clara Medeiros Santos. **Portal da cultura do Espírito Santo**. Disponível em: <<http://www.estacaocapixaba.com.br/literatura/poesia/josemeira-quadros/>>. Acesso em: 10 abr. 2013.

NÓVOA, A. Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, A. (Org.). **Os professores e sua formação**. Lisboa: Nova Enciclopédia, 1992.

NÓVOA, António (Coord.). **Os professores e a sua formação**. 2. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

NÓVOA, António. **Vidas de professores**. Tradução de Maria dos Anjos Caseiro, Manuel Figueiredo Ferreira. 2. ed. Porto: Porto Editora Ltda., 1995. p.141-169.

NÓVOA, António. **Revista Pátio**, v. VII, n. 27, p. 25-28, ago./out. 2003.

NÓVOA, António. Os professores e o “novo” espaço público da educação. In: TARDIF, M.; LESSARD, C. **O ofício de professor: história, perspectivas e desafios internacionais**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

NÓVOA, António (Org.). **Profissão professor**. 2. ed. Porto: Porto Editora, 2008. 191 p. (Coleção Ciências da Educação; 3).

NÓVOA, António. **Os professores: um “novo” objecto da investigação educacional**. in NÓVOA, ANTÓNIO. **Vidas de Professores**. Lisboa: Porto Editora, 2000, p. 14-17.

OLIVEIRA, José Teixeira de Oliveira. **História do Espírito Santo**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008.

OLIVEIRA, Sérgio. **Uma história de 108 anos escrita por invasão, depredação e fogo**. 2015. Disponível em: <<http://last-minutenews.blogspot.com.br/2015/03/uma-historia-de-108-anos-escrita.html>>. Acesso em: 5 jun. 2016.

OLIVEIRA, Paloma Rezende de. **O Gymnasio Leopoldinense e o projeto educativo de formação da Elite Republicana na Zona da Mata mineira (1906-1926)**. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC – RIO, 2016. Rio de Janeiro/2016.

PACHECO, Renato. No Colégio Estadual do Espírito Santo. In: GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Colégio Estadual: 90 anos educando**. Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo, 1996. p.121-128.

PACHECO, Renato. **O ensino da matemática nos ensinos primários e secundários da década de 40**. 1999. Entrevista concedida a Márcia Valotto e Viviane L. Ferreira, Vitória/ES, 1999.

PACHECO, Renato. “Guilherme Santos Neves: alto está e alto mora”. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, Vitória: IHGES, n. 54, 2000.

ROSA, Léa Brígida Rocha de Alvarenga Rosa. **Nelson Abel de Almeida**. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 1999. 341 p. (Cadernos de História; 27)

ROSÁRIO, Arabelo do. No Colégio Estadual do Espírito Santo. In: GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Colégio Estadual: 90 anos educando**. Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo, 1996. p. 16.

SALIM, Maria Alayde Alcântara. **Encontros e desencontros entre o mundo do texto e o mundo dos sujeitos nas práticas de leitura desenvolvidas em escolas capixabas na Primeira República**. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009

SANTOS, Maria Cristina Ferreira dos. Reflexões sobre a formação de professores do ensino secundário nos anos 1920-30 no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO; 2013, Cuiabá. **Anais...** Cuiabá: UFMT/SBHE, 2013. p. 1-12.

SIMÕES, Regina Helena Silva; SALIM, Maria Alayde Alcântara; TAVARES, Johelder Xavier. O Ginásio e o Colégio Estadual do Espírito Santo no contexto das políticas públicas educacionais do Estado brasileiro (1933-1957). In: SIMÕES, Regina Helena Silva; FRANCO, Sebastião Pimentel; SALIM, Maria alayde Alcantara (Org.). **História da educação do Espírito Santo: vestígios de uma construção**. Vitória: Edufes, 2009. v. 1, p. 142-165.

SIMÕES, Regina Helena Silva. Em busca do futuro perdido? A pesquisa histórica como ferramenta para a problematização da profissão de professores no tempo. In:

SIMOES, Regina Helena Silva; CORREA, Rosa Lydia Teixeira; MENDONÇA, Ana. Waleska. Pollo Campos (Org.). **História da profissão docente no Brasil**. Vitória: Edufes, 2011. v. 1. 316 p

SIRINELLI, François. **Os intelectuais**. In: REMOND, René (org). Por uma nova história política. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

SOARES, Jefferson da Costa. **Dos professores “estranhos” aos catedráticos: aspectos da construção da identidade profissional docente no Colégio Pedro II (1925- 1945)**. 2014. 100 f. Tese (Doutorado em Educação) - Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

SOARES, Jefferson da Costa. **Os professores do Colégio Pedro II: categorias, trajetórias e aspectos identitários (1925-1945)**. Rev. Bras. Hist. Educ., Maringá-PR, v. 15, n. 3, p. 293-320, set./dez. 2015.

SOUZA, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX (ensino primário e secundário no Brasil)**. São Paulo, SP: Cortez, 2008. 320 p. (Coleção: Biblioteca Básica de História da Educação Brasileira, v. 2)

SPOSITO, Marília Pontes. **O povo vai à escola: a luta popular pela expansão do ensino público em São Paulo**. São Paulo: Loyola, 1984. 253 p.

VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosário Genta. **História da profissão docente no Brasil: representações em disputa**. São Paulo: Cortez, 2009. v. 1. 234 p.

VECHIA, Ariclê; LORENZ, Karl Michael. **Programa de ensino da escola secundária brasileira: 1850-1951**. Curitiba: Ed. do Autor, 1998. 406 p.

VILELLA, Heloísa de Oliveira. O mestre-escola e a professora. In: LOPES; FARIA FILHO e VEIGA (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

ZORZAL E SILVA, Marta. **Espírito Santo: Estado, interesses e poder**. Vitória: FCAA, SPDC, 1995.

FONTES DOCUMENTAIS

A GAZETA. **Homenagem prestada a Guilherme Santos Neves por seu ex-aluno Ivan Borgo**. Arquivo pessoal de Reinaldo Santos Neves. Vitória/ES, 1982.

ATA DA CONGREGAÇÃO. **Primeira ata da Congregação do Ginásio Espírito-Santense, contendo nomes dos primeiros professores do educandário, 1908**. Arquivo do Colégio Estadual do Espírito Santo. Vitória/ES, 1908.

ATA DE CONCURSOS DO GINÁSIO DO ESPÍRITO SANTO. **Ata de abertura dos concursos do Ginásio do Espírito Santo, 1916**. Arquivo do Colégio Estadual. Vitória/ES, 1916.

ATA DO CONCURSO DE LATIM E INGLÊS. **Ata do concurso para as cadeiras de Latim e Inglês do Ginásio do Espírito Santo, 1919.** Arquivo do Colégio Estadual do Espírito Santo.

ATA DE CONCURSO. **Ata do Concurso de Geometria e Trigonometria, 1919.** Arquivo do Colégio Estadual do Espírito Santo. Vitória/ES, 1919.

ATA DE CONCURSO. **Ata do concurso para provimento da cadeira de História Natural, 1925.** Arquivo do Colégio Estadual do Espírito Santo. Vitória/ES, 1925.

ATA DE CONCURSO. **Ata do concurso de Aritmética e Álgebra do Ginásio do Espírito Santo, 1926.** Arquivo do Colégio Estadual do Espírito Santo. Vitória/ES, 1916.

BRASIL. Decreto nº 3.890, de 1º de janeiro de 1901: Aprova o Código dos Institutos Officiais de Ensino Superior e Secundário, dependentes do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. **Diário Oficial da União** (Publicação Original). Rio de Janeiro, 25 jan. 1901. Seção 1, p. 447. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-3890-1-janeiro-1901-521287-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 25 maio 2016.

BRASIL. Decreto nº 11.530, de 18 de março de 1915. Reorganiza o ensino secundário e superior na República. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 20 mar. 1915, Seção 1, p. 3028 (Republicação). Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11530-18-marco-1915-522019-republicacao-97760-pe.html>>. Acesso em: 25 maio 2016.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942.** Lei Orgânica do Ensino Secundário. Rio de Janeiro, 9 abr. 1942a. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/5_Gov_Vargas/decreto-lei%204.244-1942%20reforma%20capanema-ensino%20secund%20E1rio.htm>. Acesso em: 25 maio 2016.

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.245, de 9 de abril de 1942. Disposições transitórias para a execução da Lei orgânica do Ensino Secundário. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 10 abr. 1942b, Seção 1, p. 5803 (Publicação Original). Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4245-9-abril-1942-414157-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 25 maio 2016.

CERTIDÃO DE ORGANIZAÇÃO DO GES. **Documento que versa sobre o funcionamento do Ginásio do Espírito Santo, 1967.** Arquivo do Colégio Estadual do Espírito Santo. Vitória/ES, 1967.

CARTA AO DIRETOR DO GES. **Carta enviada por Guilherme Santo Neves informando que foi impedido de entrar na sala de aula e realizar outras atividades cotidianas no GES, 1938.** Arquivo pessoal de Reinaldo Santos Neves. Vitória/ES, 1938.

CARTA AO DR. JONES SANTOS NEVES. **Carta enviada ao Dr. Jones Santos Neves pelo secretário de Educação e Saúde Fernando Duarte Rabelo, 1938.** Arquivo pessoal de Reinaldo Santos Neves. Vitória/ES, 1938.

CARTA AO INTERVENTOR. **Carta enviada ao interventor informando que o professor Guilherme estava inscrito há quatro anos no concurso para o provimento da 1ª cadeira de Português do Ginásio do Espírito Santo, 1938.** Arquivo pessoal de Guilherme Santos Neves. Vitória/ES, 1938.

CARTA AO INTERVENTOR. **Resposta do secretário de Educação e Saúde ao recurso escrito pelo professor Guilherme Santos Neves, 1938.** Arquivo pessoal de Reinaldo Santos Neves. Vitória/ES, 1938.

CARTA DE CECÍLIA MEIRELES. **Carta de Cecília Meireles enviada a Guilherme Santos Neves em 1948.** Arquivo pessoal de Reinaldo Santos Neves. Vitória/ES, 1948.

COLÉGIO ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO. **Corpo docente em exercício no Colégio Estadual do Espírito Santo, 1949.** Arquivo do Colégio Estadual do Espírito Santo. Vitória/ES, 1949.

COLÉGIO ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO. **Criação do Curso Científico Noturno, 1944.** Arquivo do Colégio Estadual do Espírito Santo. Vitória/ES, 1944.

COLÉGIO ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO. **Novas nomeações de professores a partir da Lei Orgânica do Ensino Secundário, 1943.** Arquivo do Colégio Estadual do Espírito Santo. Vitória/ES, 1943.

COLÉGIO ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO. **Ofício de criação da Biblioteca do Colégio Estadual, 1944.** Arquivo do Colégio Estadual do Espírito Santo. Vitória/ES, 1944.

COLÉGIO ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO. **Presença dos professores Clovis Rabello e Francisco Generoso da Fonseca no velório do Padre Elias Tommasi, em 1955.** Documento avulso. Arquivo do Colégio Estadual do Espírito Santo. Vitória/ES, 1955.

CURSO DE PORTUGUÊS PELA RÁDIO. **Curso de português apresentado por Guilherme Santos Neves na rádio Espírito Santo, em 1945.** Arquivo pessoal de Reinaldo Santos Neves. Vitória/ES, 1945.

DECRETO DE JOÃO PUNARO BLEY. **Decreto baixado pelo interventor João Punaro Bley sobre os vencimentos de professores e diretores de instituições educacionais capixabas, 1932.** (Recorte de jornal). Arquivo do Colégio Estadual do Espírito Santo. Vitória/ES, 1932.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Circular com orientações aos inspetores sobre a maneira como deveria ser ministrado o programa de ensino do Colégio Estadual do Espírito Santo, incluindo o método de ensino, 1944.** Arquivo do Colégio Estadual do Espírito Santo. Vitória/ES, 1944.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ENSINO. **Circular aos inspetores com a informação de que os docentes não poderiam, em hipótese alguma lecionar particularmente a alunos matriculados na instituição em que eles próprios atuassem (1933).** Arquivo do Colégio Estadual do Espírito Santo. Vitória/ES, 1933.

DESIGNAÇÃO DE LENTE. **Designação de Nelson Abel de Almeida como professor da cadeira de Geometria do Ginásio do Espírito Santo em 1926, pela Resolução nº. 153.** Arquivo do Colégio Estadual do Espírito Santo. Vitória/ES, 1926.

DIÁRIO DA MANHÃ. Decreto nº 96. Dá Regulamento ao Gymnasio Espírito-Santense. **Diário da Manhã**, n.151, ano I, 21 fev. 1908. Arquivo da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

DIÁRIO DA MANHÃ. **Regulamento do Ginásio do Espírito Santo de 1908.** Arquivo do Colégio Estadual do Espírito Santo. Vitória/ES, 1908.

DIÁRIO DA MANHÃ. Do magistério, capítulo I: o corpo docente do Ginásio Espírito Santense formado por lentes e professores, porém somente os lentes fariam parte da Congregação e seriam obrigados a prestar concurso, 1908. **Diário da Manhã**, Vitória, ES, n.152, ano I, 22 fev. 1908. Arquivo da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

DIÁRIO DA MANHÃ. Decreto nº. 96. capítulo III do Regimento do Ginásio do Espírito Santo: sobre os concursos para professores do ginásio, 1908. **Diário da Manhã**, n. 153, 23 fev.1908. Arquivo do Colégio Estadual do Espírito Santo. Vitória/ES.

DIÁRIO DA MANHÃ. Anúncio de editais para os concursos de Aritmética e Álgebra, Geografia Geral, Chorographia do Brasil e noções de Cosmographia, Português e Francês, do Ginásio do Espírito Santo, 1916. **Diário da Manhã**, p. 3 e 7, mar. 1916. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

DIÁRIO DA MANHÃ. Posse de Aristeu Borges de Aguiar em substituição ao Padre Elias Tommasi no cargo de Diretor do Ginásio do Espírito Santo, 1921. **Diário da Manhã**, p. 2, 3 maio 1921. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

DIÁRIO DA MANHÃ. Presidente da Comissão de Inquérito para apurar atos de indisciplina dos alunos do Ginásio do Espírito Santo, 1921. **Diário da Manhã**, p. 6, 24 dez. 1921. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro/1921.

DIÁRIO DA MANHÃ. Banca examinadora do concurso para a cadeira de História Natural no Ginásio do Espírito Santo, 1923. **Diário da Manhã**, p. 5, 1923. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro/1923.

DIÁRIO DA MANHÃ. Substitui o professor Carlos Mendes na cadeira de História Natural no Ginásio do Espírito Santo, 1923. **Diário da Manhã**, p. 5, 1923. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro/1923.

DIÁRIO DA MANHÃ. Inscrição no concurso para a cadeira de História Natural do Ginásio do Espírito Santo, 1923. **Diário da Manhã**, 1923. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro/1923.

DIÁRIO DA MANHÃ. Inscrição no concurso para a cadeira de História Natural do Ginásio do Espírito Santo, 1924. **Diário da Manhã**, 1924. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro/1924.

DIÁRIO DA MANHÃ. Representante da Sociedade de História Natural Brasileira de Química, 1924. **Diário da Manhã**, 1924. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro/1924.

DIÁRIO DA MANHÃ. Pedido de licença do professor Padre Elias Tommasi do cargo de professor de Latim do Ginásio do Espírito Santo, 1924. **Diário da Manhã**, p. 2, 18 nov., 1924. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Espírito Santo.

DIÁRIO DA MANHÃ. Aprovação de Nelson Abel de Almeida na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. 1927. **Diário da Manhã**, p. 3, 27 jan.1927. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Espírito Santo.

DIÁRIO DA MANHÃ. Edital do concurso da cátedra de História do Brasil do Ginásio do Espírito Santo. 1930. **Diário da Manhã**, p. 6, 4 jan 1930. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

DIÁRIO DA MANHÃ. Nomeação do professor Nelson Abel de Almeida como catedrático da cadeira de História do Brasil do Ginásio o Espírito Santo, 1930. **Diário da Manhã**, p. 2, 16 abr. 1930. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

DIÁRIO DA MANHÃ. Resultado do concurso de Nelson Abel de Almeida para professor da cátedra de História do Brasil do Ginásio do Espírito Santo, 1930. **Diário da Manhã**, p. 1, 1 abr. 1930. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

DIÁRIO DA MANHÃ. A educação e a juventude. **Diário da Manhã**, p. 2, 1931. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro/1931.

DIÁRIO DA MANHÃ. Exoneração de Nelson Abel de Almeida do cargo de catedrático da cadeira de História do Brasil no Ginásio do Espírito Santo, 1931. **Diário Oficial**, 1 jan. 1931. Arquivo do Colégio Estadual do Espírito Santo.

DIÁRIO DA MANHÃ. Nomeação para lecionar a disciplina Português na Escola Normal Pedro II, 1931. **Diário Oficial**, 3 jan. 1931. Arquivo do Colégio Estadual do Espírito Santo.

DIÁRIO DA MANHÃ. Professorado de concurso, 1931. **Diário da Manhã**, p. 1, 10 de janeiro de 1931. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro/1931.

DIÁRIO DA MANHÃ. Publicação da criação e funcionamento do “Curso Almeida”, ministrado pelo professor Nelson Abel de Almeida em 1931. **Diário da Manhã**, p. 4 e 9, 1931. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro/1931.

DIÁRIO DA MANHÃ. Maria Stella de Novaes, vice-presidente do movimento Bandeirantes, 1933. **Diário da Manhã**, p. 3, 1933. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro/1933.

DIÁRIO DA MANHÃ. Novo pedido de licença do professor Padre Elias Tommasi do cargo de professor de Latim do Ginásio do Espírito Santo, 1934. **Diário da Manhã**, p. 1, 30 maio 1934. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Espírito Santo.

DIÁRIO DA MANHÃ. Homenagem à professora Maria Stella de Novaes. **Diário da Manhã**, p. 1, 1936. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro/1936.

DIÁRIO DA MANHÃ. A margem dos brinquedos. **Diário da Manhã**, p. 1, 1937. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro/1937.

DIÁRIO OFICIAL. **Edital para o concurso da cadeira de Português do Ginásio do Espírito Santo em 1934**. Arquivo do Colégio Estadual. Vitória/ES.

DIÁRIO OFICIAL. **Recorte de jornal com o edital para os concursos de Português, Francês, Inglês e Ciências Físicas e Naturais e a informação da entrega de 100 exemplares da tese, no ato da inscrição, 1934**. Arquivo do Colégio Estadual do Espírito Santo. Vitória/ES, 1934.

GINÁSIO DO ESPÍRITO SANTO. **Prova do concurso de Geometria e Trigonometria do candidato Ceciliano Abel de Almeida, 1919**. Arquivo do Colégio Estadual do Espírito Santo. Vitória/ES, 1919.

GINÁSIO DO ESPÍRITO SANTO. **Livro de registro do pessoal docente**. Arquivo do Colégio Estadual do Espírito Santo, 1922. Vitória/ES, 1922.

GINÁSIO DO ESPÍRITO SANTO. **Resolve, por propostas de alguns professores, dar a uma das salas desse Gymnasio, o nome do sr. seu pai, professor Amâncio Pereira, 1926**. Arquivo do Colégio Estadual do Espírito Santo. Vitória/ES, 1926.

GINÁSIO DO ESPÍRITO SANTO. **Atribuições dos inspetores, 1931**. Arquivo do Colégio Estadual do Espírito Santo. Vitória/ES.

GINÁSIO DO ESPÍRITO SANTO. **Estava o Ginásio do Espírito Santo sem Diretor, 1931**. Ofício enviado ao diretor de Expediente da Secretaria de Instrução, pelo secretário do Ginásio do Espírito Santo, em 8 de maio de 1931. Arquivo do Colégio Estadual do Espírito Santo. Vitória/ES, 1931.

GINÁSIO DO ESPÍRITO SANTO. **Ofício escrito pelo professor Nilton Barroso e enviado ao ministro da Educação, Francisco Campos, contestando a atitude do então governador do Espírito Santo, João Punaro Bley, em exonerá-lo da cadeira de Sociologia do Ginásio do Espírito Santo**, em 5 de fevereiro de 1931. Cópia do Ofício nº. 77, de 26 de janeiro de 1931. Arquivo do Colégio Estadual do Espírito Santo. Vitória/ES, 1931.

GINÁSIO DO ESPÍRITO SANTO. **Proibição da entrada de alunos que não efetuaram a taxa de frequência no ginásio**. 1931. Arquivo do Colégio Estadual do Espírito Santo. Vitória/ES, 1931.

GINÁSIO DO ESPÍRITO SANTO. **Propaganda de livros de matemática para o ginásio do Espírito Santo, 1931**. Arquivo do Colégio Estadual do Espírito Santo. Vitória/ES, 1931.

GINÁSIO DO ESPÍRITO SANTO. **Ocorrências disciplinares**. 1931. Arquivo do Colégio Estadual do Espírito Santo. Vitória/ES, 1931.

GINÁSIO DO ESPÍRITO SANTO. **Francisco Generoso da Fonseca assume o cargo de professor da cadeira de Português no Ginásio do Espírito Santo, 1931**. Arquivo do Colégio Estadual do Espírito Santo. Vitória/ES, 1931.

GINÁSIO DO ESPÍRITO SANTO. **Relação dos livros adotados em 1932**. Arquivo do Colégio Estadual do Espírito Santo. Vitória/ES, 1932.

GINÁSIO DO ESPÍRITO SANTO. **Dispensa alguns alunos de pagarem a taxa de frequência**. 1932. Arquivo do Colégio Estadual do Espírito Santo. Vitória/ES, 1932.

GINÁSIO DO ESPÍRITO SANTO. **Taxa de instrução, matrícula, frequência, exames e transferências do Ginásio do Espírito Santo**. 1933. Recorte de jornal - Arquivo do Colégio Estadual do Espírito Santo. Vitória/ES, 1933.

GINÁSIO DO ESPÍRITO SANTO. **Anulação de exames de alunos por falta de inspetor, 1931**. Arquivo do Colégio Estadual do Espírito Santo. Vitória/ES, 1934.

GINÁSIO DO ESPÍRITO SANTO. **Designação do professor João Ribas em substituição ao professor padre Elias Tommasi na cadeira de Latim do Ginásio do Espírito Santo**. 1934. Recorte de jornal, Resolução nº. 624, de 29, maio 1934. Arquivo do Colégio Estadual do Espírito Santo. Vitória/ES, 1934.

GINÁSIO DO ESPÍRITO SANTO. **Carta de pai de aluna, expondo a sua insatisfação pelo fato de ter efetuado pagamentos exorbitantes cobrados pelas taxas de exames e de matrícula do Ginásio do Espírito Santo**. 1935. Arquivo do Colégio Estadual do Espírito Santo. Vitória/ES, 1935.

GINÁSIO DO ESPÍRITO SANTO. **Padre Elias Tommasi reassume suas atividades no Ginásio do Espírito Santo**. 1935. Ofício enviado ao secretário de Educação e Saúde Pública pelo diretor do ginásio José Meira Quadros, em 27 de novembro de 1935. Arquivo do Colégio Estadual do Espírito Santo. Vitória/ES, 1935.

GINÁSIO DO ESPÍRITO SANTO. **Ausência de biblioteca no Ginásio do Espírito Santo, 1939.** Arquivo do Colégio Estadual do Espírito Santo. Vitória/ES, 1939.

JORNAL CACHOEIRANO. Defesa de Padre Elias Tommasi diante da acusação de envolvimento do incêndio da igreja Presbiteriana de São José do Calçado, 1909. **Jornal Cachoeirano**, Cachoeiro, n. 14, 3 abr.. 1909. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro/1909.

JORNAL CACHOEIRANO. Matéria publicada com o título: Intolerância Religiosa, citando Padre Elias Tommasi, 1909. **Jornal Cachoeirano**, Cachoeiro, n. 13, 27 mar. 1909. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro/1909.

MEMORIAL DO GES. **Documento produzido por professores do Ginásio do Espírito Santo com sugestões de melhoramentos para o educandário, 1924.** Arquivo do Colégio Estadual do Espírito Santo. Vitória/ES, 1924.

MENSAGEM DE PRESIDENTE. **Mensagem dirigida pelo Coronel Henrique da Silva Coutinho, presidente do Estado, ao Congresso Legislativo do Espírito Santo na primeira sessão da quinta legislatura.** Victoria: Papelaria e Typografia Nelson Costa, 1904.

MENSAGEM DE PRESIDENTE. **Mensagem dirigida pelo coronel Henrique da Silva Coutinho, presidente do Estado, ao Congresso Legislativo do Espírito Santo na primeira sessão da quinta legislatura.** Victoria: Papelaria e Tipografia Nelson Costa, 1907.

MENSAGEM DE PRESIDENTE. **Mensagem dirigida pelo Dr. Jerônimo de Souza Monteiro, presidente do Estado, ao Congresso Legislativo do Espírito Santo na segunda sessão da sexta legislatura, 1908.** Victoria: Imprensa Oficial, 1908.

MENSAGEM DE PRESIDENTE. **Mensagem dirigida pelo Dr. Jerônimo de Souza Monteiro, presidente do Estado, ao Congresso Legislativo do Espírito Santo na terceira sessão da sexta legislatura, 1909.** Victoria: Imprensa Oficial, 1909.

MENSAGEM DE PRESIDENTE. **Mensagem dirigida pelo Dr. Jerônimo de Souza Monteiro, presidente do Estado, ao Congresso Legislativo do Espírito, 1911.** Victoria: Imprensa Oficial, 1911.

MENSAGEM DE PRESIDENTE. **Mensagem dirigida pelo Dr. Jerônimo de Souza Monteiro, presidente do Estado, ao Congresso Legislativo do Espírito Santo, 1912.** Victoria: Imprensa Oficial, 1912.

PARECER DO CONCURSO. **Parecer do concurso realizado por Guilherme Santos Neves para concorrer à cátedra de Português do Ginásio do Espírito Santo, 1950.** Arquivo pessoal de Reinaldo Santos Neves. Vitória/ES, 1950.

RECORTE DE JORNAL. **Fragmento intitulado:** a competência dos interinos, [193?]. Arquivo do Colégio Estadual do Espírito Santo, 2015. Vitória/ES.

RELATÓRIO DE PRESIDENTE MARCONDES ALVES DE SOUZA. **Relatório do presidente Marcondes Alves de Souza, 1915**: a importância dos concursos para professores do ginásio. Vitória/ES, 1915.

RELATÓRIO DE PRESIDENTE. **Administração do Ginásio do Espírito Santo entregue ao bispo D. Fernando, assumindo a direção do ginásio Padre Elias Tommasi, 1914**. Vitória: Imprensa Oficial, 1915.

RELATÓRIO DE PRESIDENTE. **Decreto 2063 de 23 de abril de 1915**. O governo deu nova regulamentação ao ginásio, estabelecendo um horário especial para que os lentes da Escola Normal pudessem lecionar também no GES. Vitória: Imprensa Oficial, 1915.

RELATÓRIO DE PRESIDENTE. Decreto nº 1738, de 31 de março de 1914. Trata da reforma administrativa estadual. **Diário da Manhã**. Vitória, ES.

RELATÓRIO DE PRESIDENTE. **Mensagem dirigida por Marcondes Alves de Souza, presidente do Estado, ao Congresso Legislativo do Espírito Santo em sua 3ª Sessão Ordinária da 8ª Legislatura**. Vitória: Papelaria e Typographia do Diário da Manhã. Vitória: Imprensa Oficial, 1915.

RELATÓRIO DE PRESIDENTE. **Restaura o Gymnásio em sua primitiva organização, tornando-o dependente do Governo do Estado, visando submettê-lo à fiscalização posterior do Governo Federal, para os efeitos de sua equiparação, 1912**. Vitória/ES, 1912.

REVISTA COMANDOS. **Justificativa do nome dado à Revista Estudantil em 1943**. Arquivo pessoal de Reinaldo Santos Neves. Vitória/ES, 1943.

REVISTA COMANDOS. **Registro de aluno sobre à Revista Comandos na prova de português em 1947**. Arquivo pessoal de Reinaldo Santos Neves. Vitória/ES, 1930.

REVISTA VIDA CAPICHABA. Homenagem à aprovação de Nelson Abel de Almeida no concurso para catedrático de História do Brasil do Ginásio do Espírito Santo, 1930. **Revista Vida Capixaba**, 1930. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro/1930.

REVISTA VIDA CAPICHABA. Notícia de posse de Ceciliano Abel de Almeida como Diretor do Ginásio do Espírito Santo, 1929. **Revista Vida Capichaba**, ano VII, 1929. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro/1929.

REVISTA VIDA CAPICHABA. **Publicação que cita o nome de Nelson Abel de Almeida como um dos candidatos ao Concurso de Fealdade promovido pela revista em 1929**. Arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro/1929.

TESE DE CONCURSO. **Tese apresentada por Padre Elias Tommasi no concurso de Latim do Ginásio do Espírito Santo, 1918.** Coleções Especiais da Biblioteca Estadual do Espírito Santo, 1918. p. 21.

TESES NELSON ABEL DE ALMEIDA. **Sistema métrico decimal e logaritmos:** Os franceses no Brasil: Duarte Costa e Dom Fernandes Sardinha, 1930. Arquivo de Coleções Especiais da Biblioteca Estadual do Espírito Santo.

ENTREVISTA

SANTOS NEVES, Luiz Guilherme. Entrevista concedida a Tatiana Borel, Vitória, jul. 2015.

ROSA, Léa Brígida Rocha de Alvarenga Rosa. Entrevista concedida a Tatiana Borel, Vitória, ago. 2016.

ALMEIDA, Manoel Ceciliano Salles de. Entrevista concedida a Tatiana Borel, Vitória, ago. 2015.

ANEXOS

ANEXO A – Ata da 1ª reunião da Congregação do Gymnasio Espírito Santense.

Ata da primeira reunião da Congregação do
Gymnasio Espírito Santense.

Do primeiro dia do mez de Abril do anno de mil
novecentos e oito, nesta cidade da Victoria, capi-
tal do Estado do Espírito Santo, no edificio onde
funciona o Gymnasio Espírito Santense, ás doze
horas da tarde, reuniu-se a primeira Congregação com-
posta dos Srs. leites D.^o Henrique Alves Cerqueira
Lima, D.^o Luiz Adolpho Thiers Bellosso, D.^o João Lor-
dell do Santos Sousa, D.^o Antenor de Sá e Benevides
D.^o Alfredo Caldas, D.^o Carlos Mendes, Conde João
Maria Cochard, Padre Luiz Gonzaga Berger, Frans-
cisco Rodrigues da Traga Loureiro e D.^o Deoclécio Al-
meida, sob a presidencia do primeiro, como Di-
rector, deliberando o seguinte: De accordo com o art.^o
9 Cap. III do regulamento deste Gymnasio foi re-
solvido seguir-se restrictamente o programma de
ensino official adoptado no Gymnasio Nacional.
Em seguida foi organizado o horario para as res-
pectivas aulas o qual sera lançado no livro com-
petente; e tractando do que lhe compete pelo art.^o
109 e seus paragraphos tendo em vista o disposto
no art.^o 108 do referido regulamento. Em seguida
foram eleitas as Comissões que tem de servir
nos exames de promoções, compostas dos seguintes
leites; 1.^o anno: - Arithmetica: D.^o João Lordell
dos Santos Sousa, Geographia: D.^o Henrique
Alves de Cerqueira Lima; portuguez: D.^o Luiz
Adolpho Thiers Bellosso, Francez: Conde João
Maria Cochard, Desenhos: Professor Carlos
Mendes. 2.^o anno: - Algebra e arithmetica, D.^o
João Lordell dos Santos Sousa; geographia, D.^o
Henrique Alves de Cerqueira Lima; portuguez,

Dr Luiz Adolpho Thiers Vellos; Francez, Conego João
 Maria Cochard; Desenho, Professor Carlos Mendes;
 Inglez, Dr Alfredo Caldas; — 3.º anno: Geometria e
 Algebra, Dr João Lordeiro dos Santos Sousa; Geogra-
 phia, Dr Henrique Alves de Cerqueira Lima;
 Portuguez, Dr Adolpho Nogueira, Dr Luiz Adolpho Thiers
 Vellos; Francez, Conego João Maria Cochard;
 Desenho, Professor Carlos Mendes; Inglez, Dr
 Alfredo Caldas; Latin, Professor Francisco Ro-
 drigues da Fraga Loureiro. 4.º anno — Geometria,
 Trigonometria e Algebra, Dr João Lordeiro dos
 Santos Sousa; Portuguez, Dr Luiz Adolpho
 Thiers Vellos; Francez, Conego João Maria
 Cochard; Desenho, Professor Carlos Mendes; In-
 glez, Dr Alfredo Caldas; Latin, Professor Fran-
 cisco Rodrigues da Fraga Loureiro; Allemão Pro-
 fessor Carlos Mendes; Grego, Padre Luiz Forja-
 ga Berger; Historia Universal, Dr Deolindo
 Nunes d'Oliveira. 5.º anno: — Mechanica e As-
 tronomia, Dr Luiz Adolpho Thiers Vellos; Inglez,
 Dr Alfredo Caldas; Allemão, Professor Carlos Men-

Depois, Professor Carlos Mendes; Inglez, D.
 Alfredo Caldas; Latin, Professor Francisco Ro-
 driguez da Fraga Loureiro. 4.º anno - Geometria,
 Trigonometria e Algebra, D.º João Cordell do
 Santos Sousa; Portuguez, D.º Luiz Adolpho
 Thiers Vellos; Francez, Conego João Maria
 Cochard; Depois, Professor Carlos Mendes, In-
 glez, D.º Alfredo Caldas; Latin, Professor Fran-
 cisco Rodriguez da Fraga Loureiro; Allemão Pro-
 fessor Carlos Mendes; Grego, Padre Luiz Souza
 da Berger; Historia Universal, D.º Deodécimo
 Nunes d'Oliveira. 5.º anno: - Mechanica e as-
 tronomia, D.º Luiz Adolpho Thiers Vellos; Inglez,
 D.º Alfredo Caldas; Allemão, Professor Carlos Men-
 des; Latin, Professor Francisco Rodriguez da Fra-
 ga Loureiro; Grego, Padre Luiz Souza da Berger; His-
 toria Universal, D.º Deodécimo Nunes d'Olivei-
 ra; Phisica e Chimica, D.º João Cordell do San-
 tos Sousa; Litteratura, D.º Alfredo Caldas; Histo-
 ria Natural, D.º Antenor de Sá e Benevides. 6.º
 - Mathematicas, D.º João Cordell do Santos Sousa.

Química, D. Luiz Adolpho Frias Jellens, Litteratura, D.
 Alfeu. Caldas, Historia Natural, D. Antonio de Sá e
 Almeida, Logica, Padre Luiz Claudio de Freitas Rosa.
 Deixaram de comparecer a reunião da presente Con-
 gregação os senhores leutes e professores deste Gym-
 nasio. O Ent. D. Director declarando aberta a sessão da
 Congregação, em eloquente allocução disse que con-
 gratulava-se com os Ent. leutes do Gymnasio que
 eram mui competentes e illustrados e que dava
 os parabens ao nosso Estado pela creação e funda-
 ção deste Gymnasio que vem trazer a esta terra
 uma nova era de progresso. E por nada mais
 haver a tractar se mandou o Presidente levar a
 presente acta que vai assignada pelo mesmo Pre-
 sidente e pelos leutes presente. Sen. Alfeu da
 Silva Akell, Secretario interior, fez a presente ser
 assignada.

D. Henrique Ct. Corg. Lima

Cp. J. M. Cochard

D. João Lardelle. Inter. Juiz.

Francisco Rodrigues da Silva Lourenço.

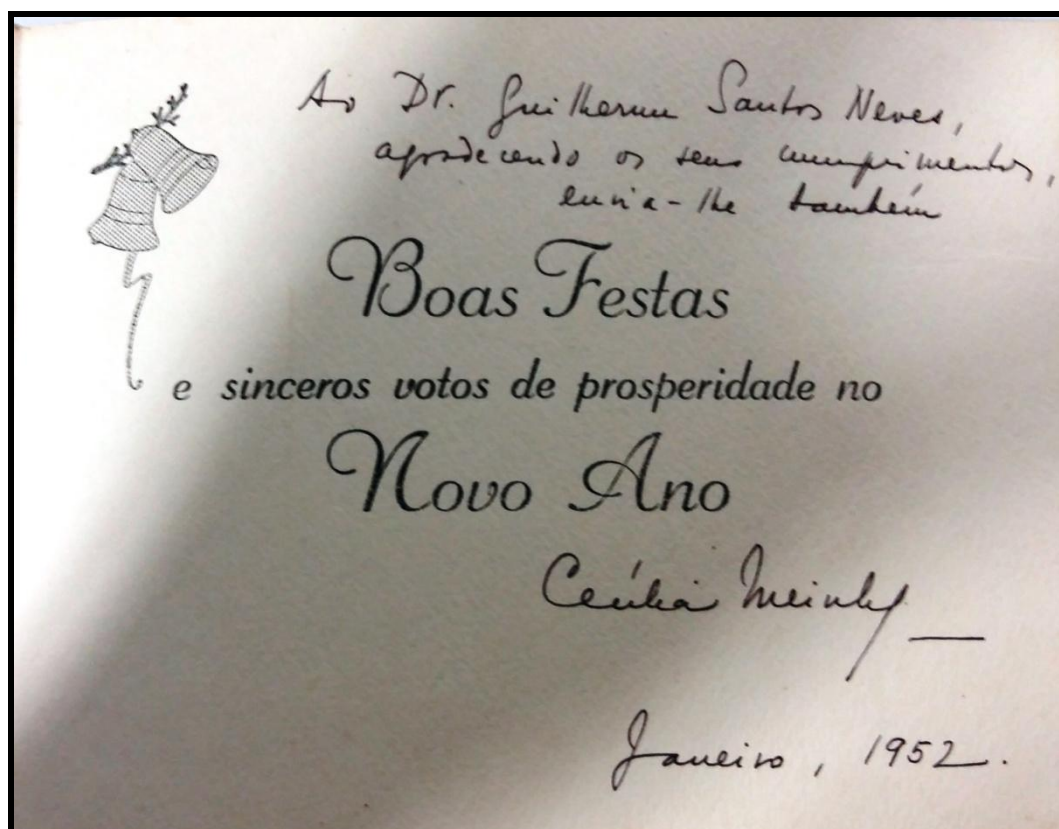
ANEXO B – Publicação de matéria intitulada: *A competência dos interinos.***A COMPETENCIA DOS INTERINOS**

Para terminar, o que Hahnemann Guimarães lhe disse, na sua entrevista, exactamente o que eu penso sobre concursos. Também duvido da competencia de muitos interinos... como também da honestidade profissional de muito cathedrático, que se mette a lecionar materia de que não entende, por causa da gratificação...

— Mas é possível?

— Possibilissimo. Faça uma investigação cuidadosa, que o senhor chegará a resultados curiosissimos. Cathedráticos ha que têm sempre competencia para lecionar qualquer materia, desde que haja vantagens pecuniarias. Invente amanhã o governo uma cadeira esquisita de qualquer coisa chinesa e, havendo dinheiro, apparecerão logo dez ou quinze especialistas, no corpo docente do Collegio... Vale a pena o senhor examinar o que se passa no Pedro II, nesse sentido. Professores de linguas lecionam mathematica, e vice-versa... Quanto ao resultado, no ponto de vista pedagogico, os alumnos lhe podem informar...

ANEXO C – Cartas de Cecília Meirelles e Luis Câmara Cascudo.



Rio, 2 de setembro de 1948

Dr. Santos Neves: só agora--terminada a Semana de Folclore que tanto nos ocupou--lhe posso agradecer a gentileza de ter remetido um exemplar do seu livro à nossa colega D. Henriqueta Braga, atendendo a solicitação da minha carta.

Infelizmente, D. Henriqueta não pôde fazer a conferência programada, por haverem sido suspensas as atividades do dia do encerramento, devido à perda, que tanto lamentamos, do nosso querido companheiro de trabalhos, o compositor Lorenzo Fernandez.

O livro que enviou a D. Mariza foi logo entregue; e creio que ela o apreciará tanto quanto nós.

Embora nada tenha a ver com o folclore, aproveito esta oportunidade para remeter-lhe, e ao seu colaborador, uma conferência que acabam de editar. Será uma pequena lembrança, neste movimento de aproximação brasileira que a Semana de Folclore com tanto êxito provocou.

Cordialmente,

Cecília Meireles

Rio, 11 de outubro de 1949

Prezado Dr. Guilherme Santos Neves:

estive recentemente aqui no Rio a Srta. Isabel do Prado, funcionária brasileira da "Unesco", e minha amiga, que necessita de elementos sobre o nosso folclore para informes a fornecer por aquela instituição. Estou escrevendo a todos que se ocupam do assunto, para pedir que me mandem seus trabalhos, o que permite valiosa divulgação dos autores e do Brasil.

Ficaria muito contente se pudesse contar com a sua cooperação nesse sentido. O endereço é (com o nome acima indicado) - "Unesco", Av. Kléber, 19, Paris, XVIe., France.

Agradeço-lhe a atenção que der ao meu pedido, e envio-lhe meus cumprimentos muito cordiais.

Célia Meirelles

Natal, 1-VII-1950.

377, Junqueira Aires.

meu caro Guilherme Santos Neves.

Deve ter recebido o recorte que lhe mandei com a nota do Castilho de Lucas, de Madrid, sobre seu Cancioneiro Capixaba. Agora trasmito-lhe o pedido do Fernando de Castro Pires de Lima (rua de Faria Guimarães, 755, Porto, Portugal) desejoso de possuir um exemplar. Creio que já lhe mandei um livro do Fernando e terei alegria em aproximá-los.

Numa carta recente, esse grande estudioso da poesia popular no norte de Portugal, pedia-me que enviasse o Cancioneiro Capixaba, prometendo mandar seus livros. Entendo de melhor deixar um na presença do outro e entenderem-se. Se tiver um exemplar disponível mande para o Fernando e terá ótimo companheiro nesses estudos.

Muito cordialmente, seu adm e confrade-

Luis de Camara Casado.